

XIX Workshop Multidisciplinar  
sobre ensino e aprendizagem

2022/2023

"A prática pedagógica na atualidade:  
diálogos teórico-práticos"



## Apresentação

Com muita alegria publicamos os artigos do XIX WEA - Workshop Multidisciplinar sobre Ensino e Aprendizagem, edição 2022/2023.

A revista do WEA nasceu em 2004 e tem como principal característica a divulgação de pesquisas e estudos de todas as áreas do conhecimento. São artigos que relatam as experiências de ensino e aprendizagem vivenciadas nas salas de aula, os resultados de pesquisas da iniciação científica e dos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A revista é resultado de um trabalho coletivo que envolve pareceristas, revisores, diagramador e secretaria.

Agradecemos a todos os que contribuíram para a publicação da vigésima edição da mais tradicional revista acadêmica da Unifaccamp.

Prof. Fernando Roberto Campos

## Comitê de programa e organização

Profa. Me. Patrícia Gentil Simionato

Prof. Dr. Nelson Gentil

Prof. Dr. Osvaldo Luiz de Oliveira

Prof. Dr. Fernando Roberto Campos

Profa. Dra. Lizete Maria Luiz Fischer

Prof. Dra. Jaqueline Massagardi Mendes

Profa. Me. Juliana Chaves Farias Ferrreira

Profa. Me. Kelly Gomes de Oliveira

Prof. Me. Monique Traverzin

Prof. Dr. Fábio Villani

Prof. Me. Silvia Aparecida Fortunato Santos

Prof. Me. Felipe dos Santos Schadt



## SUMÁRIO

### A ANATOMIA HUMANA NA ESFERA DA GAMIFICAÇÃO EDUCACIONAL

SOUZA, Lucas Gabriel; BAPTISTA, Luciana Ferreira; FERREIRA, Ronildo Aparecido.....9

### A ANSIEDADE CAUSADA PELO FANATISMO RELIGIOSO

MALOUF, Maria Cristina Batista; CHAVES, Juliana ..... 18

### A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DENTRO DO CONTEXTO COMPETITIVO DO ESPORTE ELETRÔNICO

RIBEIRO, Gabriel Henrique Godoy; NICOLAI, Lucas; FERREIRA, Juliana Chaves Farias..... 26

### A PERCUSSÃO CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA POSSIBILIDADE EDUCATIVA PARA A VIVÊNCIA DO CHORO

ROZA, Daniel Fernandes; BOLLOS, Liliana Harb..... 38

### A TRANSFORMAÇÃO DO GÓTICO ATRAVÉS DE MARY SHELLEY

CAMARGO, Maria Leontina Pinheiro; VILLANI, Fábio Luiz ..... 48

### AÇÕES CONJUNTAS PARA MELHORAR A ESCRITA E A AUTOESTIMA DO ALUNO

ROCHA, Maeli; OTA, Simone; THOMAZINI, Sara; GOMES, Kelly ..... 62

### ANÁLISE DO DISCURSO: RAINHA DE COPAS

SILVA, Ana Carolina Lemos da; SILVA, Jenifer Lima; MIRANDA, Zita C. Alves; VILLANI, Fábio Luiz..... 66

### ÂNSIA POR LIBERDADE E CONSEQUÊNCIAS: O QUE NINGUÉM CONTA SOBRE ROMEU E JULIETA

CORANI, Sue Ellen; OTA, Simone; REZZAGHI, Katia Cristina ; VILLANI, Fábio Luiz ..... 72

### APLICAÇÕES FARMACOLÓGICAS DO CANABIDIOL EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON

FERREIRA, Jéssica Cristina; SANTOS, José Luis da Rocha..... 78

### APLICATIVO PARA INICIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA E INGLÊS

CRUZ, Luiza Maryana da; SANTOS, Nathalia Coraine; BAPTISTA, Luciana Ferreira; FERREIRA, Ronildo Aparecido ..... 88

ASPECTOS LINGUÍSTICOS, SOCIOCULTURAIS E HISTÓRICOS DO CHÁ MALUCO EM AS AVENTURAS DE ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS	
ARAÚJO, Renata Rebouças; CORANI, Sue Ellen; REZZAGHI, Katia Cristina; VILLANI Fábio Luiz .....	98
CAPS INFANTO JUVENIL (IJ): TRAÇOS DE UMA EQUIPE REDUZIDA	
SOARES, Stephanie Conceição; FERREIRA, Juliana Chaves .....	106
CONFLITO DE GERAÇÕES NAS ORGANIZAÇÕES	
SANTOS, Amanda Correia dos; FERIGATO, Evandro .....	112
CULTURA MAKER COM FRANZININHO WIFI E MICROPYTHON	
VIEIRA, Mateus Adriano Ventura; BAPTISTA, Luciana Ferreira .....	122
DRÁCULA, O MAIOR DOS VAMPIROS: ENTENDA PORQUE O VAMPIRO DE BRAM STOKER É UM ÍCONE DO TERROR CLÁSSICO	
OLIVEIRA, Bianca D.; MENDES, Luana; SILVA, Natália R.; VILLANI, Fábio Luiz .....	131
ERITROBLASTOSE FETAL: A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO PRÉVIO E DO ACOMPANHAMENTO GESTACIONAL	
SANTOS, Isabele Cochito; SANTOS, José Luis da Rocha .....	139
JOGO EDUCATIVO: APRENDENDO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ATRAVÉS DE JOGO PARA CRIANÇA	
VIAN, Gabriel Dalagnol; SANTANA, Guilherme Oliveira; XAVIER, João Pedro; BAPTISTA, Luciana Ferreira; FERREIRA, Ronildo Aparecido.....	148
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVAM EM ECONOMIA COMUM OU FAMÍLIA ANAPARENTAL	
SILVA, Antonia Maria de Farias da; BARBAS, Stela Marcos de Almeida Neves .....	157
NEGÓCIO JURÍDICO, VÍCIO DA VONTADE – SIMULAÇÃO E OS EFEITOS CONTRA TERCEIROS	
SILVA, Antonia Maria de Farias da; ANTUNES, Nídia .....	197
O PAPEL DA IMAGINAÇÃO NA FORMAÇÃO HUMANA PRESENTE NA OBRA TEMPOS DIFÍCEIS DE CHARLES DICKENS	
COSTA, Luana Ketelin de Souza; SILVA, Natália Rainho da; VASCONCELOS, Flávio Vitor; VILLANI, Fábio Luiz. ....	233

<b>O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE AOS CUIDADOS PALIATIVOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS</b>	
SILVA, Aline Vitória da; OLIVEIRA, Matheus Vinicius de .....	238
<b>O RACISMO NO BRASIL: DESIGUALDADE SOCIAL E DE RENDA</b>	
MIRANDA, Mariza; VILLANI, Fabio Luiz .....	247
<b>PSICANÁLISE WINNICOTTIANA SOBRE A GERAÇÃO ALFA AS MUDANÇAS DEVIDO A TECNOLOGIA</b>	
MENDONÇA, Cliseide; FRANCISCO, Leonardo João; FERREIRA, Juliana Chaves Farias .....	254
<b>SOLIDÃO, SOLITUDE E HIPERSOCIALIZAÇÃO DIGITAL</b>	
SANTOS, Ingrid Oliveira Queiroz.....	261
<b>WEBSITE PARA AUXILIAR O PROFESSOR NA ORGANIZAÇÃO DE QUESTÕES PARA EXERCÍCIOS E AVALIAÇÕES</b>	
SILVA, Dimitri Albuquerque Rodrigues; ALMEIDA, João Renato Basso de; BAPTISTA, Luciana Ferreira; FERREIRA, Ronildo Aparecido.....	268

# A ANATOMIA HUMANA NA ESFERA DA GAMIFICAÇÃO EDUCACIONAL

SOUZA, Lucas Gabriel  
BAPTISTA, Luciana Ferreira  
FERREIRA, Ronildo Aparecido

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a possibilidade de inserção de jogos educacionais no ambiente escolar voltado à disciplina de Biologia, direcionado ao aprendizado de anatomia humana. Dessa forma, pretende estimular pelo meio virtual o interesse dos educandos ao conteúdo exposto em sala de aula. Dentre os autores pesquisados para a constituição conceitual desse trabalho, destacaram-se Krasilchik (2004), Pereira, Fiuza, Lemos (2019), Meira, Bliknstein (2019), Morano (2021) e Sasseron, Carvalho (2011). A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico realizado por meio de pesquisas de campo, através de instrumentos como questionários virtuais, perguntas direcionadas pessoalmente e testes do produto final, todos realizados primordialmente por alunos dos Ensinos Fundamental e Médio. Os resultados mostram que a aplicação de práticas lúdicas voltadas a jogos eletrônicos tem o potencial de aumentar o interesse estudantil pela investigação científica na matéria de Anatomia Humana.

**Palavras-chave:** Biologia. Anatomia Humana. Jogos Educacionais.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the possibility of inserting educational games to the school environment focused on Biology subject and directed to the learning of human anatomy. It pretends to encourage by virtual means student interest to the content exposed at classroom. Between the authors researched for the conceptual constitution of this project, Krasilchik (2004), Pereira, Fiuza, Lemos (2019), Meira, Bliknstein (2019), Morano (2021) and Sasseron, Carvalho (2011) are highlighted. The methodology used was the descriptive research using as database the bibliographic survey accomplished by field research, with tools such as virtual questionnaires, questions directed in person and tests of the final product, all responded primarily by students at Elementary and High Schools. The results showed that the application of ludic practices focused on electronic games have the potential to rise the student interest to the scientific investigation in the subject of Human Anatomy.

**Keywords:** Biology. Human Anatomy. Educational Games.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o advento do chamado “Novo Ensino Médio” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; 2022), é mister que novas ferramentas sejam produzidas para despertar o interesse estudantil pelo formato de investigação científica aplicada às bases curriculares nacionais, visando o desenvolvimento do próprio estudante ou a melhoria do panorama social em que este se encontra inserido, independentemente do nível de escolaridade do indivíduo.

nos, o presente estudo delimita-se a demonstrar virtualmente alguns dos sistemas do corpo humano, visando a eficiência em um aprendizado simples e rápido com as curtas e abundantes dicas e ensinamentos presentes ao longo dos minijogos, esquemas representativos e esquemas interativos;

Dessa forma, o objetivo geral é desenvolver um software de aprendizado em um ambiente virtual relacionado a disciplina de Biologia, especificamente ao conteúdo de Anatomia Humana. Visa, com isso, avaliar o comportamento, interesse e profundidade do aprendizado dos alunos em relação a tal componente curricular, compreender as causas de frequentes dispersões durante as aulas e investigar a possibilidade da utilização de novos métodos educacionais para o ensino;

Esta pesquisa justifica-se pelo possível déficit de atenção e desinteresse no estudo de Biologia, proveniente muitas vezes de aulas sem interatividade ou recursos representativos que despertem a curiosidade e o senso científico estudantil. O estudo tende a proporcionar uma base ideológica para a expansão dos recursos digitais abordados no software, deixando espaço para sua continuação, aprimoramento e expansão;

A metodologia deste trabalho é a pesquisa descritiva, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico baseado na pesquisa sobre o assunto abordado no programa em páginas web, livros e artigos acadêmicos, no estudo do software escolhido para o desenvolvimento do trabalho e na observação do comportamento dos alunos durante a fase de testes do programa, na utilização de questionários e na entrevista oral ou virtual de estudantes selecionados.

## **2. O ESTUDO DA BIOLOGIA E DA ANATOMIA HUMANA**

Em primeiro plano, devido à crescente e indispensável necessidade de conhecimento sobre o funcionamento do organismo humano, assim como de toda a Natureza, a Biologia está presente na base curricular brasileira desde os primórdios do Ensino Fundamental. Dessa forma, exerce um importante impacto o conceito de “alfabetização biológica”, referente ao aprendizado constante e focado em tal área científica, visando sua aplicação cotidiana no ambiente contemporâneo. (BIOLOGICAL SCIENCE CURRICULUM STUDY, 1993).

Em segundo plano, vale notar o ensino da Biologia nas escolas como decorrência do objetivo fundamental de despertar o interesse estudantil nos processos vitais e biológicos presentes na esfera da vida terrestre. Todavia, o modo como tal é providenciado no ambiente escolar tem a capacidade, em grande parte do tempo, de torná-la pouco atraente e, até mesmo, insignificante no consciente dos estudantes, fato denotado com grande ênfase por Krasilchik (2004).

Desconsiderando as habilidades prévias pertencentes a cada aluno e inserindo a educação em uma dinâmica industrial, o valor do conhecimento se torna gradualmente decrépito no intelectual estudantil, que passa a considerar a instituição de aprendizagem como um extravio de tempo, dissolvendo-a em um aglomerado de informações deixadas em segundo plano, as quais são fadadas ao esquecimento e desprovidas da devida serventia. No âmbito da anatomia humana, o pouco interativo processo de aprendizagem atrasa o envolvimento e interesse dos alunos, infusos com uma pesada carga de informações e nomenclaturas teóricas.

Considerando as abordagens realizadas, a presente e constantemente debatida pauta da reestruturação do ensino deve considerar normas e padrões para a distribuição igualitária dos métodos educacionais, abrangendo conjuntamente os tradicionais materiais didáticos e as novas estratégias e tecnologias desenvolvidas com enfoque à aprendizagem, que visem a formação de indivíduos críticos e científicos.

### **3. A APLICAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO E NA ANATOMIA HUMANA**

Os jogos digitais indubitavelmente fazem parte constante do cotidiano de grande parte das crianças e jovens que possuem acesso à aparelhos eletrônicos e tecnologias virtuais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), 88,1% dos brasileiros com 10 anos de idade ou mais possuem acesso à internet e, conseqüentemente, à dispositivos fixos ou móveis em geral.

O constante acesso à meios eletrônicos e virtuais confere à população infantojuvenil uma grande destreza no manejo de tais ferramentas. Ao mesmo tempo que essas habilidades proporcionam diversos benefícios em pesquisas e aquisição de conhecimento, pelo fraco incentivo educacional elas geralmente são utilizadas para acessar meios de distração, como jogos não-educacionais, para conversar em redes sociais e outros fins voltados ao lazer.

Com o exposto, os jogos voltados ao âmbito educacional vêm ganhando grande força nas discussões sobre novas práticas de aprendizagem no ambiente escolar. Tal modalidade influencia um desenvolvimento interativo do conteúdo a ser aprendido, integrando o professor, os alunos e a plataforma virtual (MEIRA; BLIKNSTEIN, 2019).

Com o passar dos anos, diversos jogos educacionais foram desenvolvidos no espectro de tornar a educação mais simples e agradável ao estudante. Apesar da grande maioria ser desconhecida pela falta do devido reconhecimento e utilização, pode-se citar projetos como: Olimpíada de Jogos Digitais e Educação, evento competitivo educacional; Kenhub, site que contempla aglomerado de jogos simples voltados à anatomia em nível acadêmico;

Jogando e Aprendendo Anatomia, jogo para dispositivos móveis com enfoque em nomes e conceitos específicos do corpo humano.

Segundo Bruzzo (2004), os conteúdos, conhecimentos e materiais centrados ao redor da área de ciências naturais estão diretamente relacionados com as imagens, de forma que elas não podem ser separadas da teoria. Nos jogos digitais, as imagens, seja por meios bidimensionais ou tridimensionais, estão presentes em grande escala, fator extremamente positivo na dinâmica interativa entre o aluno e o conteúdo, intermediada pelo professor.

Como relata Morano (2021), presencia-se um vazio educacional a ser preenchido através de metodologias ativas, principalmente no que tange à área de anatomia humana, que demonstrem de maneira simples e participativa seu valioso conteúdo. Tal complemento deve ser realizado urgentemente para definitivamente integrar os alunos ao processo de aprendizado.

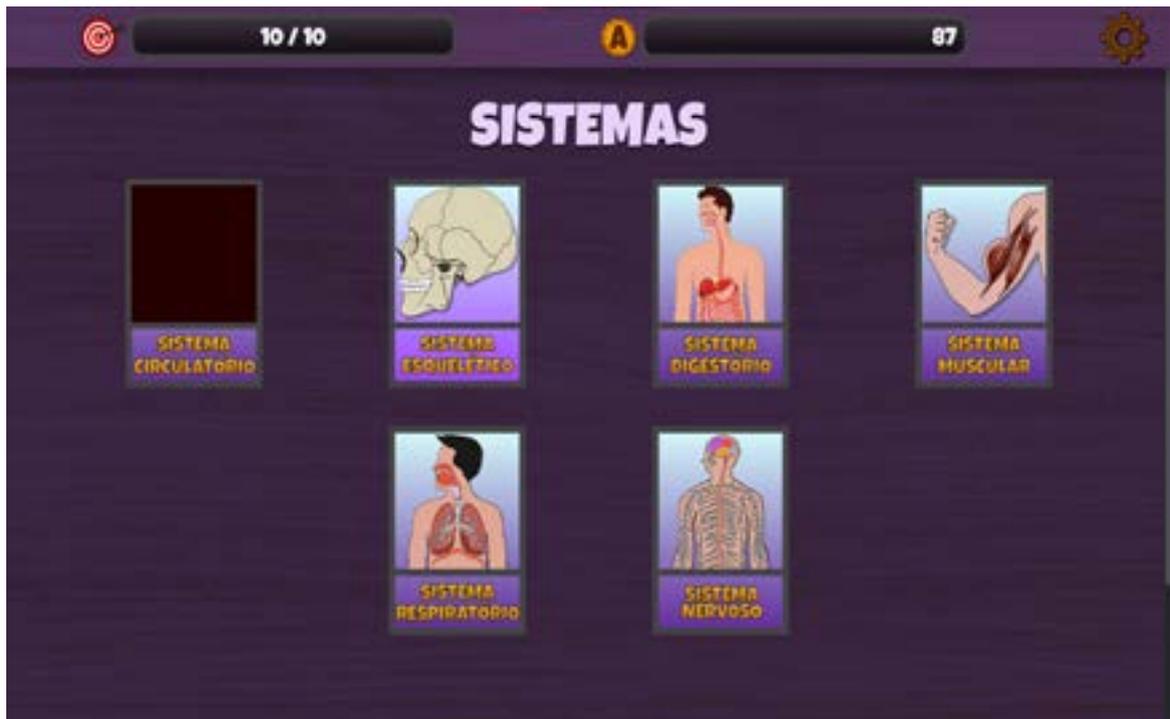
“Diferentemente dos jogos, a gamificação é aplicada de forma ampliada onde pouco percebe-se a sua inclusão no dia a dia. Por sua vez, no contexto de educação, a gamificação compreende a ideia de adicionar elementos, mecânicas e lógica dos jogos para engajar as pessoas com a finalidade a aprendizagem.” (PEREIRA; FIUZA; LEMOS, 2019)

#### **4. O PROJETO – ANATOMIA INTERATIVA**

O projeto Anatomia Interativa consiste em um jogo bidimensional (2D) com enfoque ao ensino de anatomia humana, apresentando os componentes do organismo de forma lúdica e interativa, com enfoque aos sistemas circulatório, imunológico, digestório, esquelético, muscular, nervoso e respiratório. A Figura 1 demonstra a tela inicial do aplicativo, que estará disponível para a maioria dos dispositivos utilizados atualmente, através das plataformas Android e Windows. Outras plataformas não se encontrarão disponíveis pela baixa relevância, dificuldade ou custo de distribuição. Valorizou-se o uso de recursos visuais com maior enfoque ao público infantil e juvenil, de forma a proporcionar uma experiência agradável e confortável.

O software conta com diversos minijogos e esquemas interativos para captar a atenção do estudante de anatomia, contemplando faixas etárias principalmente entre o Primeiro Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além das atividades, apresenta quizzes descontraídos de variados níveis de dificuldade para ajudar na fixação do conteúdo. A figura 1 demonstra a interface em que os conteúdos estão localizados.

Figura 1: Menu de Seleção de Sistemas



Fonte: Próprio

Os menus de seleção foram desenvolvidos especialmente para se formular interfaces limpas e atrativas aos diversos públicos que poderão interagir com o software. Cada atividade tem sua própria jogabilidade e uma tela de como jogar, para facilitar o uso das ferramentas do aplicativo. O programa é separado em sistemas, todos referentes ao corpo humano. Cada sistema possui algum tipo de esquema representativo ou minijogo. A figura 2 representa o menu inicial do jogo.

Figura 2: Menu Inicial do jogo Anatomia Interativa



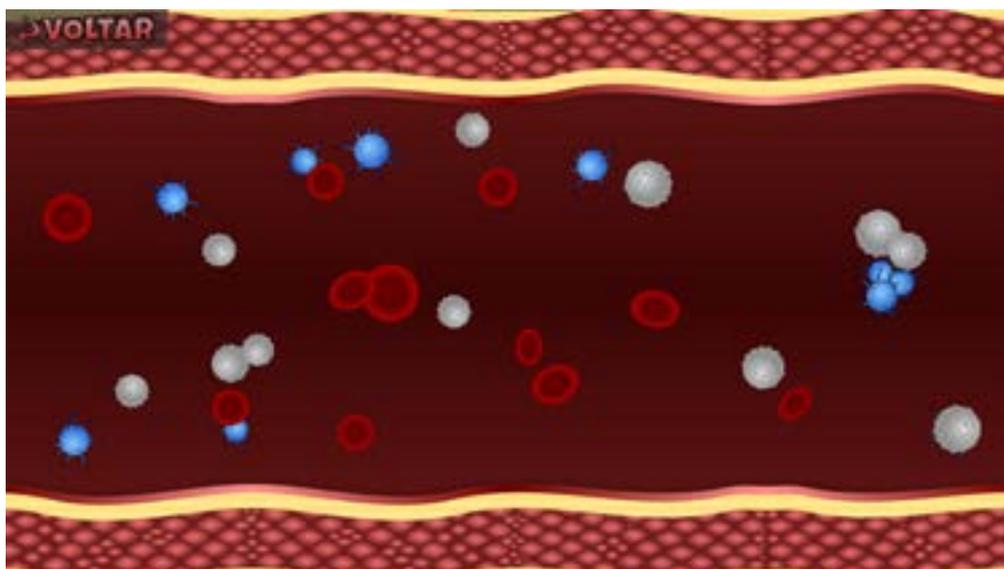
Fonte: Próprio

A abundante presença de imagens no decorrer do jogo é fator de exímia importância ao conforto e satisfação do usuário. Devido ao fato que muitos dos projetos de jogos virtuais voltados à área de Biologia foram desenvolvidos há muito tempo, diversos perderam o suporte ou se estagnaram em interfaces obsoletas, as quais causam determinada rejeição no uso da ferramenta, diminuindo a produtividade das interações com o programa e seu conteúdo.

“A separação entre a ciência dos especialistas e a ciência dos jovens reserva para estes uma aproximação estética baseada em admirar a beleza dos objetos, sem a necessidade de buscar a sua “causa secreta” (Stafford, 1994, p. 230).” (BRUZZO, 2004)

Nesse âmbito, vale citar o esquema representativo do sistema circulatório, o qual contempla de forma ilustrativa o ambiente de um vaso sanguíneo, com seus respectivos glóbulos vermelhos, brancos e plaquetas. Suas funções são explicadas ao longo da representação.

Figura 3: Vaso Sanguíneo



Fonte: Próprio

Assim como a representação supracitada do vaso sanguíneo, apresentam-se, no mesmo formato de esquemas representativos, os sistemas respiratório, nervoso, digestório e muscular.

Ademais, pode-se citar outros jogos e atividades lúdicas incluídas no jogo, por exemplo: Caça-palavras, no qual o objetivo é preencher o sistema achando as palavras no quadro; Apontar e Aprender, modo de jogo em que o usuário é apresentado uma palavra e deve apontar sua localização na imagem disponibilizada de um sistema. Independentemente de acerto ou erro, a definição é exposta ao jogador.

Com o objetivo de manter o usuário por mais tempo nas atividades, o jogo possui um sistema de perfil com conquistas, que demonstram o progresso geral do usuário. A foto e nome podem ser alterados a qualquer momento. As proezas constituem uma forma de influenciar o jogador a completar certos desafios, de forma a alcançar a conclusão do perfil. Dessa forma, assim como retrata Meira, Bliknstein (2019), o aluno se sente impelido a finalizar o jogo, de modo a desbloquear todas as conquistas.

O jogo, como instrumento básico de introdução à anatomia humana, visa o primeiro patamar da chamada Alfabetização Científica, formulada por Sasseron e Carvalho (2011) com base na dinâmica educacional de Paulo Freire, denominado “compreensão básica de termos, conhecimentos e conceitos científicos fundamentais”:

“A compreensão básica de termos, conhecimentos e conceitos científicos fundamentais concerne na possibilidade de trabalhar com os alunos a construção de conhecimentos científicos necessários para que seja possível a eles aplicá-los em situações diversas e de modo apropriado em seu dia-a-dia. Sua importância reside ainda na necessidade exigida em nossa sociedade de se compreender conceitos-chave como forma de poder entender até mesmo pequenas informações e situações do dia-a-dia.” (SASSERON; CARVALHO, 2011)

Dessa forma, tem por principal finalidade auxiliar professores e alunos nas aulas de Anatomia Humana, desenvolvendo novos métodos de análise crítica e de dinâmicas comunicacionais entre a classe. Visa, com isso, melhorar os índices de fixação do conteúdo e influenciar no interesse do estudante quanto a continuação dos estudos relativos à matéria estudada, a ser realizado pelo docente. Dessa forma, procura-se amenizar a carência de estímulo experienciada pelos educandos em seus estudos, fator decorrente essencialmente de aulas majoritariamente teóricas.

Dentro do panorama formulado, pode-se citar as bases, habilidades e competências referentes ao aluno almeçadas pela aplicação do programa Anatomia Interativa em sala: introduzir, revisar e diagnosticar práticas e conhecimentos básicos relacionados à biologia, ao corpo humano e seus processos; alicerçar novos interesses no consciente estudantil dentro dos conteúdos da disciplina de anatomia humana; relacionar os conceitos desenvolvidos durante as atividades com o próprio corpo ou outros conceitos e funções diversos; estimular a análise crítica e exploratória quanto a importância do estudo de anatomia humana, procurando aplicar os conceitos desenvolvidos em aula com situações cotidianas e frequentes; desenvolver métodos de resolução de problemas e adquirir novos conhecimentos pela pesquisa criteriosa, além daqueles apresentados no jogo, tendo como fundamento determinante os questionários de múltiplas dificuldades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização do projeto, analisou-se, durante o curto período de testes concluído em torno de duas semanas, o despertar de um interesse maior do aluno quanto ao aprendizado da funcionalidade dos sistemas anatômicos, em concordância a uma avaliação positiva sobre o conteúdo apresentado no jogo. Dessa forma, o projeto conseguiu alcançar satisfatoriamente os objetivos apresentados na introdução deste artigo.

Ao trabalho podem ser pesquisadas e acopladas diversas outras funcionalidades para sua geral melhoria, abrangência e otimização. O programa desenvolvido não aborda vários sistemas do corpo humano, assim como a atuação e desempenho de células, tecidos e órgãos específicos incluídos no organismo. Além disso, não conta com a definição e função do DNA, RNA, nutrientes, hormônios e outras importantes substâncias contempladas no componente curricular de Biologia. Ainda nesse âmbito, pode-se amplificar a visão estudantil pela reestruturação do software em mecanismos de visão tridimensional (3D), objetivando uma maior imersão e influência no interesse do aluno pela matéria.

Em acréscimo, como oportunidade de extensão e pesquisa, aplicações práticas em sala de aula de projetos de gamificação apresentam grande potencial de desenvolvimento, produção e inovação de conteúdos e materiais de exímia importância e ajuda no ambiente escolar, de forma a aplicar práticas ativas que colaborem profundamente com a disposição estudantil no aprendizado do conteúdo e na elaboração de pesquisas científicas.

## REFERÊNCIAS

BIOLOGICAL SCIENCE CURRICULUM STUDY. Developing Biological Literacy: A Guide to Developing Secondary and Post-secondary Biology Curricula; Reino Unido; Kendall Hunt Publishing Company; 1994, 152 p.

BRUZZO, Cristiane. Biologia: Educação e imagens. Campinas, Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/Z78kRfh8TvtT83RPbbSBFrN/?lang=pt>>; Scielo; 2004, p. 1359-1378.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019. Brasil, Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>>; Estatísticas Sociais; 2021.

KRASILCHIK, Myriam. Prática de Ensino de Biologia. São Paulo, Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=W4b0wYFt3fIC&oi=fnd&pg=PA11&ots=8F-C50cqeo&sig=4H81oLxiDZ-2J2s13IAY8tYMBXT4>>; Edusp; 2004, 200 p.

MEIRA, Luciano; BLIKSTEIN, Paulo. Ludicidade, Jogos Digitais e Gamificação na Aprendizagem. Disponível em: <[https://www.google.com.br/books/edition/Ludicidade\\_Jogos\\_Digitais\\_e\\_Gamifica%C3%A7%C3%A3o/UEi\\_DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0&kptab=overview](https://www.google.com.br/books/edition/Ludicidade_Jogos_Digitais_e_Gamifica%C3%A7%C3%A3o/UEi_DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0&kptab=overview)>; Penso Editora; 2021, 200 p.

MORANO, Domingos Antonio Clemente Maria Silvio. Convergência entre Gamificação e Metodologias Ativa: Ferramentas no Ensino de anatomia Humana. Universidade Federal do Ceará, Disponível em: <[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57040/4/2021\\_dis\\_dacmsmorano.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57040/4/2021_dis_dacmsmorano.pdf)>. Respositório UFC; 2021, 94 p.;

PEREIRA, Poliana Francibele de Oliveira; FIUZA, Patrícia Jantsch; LEMOS, Robson Rodrigues. Aprendizado Baseado em Jogos Digitais no Ensino de Anatomia Usando Gamificação: Uma Revisão Sistemática da Literatura. Universidade Estadual de Santa Catarina, Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/viewFile/5012/4563>>; Revista Criar Educação; 2019, 13 p.

SASSERON, Lucia Helena. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Alfabetização Científica: Uma Revisão Bibliográfica. Universidade de São Paulo, Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/844768/mod\\_resource/content/1/SASSERON\\_CARVALHO\\_AC\\_uma\\_revis%C3%A3o\\_bibliogr%C3%A1fica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/844768/mod_resource/content/1/SASSERON_CARVALHO_AC_uma_revis%C3%A3o_bibliogr%C3%A1fica.pdf)>; Investigações em Ensino de Ciências; 2011, 19 p.

# A ANSIEDADE CAUSADA PELO FANATISMO RELIGIOSO

MALOUF, Maria Cristina Batista  
CHAVES, Juliana

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar, a ansiedade e seus impulsos causados pelo fanatismo religioso. Objetivando esse fim escolhemos como análise os impactos e mudanças culturais e sociais entre os indivíduos. A metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com materiais bibliográficos através de revistas e artigos científicos. Deste modo o presente artigo se subdivide nos seguintes capítulos: A ansiedade causada pelas inferências do fanatismo; o fanatismo e suas diversas facetas; as associações entre o fanatismo religioso e o poder. Como resultado percebeu-se que o fanatismo é um comportamento disfuncional, que não respeita outros pontos de vista, estabelecendo uma crença muito forte sobre determinado assunto.

**Palavras chave:** Fanatismo; Ansiedade; Religião.

## ABSTRACT

This article aims to investigate anxiety and its impulses caused by religious fanaticism. Aiming at this end, we choose as analyzes the cultural and social impacts and changes between individuals. The methodology consists of a qualitative bibliographic research, with bibliographic materials through journals and scientific articles. Thus, the present article is divided into the following chapters: The anxiety caused by the inferences of fanaticism; fanaticism and its various facets; The associations between religious fanaticism and power. As a result, it was realized that fanaticism is a dysfunctional behavior, which does not respect other points of view, establishing a very strong belief on a certain subject.

**Keywords:** Fanaticism; Anxiety; Religion.

## 1 INTRODUÇÃO

Num mundo globalizado onde tudo está interligado, a intolerância e a inflexibilidade, provocam uma ansiedade no nosso cotidiano sem limites, e o fanatismo estabelece uma crença muito forte sobre um determinado assunto, enrijecendo as ideias e desprezando a versatilidade, influenciando o comportamento humano

Com o objetivo de investigar a ansiedade e seus impulsos causados pelo fanatismo religioso, analisamos e relacionamos as implicações do fanatismo em diferentes contextos sociais dentro da contemporaneidade, através da contribuição da Psicanálise.

Para podermos entender a posição do fanático o presente estudo foi realizado uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo com material bibliográfico através de revistas e artigos científicos de diferentes periódicos com a intenção de explorar as diferentes plata-

formas com abordagens referentes ao tema.

## **2. A ansiedade causada pelas inferências do fanatismo**

A ansiedade pode ser definida como um conjunto de sintomas que provoca no paciente um sentimento vago e desagradável de medo e apreensão, com pensamentos negativos, formando tensão e desconforto frequentemente em situações habituais, possibilitando o estopim para sintomas de constrangimento, levando-os a romper relacionamentos, abandonar atividades rotineiras e prazerosas com participação de muitas pessoas, por medo de crises ou sintomas, lhes proporcionando grande sofrimento, afetando assim a qualidade de vida e danificando o convívio social.

Segundo Sigmund Freud (1925-1926/1996) o recém-nascido necessita de auxílio para sobreviver, por isso carece de cuidados. Uma criança ao nascer chora para indicar que necessita de algum cuidado e nesse sentido a mãe procura estar sempre o seu lado, pois muitas vezes precisa amamentar, ou trocar, entre outros cuidados, dessa forma estabelece um excessivo destaque na comunicação entre o bebê e a mãe, fazendo com que a criança se sinta amparada. Quando a mãe não percebe a carestia do bebê, ele pode incidir em estado de desamparo psíquico, se apresentando impotente para efetuar o funcionamento da ação que finalize a tensão interna.

Freud reconhece os perigos internos e faz uma aliança entre o estado de desamparo e à pré-maturação do ser humano:

a sua [...] existência intrauterina parece relativamente abreviada em comparação com a da maioria dos animais; ele está menos acabado do que estes quando vem ao mundo. Por este facto, a influência do mundo exterior é reforçada, a diferenciação precoce entre o ego e o id é necessária, a importância dos perigos do mundo exterior é exagerada e o objecto, que é o único que pode proteger contra estes perigos e substituir a vida intrauterina, veem o seu valor enormemente aumentado. Este factor biológico estabelece, pois, as primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado, que nunca mais abandonará o homem. (Freud apud Laplanche; Pontalis, 1970, p.157)

Nesse sentido a ansiedade, segundo Freud, se depara quando a criança que se encontra em situação de perigo, perdendo o objeto protetor, que é a ausência da mãe, surgindo assim o reflexo do desamparo, do trauma, da angústia da separação, estabelecendo dessa forma uma conexão entre a angústia e o desamparo. Desse modo se institui uma analogia entre angústia e desamparo:

“[...] como um fenômeno automático e como um sinal de salvação, verifica-se que a angústia é um produto do desamparo mental da criança” (p.162). A angústia, aqui, de maneira diferente da primeira teoria da angústia, tem a função de um sinal para a evitação de uma situação de perigo, sendo o maior dos perigos a possibili-

dade da separação da mãe [...] (Freud, 1925-1926 apud Fortes, 2008, p.29)

Efetivamente podemos compreender as três estruturas que compõe o psiquismo: o Id, Ego e Superego, para nos atenuar melhor diante a ansiedade relatada por Freud. O Id é movido pelo princípio do prazer consiste numa estrutura carregada de desejos, libidos e pulsões, que não possuem interferência da realidade. O Ego busca a satisfação das necessidades direcionada para a realidade. Por último o Superego, se baseia nas regras de conduta como a consciência e a censura. No entanto seguindo essa sequência, podemos observar a diferença entre o Ego e o Id onde a influência do mundo exterior, acaba afetando o mundo interior, constituindo em uma situação de perigo que atormenta as transformações conforme o estágio da vida, circundando a separação e a perda de algo muito amado, conduzindo desse modo um arsenal de desejos desgostosos, uma angústia, proporcionando uma situação de desamparo.

Dessa forma, na perspectiva da psicanálise, podemos dizer que a ansiedade é a resposta do ego à ameaça de uma eventualidade de uma situação traumática, sendo o reflexo primário ao desamparo do trauma, apresentada após a condição de perigo, sinalizando ajuda. Freud apresenta que: “o desamparo é associado ao medo da perda do amor do ser que ocupa a função de protetor. Dada a dependência do sujeito, o perigo maior é o de ser abandonado, deixado à própria sorte e ao próprio desamparo”. Freud (1925-1926 apud Fortes, 2008, p.28).

Desse modo tendo em vista o alto predomínio do desamparo, da angústia da situação traumática causada pela ansiedade, obtidos quando criança, ao entrar na fase adulta se tornam comportamentos disfuncionais, que podem se transformar em gatilhos para o fanatismo, devido simbolizar um indício ao aparelho psíquico.

A origem da palavra “fanático”, reporta a uma adaptação do adjetivo latino (phanaticus), que significa “aquele que se diz inspirado pelos deuses”. Fanatismo é um substantivo que vem do francês (fanatisme) preservando e ampliando o sentido latino que se define “Entusiasmo excessivo ou zelo injustificado acerca de qualquer assunto” (VÁRIOS AUTORES, 1951, p.237). Consequentemente é um indivíduo que não percebe limites para as suas ações, causando rigidez mental e atrofiando o seu raciocínio, retardando a concepção da realidade e não aceita constatação sobre o que acredita, sendo capaz de cometer atitudes extremas ao iniciar discussões, porém mantém convicções seguras do que defende, estando sempre guiado por um ideal.

As novas exigências do mundo moderno, destacado pelo excesso de informações, estresse e atividades, fazem parte das reações normais do indivíduo diante às manifes-

tações realistas, causando vários distúrbios da ansiedade que estão ligados a neurose, a angústia, a necessidade de seguir normas e fazer tudo correto, podendo levar a ideologias estremadas, causando uma dúvida inalterável no inconsciente, transportando desse modo ao fanatismo.

No entanto referente à perspectiva do psiquismo, o fanatismo implica pronunciar diferentes linhas imaginárias, constituída por pensamentos dogmáticos, inflexibilidade e ódio à práticas ou crenças diferentes, sentimento de soberania extrema e desejo de tornar obrigatório ou transformar outras pessoas com perspectivas individuais, sem espírito crítico e sem competência de análises e posições perante o hemisfério. Em vista disso, conforme o ponto de vista da psicanálise, o indivíduo passa a viver momentos de angústia e medo, acarretando em delírios, neuroses e certas psicoses com o predomínio do desamparo, sendo um protótipo da situação traumática na infância.

Efetivamente, o podemos justificar que perante a exploração da temática podemos evidenciar que a ansiedade é uma reação defensiva do organismo e que por ser uma realidade do nosso contexto contemporâneo, ainda se apresenta com pouca investigação e muita dificuldade em desenvolver esse conteúdo, devido a fenômenos de fundamentalismo e radicalismo que são estritamente restritos à essas pessoas e grupos.

### **3. Fanatismo e suas diversas facetas**

Certamente no nosso contexto contemporâneo a intolerância e o radicalismo do fanatismo voltam a nos assombrar, com cenários de muitos conflitos, guerras, onde as pessoas não se respeitam e nem aos outros, deixando o ódio estar presente ao longo das diferentes relações.

Nesse seguimento o ódio traz aspectos feroz na luta pelo poder incluindo razões socioeconômicas e geopolíticas onde os direitos de pensar diferente, atravessam as relações misturadas pelo narcisismo de vida e de morte, onde na verdade a realidade obriga a presença do outro, alguém que pensa, que tem ideias próprias o elegendo a uma ameaça mortal, levando a uma impiedosa necessidade de explodir tudo através de uma descarga maciça de pulsão de morte.

Segundo Sigmund Freud, “o ódio, enquanto relação com objetos, é mais antigo que o amor. Provém do repúdio primordial do ego narcisista ao mundo externo”. Assim sendo poderíamos falar de registros de vivências de não acolhimento, de desencontro diante as frustrações repetidas, onde os leva ao ódio traumático nas relações primitivas, nos casos de perda ou de falta, cobrindo com desesperança, apagando a força da dignidade da pulsão da vida, sucedendo uma sequência de desinvestimento de modo a levar a mente fanática à pulsão de morte.

Diante a realidade podemos dizer que a conduta de uma pessoa fanática é marcada pelo radicalismo e por adotar condutas irracionais e agressivas, chegando a uma absoluta intolerância, que cujo, não costuma respeitar outros pontos de vista, onde se estabelece uma crença muito forte sobre determinado assunto, com fundamentos já estabelecidos, causando polêmicas em vários assuntos como: políticos, de futebol, religião entre outros.

No contexto geopolítico invadido pelo nacionalismo acentuado, que cujo nos encontramos no cenário atual, a opinião pública transfigura com mais radicalismo, os indivíduos que possuem pensamentos diferenciados são malvistas, ignorados, arruinados e muitas vezes se chegam a extremos e são danificados. Podemos ver a existência do fanatismo em diversas manifestações políticas e protestos, onde existe a influência de atingir um determinado objetivo, fazendo com que as pessoas não pensem, atingindo suas emoções de um modo diferenciado.

Nessa conjuntura, o futebol deveria ser considerado como um lazer, uma diversão proporcionando inúmeras emoções para a população em geral, pois possui grande representatividade social em diferentes culturas. Contudo a paixão provocada nas torcidas concebe comportamentos muitas vezes agressivos e violentos, devido a existência de pequenos grupos fanáticos com torcidas organizadas que passam a afrontar as pessoas, os órgãos de segurança, causando conflitos, burlando regras em locais públicos, depredando trens, metros, ônibus, ultrapassando limites éticos, provocando dessa forma mudanças de roteiros e hábitos nas pessoas delimitando o entretenimento do público.

Portanto apesar de se obter muitos fatores relacionados ao fanatismo, ele não é considerado uma doença mental ele se aproxima mais de um comportamento disfuncional de forma obsessiva, podemos dizer um quadro psicótico, que pode contribuir para um transtorno mental, que cujo não costuma respeitar outros pontos de vista, estabelecendo uma crença muito forte sobre determinado assunto, com fundamentos já estabelecidos, causando polêmicas e gerando uma ruptura social e individual em sua personalidade.

#### **4. As associações entre o fanatismo religioso e o poder**

Devido a mudanças socioculturais da atualidade, muitos indivíduos e grupos procuram reiniciar um autocontrole e garantir uma identidade estável apelando para a religião, buscando um ideal, um objetivo para manter um equilíbrio. Procuram se fundamentar a uma nova cultura construindo um certo fascínio alucinante à uma salvação paranoica num êxtase em massa. Para Freud (1930/2006, p. 89), "as religiões da humanidade devem ser classificadas entre os delírios de massa desse tipo". Dessa forma os indivíduos através dessa modificação buscam uma segurança na felicidade e um acolhimento no sofrimento.

Por consequência desses aspectos sociais e culturais da sociedade, religiosos e igrejas com posturas fortemente autoritárias e fanáticas se alastram por toda parte com novos grupos justamente para angariar as pessoas que se sentem desiludidas, extraviadas e excluídas da vida social, buscando uma religião absoluta, em que se determine exatamente um modelo à seguir, um adversário à contestar e as pessoas exatas a se conciliar, formando uma personalidade coletiva em massa, porém absorvendo a sua identidade pessoal e real.

"[...] um indivíduo abandona sua distintividade num grupo e permite que seus outros membros o influenciem por sugestão, isso nos dá a impressão de que o faz por sentir necessidade de estar em harmonia com eles, de preferência a estar em oposição a eles [...]" (Freud, 1921/2006, p. 103).

Dessa forma podemos observar que o indivíduo, ao permitir que o outro o induza, conseqüentemente possui uma certa afinidade, um determinado grau de libido entre as pessoas do grupo, formando assim vínculos harmoniosos dentro do de outro espaço.

Portanto como diz (ENRIQUEZ, 1990, p. 49), "toda análise individual deveria ser acompanhada [...] de uma análise social.", logo para analisarmos o indivíduo deveríamos redefinir as suas importâncias dentro do contexto social e cultural, a sua formação psíquica.

Na mente de uma pessoa fanática certas crenças transformam ações em maneiras de manifestar ideias, adquirindo uma importância absoluta e incondicional a determinadas questões que inundam seu discurso e sua prática mostrando uma forte adesão, através de um sentimento exagerado, com uma determinação indiscutível, provocando um pensamento empobrecido intelectualmente.

Em todos os tempos seitas religiosas, heresias e cismas foram consideradas perigosas e vistas como excêntricos elementos de fanatismo. As guerras de religião são a história de fanáticos em movimento que pontuam a hipocrisia da fé com uma imaginação criativa, acentuando esforços de uma razão enlouquecida, sem limites, por meio de uma notável expressão de ideais que fazem das ordens religiosas uma eterna fonte de guerras santas, se matando e não obtendo consciência de seus excessos. Portanto atualmente podemos dizer que grupos fanáticos de certas ordens religiosas são marcados pelo poder na sociedade que cujo são denominados por Freud "a pulsão da morte", o domínio do poder: Freud (1924/2006, p. 181) "O instinto [de morte] é então chamado de instinto destrutivo, instinto de domínio ou vontade de poder". No entanto na contemporaneidade, possuem seitas isoladas no meio social, fechadas sobre si mesmas, que utilizam a fé para impor seu domínio e seu terror, levantando bandeiras de igrejas, defendendo suas

pautas, com o intuito de trazer proveito aos grupos e principalmente à alguns indivíduos, formando uma verdadeira degeneração da religião se infiltrando e tornando instrumentos de manipulação e interesses políticos.

Por fim o fanático religioso é alimentado por um sistema de crenças absolutas e irracionais com fenômenos comuns de radicalismo e extremismo que dominam e manipulam as consciências.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O presente estudo investigou sobre a ansiedade e o fanatismo nos contextos de política, futebol e religião utilizando o olhar psicanalítico. Assim sendo percebeu-se que o fanatismo é um comportamento disfuncional. Portanto, podemos evidenciar que a ansiedade é uma reação defensiva do organismo, porém ainda apresenta pouca investigação e muita dificuldade em desenvolver esse conteúdo, devido a fenômenos de fundamentalismo e radicalismo que são estritamente restritas à essas pessoas e grupos.

Efetivamente na contemporaneidade é exposto o fanatismo nas mais diversas particularidades, onde certas crenças transformam ações em ideais, adquirindo de forma absoluta e incondicional uma determinação indiscutível, provocando um pensamento empobrecido intelectualmente com fundamentos estabelecidos, causando polêmicas, gerando uma ruptura social e individual em sua personalidade.

## **REFERÊNCIAS**

FERREIRA, Florência Cavalcante de Sousa. O transtorno de ansiedade (TA) na perspectiva da psicanálise. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 12, Vol. 02, pp. 118-128. Dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/transtorno-de-ansiedade>. Acesso em: 02/10/2022

FILHO, Carlos Augusto Ferrari. Fanatismo, ódio e narcisismo de morte 1, Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo/SP, vol.53no, jan./mar.2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2019000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2019000100008). Acesso em: 02/10/2022

GARRIT, Marcio. Freud e o perigo na formação das massas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 02, Vol. 07, pp. 111-127. Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/formacao-das-massas> Acesso: 02/10/2022

LOPES, Marcos Antonio; Brigadas do antifanatismo: a invenção da tolerância religiosa; 24

Revista História e Religiosidade; Paraná; 23set 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/q99hs7Bj5nr8pXyX5LdXKJg/?lang=pt>

MAGALHÃES, Tiago Filipe Vieira Inácio Ferreira de. Psicodinâmica do fanatismo: tolerância à ambiguidade, vinculação ao pai e desenvolvimento psicossocial, na propensão para o fanatismo. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33573>. Acesso em: 02/10/2022

PALHARES, Marcelo Fadori Soares; SCHWARTZ, Gisele Maria; TERUEL, Ana Paula; SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira; TREVISAN, Priscila Raquel Tedesco da Costa. Lazer, agressividade e violência: considerações sobre o comportamento das torcidas organizadas. Revista de Educação Física, São Paulo; 27 Abr 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/MM8ZdR7r5Bhhd8kDM9zLDPM/?lang=pt>  
Acesso: 02/10/2022

RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. Desamparo psíquico nos filhos de Dekasseguis no retorno ao Brasil. 2015. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xky8j/pdf/ress-tel-9788579836749-07.pdf> Acesso em: 02/10/2022

# A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DENTRO DO CONTEXTO COMPETITIVO DO ESPORTE ELETRÔNICO

RIBEIRO, Gabriel Henrique Godoy  
NICOLAI, Lucas  
FERREIRA, Juliana Chaves Farias

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo compreender o âmbito do esporte eletrônico competitivo através de um viés psicológico, permeando as principais possibilidades e áreas a serem trabalhadas por um psicólogo inserido no meio. Objetivando esse fim escolhemos como análise artigos científicos internacionais pela escassez de material disponível na língua portuguesa. A metodologia consiste em uma pesquisa sobre o esporte eletrônico, a partir dos descritores: “psychology of e-sports”; “e-sports”; “professional gaming”; “psychology strategies for e-sports”. Serão utilizados artigos científicos de plataformas internacionais como Google Scholar, APA (American Psychological Association) e Research Gate utilizando como filtro artigos científicos pertinentes para um recorte temático. Deste modo o presente artigo se subdivide nos seguintes capítulos: introdução (objetivos gerais e específicos, metodologia) o que é o e-sports, ascensão do e-sports, psicologia da performance, o lazer e o trabalho, resultados e discussão e referências. Como resultado percebeu-se que são escassos os conteúdos acadêmicos acerca do assunto, mas que já é possível relacionar e realizar inferências norteadoras dos assuntos aqui abordados, como a definição do esporte eletrônico e seu desenvolvimento, as práticas adotadas pelos psicólogos envolvidos no contexto e a interpretação dessa nova prática de lazer e trabalho que permeiam um mesmo lugar, dificultando sua divisão e definição entre um ou outro.

**Palavras-chave:** Esporte eletrônico, e-sports, psicologia.

## ABSTRACT

This article aims to understand the scope of competitive electronic sport through a psychological bias, permeating the main possibilities and areas to be worked by a psychologist inserted in the environment. Aiming at this end, we chose international scientific articles as analysis due to the scarcity of material available in Portuguese. The methodology consists of research on electronic sports, based on the descriptors: “psychology of esports”; “sports”; “professional gaming”; “psychology strategies for esports”. Scientific articles from international platforms such as Google Scholar, APA (American Psychological Association) and Research Gate will be used, filtering relevant scientific articles for a thematic focus. Thus, this article is divided into the following chapters: introduction, general and specific objectives, methodology, what is esports, the rise of esports, performance psychology, leisure and work, results and discussion and references. As a result, it was noticed that academic content on the subject is scarce, but that it is already possible to relate and make inferences guiding the subjects discussed here, such as the definition of electronic sport and its development, the practices adopted by the psychologists involved in the context and the interpretation of this new practice of leisure and work that permeate the same place, making it difficult to divide and define one or the other

**Keywords:** Electronic sports, e-sports, psychology.

## **1. INTRODUÇÃO**

O e-sports, nos últimos anos, tem nos apresentado um crescimento exponencial em termos de estrutura e alcance, ocasionando em diversas mudanças nos funcionamentos organizacionais que lidam com os atletas. Consequentemente, em dado momento, viu-se a necessidade de se trabalhar o esporte eletrônico como um ramo do esporte convencional e adotar medidas típicas do mesmo para aperfeiçoar as capacidades dos atletas, culminando então, na inclusão de psicólogos responsáveis por auxiliar neste processo de melhoria da performance dos jogadores.

Com o surgimento deste novo braço do esporte, surgem também novas indagações que podem ou não impactar no funcionamento das equipes, jogadores, treinadores, comissão técnica e, dos próprios psicólogos. Essas perguntas se dão logo no momento inicial da observação do âmbito competitivo eletrônico. Mediadas através de computadores e videogames, essas competições exigem os mesmos aspectos psicológicos dos atletas, se comparadas às competições convencionais? Qual a diferença de jogar videogame como lazer e jogar videogame como trabalho? Atualmente, quais são os métodos utilizados pelos psicólogos do esporte eletrônico?

Todas essas questões tornam-se relevantes a partir do momento em que essa expansão do cenário tem feito dos jogos eletrônicos uma cultura muito mais presente no cotidiano de um conjunto populacional específico, composto, principalmente, por jovens. Os impactos nos atletas e organizações precisam ser enxergados e, se negativos, atenuados, trazendo à tona a necessidade de uma compreensão assídua deste novo ambiente. Será discorrido nesta pesquisa então, enviesada pelas bibliografias acerca do assunto e correlatos, sobre como tem se desenvolvido o cenário social do videogame como profissão, seu início e sua expansão no decorrer dos anos, como funcionam esses campeonatos e os impactos que esse funcionamento atípico traz para o psicológico dos atletas, bem como a transformação do lazer em trabalho.

## **2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

O objetivo primordial desta pesquisa é elucidar quais características são correlatas à psicologia do esporte eletrônico e são presentes corriqueiramente ao discorrer da atividade, trazendo à tona quais práticas atualmente estão sendo adotadas nesta categoria emergente do esporte. Para isso, faz-se necessário também permear as origens e evolução da prática do esporte eletrônico, estabelecendo, dentro do possível, uma definição para o termo e-sports e mostrando seus impactos naqueles envolvidos com a insurgência que reivindicou condições de trabalho apropriadas para a execução da atividade, movimento que acabou por culminar então em uma inserção multiprofissional nas equipes competidoras. Também, exploraremos brevemente as técnicas utilizadas em âmbito psi-

cológico, para o alcance dos objetivos das organizações, a vitória, conhecida no meio da psicologia do esporte como Psicologia da Performance. Por fim, relataremos como se dá esse processo de execução de uma atividade apenas como uma forma de lazer ou brincadeira, e a execução de algo que movimenta milhões em dinheiro e acaba por tornar-se a renda monetária principal de diversas famílias, dessa forma, podendo avaliar brevemente quais os possíveis impactos psicológicos decorrentes dessa transfiguração.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia da pesquisa consiste em um levantamento bibliográfico através de pesquisas direcionadas para o tema. Os artigos aqui utilizados como fontes se deram através de pesquisas com palavras-chave como: e-sports; psicologia e esporte eletrônico; performance no esporte eletrônico; videogame como profissão; lazer e trabalho.

As buscas foram conduzidas através dos portais Google Scholar, arquivos disponibilizados pela APA e resultados de pesquisa no Research Gate. Desta forma, com os artigos obtidos, iniciou-se uma análise das definições dos termos e processos que aqui serão descritos e exemplificados.

### **4. O QUE É O E-SPORTS?**

A definição do que é o e-sports é uma discussão um tanto quanto extensa. As diversas áreas dos estudos tendem a dar uma definição que carregue um pouco dos seus próprios fundamentos acadêmicos, e isso faz com que existam definições que convergem entre si, mas, por outro lado, afastam-se muito de outras (Reitman et al, 2020). O objeto de enfoque na hora de definir o que é o esporte eletrônico é aquilo que determina qual será o viés da definição conferida, enquanto as áreas voltadas à tecnologia por vezes acabam por ater-se aos quesitos tecnológicos envolvidos, as áreas sociais ou médicas tem a tendência de analisar todo o impacto social, econômico e individual naqueles envolvidos para trazer à luz uma definição plausível, mesmo que essas análises tenham como sustentação determinadas similaridades quando comparado com o esporte convencional.

Ainda de acordo com Reitman (2020), mesmo com discussões recorrentes, a definição mais aceita para o termo e-sports é aquela que o resume à prática competitiva de jogar videogame. Entretanto, essa definição não atribui a obrigatoriedade do envolvimento monetário na prática, não existe a troca da execução da atividade para que se obtenha um retorno financeiro. Em contrapartida, Morris (2013) reconhece que o e-sport atualmente é definido pela maioria como “competições organizadas de videogame onde jogadores de nível profissional em destaque se enfrentam uns contra os outros por um prêmio em dinheiro”. Contudo, Morris também alerta para o problema de abordar essa definição como algo definitivo. O problema dessa terminologia é que é possível questionar-se ou-

tros conceitos acerca da prática que não envolvem apenas a atividade e o seu retorno. Por exemplo, a comparação do esporte eletrônico com o esporte convencional é quase que inevitável, porém, é difícil mensurar dentro de parâmetros bem estabelecidos conceitos que determinem se sim, ou se não. Faz-se presente também a indagação de quando o esporte eletrônico chegará ao patamar de um esporte em termos de visibilidade, para que assim possa ser reconhecido como uma bifurcação de transmissões como o futebol ou o basquete. Como o e-sport ainda está em seu período inicial em termos de pesquisa e análise ao redor do mundo, muitas transformações estão ocorrendo durante as tentativas de defini-lo. A questão da visibilidade por exemplo, está caindo por terra ao se perceber o quão presente tem se tornado as transmissões e visualizações das diversas modalidades do esporte eletrônico.

Para este artigo, a definição selecionada para embasar os vieses da pesquisa é a definição de uma competição organizada que envolve o retorno financeiro, além de que será considerado como um braço do esporte convencional, de acordo com dados que serão exibidos e comentados no próximo capítulo.

Figura 3 – Staples Center, Los Angeles



Fonte: <https://senet.cloud/pt/blog/top-esports-arenas-in-the-world>. Acesso em 2 out. 2022.

## 5. ASCENSÃO DO E-SPORT

Hoje em dia podemos afirmar que a indústria dos videogames movimenta milhões de dólares na produção de jogos e campeonatos patrocinados, com visibilidade em nível mundial através da internet e as plataformas de streaming. O esporte eletrônico foi alavancado pela criação da internet, coisa jamais esperada em sua origem que remonta a década 70 nas casas de Flipperama com os jogos de espaçonaves (Macedo, 2018a). A autora T. L Taylor (2012) em suas pesquisas, revelou que na década de 1980 o jogo competitivo sofreu transformações pelo apelo as versões domésticas dos videogames, os consoles. A partir daí o ambiente competitivo encontrou a dinâmica do lar, fomentando uma competição entre amigos e familiares no contexto do mainstream. A primeira competição de videogames foi realizada pela Atari em 1980 com sua obra space invaders (Atari,

1978), recebendo ampla cobertura da imprensa e atraindo mais de dez mil participantes em eventos regionais nas cidades de Los Angeles, San Francisco, Fort Worth, Chicago e New York (BOROWY; JIN, 2013).

Figura 2 – National Space Invaders Championship



Fontes: Borowy e Jin (2013); Macedo, T e T. Falcão (2019).

Em 1990 o Pro Gaming se desenvolveu proeminentemente graças a evolução tecnológica e informacional, os computadores e os recursos de LAN foram imprescindíveis para a constituição do E-sports (MACEDO, T, e T. Falcão, 2019). Outro grande marco foi a criação do gênero FPS (First Person Shooter) através da influência de jogos como Doom (Id Software, 1993) e Quake (Id Software, 1996) que incentivaram a criação de comunidades de jogadores e o combate Player vs. Player.

A socióloga diretora do GameLab do MIT, reforça que a criação da Cyberathlete Professional League (CPL) em 1997 foi outro momento importante para a criação do cenário competitivo dos jogos eletrônicos, pois estabeleceu padrões para a organização de eventos, lucros, parcerias corporativas para o campo (Taylor, T., 2012)

Mas foi após os anos 2000 que os esportes eletrônicos explodiram principalmente na Ásia e na Europa com o fenômeno Counter Strike, uma modificação do jogo Half Life da empresa Valve. Para se ter uma ideia, na Coréia do Sul, existiam canais de televisão focados nas transmissões das partidas 24 horas por dia, e os atletas do esporte eletrônico participavam de comerciais de diferentes setores (não só sobre jogos eletrônicos) como verdadeiras estrelas do seu país.

Agora com um último exemplo, temos o jogo League of Legends lançado pela empresa Riot Games em 2009; em 2017 o campeonato mundial do jogo chegou a incrível marca de 80 milhões de espectadores únicos na partida entre as equipes SKT e RNG, e com 57 milhões de espectadores na grande final entre SKT e Samsung Galaxy. O campeonato arrecadou com a ajuda dos fãs cerca de US\$ 2.696.970 de

dólares para a premiação, totalizando US\$ 4 milhões revelados pela Riot Game em 2017 (Albuquerque, 2018).

Figura 2 – Grande Final do 2º split do CBLOL em Belo Horizonte



Fonte: <https://br.ign.com/esports/50623/news/league-of-legends-grande-final-do-2o-split-do-cblol-sera-em-belo-horizonte>. Acesso em 01 out. 2022.

Com esse breve resumo da competitividade dos games, podemos observar que os esportes eletrônicos têm um potencial de crescimento inimaginável, sendo este atrelado com os avanços tecnológicos e o engajamento das comunidades de dezenas de jogos que possibilitam competições e premiações. Mas de uma coisa podemos ter certeza, cada vez mais os jogos eletrônicos estão ultrapassando as “fronteiras” que os aproximam aos esportes tradicionais com uma estrutura cada vez mais bem elaborada para sua exibição.

## 6. PSICOLOGIA DA PERFORMANCE

Psicólogos do Reino Unido, mais especificamente das universidades de Winchester e Chichester, investigaram sobre os estressores que podem atrapalhar a performance do jogador profissional, por meio de entrevistas semiestruturadas e qualitativas. Dois critérios foram levados em consideração para selecionar os entrevistados: Primeiro, os jogadores de CSGO devem se enquadrar como profissionais. E segundo, os participantes devem ter participado de competições recentemente. O estudo pôde trazer à tona fatores internos e externos que influenciaram no comportamento dos jogadores, além de certa confirmação teórica de autores citados. Entende-se por estressores as “Demandas ambientais que vem de encontros aos indivíduos” (Fletcher, Hanton, & Mellanieu, 2006, p. 329). Em muitos casos, tais demandas se apresentam sob a forma de assédios (dos participantes entre si, ou com o público), cronogramas apertados e falhas de comunicação durante a performance como evidencia Himmelstein et al. (2017). Entendemos aqui que a habilidade de lidar com esses estressores se torna fundamental para se alcançar um grau de excelência esportiva (cf. Fletcher & Arnold, 2017). Lazarus e Folkman (1984) definem “lidar” como um esforço cognitivo e comportamental deliberado para gerir demandas

internas ou externas que são avaliadas como estressantes. Estudos sobre essas estratégias categorizaram cinco dimensões primárias. Inicialmente Lazarus e Folkman (1984) apresentaram duas, a estratégia focada no problema, onde o competidor buscará gerir ou alterar os estressores (ajustando metas, gerenciando tempo, colhendo informações e manuseando as transferências do problema/pessoa); E o foco na emoção referindo-se à regulação do sofrimento emocional ocasionado pelas demandas buscando alterar o estressor (respirando fundo, visualização e aceitação, controle dos estados emocionais).

Outros pesquisadores como Nicholls & Polman, (2007) propõe outras três dimensões como a estratégia de evitamento, que inclui ambos os aspectos comportamentais (se retirar da situação) e psicológicos (distanciamento cognitivo) no esforço de lidar com uma situação estressante. A estratégia da abordagem que envolve o confronto direto com a fonte do problema (tomando ação direta, aumentar esforços e planejamento; e por último a estratégia focada na avaliação que implica na reavaliação da circunstância para diminuir sua importância.

Um exemplo notável da busca de melhorias na performance do esporte eletrônico foi da equipe Astralis de CS-GO que em 2016 já era considerada pelo público um dos melhores times existentes, mas que falharam em obter o primeiro lugar na maior competição do gênero pelas falhas de comunicação durante as partidas dada a grande pressão envolvida no ambiente. No mesmo ano a equipe contratou um psicólogo do esporte para auxiliar no manejo dessas demandas de treino e competição, e em 2017 a Astralis venceu o grande campeonato (ELEAGUE) já com outra postura durante as etapas finais da competição. Essa evidência compele argumentos positivamente sólidos para o uso de estratégias advindas de um profissional da psicologia nos jogos eletrônicos.

## **7. O LAZER E O TRABALHO**

Para que seja possível analisar a transformação do lazer em trabalho, permearemos a definição de cada um dos termos de maneira isolada.

De acordo com Blackshaw (2010), o lazer possui uma longa história etimológica e passou por diversas transformações no decorrer dos séculos. Contudo, o chamado “modern leisure” (lazer moderno) pode ser definido como uma atividade ou experiência que é relativamente autodeterminada e executada em um momento de tempo livre economicamente, ou seja, não é constituinte de um período em que se exerce uma atividade visando retorno financeiro. Pelos indivíduos que estão praticando o lazer, é visto usualmente como uma atividade psicologicamente prazerosa, mesmo em situações de antecipação ou recordação, como lembrar-se de um momento de lazer ou contar os minutos que faltam para poder realizar a atividade, que por sua vez tomará todo o leque de tempo

e dedicação do indivíduo, retornando recreação, crescimento pessoal e, em alguns casos, serviços a outrem.

Essa definição de lazer, apesar de ser chamada de moderna, é corroborada com afirmações dos gregos, como filosofias aristotélicas que afirmavam o lazer como o princípio e o fim de todas as atividades do homem, pois, segundo Aristóteles, qualquer atividade realizada era iniciada visando o seu término para que se possa desfrutar do lazer advindo do tempo livre decorrente da finalização, e em função disso, as otimizações nos processos de trabalho se davam por consequência aos anseios de se alcançar o lazer de forma mais rápida, pois o trabalho enfatizava o alcance das necessidades da manutenção da vida, como alimento e segurança, enquanto o lazer preocupa-se com cultivar nosso crescimento pessoal.

De acordo com Kahn (1974), pesquisas e entrevistas retornaram uma diferenciação sobre aquilo que é trabalho e o que não é aos olhos de sujeitos comuns da sociedade. Trabalho foi, por quase metade dos entrevistados, caracterizado como uma atividade que não existe o sentimento de prazer ao ser executada. Se uma atividade que é realizada retorna o sentimento de prazer, ela não pode ser categorizada como trabalho. Ros, Schwartz e Surkiss (1999) também realizaram uma pesquisa sobre como o trabalho é visto socialmente, e depararam-se com conclusões que não mencionam o prazer, mas relacionam-se com o sentimento mesmo que de maneira inconsciente. De acordo com a amostra, o trabalho pode ser definido como uma ação adotada por solicitações externas que possivelmente trará um sentimento de significação da própria vida através do cumprimento de deveres para outros, em detrimento do próprio prazer, volição e engajamento para si mesmo, e quando adotado o termo externo, refere-se às vontades e necessidades pessoais e de outrem, inferindo que muito da execução de atividades que não traz prazer diz respeito ao fato de que necessidades da sociedade moderna incumbem a obrigatoriedade de adequação e realização desses processos, afinal, nos contextos sociais atuais, só se garante a sobrevivência pessoal e manutenção do status quo se houver uma fonte de renda capaz de suprir as necessidades pessoais, como fome, segurança e o próprio lazer.

É possível fazer uma relação de acordo com esses estudos que o lazer e o trabalho são duas atividades distintas, mas que permeiam o mesmo contexto e no fim, não podem ser completamente separadas. Toma-se atualmente o trabalho como a fonte de renda, a atividade remunerada que retorna o quesito monetário suficiente para manter-se apto a ter os momentos de lazer adequados. Entretanto, esta atividade resume-se apenas a isso, não retorna engrandecimento pessoal senão o econômico. O lazer por sua vez, adota a responsabilidade de entregar aquilo que o trabalho não é capaz. Denota um caráter de fornecedor de prazer, evolução pessoal, felicidade e aparenta tomar a forma

do grande objetivo, a finalidade da execução de tantas outras atividades que fogem da volição individual.

Quanto aos e-sports, fica claro que o intuito inicial de todos na prática de se jogar videogame é ter o retorno prazeroso da atividade, sendo por vezes, a atividade que gera os anseios mencionados por Blackshaw (2010). Pessoas no trabalho contam os minutos para que possam chegar em suas respectivas casas para poder jogar e ter o prazer que o trabalho não pode ofertar durante todo o dia. Todavia, essa prática cujo fim é o retorno do prazer transformou-se no trabalho, deixando de entregar o prazer e entregando desta vez o engrandecimento econômico. Percebe-se uma enorme escassez de estudos sobre como essa transição acontece e se realmente há uma virada de chave que determine em que ponto deixa de ser prazeroso e passa a ser gerador de outros anseios. Em função do âmbito competitivo, funciona como um esporte convencional, é possível ver os atletas mencionarem que o grande objetivo da prática de jogar videogame profissionalmente não é o dinheiro, e sim engrandecimentos pessoais como ser o melhor jogador ou representar a melhor equipe. Portanto, no ambiente aqui permeado, existe uma divisão entre as cargas do trabalho e prazer, que espalham-se entre os jogadores e a organização responsável por eles. A organização é responsável, majoritariamente, por conter os anseios de retorno monetário, investem em melhorias de seus processos de treino e execução para que obtenham resultados melhores, resultados que trazem um retorno monetário mais significativo e enriquecedor economicamente. Pelo lado dos jogadores, ainda se mantém na essência da atividade, por mais que existam maiores pressões e cobranças de sua prática, para que entreguem sempre resultados constantes e satisfatórios, ainda o fazem pelo retorno do prazer que essas atividades proporcionam, agora entremeadas com o também significativo retorno monetário.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reunindo as informações advindas das múltiplas pesquisas e autores, podemos afirmar que o ambiente competitivo, quanto aos conceitos do e-sport, ainda está na fase dos primeiros estudos bem estruturados acerca desse novo contexto, e que as escassas informações são mais capazes de nos entregar novas perguntas, do que respostas. Entretanto, com o que foi percorrido nesta pesquisa, podemos afirmar que o e-sport atualmente já pode se categorizar como uma divisão do esporte convencional, com suas próprias características e peculiaridades, mas que exige de seus atletas os mesmos aspectos psicológicos que um esporte convencional, pois os anseios individuais de cada atleta se assemelham àqueles que vemos em entrevistas com jogadores de futebol ou de basquete, vemos todos abordando temas como concentração, treinos, trabalho em equipe, análise e melhoria dos próprios erros para aumento da performance nos jogos subsequentes, deixando de lado, inicialmente, os quesitos monetários. Ainda que faltem estudos sufi-

cientes para que se possa determinar de maneira concreta como se dá o processo de transformação daquilo que categorizava-se como lazer em trabalho, é possível inferir que a prática de jogar videogame competitivamente não é passível de encaixe em um trabalho convencional. Segundo as definições, o trabalho não traz prazer, este sentimento é inteiramente dedicado às atividades de lazer, enquanto no esporte eletrônico, os dois conceitos se entrelaçam em uníssono, sendo impossível separá-los e determinar qual momento é lazer e qual é trabalho, ambos andam em conjunto e caracterizam uma prática nova que ainda precisa ser visitada e analisada. Ainda neste assunto, nota-se também que existem definições do e-sport que não envolvem organizações ou retorno monetário para caracterizá-lo como tal, tornando o esporte eletrônico completamente avulso da necessidade de discutir ou considerar quando a atividade deixa de ser lazer ou vice-versa, afinal, qualquer sujeito em sua própria casa, avulso de qualquer relação trabalhista ou contratual, pode estar dentro do contexto competitivo do videogame sem sequer preocupar-se com isso.

Quanto às práticas dos psicólogos inseridos no contexto, podemos afirmar que o ambiente competitivo dos jogos eletrônicos é capaz de produzir estressores internos e externos que influenciam em toda a performance do atleta; sendo a forma com que cada atleta lida com essas demandas, o ponto chave para se tornarem os vencedores da competição. Neste momento, encontramos um campo de ação para o psicólogo na gestão dessas estratégias junto ao seu time, como foi exemplificado pelo time Astralis de CS-GO em 2016. O time possuía uma demanda interna de falhas comunicativas pela pressão do ambiente que foi gerida junto ao psicólogo do time, as estratégias ali tomadas levaram o time a vitória em 2017 na Eleague. Dentre as estratégias mencionadas, podemos encontrar segundo os teóricos Lazarus e Folkman a estratégia focada no problema buscando gerir ou alterar os estressores em questão (colocando metas, gestão do tempo, coleta de informações), o foco na emoção referindo-se à regulação do sofrimento ocasionados pelas demandas (respirando fundo, aceitação do sofrimento, criação de imagens visuais). Em síntese, o profissional da psicologia capaz de identificar os estressores internos e externos e seus impactos em um ou mais atletas, é capaz de estabelecer planos de ação afim de que aquela demanda seja atenuada, aumentando a performance.

## **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE, Ellber Rodrigo Santos. Entre o virtual e o real: a legitimação e a expansão do esporte eletrônico. São Cristóvão, SE, 2018. Monografia (licenciado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018

BLACKSHAW, Tony. Leisure. 1. ed. Londres, Inglaterra: Routledge, 2010. 192 p. v. 1.

BOROWY, Michael; JIN, Dal Yong. Pioneering eSport: The Experience Economy and the Marketing of Early 1980s Arcade Gaming Contests. *International Journal of Communication*, Los Angeles, v. 7, p. 1-21, 2013.

Fletcher D. Arnold R. (2017). Stress in sport: The role of the organizational environment. In Wagstaff C. R. D. (Ed.), *The organizational psychology of sport: Key issues and practical applications* (pp. 83–100). New York: Routledge/Taylor & Francis Group.

Fletcher D. Hanton S. Mellalieu S. D. (2006). An organisational stress review: Conceptual and theoretical issues in competitive sport. In Hanton S. Mellalieu S. D. (Eds.), *Literature reviews in sport psychology* (pp. 321–374). New York: Nova Science.

Himmelstein D. Liu Y. Shapiro J. L. (2017). An exploration of mental skills among competitive league of legend players. *Journal International Journal of Gaming and Computer-Mediated Simulations*, 9(2), 1–21. 10.4018/IJGCMS.2017040101

KAHN, Robert L. On the Meaning of Work. *Journal of Occupational Medicine: A Reassessment in America Proceedings of the 1974 Cornell Occupational Mental Health Conference*, [s. l.], v. 16, ed. 11, p. 716-719, 1974.

Lazarus R. S. Folkman S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.

MACEDO, T., e T. Falcão. “E-Sports, Herdeiros De Uma tradição”. *Intexto*, abril de 2019, p. 246-67, doi:10.19132/1807-858320190.246-267

MORRIS, K. (2013, December 21). Gamers are not only athletes, but the internet has changed the definition of ‘sports’.

Nicholls A. R. Polman R. C. J. (2007). Stressors, coping, and coping effectiveness among players from the England under-18 rugby union team. *Journal of Sport Behavior*, 30(2), 199–218.

REITMAN, Jason G. et al. *Esports Research: A Literature Review*. Sage Journals, University of California, Irvine, CA, USA, v. 15, p. 32-50, 1 jan. 2020.

ROS, Maria; SCHWARTZ, Shalom H.; SURKISS, Shoshana. Basic Individual Values, Work Values, and the Meaning of Work. *APPLIED PSYCHOLOGY: AN INTERNATIONAL REVIEW*, Madrid, Espanha, v. 48, ed. 1, p. 49-71, 1999.

Smith, Matthew & Birch, Phil & Bright, Dave. (2019). Identifying Stressors and Coping Strategies of Elite Esports Competitors. *International Journal of Gaming and Computer-Mediated Simulations*. 11. 22-39. 10.4018/IJGCMS.2019040102.

TAYLOR, Nicholas. Power play: digital gaming goes pro. 2009. Tese (Doctor of Philosophy in Education) –Graduate Program in Education, York University, Toronto, 2009.

TAYLOR, Nicholas. Professional Gaming. In: MANSELL, Robin; ANG, Peng (ed.). *The international encyclopedia of digital communication and society*. London: Wiley Blackwell, 2015.v. 1, p. 987-990

TAYLOR, T. L. *Raising the Stakes: E-Sports and the Professionalization of Computer Gaming*. Cambridge: MIT Press, 2012.

# A PERCUSSÃO CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA POSSIBILIDADE EDUCATIVA PARA A VIVÊNCIA DO CHORO

ROZA, Daniel Fernandes  
BOLLOS, Liliana Harb

## RESUMO

A percussão corporal na Educação Infantil pode ser uma valorosa possibilidade educativa no processo de musicalização das crianças. Grandes pensadores na área de educação musical, como Emile Jacques Dalcroze, Carl Orff e Wuytack, defendem que a consciência corporal é de suma importância no processo de aprendizado musical e até a presente data, diversas abordagens educacionais que estudam a relação entre música e movimento, e o Núcleo Barbatuques faz parte delas, tem ampliado o leque de experimentos que atestam tal fato. Este artigo visa apresentar alguns estudos e reflexões sobre tal temática, assim como uma proposta de vivência com a música Itararé de Chiquinha Gonzaga, desenvolvida trabalhada na formação de professores unidocentes da Rede Municipal de Educação de Jundiaí-SP. Pretende-se demonstrar o quanto a percussão corporal é um recurso importante no processo de musicalização infantil e pode favorecer a exploração de ritmos brasileiros, tal como o choro.

**Palavras-chave:** Percussão corporal. Choro. Educação Musical. Educação Infantil. Musicalização infantil.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é investigar caminhos que delineiam a percussão corporal como uma possibilidade educativa para a vivência do ritmo choro com crianças da Educação Infantil, com faixa etária de 4 a 5 anos. É sabido que o corpo humano pode ser considerado nosso primeiro instrumento musical, pois trata-se de uma fonte riquíssima em possibilidades sonoras e desde a mais tenra idade, a criança demonstra interesse pelos sons de seu corpo, busca explorá-los por meio de palmas, vocalizações, movimentos com a língua e comemora a cada sonoridade descoberta (BARBA, 2013, p.41).

Na medida em que as crianças crescem, buscam utilizar os sons em brincadeiras desafiadoras, como jogos de mãos e pés associados ao canto, coreografias e danças percussivas, trava-línguas e imitações com a voz de instrumentos musicais ou sons da natureza. Essas brincadeiras muito contribuem para seu desenvolvimento integral, pois estimulam seus potenciais, como os psicomotores e fonéticos Barba (2013, p.41). Os adultos também se utilizam dos sons corporais característicos em sua comunicação cotidiana para batucar, assobiar, sapatear, de modo geral, entreter-se e fazer música com o uso das sonoridades.

Historicamente, a busca do corpo no processo de compreensão de saberes musicais está relacionada ao desenvolvimento dos chamados “Métodos ativos de educação musical”, que durante o século XX contou com propostas e estudos de importantes educadores musicais, dentre eles Dalcroze, Kodály, Orff, Wuytack e Schafer, que contribuíram do ponto de vista prático e conceitual sobre os processos educativos. Como argumenta Fonterrada (2008, p.177), todos esses pedagogos musicais entendem que é pela vivência que a criança se aproxima da música, envolve-se com ela, passa a amá-la, e não por meio de procedimentos técnicos ou teóricos.

O choro é um gênero musical genuinamente brasileiro que carrega em seu seio vasta bagagem histórica, étnica, sociocultural, além de ricas características rítmicas, melódicas e de abertura para a criação e improvisação musical. A questão que tem norteado esta pesquisa é: a percussão corporal pode favorecer a vivência e a compreensão do gênero choro em crianças de 4 e 5 anos? Esta pergunta surgiu durante o planejamento de uma formação em Educação Musical para professores do segmento de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Jundiaí-SP. Nesse encontro, foram elaboradas propostas envolvendo o trabalho com esse importante estilo musical brasileiro.

Busca-se aqui, por meio da metodologia qualitativa, apresentar estudos bibliográficos que ressaltam as potencialidades da percussão corporal como uma ferramenta pedagógica importante no processo de ensino e aprendizagem e também possibilidades pedagógicas de seu uso em vivências do gênero choro nas aulas de educação musical. Ao final, será socializada uma proposta pedagógica com a música instrumental Itararé de Chiquinha Gonzaga, elaborada e sugerida em uma formação de professores unidocentes, visando o trabalho nas escolas municipais de Educação Infantil de Jundiaí.

## **2. OS SONS CORPORAIS NA ESCOLA**

O trabalho com os sons corporais pode ser importante no processo de ensino e aprendizagem, pois favorece o desenvolvimento do estudo e compreensão do mundo sonoro e musical de forma rica, criativa e também reflexiva. Maziero (2019, p.23) salienta que por meio deste recurso, é possível propiciar às crianças experiências com a linguagem musical, estimulando percepções rítmicas, melódicas e harmônicas, bem como a capacidade de criação e expressão musical, o contato com o próprio corpo, o desenvolvimento motor, ampliando o autoconhecimento e a interação com o grupo.

Nessa perspectiva, a criança precisa ser incluída ativamente no fazer musical, independentemente do seu estágio de desenvolvimento musical. É importante que ela seja instigada a participar, experimentar e apropriar-se dessa vivência desde seu primeiro contato com o som, ou seja, aprender música fazendo música (BOAL-PALHEIROS & BOU-

RSCHEIDT, 2012, p. 307). Sob a ótica das metodologias ativas, a experiência da criança no fazer musical como um ser ativo apresenta-se de modo essencial e amplamente significativo no processo de ensino e aprendizagem, como bem salienta a professora Teca Alencar de Brito:

As propostas pedagógico-musicais da primeira metade do século XX tinham em comum a valorização da vivência, da experiência como caminhos de aproximação das crianças à música, em lugar de partir dos aspectos técnicos e formativos aplicados às aulas de nas escolas regulares, como costumavam acontecer até então. Atividades envolvendo o movimento, a voz, além do contato com materiais sonoros diversos (especialmente a pequena percussão) foram introduzidos pouco a pouco nos territórios da Educação Musical, reorganizando as maneiras de pensar e fazer música na infância (BRITO, 2019, p.47).

Essa experiência, conceituada por Larrosa (2002, p.21) como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”, no âmbito musical deve ser acessível a todas as crianças e a percussão corporal favorece essa democratização do fazer musical, uma vez que o acesso ao corpo, ou seja, ao instrumento, é imediato, sem necessitar de ambientes e materiais específicos para a prática musical (MAZIERO, 2021, p. 27): uma sala de aula, pátio, praça, parque ou até mesmo uma rua, qualquer ambiente é propício para um aprendizado musical lúdico, brincante e consistente em conteúdo.

De acordo com a Base Curricular Comum Nacional, as práticas pedagógicas musicais com crianças pequenas devem ocorrer por meio de interações e brincadeiras, de modo que elas possam construir e apropriar-se de conhecimentos mediante suas ações e interações com seus pares e com os adultos, ocasionando na construção de aprendizagens, desenvolvimento e socialização (BRASIL, 2018, p.37). Dessa forma, pode-se inferir que é imprescindível que o lúdico esteja presente no processo de ensino e aprendizagem, como afirma Oliveira (2001, p.100):

A musicalização deve trabalhar de maneira lúdica. A criança deve sentir prazer em frequentar as aulas de música, usar a criatividade. Porém, precisamos tomar cuidado para que as crianças não considerem a aula de música somente como divertimento, descontração, o que fará com que elas deixem de aceitar o direcionamento do professor.

Esse alerta mencionado por Oliveira aponta para a necessidade de uma intencionalidade educativa por parte do professor. Sobre esse aspecto, a BNCC alerta para o fato de que

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da

ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, 2018, p. 36).

Para além da utilização pedagógica da percussão corporal como um importante agente de construção de conhecimentos relacionados à linguagem musical, Barba & Barbatuques apud. Brito (2019, p.151) argumenta que é possível ir além da produção de gestos e movimentos funcionais e, dessa forma, transformar o corpo em um instrumento sonoro-musical, potente enquanto elemento de expressão, de produção de arte.

A potência do sonoro nos coloca em relação com uma multiplicidade de sentidos e significados, transcendendo a funcionalidade comunicativa e provocando mergulhos em planos que nos transportam para os territórios da expressão; para o jogo da arte (BARBA & BARBATUQUES apud BRITO, 2019, p.151).

Portanto, o corpo humano, com a sua necessidade de expressão, é o instrumento básico da criança. Suas potencialidades permeiam os diversos aspectos do fazer musical, tanto no que tange a pesquisa e exploração sonora, quanto a reprodução e criação de arranjos (WUYTACK, 1993, p. 5).

### **3. CHORO: UM BREVE HISTÓRICO**

O Choro é um gênero musical genuinamente brasileiro. Sua definição é uma tarefa difícil, por se tratar de estudo recente, estar em um campo extenso, dinâmico e ainda em evolução no mundo acadêmico.

Sobre a origem da palavra choro, André Diniz (2003, p. 13). menciona que:

Assim como outros gêneros musicais, o choro sofre com as infinitas discussões a respeito da gênese do seu nome. Das várias versões existentes, a mais verossímil é a que diz que o termo “choro” surgiu da “colisão cultural” entre “choro” do verbo “chorar” e chorus, que significa “coro” em latim. No início a palavra designava o conjunto musical e as festas onde esses conjuntos se apresentavam; mas na década de 1910 já se usava o termo para denominar um gênero consolidado.

Segundo Almada (2012, p. 243), as origens do choro e do samba advém da mesma árvore genealógica: o maxixe e a polca. Essa última pode ser considerada a principal referência para a criação do ritmo choro. Trata-se de uma das muitas danças europeias importadas no século XIX e que se tornaram muito populares na sociedade carioca da época, exercendo grande influência sobre a estrutura formal desse estilo musical. Quanto

aos aspectos rítmicos e melódicos, o processo de abasileiramento da polca e das outras danças que originaria o maxixe, ocorreu aos poucos, com a participação dos compositores e instrumentistas. O lundu, mais importante gênero musical praticado nas festas e salões, também exerceu influências sobre a origem do choro.

Uma das características iniciais do choro é que inicialmente tratava-se de um apenas de grupos instrumentais, compostos por flauta, dois violões e cavaquinho. O improviso é uma prática frequente entre os músicos e comumente há espaço para a criação, experimentação e improvisação. Muitas vezes os músicos tocam sem o uso de partitura, tendo como referência apenas o “ouvido”, ou seja, o fazer musical se dá principalmente pela vivência e interação entre os músicos (OLIVEIRA PINTO & PETERS, 2020, p.365)

Para o cavaquinista, pesquisador e professor Henrique Cazes,

Mais tarde a palavra Choro apareceu com diferentes significados: o grupo de chorões, a festa onde se tocava Choro e, somente na década de 1910, pelas mãos geniais de Pixinguinha, Choro passou a significar também um gênero musical de forma definida (CAZES apud. MACHADO E MACHADO, 2022, p.2).

Entre os grandes nomes do “choro” estão: Joaquim Calado, Ernesto Nazareth, Anacleto de Medeiros, Pedro Alcântara, Marcelo Tupinambá, Pedro Galdino, Jacob do Bandolim, Luperce Miranda e Zequinha de abreu (ALMADA, 2012, p. 243). Nesta pesquisa, foi utilizada uma obra da compositora Chiquinha Gonzaga para estudo.

Chiquinha Gonzaga (1847-1935), compositora e regente carioca, atuou no rico ambiente musical do Rio de Janeiro do Segundo Reinado, no qual imperavam polcas, tangos e valsas, e não hesitou em incorporar ao seu piano toda a diversidade que encontrou, sem preconceitos. Assim, terminou por produzir uma obra fundamental para a formação da música brasileira (DINIZ, 2011).

#### **4. VIVÊNCIA COM A MÚSICA ITARARÉ DE CHIQUINHA GONZAGA**

Neste texto, vou remeter a uma sugestão de proposta de aula com a música instrumental Itararé de Chiquinha Gonzaga para Grupos de crianças de 4 e 5 anos que foi compartilhada com os professores unidocentes de Educação Infantil (crianças pequenas), da rede municipal de educação de Jundiaí-SP. A proposta em questão evidencia a percussão corporal como uma potencialidade educativa para a vivência do choro (MUSICAR-TE, 2021, p.4/5).

Desde 2017, atuo como parte da equipe de coordenação do MusicAR-TE, programa responsável pela formação continuada em Educação Musical de professores unido-

centes, professores de Arte das escolas de período integral e coordenadores pedagógicos nos segmentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental e tem como principal intuito favorecer a educação musical e integral das crianças, por meio de metodologias ativas, como enfatizado no Currículo Jundiense:

Evidencia-se uma educação musical que busque valorizar as especificidades da música e também sua integração com outros saberes, explore diferentes expressões artísticas, potencialize a conexão música, corpo e movimento e favoreça o protagonismo infantil. (JUNDIAÍ, 2022, p. 67)

Sobre a importância de apresentar uma variedade de gêneros musicais para as crianças, Beatriz Ilari menciona que

Além de procurar desenvolver competências musicais como cantar “afinado” dentro de padrões estético-musicais de estilo da canção, manter o ritmo ao cantar ou tocar, realizar pequenos acompanhamentos instrumentais, compor, improvisar sobre uma melodia ou perceber diferentes combinações de instrumentos, vozes e estilos, é muito importante apresentar uma grande quantidade de gêneros musicais às crianças (ILARI, 2009, p.45).

Na primeira etapa da aula, sugere-se que o professor coloque a música Itararé de Chiquinha Gonzaga para as crianças realizarem a apreciação. Segundo França e Swanwick (2002, p.12), ouvir permeia toda experiência musical ativa e é essencial para o desenvolvimento musical, além de ser um processo ativo de organização e construção dos eventos temporais ouvidos em uma obra. A escuta possibilita o engajamento com a música, a expansão de nossos horizontes musicais, sua compreensão e, embora seja aparentemente uma atitude receptiva, trata-se de um ativo processo perceptivo, pois a mente e o espírito são mobilizados.

É essencial aprender a ouvir, conhecendo os temas de uma obra musical para se poder conhecê-los durante a audição. [...] A grande variedade de metodologias e a extraordinária riqueza do repertório musical disponível contribuem para que o ensino do ritmo às crianças possa cumprir objetivos educacionais, musicais e estéticos (BOAL-PALHEIROS, 1999, p. 8).

Durante ou após o momento de escuta, o professor deve fazer boas perguntas, tais como: quais instrumentos musicais perceberam, se já ouviram falar na compositora e artista Chiquinha Gonzaga, se conhecem o ritmo Choro, o que chamou mais a atenção das crianças na música, de modo a levá-las a estabelecer um foco em elementos importantes do material apresentado, além de levantar o que eles já conhecem sobre o gênero trabalhado. Segundo Rinaldi (2012, p. 208/209),

Escutar é uma atitude que requer a coragem de se entregar a convicção de que o nosso ser é só uma pequena parte de um conhecimento mais amplo; escutar é uma metáfora para estar aberto aos outros, ter sensibilidade para ouvir e ser ouvido, em todos os sentidos. É uma palavra que não deveria ser dirigida somente às crianças. Em particular, escutar é dar a si próprio e aos outros um tempo para ouvir. Por trás de cada ato de escuta, há um desejo, uma emoção, uma abertura às diferenças, a valores e pontos de vista distintos.

Na etapa 2, sugere-se que o professor promova a contextualização da temática trabalhada na aula e apresente, de forma lúdica e criativa, elementos para as crianças ampliarem seu conhecimento, como: quem foi Chiquinha Gonzaga, o que é o choro, imagens e sons de instrumentos que frequentemente aparecem no choro e a nomeação de cada um deles. As imagens podem estar todas dentro de uma caixa surpresa e ser retiradas gradualmente. Esta apresentação pode ocorrer mediada por uma história, onde os instrumentos reuniram-se em uma grande festa para dançar e tocar com a artista:

“Chiquinha Gonzaga começou a festa chamando a flauta transversal, que logo pensou como seria legal convidar o pandeiro. Passando por ali estavam os primos, violão, bandomolim e cavaquinho, que quando escutaram a canção se animaram e entraram na festança. Foi um dia muito feliz, pois todos estavam tocando e dançando juntos. Vamos entrar nesta festa também?”

A proposta é que ao final da aula as imagens e informações sobre Chiquinha Gonzaga e instrumentos musicais sejam expostos pelo espaço para que possam compor a ambiência.

Na etapa 4, o professor poderá propor que as crianças realizem uma pesquisa sonora dos sons corporais. Wuytack (1993, p.5) reforça que o corpo humano é o instrumento básico da criança, o seu campo de atividade. Segundo Barba (2013, p.40), é importante considerar que cada pessoa tem um corpo sonoro único e um ritmo próprio de conhecê-lo. Para que ocorra a aprendizagem, é necessário muita prática, curiosidade, adaptabilidade, concentração e observação de si e do outro. Novamente, é importante que sejam realizadas boas perguntas, tais como: quais sons podemos extrair das mãos, da coxa, da boca, do peito, dos pés. Durante a exploração, o professor deve ser inicialmente a referência, o modelo para as crianças, uma vez que “a imitação é uma das metodologias essenciais à aprendizagem rítmica, sobretudo com as crianças mais pequenas, que ainda não dominam a leitura” (BOAL-PALHEIROS, 1999, p.7)

Por último, sugere-se que seja colocada novamente a música Itararé para que possam realizar marcações rítmicas com os sons corporais. A partir dessa etapa, o pro-

fessor deve elaborar com as crianças um arranjo musical utilizando elementos simples, tais como: marcação da pulsação com palmas ou percussão em qualquer outra parte do corpo, acentuação nos tempos fortes ou efeitos sonoros como o raspar de uma palma da mão na outra. Maziero (2021, p. 27) salienta que

Considerando que o fazer musical é um processo conjunto que envolve a exploração, criação, execução de sons e o pensar nessa produção, ouvir o que as crianças têm a dizer sobre como compreendem esse fazer musical, por meio da percussão corporal, pode propiciar avanços para a educação musical ao também reconhecer esses sujeitos como produtores de música.

Durante a elaboração do arranjo, deve-se oportunizar momentos para o exercício da criatividade, como: imitação rítmica, pergunta-resposta, jogos com motivos rítmicos. Práticas como essa favorecem a improvisação musical por parte das crianças, afinal como defende Boal-Palheiros (1999, p. 7) não se aprende uma língua apenas para reproduzir, mas sobretudo para se poder exprimir e comunicar. Criando, ela conhece melhor esta música e a improvisação faz destas estruturas sonoras uma criação sempre nova.

## **CONCLUSÃO**

Pretendeu-se neste trabalho verificar as potencialidades educativas que a percussão corporal pode oferecer para a vivência do choro com crianças da Educação Infantil com faixa etária de 4 e 5 anos.

Para satisfazer este objetivo, optou-se pela realização de pesquisas e análises de estudos bibliográficos de importantes pedagogos e pesquisadores, como Jos Wuytack , Fernando Barba e também o compartilhamento de uma proposta com a música instrumental Itararé de Chiquinha Gonzaga.

É necessário mencionar que os estudos realizados provaram que sim, por meio da percussão corporal é possível proporcionar ricas experiências musicais com crianças pequenas no trabalho com ritmos brasileiros, em especial o choro. Ficou evidente que os sons corporais são recursos democráticos, uma vez que todos possuem acesso ao corpo, de muita potencialidade, vasta diversidade sonora, e acima de tudo, muito atrativo, pois desde muito cedo as crianças demonstram interesse por esses sons.

Faz-se notar, todavia, que os resultados obtidos não são conclusivos e que carecem de estudos mais aprofundados sob a ótica das experiências das crianças com a proposta sugerida, a partir de análises da documentação pedagógica de professores, entretanto, favorecem e apontam caminhos para um trabalho significativo com esse importante gênero de nossa música popular: o choro.

## REFERÊNCIAS

- ALMADA, Carlos. Harmonia funcional. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- BARBA, Fernando; Núcleo Educacional Barbatuques. O corpo do som: experiências do Barbatuques. Música na Educação Básica. Brasília: 2013.
- BOAL-PALHEIROS, G (1999). Metodologias e investigação sobre o ensino ritmo. Revista de Educação Musical, 103, 4-9.
- BOAL-PALHEIROS, G. & BOURSCHEIDT, L. Jos Wuytack. A pedagogia musical ativa. In T. Mateiro & B. Ilari (Orgs.) Pedagogias em educação musical. Curitiba: IBPE. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRITO, Teca Alencar de. Um jogo chamado música: escuta, experiência, criação, educação. São Paulo: Peirópolis, 2019.
- DINIZ, André. Almanaque do choro: a história do chorinho, o que ouvir, o que ler, onde curtir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- DINIZ, E. Alma brasileira de Chiquinha Gonzaga. Acervo Digital Chiquinha Gonzaga: 2011. Disponível em: <<https://chiquinhagonzaga.com/wp/alma-brasileira-colecao-de-choros-de-chiquinha-gonzaga/>>. Acesso em: 15 de out. de 2022.
- FRANÇA, C. C.; SWANWICK, K. Composição, apreciação e performance na educação musical: teoria, pesquisa e prática. In: Em Pauta, v. 13, n. 21, dezembro/2002.
- FONTEERRADA, M. De tramas e fio: um ensaio sobre música e educação. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.
- ILARI, Beatriz. Música na infância e na adolescência: um livro para pais, professores e aficionados Curitiba: Ibpe, 2009.
- JUNDIAÍ. Currículo Jundiaiense. UGE: Jundiaí, 2022.
- LARROSA, B.J. Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr 2002 n. 19 (Jorge Larrosa Bondía, Universidade de Barcelona, Espanha, Tradução de João Wanderley Geraldi, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística).

MACHADO, Johnson Joanesburg Anchieta; MACHADO, Roberto Stepheson Anchieta. 2022. O estudo do choro como ferramenta e estímulo à aprendizagem musical. Per Musi no. 42, General Topics: 1-12.

MAZIERO, Mariana Gomes. Percussão corporal pela abordagem Barbatuques segundo as crianças: uma cartografia de escuta. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes. São Paulo, p. 135. 2021.

MUSICAR-TE. Indicação 5: Músicas do Mundo (Educação Infantil). UGE: Jundiaí, 2021.

OLIVEIRA, D. A (2001). Musicalização na educação infantil”. Educação Temática Digital, Campinas, V.3, n. 1, pp. 98-108, dez..

OLIVEIRA PINTO, Camile Tatiane de; PETERS, Ana Paula. O choro, a apreciação musical ativa e o desenvolvimento cognitivo e musical dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Revista da Abem. v. 28 p. 365, 2020.

RINALDI, Carla. Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar, aprender. São Paulo: Paz & Terra, 2012

WUYTACK, J. (1993). Atualizar as ideias educativas de Carl Orff. Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical, 76, 4-9.

# A TRANSFORMAÇÃO DO GÓTICO ATRAVÉS DE MARY SHELLEY

CAMARGO, Maria Leontina Pinheiro  
VILLANI, Fábio Luiz (orientador)

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo destacar a influência e transformação do Romance Gótico a partir da publicação de Frankenstein, ou O Prometeu Moderno de Mary Shelley, estabelecendo sua origem, história e características.

**Palavras-chave:** Frankenstein. Romance Gótico. Mary Shelley.

## ABSTRACT

The following article aims to highlight the influence and transformation of the Gothic Romance from the publication of Frankenstein, or The Modern Prometheus by Mary Shelley, establishing its origin, history and characteristics.

**Keywords:** Frankenstein. Gothic Romance. Mary Shelley.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII, os escritores começaram a entender a literatura como um instrumento para refletir e criticar os valores dessa sociedade, mas mais do que isso, contribuir para a criação da própria. A principal característica da literatura é a contemporaneidade, pois os romances possuem acontecimentos atuais, ou que mesmo num passado refletem a atualidade.

Com o Romance Gótico não é diferente, nele todo o sobrenatural se origina de diferentes interpretações da realidade, mas a sensação de terror é real. Assim o leitor sentia-se cativado num misto de possibilidade e absurdo, pois as histórias continham mistérios e suspenses que uniam o grotesco e o sublime, fazendo analogia ao medo que pairava na atmosfera da sociedade da época.

Neste estudo, apresentaremos a escritora e a obra, seguida pelo contexto histórico literário de sua época que influenciou fortemente sua escrita, dando ênfase na história do Romance Gótico. Finalizando com uma análise da obra Frankenstein, ou O Prometeu Moderno.

Mary Shelley foi capaz de criar um novo mito, o mito de Frankenstein, e contribuiu para a renovação do romance gótico e para a criação de uma nova modalidade literária - a ficção científica

## 2. A CRIADORA

Nascida Mary Wollstonecraft Godwin no dia 30 de agosto de 1797 em Londres, filha do filósofo William Godwin e da escritora feminista Mary Wollstonecraft. Mary Shelley foi autora, dramaturga, ensaísta, biógrafa e escritora de literatura de viagens, mais conhecida por seu romance gótico, *Frankenstein: ou O Prometeu Moderno* de 1818.

A mãe de Mary morreu 10 dias depois de seu nascimento; ela e sua meia-irmã, Fanny Imlay, foram criadas por seu pai que se casou pela segunda vez em 1801 com Mary Jane Clairmont. Godwin deu à sua filha uma rica e informal educação, encorajando-a a aderir às suas teorias políticas liberais.

Em 1814, Mary Godwin iniciou um relacionamento amoroso com um dos seguidores políticos de seu pai, o poeta Percy Bysshe Shelley que, na época, estava casado. Junto com a meia-irmã de Mary, Claire Clairmont, eles partem para a França. Mary e Percy Shelley se casaram em 1816 após o suicídio da primeira mulher de Percy, o casal passou por grandes turbulências durante a vida como o ostracismo, dívidas e a morte de quatro dos cinco filhos que tiveram juntos, estas perdas a deixaram em uma depressão profunda que a isolava de Percy Shelley e por um tempo, ela só encontrou conforto na sua escrita. O nascimento de seu quarto filho, Percy Florence, que finalmente levantou seu ânimo.

Em 1816, passaram o verão com Lord Byron, John William Polidori, e Claire Clairmont próximos de Genebra, Suíça, onde depois de um desafio proposto por Lord Byron para escrever uma história de terror, Mary concebe a ideia de seu romance *Frankenstein*. Em 1822, Mary sofreu um aborto do quinto filho que estava esperando, perdendo tanto sangue que quase veio a falecer. Em julho daquele ano o marido afogou-se quando seu barco afundou durante uma tempestade na Baía de La Spezia. Um ano depois, Mary Shelley retornou a Inglaterra, devotando-se, desde então à educação de seu único filho sobrevivente, Percy Florence, e à carreira como autora profissional.

Durante o período de 1826-40, Mary Shelley ficou ocupada como editora e escritora, ela escreveu os romances *O Último Homem* (1826), *Perkin Warbeck* (1830), *Lodore* (1835) e *Falkner* (1837). Em 1848, passou a morar com seu filho e sua nora na casa ancestral dos Shelleys em Londres, e os acompanhou em viagens ao exterior.

Os últimos anos de Mary Shelley foram afetados pela doença. Desde 1839, ela sofreu de dores de cabeça e ataques de paralisia em partes do seu corpo, que por vezes impedia de ler e escrever. Em fevereiro de 1851, ela morreu com cinquenta e três anos, com a suspeita de seu médico de um tumor cerebral.

### 3. A CRIAÇÃO

O navio de Robert Walton se encontra naufragado no mar congelado do Polo Norte, o explorador relata por meio de cartas endereçadas à sua irmã, o decorrer da viagem de sua empreitada. Nelas ele conta sobre um sujeito que sua tripulação avistou puxando um trenó em meio ao gelo e eles decidem acolhê-lo.

O homem em questão é Victor Frankenstein, um ambicioso cientista que faz amizade com Walton e decide contar para ele sua história. Era um rapaz curioso em relação à ciência e havia dedicado muitos anos estudando alquimia, ciência natural e como criar vida a uma criatura formada por partes de cadáveres humanos, tal sonho o afastou duramente de sua família. Após descobrir na teoria, resolve colocar o plano em prática e passa a visitar cemitérios em busca das "melhores" partes de corpos para criar um novo ser.

Seu experimento resulta em uma criatura enorme, animada por meio de impulsos elétricos. Ao ver o resultado de sua pesquisa se dá conta do erro biológico que havia cometido, com medo da gigante e horrenda criatura, ele se afasta e a abandona. O monstro foge do laboratório em rumo a uma floresta, levando consigo os diários do doutor, lá ele encontra uma bagagem com roupas e livros.

Ele passa a morar em uma cabana próxima de uma família de franceses, um pai cego e seus dois filhos. Essas pessoas o inspiram e, por meio da observação, ele aprende a ler e falar. Após algum tempo, toma coragem e entra em contato com a família esperando que eles o acolham pois a tristeza e solidão eram grandes. Entretanto, a família fica apavorada e o expulsa. A partir desse momento, a criatura desenvolve um ódio intenso pela humanidade e busca a todo custo se vingar de seu criador.

O monstro, sabendo que a família de Victor vivia em Genebra, segue seu caminho até lá e, por vingança, mata o irmão mais novo de Victor. A culpa recai sobre Justine, a empregada da família, que é condenada à morte. Victor acredita que o responsável pelo crime era o monstro e passa a procurá-lo. Ao se encontram, o monstro conta o motivo de sua revolta e pede que o cientista crie uma companheira para ele, uma criatura que possa acompanhá-lo e que não tenha medo dele.

Victor se nega, mas a criatura ameaça matar as pessoas que o cientista ama. O doutor então concorda e monta uma figura feminina para o monstro, entretanto ele muda de ideia, temendo criar uma raça de monstros que destruiriam a humanidade. Então a criatura se vinga mais uma vez, matando o melhor amigo e a noiva do cientista. Jurando vingança, o criador passa a perseguir a criatura, que o leva através de uma longa caçada

em direção ao norte, prosseguindo pelos mares congelados, onde eventualmente são avistados pelo capitão Walton e sua tripulação.

Victor já está bem debilitado e acaba morrendo, a criatura consegue entrar no navio e se depara com seu criador sem vida. Mesmo com espírito sanguinário, o monstro tinha emoções, o que faz com que sinta profundamente a perda de seu "pai".

O ser diz ao capitão Walton que já não vale mais a pena viver e que fará uma grande fogueira, se atirando nela e acabando com sua existência para sempre, trazendo paz aos humanos.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CONTEXTO HISTÓRICO E LITERÁRIO**

O final do século XVIII foi um período de mudanças revolucionárias na Europa. O Iluminismo, ou a Idade da Razão, havia adotado os avanços científicos que propiciaram a Revolução Industrial, assim como as várias ideias filosóficas que levaram as revoluções políticas na América do Norte e na França. Os efeitos da industrialização e urbanização da sociedade causaram fortes impactos no modo como muitas pessoas viviam e trabalhavam. (CANTON, J. et al., 2016).

Com foco na Inglaterra, Cevalco e Siqueira explicam:

Recém-saída de uma guerra vitoriosa contra Napoleão, a Inglaterra vê ameaçada sua paz interna. O país está passando da estrutura agrária para a industrial. Milhares de pessoas deixam os campos para buscar a sobrevivência nas cidades. Chegando, porém, têm que se submeter a condições de trabalho subumanas, que não poupam nem mulheres nem crianças. E tudo isso por um salário miserável, que não lhes proporciona mais que as piores condições de moradia e alimentação. As tentativas de organização do que hoje chamamos sindicatos são violentamente reprimidas. As classes mais favorecidas temem um conflito das proporções de uma Revolução Francesa, que, em 1789, acendera a esperança de igualdade, fraternidade e liberdade na Europa. (CEVASCO e SIQUEIRA, 1985, p. 46).

No início do século XIX, o indivíduo tomou o centro das atenções. Em parte, como reação à fria racionalidade do Iluminismo, surgiu um movimento artístico voltado para sentimentos subjetivos e qualidades como intuição, imaginação e emoção. Esse movimento ficou conhecido como Romantismo.

O estado de espírito do romantismo toma mais tarde a forma de um movimento com sua visão de mundo centrada no indivíduo. Seus autores voltam-se cada vez mais para si mesmo, retratando ideais utópicos, desejos íntimos, amores trágicos, enfim, o drama humano. Uma vez que o século XVIII era centrado no iluminismo e na razão, o século XIX foca no lirismo, na emoção, na subjetividade e no eu.

Em sua definição mais simples, “romântica” é simplesmente uma datação conveniente para a literatura escrita, grosso modo, entre 1789 e 1832.

Mas por que pegar 1789 como ponto de partida? Porque o Romantismo coincidiu com um acontecimento histórico mundial: a Revolução Francesa.

Com isso, em sua obra *Uma breve história da Literatura*, Sutherland (2013) destaca uma característica importante do Romantismo:

[...] foi o primeiro movimento literário a ter, em seu âmago, uma “ideologia” – o conjunto das crenças pelas quais pessoas e povos vivem suas vidas. Sempre havia existido uma literatura que era política: os poemas de John Dryden sobre “assuntos de Estado”, por exemplo, ou Jonathan Swift atacando os liberais nas *Viagens de Gulliver*. *Coriolano*, de Shakespeare, pode ser lido como uma peça política. A política diz respeito à administração do Estado (origina-se na palavra “cidade” em grego antigo). A ideologia pretende mudar o mundo. O Romantismo tem esse impulso na sua essência. (SUTHERLAND, 2013, p. 122)

O autor continua: “Não era tudo ideologia. Os românticos eram fascinados pela psicologia humana e pelas emoções que condicionam nossas vidas.” (SUTHERLAND, 2013, p. 125). Fascinados pelas emoções, e em especial pela melancolia, os românticos investigaram estados emocionais com ajuda de drogas. O ópio e seus derivados (para poetas posteriores, a morfina) proporcionavam uma viagem de exploração pelo eu adentro. Conseguir as drogas propriamente ditas não exigia nenhuma grande exploração. Elas eram vendidas, por tostões, em todos os estabelecimentos farmacêuticos e até mesmo em algumas livrarias. “Você podia comprar meio litro de láudano (morfina dissolvida em álcool e usada como analgésico) junto com o seu volume das *Baladas Líricas*.” (SUTHERLAND, 2013, p. 126).

Dizer que o Romantismo foi uma “revolução” não é um exagero. O fogo do movimento ardia demais, mas não poderia durar muito tempo. Com efeito, seu fogo se apagou na Grã-Bretanha pela altura da morte de Scott, em 1832, e da “quieta” revolução política do próprio país, a Primeira Lei de Reforma. Mas o Romantismo mudou, para sempre, os modos com que a literatura era escrita e lida.

Apresentado um contexto introdutório para nosso estudo, a seguir vamos nos aprofundar no subgênero de destaque do Romantismo que irá influenciar diversas culturas ao redor do mundo até os dias atuais: o Romance Gótico.

O termo “gótico” está associado ao povo godo, uma tribo germânica do século II a.C. Os poucos registros históricos que restaram sobre os godos contribuíram para cons-

truir uma imagem de um povo primitivo, supersticioso e guerreiro, que contribuiu para a queda e a destruição do Império Romano. (ALEGRETTE, 2010, p. 14).

A partir disso a palavra “gótico” passou a ser usada para se referir a qualquer manifestação artística que não se enquadrasse dentro dos padrões estéticos da cultura clássica, tornando-se sinônimo de terrível e bárbaro.

O que nos leva a arquitetura gótica da França no século XII com abóbodas ogivais, vitrais coloridos, torres altas e gárgulas no seu exterior. Klein (2018) destaca sobre o estilo arquitetônico gótico nas notas de seu artigo:

Remetia-se ao estilo em que o povo godo construía as suas casas, com o formato quadrado e com o teto pontiagudo longilíneo, que inspirara, primeiramente, as catedrais medievais francesas do século XII, e posteriormente demais catedrais na Europa. (KLEIN, 2018, p. 16)

É dentro dessa ambientação que surge O Castelo de Otranto (1764) de Horace Walpole, com subtítulo “A Gothic Story”, o precursor do Romance Gótico. No prefácio da segunda edição, o autor explica a sua escrita:

Foi uma tentativa de fundir dois tipos de romance, o antigo e o moderno. No primeiro, tudo era imaginação e improbabilidades; no segundo, pretendia-se que a natureza fosse sempre, e às vezes era copiada com sucesso. Não que tenha faltado invenção, mas os grandes recursos fantasiosos foram represados por uma aderência estrita à vida comum. Entretanto, se no segundo estilo a Natureza sufocou a imaginação, estava apenas reclamando sua vingança, tendo sido totalmente excluída dos romances antigos. As ações, sentimentos e conversações de heróis e heroínas da antiguidade eram tão antinaturais quanto as máquinas empregadas para colocá-los em movimento. (WALPOLE, 1996, p. 19 apud FRANÇA, 2016, p. 2495)

No enredo de Walpole nos é apresentado, o que se torna a ser, as principais características do Romance Gótico como a presença de cenários medievais em castelos, cemitérios, florestas escuras, labirintos, catedrais, palácios em ruínas, flores e locais sombrios representados na arquitetura gótica, com vitrais decorados, objetos pontiagudos, vãos e outros elementos considerados ‘grotescos’. Em consonância, se noticia o mistério recorrente nos temas propostos, retratando o sobrenatural de modo sugestivo ou evidente perante eventos inexplicáveis. Nesse enquadramento, a trama apresenta contextos políticos e religiosos, sobretudo, o cristianismo e o colonialismo, agregados nas condições limitantes entre o real e a fantasia. Quanto à criação dos personagens, costumam ser insanos ou inconfiáveis que implementam a psicologia do terror, abordando a devassidão sexual, o medo do desconhecido e a deformação corporal. (ALVES, 2022, p. 22).

O romance gótico representa uma mescla de tradições distintas, uma mistura entre o mitológico e o mimético, entre imaginação e realidade. A proposta subjacente seria o retorno a uma época de sonhos. Nesses romances são apresentados discursos do sentimento, que é frequentemente exagerado na sua representação das emoções. O medo e o anseio pela morte foram temas centrais nessas histórias que pendiam entre a realidade e a aceitação de um mundo sobrenatural. Além das ambientações internas, também são frequentes as representações externas, cenas da Natureza.

Além de tratar de questões políticas e estéticas, que tiveram sua origem na Revolução Francesa e na Revolução Gloriosa inglesa, o estilo de linguagem empregado pelos romancistas procura excitar em vez de informar, “gelar” seu sangue, fortalecer suas fantasias, e alimentar seu interesse pelo maravilhoso e pelo estranho, em vez de ensinar-lhe lições que pudessem ser aplicadas na vida prática. (ALEGRETTE, 2010, p. 20).

Segundo Lovecraft (1973), a emoção mais forte e mais antiga do homem é o medo, e a espécie mais forte e mais antiga de medo é o medo do desconhecido. Muitos preferiam se distanciar desta atmosfera mórbida, mas então como seria possível o sucesso do romance gótico?

A atração do spectral e do macabro é de modo geral limitada porque exige do leitor uma certa dose de imaginação e uma capacidade de desligamento da vida do dia-a-dia. Relativamente poucos são suficientemente livres das cadeias da rotina do cotidiano para reagir às batidas do lado de fora da porta [...], mas os sensitivos estão sempre conosco, e às vezes um curioso lampejo de magia invade um recanto obscuro da cabeça mais empedernida; de modo que nenhuma dose de racionalização, de reforma ou de análise freudiana é capaz de anular completamente o arrepio do sussurro no canto da lareira ou da floresta solitária. É decorrência de uma conformação ou tradição psicológica tão real e tão fundamente arraigada na experiência mental quanto quaisquer outras conformações ou tradições da humanidade; coeva do sentimento religioso e intimamente relacionada a muitos dos seus aspectos, é parte por demais intrínseca da nossa herança biológica mais visceral para perder a forte influência que exerce numa minoria significativa, mesmo se não muito numerosa, da nossa espécie. (LOVECRAFT, 1973, p. 11).

Sobre as emoções, Klein (2018) comenta:

A negação dos sentimentos humanos, não os impedia de serem sentidos. Ainda mais num período de transformações tão abruptas e realizadas sem qualquer margem para o diálogo, repercutindo em temor pelo desconhecido – o que há por vir – e o qual não permite que suas superstições e sua religião, sejam expostas. Esse caldo de sentimentos reprimidos, que reside em cada um e de forma não declarada em toda a sociedade

pré-industrial, é a matéria- prima, a fonte, que irá originar, alimentar e disseminar o gênero gótico na literatura. (KLEIN, 2018, p. 30)

O Romance Gótico reflete a melancolia e a perturbação do leitor diante das transformações sociais ambientadas na época, revelando um lado obscuro do ser humano que tanto tentamos evitar, mas que, segundo os românticos, deveríamos abraçar. O leitor do romance é solitário, mais solitário que qualquer outro leitor. Nessa solidão, o leitor do romance se apodera da matéria de sua leitura, ela o convida a refletir sobre o sentido da vida:

Tudo que seja de algum modo capaz de incitar as idéias de dor ou de perigo, isto é, tudo que seja de alguma maneira terrível ou relacionado a objetos terríveis ou atua de um algum modo análogo ao terror que constitui uma fonte do sublime, isto é, produz a mais forte emoção, porque estou convencido de que as idéias de dor são muito mais poderosas do que aquelas que provêm do prazer (BURKE, 1993, p.48 apud ALEGRETTE, 2010, p. 22).

O gótico ganha esse destaque por colocar em suas páginas o que se sentia, por esse motivo sua popularidade foi tão grande, pois a sensação de terror era transportada para uma história de ficção e não a sua própria história. Afinal, num tempo em que se vivia aterrorizado com a realidade, era comum sonhar-se com monstros. (KLEIN, 2018, p. 34) Desta fonte que Mary Shelley bebeu e que, em 1818, é publicado Frankenstein: O Prometeu Moderno.

## **5. ANÁLISE DA OBRA**

Há quem diga que a obra de Mary Shelley não se encaixa no Romance Gótico, devido a características a mais que sua obra apresenta, e outras de sua época não. Sobre isso Lemos (2007) rebate:

Não há assim uma relação de cultura e discurso homogêneo, nem mesmo quando pensado em um grupo específico [...] pois, segundo Chartier, as regras impostas por determinadas circunstâncias são vividas de forma única e, por consequência, exclusiva para cada ser, não incorrendo no erro de classificar certas normas como delimitadoras dos processos, pois por pertencerem e classificarem uma coletividade, restringem os indivíduos que delas participam, pois dentro desse grupo sempre haverá aqueles que irão ter certas condutas, enquanto outros tomarão outras, criando a partir de cada escolha, a subjetividade do indivíduo, gerando a sua identidade, que virá repercutir nos vestígios históricos por ele deixados (LE-MOS, 2007, p. 64 apud KLEIN, 2018, p. 35-36)

Deve-se então interpretar determinada obra, neste caso Frankenstein, como mais uma peça que compõe um grande quebra-cabeça, o Romance Gótico.

O Castelo de Otranto de Horace Walpole, teve sua origem de um pesadelo do autor em que viu uma gigantesca mão envolvida em uma luva de ferro agarrando-se ao balaústre de uma escada. Da mesma forma surge a ideia de Frankenstein de Mary Shelley.

Após uma noite de discussões com Lord Byron e Percy Shelley acerca dos experimentos de Luigi Galvani, sobre bio-eletricidade nos corpos, levaria com que Mary tivesse uma noite tumultuada por sonhos perturbadores, embalada pela atmosfera soturna dos aposentos e o clima inóspito da região. (KLEIN, 2018, p. 68). O sonho foi registrado em seu diário:

Eu via – com os olhos fechados, mas com uma penetrante visão mental -, eu via o pálido estudioso das artes profanas ajoelhado junto à coisa que ele tinha reunido. Eu via o terrível espectro de um homem estendido, que, sob a ação contínua de uma máquina poderosa, mostrava sinais de vida e se agitava com um movimento meio - vivo, desajeitado (SHELLEY, 2007 [1818], p. 8 apud ALEGRETTE, 2010, p. 40).

Acredita-se que episódios de sua biografia, onde a mesma já havia passado pela morte de quatro dos cinco filhos em diferentes momentos da sua vida que redundaram em quadros severos de depressão, a tenham ajudado a criar o enredo, personalidade de seus personagens e cenários. A partir disso, o desafio proposto por Lord Byron na noite em Genebra para que escrevessem um conto de terror, foi o empurrão necessário para Shelley expressar sua história.

Para examinar as causas da vida, devemos primeiro recorrer a morte. (SHELLEY, 2019, p. 51)

O galvanismo, principal característica da obra, consistia na aplicação de sucessivas cargas elétricas em matéria-morta com o intuito de reanimá-los. Assim Mary Shelley buscou suscitar o horror por meio de um procedimento científico cujo principal objetivo consiste na criação de uma nova raça de seres, criando assim, o gênero de ficção científica.

O fato de a ficção científica ter como uma das suas forças motrizes a necessidade de se explorar o desconhecido com o intuito de desvendar os seus mistérios faz com que o sentimento de medo seja um elemento constante em suas narrativas. Afinal, para se chegar a certas constatações, é necessário enfrentar e vencer os temores iniciais que a jornada pelo conhecimento científico suscita. (MARTINS, 2021, p.77)

O jovem cientista, Victor Frankenstein, ao se tornar obcecado em realizar algo grande em prol da ciência, decide transcender as leis da Natureza (Deus) para conquistar

a glória eterna. No entanto, no lugar do que Victor acreditou que surgiria glória, surge o horror:

Oh! Nenhum mortal suportaria o horror daquele semblante. Uma múmia outra vez dotada de alma não seria tão medonha como aquele desgraçado. Eu tinha olhado para ele ainda inacabado. Era muito feio, então. Mas, quando seus músculos e articulações se tornaram capazes de movimento, ele se transformou numa coisa que nem Dante teria concebido. (SHELLEY, 2019, p. 59-60)

A partir do momento em que a criatura cria vida, o cientista se arrepende de seu feito e o vê como um perigo ao mundo. A relação de conflito entre criatura e criador, remete a característica da duplicidade no Romantismo, sendo, a criatura a emoção e o criador a razão.

O mito prometeico assume uma grande importância no enredo de Frankenstein, ou o moderno Prometeu.

Na mitologia grega, Prometeu pertence a raça dos titãs e criou a raça humana a partir do limo da terra, e com isso, tornou-se o grande benfeitor da humanidade. De acordo com o mito, uma disputa envolvendo os seres de natureza divina e os homens estava sendo travada, durante este evento, Prometeu tenta enganar Zeus oferecendo-lhe em sacrifício um grande boi dividido em duas porções, sendo que a primeira delas continha as carnes e as entranhas, a qual ele cobriu com a pele do boi, e a segunda era constituída somente de ossos, que foram cobertos com a gordura. Levado pela aparência, Zeus escolhe a segunda porção, e como consequência disso, a segunda é entregue aos homens. Em represália, por ter sido enganado por Prometeu, o senhor do Olimpo se nega a entregar o fogo (que representa a capacidade intelectual) aos homens, tornando-os criaturas imbecilizadas. Revoltado com a atitude de Zeus, o titã decide enganá-lo novamente, e furta uma centelha da chama celestial, um privilégio somente concedido aos deuses, ocultando-a na haste de uma fôrula. Em seguida, a entrega aos seres humanos, tornando-os tão inteligentes quanto os deuses. Diante do ato transgressivo de Prometeu, Zeus decide aplicar-lhe uma punição: seu aprisionamento no alto de um penhasco. Não satisfeito com isso, Zeus ainda envia uma águia todos os dias para devorar o fígado de Prometeu, que se reconstitui ao longo da noite, prolongando infinitamente seu sofrimento. (ALEGRETTE, 2010, p. 49)

A obra de Mary Shelley é uma releitura deste mito, assim como Prometeu, Victor Frankenstein pretende realizar um grande ato em prol da humanidade, para isso ele usufrui do “fogo divino”, a dádiva da vida, para tal, indo contras as leis da Natureza (Deus) e ultrapassando os limites entre a vida e a morte.

Além do mito de Prometeu, a história faz referências a outras obras como O Paraíso Perdido (1667) de John Milton, quando a criatura encontra um baú com diversos livros em meio a floresta e um deles é a obra de Milton, e A balada do velho marinheiro (1798), de Samuel T. Coleridge, com trechos sendo citados ao longo da história.

Em O Paraíso Perdido, Milton narra em uma linguagem lírica o surgimento do mundo e a queda de Adão e Eva. Alegrette (2010) explica que a referência que Frankenstein faz a obra é em relação ao personagem Satã, que além de se recusar a submeter-se à vontade de uma autoridade superior também não mede esforços para destruir as criaturas amadas por ele. A entidade superior seria Victor, que ao assumir o papel de criador, condena sua criatura a uma vida de privações e sofrimento. Por outro lado, a criatura se identifica mais com Satã, pois assim como o anjo caído é rejeitado por seu criador e nutre pelas criaturas amadas por ele, um incessante sentimento de inveja. A própria criatura, depois de ler a obra, comenta:

Como Adão, aparentemente eu não estava unido por nenhum vínculo a nenhum outro ser existente, mas o estado dele era muito diferente do meu em cada aspecto. Ele saiu das mãos de Deus como uma criatura perfeita, feliz e próspera, guardada pelo cuidado especial de seu Criador; [...] Muitas vezes, considerei Satanás como o emblema mais adequado da minha condição, pois sempre, como ele, quando eu via a felicidade de meus protetores, o amargo veneno da inveja crescia dentro de mim. (SHELLEY, 2019, p. 136)

Em A balada do velho marinheiro (1798), Coleridge conta a história de uma tripulação que está perdida em meio a uma tempestade na Antártica, um albatroz surge e guia os tripulantes para longe dali. Apesar do carinho da tripulação pelo animal, o marinheiro atira e o mata, tal crime desperta a ira de espíritos sobrenaturais que causam uma grande tempestade, um a um, toda a tripulação morre, restando apenas o marinheiro, que vê por sete dias e noites a maldição nos olhos dos cadáveres de sua tripulação. O fardo da culpa, representado pelo cadáver do albatroz preso ao pescoço do marinheiro, torna-se a consciência culpada de Victor Frankenstein, que se sente responsável pelas mortes cometidas pelo monstro.

Um trecho do poema é citado quando Victor foge desesperado após o primeiro encontro entre criador e criatura, servindo para demonstrar a perturbação do cientista:

Como alguém que, solitário numa estrada,  
Costuma andar com medo e pavor,  
E, que depois de para trás olhar, avança,  
Sem novamente a cabeça virar;

Porque sabe que um demônio assustador  
Vem logo atrás, pisando em seu calcanhar.  
(COLERIDGE, 1897, p.176 apud SHELLEY, 2019, p.60)

A obra apresenta a criatura como um tipo diferente de vilão. Segundo Alegrette (2010):

O vilão, um personagem recorrente no romance gótico deixa de ser somente a encarnação absoluta do Mal, que remetia a tirania da aristocracia medieval, e assume uma dimensão mais humana, tornando-se ao mesmo tempo agente e vítima de atos terríveis, que o conduzem a sua própria destruição. Sempre descrito à margem da sociedade, ele raramente consegue se incluir dentro de um determinado grupo social, e na visão dos românticos se torna uma espécie de herói, uma vez que, para satisfazer suas paixões egoístas, este personagem sempre desafia os poderes de uma autoridade superior. Dessa forma, os autores românticos identificam-se com figuras míticas, tais como Satã de Milton, Prometeu, o judeu errante e Fausto, que na visão deles simbolizam o inconformismo e a rebeldia do homem diante da fragilidade e fugacidade da condição humana. (ALEGRETTE, 2010, p. 30)

Dessa forma, é possível que o leitor encontre na obra certo conforto ao se assemelhar com a criatura que é constantemente ignorada pela pessoa que ama e pela sociedade, apenas por sua aparência e por ser quem é. Assim como, também é possível observar, depois de ter estudado sua biografia, pequenas características da vida de Mary Shelley na obra. Na tentativa de exorcizar o horrível fantasma que assombrava sua mente, a autora recorreu ao exercício da escrita, e desse modo, por meio de sua narrativa sugere que por trás das aspirações românticas de beleza e da perfeição, escondia-se um lado oculto, irracional e perigoso. Além disso, o monstro revelou-se uma criação tão impressionante que, aos poucos usurpou a identidade do homem que lhe deu origem, isto é, passou ser chamado de Frankenstein, e eclipsou a existência da autora do romance, que na época atual somente é lembrada em textos de literatura inglesa. Desse modo, assim como outras criações míticas, ele assumiu vida própria dentro do imaginário coletivo. (ALEGRETTE, 2010, p. 107)

Mary Shelley renovou o romance gótico com Frankenstein sendo a pioneira no gênero da ficção científica. A obra reflete as Revoluções, tópicos religiosos, filosóficos e valores morais da sua época; critica a busca da sabedoria descomunal e as consequências de ultrapassar o limite humano; descreve o típico cientista louco personificado no Dr. Victor Frankenstein; consta com a arquitetura gótica; a deformidade corporal na Criatura; o abandono; a analogia do trauma pós-parto resultante na depressão; melancolia; e a dualidade, consagrando-se como uma das maiores obras góticas da literatura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monstro é a personificação do que há de mais sombrio do homem, refletindo seus medos, ansiedades e reais intenções, e por isso esteve e estará presente em toda cultura geek afim de mascarar o verdadeiro vilão: o humano.

A arte, em especial a literatura, possibilita a expressão do que há de mais profundo no coração do artista, fornece espaço de conforto para que seja possível pensar sobre si mesmo e a sociedade. As criações ficcionais são moldadas e ao mesmo tempo moldam o contexto em que se encontram.

A importância de ler Mary Shelley, além da excelente escrita, se deve ao fato de sua determinação em trabalhar em um campo fortemente patriarcal (um de muitos). Seu trabalho abriu portas para outras escritoras e escritores contribuírem ainda mais para o Romance Gótico, que influencia diversas culturas ao redor mundo até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

ALEGRETTE, Alessandro Yuri. Frankenstein: uma releitura do mito de criação. 2010.

ALVES, Juliana Apoliana Tavares et al. O gótico feminino em Frankenstein, de Mary Shelley. 2022.

ARAÚJO, Naiara Sales. Ficção Especulativa: Narrativa fantástica, ficção científica e horro em foco. 1. ed. MA: EDUFMA, 2021. p. 7-169.

CANTON, J. et al. O Livro da Literatura. 1. ed. SP: Globo S.A., 2016 p. 9-352.

CEVASCO, Maria Elisa; SIQUEIRA, Valter Lellis. Rumos da Literatura Inglesa. 2. ed. SP: Ática S.A., 1985. p. 5-91.

FRANÇA, Júlio. O gótico e a presença fantasmagórica do passado. Anais eletrônicos do XV encontro da ABRALIC, v. 1, p. 2492-2502, 2016.

GALILEU. Criadora e criatura: O poder de Mary Shelley e seu Frankenstein. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2018/03/criadora-e-criatura-o-poder-de-mary-shelley-e-seu-frankenstein.html>. Acesso em: 14 out. 2022.

KLEIN, Indaiá Demarchi et al. À sombra de mulheres: a literatura gótica do século XIX, escrita pela subjetividade feminina. 2018.

LA ROCQUE, Lucia de; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Frankenstein, de Mary Shelley, e Drácula, de Bram Stoker: gênero e ciência na literatura. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 8, p. 11-34, 2001.

LOVECRAFT, H. P. O horror sobrenatural na literatura. Lisboa: Vega, 2003.

NETO, A. C. D. F.; MILTON, John. Literatura Inglesa. 1. ed. PR: IESDE BRASIL S.A., 2009. p. 11-263.

OLIVEIRA CALIXTO, Luiz Henrique de et al. Melancolia e Solidão em Frankenstein, ou o Prometeu Moderno. 2021.

PATRICK, Julian. 501 Grandes Escritores: Um guia abrangente sobre os gigantes da literatura. 2. ed. RJ: Sextante, 2009. p. 8-633.

PORTAL DA LITERATURA. Mary Shelley. Disponível em: <https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=1899>. Acesso em: 14 out. 2022.

ROMANTIC CIRCLES. Biografia de Mary Wollstonecraft Shelley. Disponível em: <https://romantic-circles.org/editions/frankenstein/MShelley/bio.html>. Acesso em: 14 out. 2022.

SHELLEY, Mary. Frankenstein. 1. ed. SP: Principis, 2019. p. 7-240.

SOARES, Janile Pequeno et al. Frankenstein e a monstruosidade das intenções: a criatura como representação da condição feminina. 2015.

SUTHERLAND, John. Uma breve história da literatura. 1. ed. RS: L&PM, 2017. p. 3-350.

# AÇÕES CONJUNTAS PARA MELHORAR A ESCRITA E A AUTOESTIMA DO ALUNO

ROCHA, Maeli  
OTA, Simone  
THOMAZINI, Sara  
GOMES, Kelly

## RESUMO

Analizamos a redação do aluno Zezinho\*, que estuda no 8º ano do ensino fundamental II em uma escola pública em Campo Limpo Paulista (SP). Neste artigo, vamos apontar os pontos positivos e negativos que encontramos no texto dele e propor um plano de aula personalizado e atividades sociais para ajudá-lo a melhorar a escrita e a autoestima.

\*O nome é fictício, pois o aluno traz fortes informações pessoais no texto.

**Palavras-chave:** Ensino fundamental II; Escrita; Autoestima

## INTRODUÇÃO

O texto escolhido para o diagnóstico foi produzido em sala de aula depois que a estagiária Sara Thomazini, em sua aula de regência, leu para os alunos um texto de autoria de Chico Xavier sobre autoestima. Na sequência, ela pediu aos alunos que sorteassem o nome de um colega e escrevessem no caderno três qualidades do amigo. Após todos compartilharem os elogios, Sara solicitou que produzissem um texto falando sobre a autoestima deles.

Segue, na íntegra, o texto selecionado (apesar de ter espaço na folha de papel, o aluno reservou 1/3 para uma coluna e escreveu nos 2/3 restantes):

1. Minha vida resumidamente
2. é boa mas não tanto assim,
3. porque eu faço volley, que já me
4. ajuda, faço curço de Inglês
5. que eu não gosto muito, mas
6. tirando isso tenho muitos
7. amigos que me apoiam.
8. e as parte ruins que eu
9. não conto para ninguem
10. e que eu infelizmente
11. sofro de ansiedade e
12. depressão. tem dias que
13. eu choro. já teve 3
14. vezes que eu tentei

15. me matar mas isso não acontece mais. Se eu
16. pudesse mudar eu tiraria
17. isso, e tentaria aumentar
18. meu autoestima. E sem
19. contar que eu ainda tenho
20. um pequeno apoio dos meus
21. pais. Sou viciado no celular
22. porque não tenho amigos
23. para sair na rua. Eu
24. fico muito triste quando
25. vejo uma pessoa de cabeça baixo.

## **2. DIAGNÓSTICO TEXTUAL**

Depois de lermos todas as redações, escolhemos a do Zezinho porque, apesar de ter muitos erros de língua portuguesa, ainda sim é melhor que a grande maioria da sala: ele consegue colocar no papel alguns sentimentos, descrever seu dia a dia e construir frases completas, com sujeito, verbo e complemento. Além disso, o vocabulário dele está dentro do esperado para um aluno do 8º ano e ele respeita, na maior parte das vezes, os tempos verbais.

Apesar disso, é preciso registrar que as construções dele são simples (praticamente, Zezinho escreve na ordem direta do início ao fim do texto); há muitas vírgulas erradas, palavras repetidas e trechos desconexos (provavelmente, porque ele ainda não desenvolveu o hábito da leitura). Ele também não sabe definir parágrafos (escreveu 25 linhas num único parágrafo). Encontramos erros ortográficos, como “volley” e “curço” (linhas 3 e 4, respectivamente); falta de letras maiúsculas em quase todos os inícios de frase; problemas de acentuação, como em “ninguem” (linha 9), e de concordância, como em “as parte ruins” (linha 8), “meu autoestima” (18) e “de cabeça baixo” (25).

Em nosso plano de aula, pretendemos apresentar estratégias para corrigir essas falhas, entretanto, nossa principal preocupação está no conteúdo, pois ele relata que já tentou suicídio três vezes, sofre de ansiedade e depressão e lamenta a falta de amigos.

## **3. PLANO DE AULA**

Diante da grave informação, propomos que, em paralelo às aulas, aconteça a Semana Jovem, uma série de eventos que visam melhorar a autoestima dos alunos, desmistificar algumas ideias negativas típicas da adolescência, fazê-los refletir sobre suas potencialidades e enchê-los de sonhos e esperança (as ações podem ser

planejadas apenas para a turma do Zezinho ou para toda a escola). Com a ajuda de profissionais especializados, pensamos em promover, ao longo de toda a semana, rodas de conversa com pessoas que superaram a depressão; dinâmicas reflexivas que envolvam músicas, filmes, séries e artistas que os alunos gostam (para isso, teríamos que fazer uma pesquisa com eles antes) e palestras sobre autoestima, prevenção ao suicídio, saúde mental e valorização da diversidade. Esses eventos aconteceriam dentro da escola e pegariam o tempo de duas aulas.

Em outro momento, pensamos em promover uma palestra de conscientização sobre o suicídio de jovens com os pais e responsáveis e, ao final de todos esses eventos, fazer uma excursão com os alunos para algum lugar inédito e bonito, como um teatro, uma exposição, um museu ou um jardim botânico, para despertar neles a curiosidade e o desejo de descobrir novas possibilidades para suas vidas.

Nas aulas 1, 2 e 3, vamos revisar os conceitos de utilização de letras maiúsculas, vírgulas, palavras repetidas, acentuação, parágrafos e concordância e mostrar para o Zezinho as confusões que esses erros podem causar na transmissão de uma mensagem. Vamos concentrar nossos esforços em atividades epilinguísticas, conforme recomenda Bagno (1961):

Uma boa educação linguística se faz, portanto, com um recurso amplo e irrestrito às atividades epilinguísticas, temperado com doses parcimoniosas de metalinguagem, na medida em que esta se mostre relevante e – por que não? – necessária.

O que devemos, sim, denunciar e combater são as atividades que vou chamar aqui, com a máxima ironia possível, de matalinguísticas, isto é, aqueles exercícios em que se mata o que a linguagem tem de mais importante, que é a ativação da inteligência gramatical intuitiva que todo e qualquer falante possui.

As atividades serão desenvolvidas com os jogos do Wordwall<sup>2</sup> e traremos livros que sejam do interesse do Zezinho. A ideia é lermos juntos para que ele se interesse pela leitura e mostrarmos a ele em que momento os autores utilizaram letras maiúsculas, vírgulas e parágrafos e como os escritores evitaram a repetição de palavras.

Na aula 4, vamos exercitar a construção de frases com um quebra-cabeça de frases e palavras. O objetivo é: 1) mostrar ao Zezinho que existem várias formas de dizer a mesma coisa, 2) o que acontece quando alteramos uma ou outra palavra na frase e 3) quem são os possíveis falantes dessas frases e em quais situações. Por exemplo: seria possível o William Bonner dizer tal frase enquanto apresenta o Jornal Nacional? Por quê? E se ele estivesse tomando cerveja com os amigos, tudo bem? O

que causou estranheza? O que mudou de um contexto para o outro? Criaremos outros exemplos com pessoas e situações do cotidiano do Zezinho, como um influencer que ele segue, sua bisavó, o craque do time de futebol, o tio da barraca de pastel etc. Na aula 5, retomaremos o texto original do Zezinho para ver se ele consegue enxergar os erros cometidos e apontar melhorias.

Na aula 6, vamos unir os conhecimentos adquiridos na Semana Jovem e nas aulas e pedir a ele que assista a um filme de superação e valorização da vida, como *À Procura da Felicidade*, *O Menino que Descobriu o Vento*, *Um Sonho de Liberdade*, *UP Altas Aventuras*, *Intocáveis*, *A Teoria de Tudo* etc., e anote os trechos que mais gostou. Para a professora, ele deverá escrever quais foram os aprendizados tirados do filme.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este plano de aula e a Semana Jovem, esperamos que o Zezinho perceba, primeiro, a importância de colocar seus sentimentos no papel – foi isso que gerou todo esse movimento na escola – e, segundo, que entenda que isso deve ser feito de forma correta e clara a fim de que sua mensagem seja compreendida. Um terceiro objetivo a ser alcançado é que o Zezinho perceba que o processo de escrita e o aprendizado da língua portuguesa podem ser prazerosos, além de terapêutico. Esperamos também que as aulas personalizadas contribuam para a melhora na autoestima dele.

### **REFERÊNCIAS**

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico*. São Paulo: Parábola Editorial. 1961, p. 228.

# ANÁLISE DO DISCURSO: RAINHA DE COPAS

SILVA, Ana Carolina Lemos da  
SILVA, Jenifer Lima  
MIRANDA, Zita C. Alves  
VILLANI, Fábio Luiz (orientador)

## RESUMO

Este artigo tem como base a personagem Rainha de Copas do livro Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll e tem por objetivo refletir sobre como o contexto em que o indivíduo está inserido pode transformar sua realidade, além disso visa compreender como o pensamento crítico é importante para transformar as situações de opressão.

**Palavras-chave:** Rainha de Copas. Alice no País das Maravilhas. Contexto. Pensamento crítico.

## 1. INTRODUÇÃO

Quando se lê um texto é necessário ter em mente que existem personagens muito mais complexos do que se pode imaginar. Este trabalho visa, portanto, expor algumas das complexidades de um dos personagens do livro Alice no País das Maravilhas de Lewis Carroll, a Rainha de Copas. Personagem este que chama muita atenção por seu comportamento considerado maldoso e autoritário, mas que carrega muito mais significado do que pode ser visto em um primeiro momento sem muita atenção.

Além disso, tem por objetivo refletir sobre como os indivíduos são formados ao longo do tempo e como o meio em que vivem pode influenciar aquilo que se torna. O trabalho traça ainda uma relação entre os Gêneros do Discurso, Mikhail Bakhtin, para compreender a forma como a personagem foi construída e refletir sobre o peso que têm para a história.

## 2. BIOGRAFIA DO AUTOR

Charles Ludwidge Dogson, nasceu na Inglaterra, no dia 27 de janeiro de 1832 e morreu no dia 14 de janeiro de 1898. Teve dez irmãos e ao crescer rodeado por crianças, aprendeu a contar histórias muito bem.

Charles, foi professor, publicou vários livros de matemática e alguns poemas. Nessa época, conheceu Henry Liddell, que veio a ser seu grande amigo. Liddell era pai de Alice, fonte de inspiração para o livro Alice no País das Maravilhas, livro de grande sucesso publicado pela primeira vez em 4 de julho 1865 e conhecido mundialmente até os dias atuais.

Charles passou a ser conhecido então como Lewis Carroll e é considerado impulsionador da literatura nonsense, um gênero literário que revoluciona os contos de fadas tradicionais ao criar narrativas que não seguem a lógica.

### **3. RESUMO DA OBRA**

Alice no país das maravilhas conta a história de uma menina curiosa chamada Alice, que em um dia tedioso, vê um coelho branco apressado, vestindo um colete com um relógio de bolso e resolve ir atrás dele. É a partir daí que ela adentra o Mundo das Maravilhas, um lugar alucinante em que as leis da física e da lógica não funcionam, repleto de animais e objetos que falam e se comportam como seres humanos, um lugar em que não existe um limite entre o sonho e a realidade.

Durante a leitura, o leitor depara-se com uma narrativa não somente fantasiosa, que faz com que as crianças e os adultos se percam no mundo da imaginação, mas que também traz diálogos reflexivos, referências às questões históricas e assuntos importantes para a sociedade.

### **4. A RAINHA DE COPAS**

Iracebeth era a irmã mais velha de Mirana. Elas cresceram juntas, brincando e brigando como irmãs geralmente fazem, mas um acontecimento mudaria a relação entre elas.

Em uma noite, Mirana, rouba uma tortinha, come escondido e joga as migalhas debaixo da cama de Iracebeth e isso era um grande problema porque a mãe havia proibido as filhas de comerem mais doces naquele dia.

Tomada pela ira diante de ter sido desobedecida, a rainha tenta descobrir a verdade, chega ao quarto das duas, vê que as migalhas estão embaixo da cama da irmã mais velha e pensa que ela é a culpada. Apesar de Iracebeth contestar e dizer que a Mirana é a real culpada, diante das provas a mãe não acredita.

Com essa injustiça, Iracebeth se revolta e foge do castelo, corre para a vila, acaba tropeçando, caindo e batendo a cabeça em alguns degraus, fazendo sua cabeça crescer e ficar com um tamanho incomumente grande para o resto de sua vida.

Tudo fica ainda pior no dia da coroação das princesas. Ao tentar colocar a coroa na cabeça de Iracebeth, Zenik Hightopp, do clã da Cartola e pai do Chapeleiro Maluco, percebe que a coroa era pequena demais, e de tanto forçar ela acaba quebrando, fazendo todos ali presentes zombarem da princesa.

Os pais de Iracebeth, decidem então que a Mirana é quem se tornaria herdeira do trono, alegando que a outra não era digna de governar. A partir daí, Iracebeth declarou guerra contra a irmã.

Ao longo do livro, Iracebeth, que passa a ser a Rainha de Copas, se revela uma figura autoritária, que traz medo aos moradores do País das Maravilhas, ameaçando-os com sua famosa frase “Cortem-lhe as cabeças!”.

Além disso, a Rainha de Copas força todos a seguirem suas ordens de maneira obediente, sendo símbolo de abuso de poder e de como o sistema monárquico absolutista é injusto, pois silencia o povo.

## **5. GÊNEROS DO DISCURSO**

Mikhail Bahkitin (1895-1975) e Luiz Antônio Marcuschi (1946-2016) trazem reflexões muito importantes acerca dos gêneros textuais. Entende-se que os falantes são importantes para a transformação e transmissão dos gêneros.

As trocas que acontecem quando as pessoas se comunicam fazem com que os gêneros textuais se concretizem. Por isso é tão importante o ensino dos mais variados gêneros, bem como a transmissão de histórias, seja de forma falada ou escrita, pois é através disso que as culturas e tradições se mantêm vivas.

Ao pensar em gêneros textuais sob a perspectiva de Mikhail Bakhtin (1895-1975), é necessário compreender que para ele, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1997: 95,).

A linguagem é, portanto, parte importante para a construção dos gêneros e dos discursos, pois é através disso, que aquilo que é transmitido, seja de forma oral ou escrita, faça sentido.

Bakhtin define então os gêneros como resultado de uma construção em torno do uso da língua. Ou seja, quando os indivíduos se comunicam, realizam trocas que se concretizam com o uso formal da língua.

Além disso, Mikhail reflete que os gêneros não são definidos pelos interlocutores, mas acontece na escolha do gênero que mais se adequa ou mais seja acessível.

Segundo Luiz Antônio Marcuschi (1946-2016), “os gêneros discursivos não são criados, a cada vez, pelos falantes, porém são transmitidos social e historicamente” (MAR-

CUSCHI, 2002a). Os falantes contribuem, portanto, não apenas com a transformação dos gêneros, mas também com sua preservação.

## **6. A ANÁLISE DO DISCURSO**

Segundo Eni P. Orlandi em seu livro *Análise de discurso*, analisar o discurso é não tratar da gramática, mas dos discursos e ideologias que existem por trás dos textos.

É necessário, portanto, refletir sobre quais são as intencionalidades do autor ao escrever determinados textos, criar determinados personagens e situações: tudo tem um motivo de ser.

É importante compreender o que Bakhtin disse sobre a palavra ser sempre carregada de conteúdos e sentidos e fazer uma leitura mais profunda do texto. Conforme cita Anne Frank em seu diário "Tenho vontade de escrever, e tenho uma necessidade ainda maior de tirar todo o tipo de coisas de dentro do meu peito." (*O Diário de Anne Frank*, 1947, p. 7), a escrita, ainda que feita de maneira impessoal, carrega em si uma série de significados e intencionalidades.

## **7. UM OLHAR MAIS PROFUNDO APLICADO À HISTÓRIA**

Após a ascensão da Rainha de Copas ao poder, o País das Maravilhas tornou-se um lugar menos maravilhoso de se viver, uma vez que a rainha era considerada uma tirana, que mandava e desmandava e fazia com que todos obedecessem seus comandos.

Algo muda, porém, com a chegada de Alice. Isso acontece, pois, além de curiosa, Alice era uma menina corajosa e muito pensativa e justamente por pensar demais ela não se submetia às ordens da Rainha, o que refletiu também no comportamento dos demais personagens.

Conclui-se, portanto, que para libertar-se de governos e situações opressivas, é necessário antes de mais nada desenvolver um pensamento crítico a respeito das situações. Quanto mais Alice pensa, mais se questiona das coisas e mais enxerga a realidade de formas diferentes, da mesma maneira devem ser os cidadãos, sobretudo quando se deparam com contextos de desigualdade e abusos de poder.

## **8. UM OLHAR MAIS PROFUNDO APLICADO À PERSONAGEM**

Ao analisar a Rainha de Copas de maneira mais profunda, é possível refletir que a Rainha conhecida por seu autoritarismo e crueldade, nada mais é do que o resultado dos acontecimentos que ocorreram ao longo da sua vida, ou seja, resultado dos contextos em que esteve inserida desde a infância.

Um exemplo disso, é o episódio da coroação de Iracebeth. Ao tentar colocar a coroa na cabeça da princesa, a mesma acaba quebrando e aqueles que estavam presentes caçoaram dela. Um reflexo disso na vida adulta pode ser através do seu comportamento, uma vez que a Rainha de Copas acaba usando seu poder para amedrontar e silenciar aqueles que a cercam, não dando margem, portanto, para que seja motivo de chacota novamente.

Além disso, ao ser desacreditada por sua mãe, que não ouviu a pequena Iracebeth e acreditou que ela era culpada por algo que não fez, a Rainha de Copas governa de maneira absoluta, pois assim, apenas sua voz é ouvida e ninguém tem mais poder do que ela.

No fim das contas, A Rainha de Copas não é completamente ruim, assim como a Rainha Branca não é completamente boa. Todos passam por situações que provocam mudanças para o resto da vida. Cabe a cada um trabalhar para que não seja afetado de forma negativa por esses acontecimentos e para que as mudanças que aconteçam em cada indivíduo sejam sempre construtivas e positivas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, portanto, que assim como os personagens são muito mais complexos do que se imagina, também são os indivíduos de uma sociedade. É necessário, portanto, fazer sempre uma análise profunda daquilo que está sendo lido, a fim de compreender qual é a intenção do autor por trás daquele discurso.

Além disso, é possível também refletir através da história sobre a importância do pensamento crítico na sociedade para que pessoas autoritaristas não cheguem ao poder e estabeleçam uma situação de opressão.

### **REFERÊNCIAS**

MORE, Thomas. Utopia. Edição Bilingue. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. Tradução Márcio Meirelles Gouvêa Júnior.

ARAUJO, Antonia D. Análise de gênero: uma abordagem alternativa para o ensino de redação acadêmica. In: FORTKAMP, Mailice B. M.; TOMITCH, Leda M. B. (orgs). Aspectos da Lingüística aplicada. Florianópolis: Insular, 2000, p. 185-200.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997 (VOLOCHINOV, V. N).

VILLANI, Fábio Luiz, Gênero(s) resumo na perspectiva Bakhtiniana.

BRONCKART, Jean-Paul. Limitações e liberdades textuais. Trad.: Irenise A. B. dos Santos. Recife: 2002 (mimeo).

BRAGA, Pedro. A passagem secreta - Leitura política e filosófica de Alice no País das Maravilhas e através do espelho. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

SHIMABUKURO, Fabiana Harumi. Alice in wonderland – visão behaviorista. Ensaio, 2010. Disponível em: <<http://www.fabishimabukuro.blogspot.com/2010/06/alice-in-wonderland-visao-behaviorista.html>> Acesso em abril de 2021.

BRITO, B. P. Alice no País das Maravilhas: uma crítica à Inglaterra vitoriana. 1a. ed. Saarbrücken, Alemanha: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2016. 62p

# ÂNSIA POR LIBERDADE E CONSEQUÊNCIAS: O QUE NINGUÉM CONTA SOBRE ROMEU E JULIETA

CORANI, Sue Ellen  
OTA, Simone  
REZZAGHI, Katia Cristina  
VILLANI, Fábio Luiz (Orientador)

## RESUMO

A obra Romeu e Julieta, de William Shakespeare, é o foco deste artigo que, por meio da análise dos personagens principais e do Frei Lourenço, traz as características da sociedade do período elisabetano e da sociedade atual, bem como os traços que fazem desta peça mundialmente conhecida como uma tragédia também vir a ser reconhecida como uma obra de terror. Obra famosa do escritor William Shakespeare, Romeu e Julieta apresenta a história de dois jovens apaixonados impossibilitados de viver o amor devido a uma antiga rivalidade entre suas famílias, que afetava, inclusive, a vida dos habitantes da cidade. Cúmplice dos jovens, o personagem Frei Lourenço contribui para a união secreta do casal, que acaba em uma terrível tragédia. Escrita entre os anos de 1591 e 1596 para o teatro elisabetano, apesar da fama que a obra carrega até os dias atuais, teorias apontam que a obra não seria original do dramaturgo, mas, sim, uma releitura de um poema de Arthur Brooke, intitulado *The Tragicall Historye of Romeus and Juliet*.

**Palavras-chave:** William Shakespeare; Romeu e Julieta; Tragédia e Terror.

## ABSTRACT

The work *Romeo and Juliet* by the author William Shakespeare is the focus of this article which, through the analysis of the main characters and Frei Lourenço, brings the characteristics of the society of the Elizabethan period and of the current society, as well as the traits that make this play know worldwide as a tragedy also come to be recognized as a work of terror.

**Keywords:** William Shakespeare; *Romeo and Juliet*; Tragedy and Terror.

## 1. INTRODUÇÃO

Romeu e Julieta é classificado como tragédia. Mesmo aqueles que nunca leram a peça ou só a conhecem por meio das adaptações cinematográficas, ainda assim já ouviram falar a respeito do trágico destino do casal apaixonado.

À primeira vista, a morte de Romeu Montecchio e de Julieta Capuleto foi uma tragédia, um caso de paixão juvenil com toda a intensidade, os exageros e as bizarrices que uma paixão pede. O que não é considerado, no entanto, é que a obra está repleta de elementos do terror, como rivalidade, vingança, mortes repentinas, cenas fúnebres, tramas diabólicas e assassinatos.

A intenção deste estudo é abordar aspectos esquecidos do texto e analisar, principalmente, os atos do personagem Frei Lourenço.

Nesse contexto, não podemos deixar de considerar o período histórico no qual a obra está ambientada, tema que fará a abertura desta investigação.

## **2. ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E HISTÓRICOS**

William Shakespeare, nascido em 1564, foi um renomado dramaturgo. Além das composições literárias que perduram até a atualidade, ele também deixou um legado importante para língua inglesa ao introduzir, aproximadamente, duas mil novas palavras em suas obras.

Sua produção artística está intimamente ligada às suas conexões sociais. Se, por um lado, teve uma infância burguesa, a juventude foi marcada pela pobreza, o que explica suas relações com boêmios dramaturgos, atores, desocupados e também com representantes do proletariado.

Considerado um homem à frente do seu tempo por abordar questões humanistas, seu conhecimento de mundo pode estar ligado a uma perspicaz observação da natureza, dos cenários políticos e do comportamento humano, o que lhe renderam personagens inesquecíveis.

O conteúdo intelectual podia ser aspirado do próprio ar da sociedade elisabetana por uma inteligência tão aguda quanto a sua. Problemas e governo; os triunfos e fracassos das personagens históricas; o divino direito dos reis, o direito de rebelião e os direitos dos indivíduos; questões religiosas, aspirações nacionais, política exterior, filosofia humanista, indagações científica e especulações metafísicas – estes e outros temas ocupavam todos os súditos inteligentes da rainha Elisabeth. Quando Shakespeare a eles alude ou neles se aprofunda, está simplesmente num terreno comum a inúmeros outros escritores menores da época. Shakespeare é singular apenas em sua imensa faculdade de assimilar o fermento intelectual do seu tempo, de associá-lo convincente e apropriadamente a personagens vivos e de fixá-los num molde de suas situações dramáticas com um considerável efeito de justeza e de inevitabilidade dramática. E porque esses pensamentos são captados com a intensidade de algo recém-descoberto, porque tudo é sentido por ele com êxtase, paixão e singularidade, Shakespeare parece um dramaturgo mais abrangente que o tenha seguido. (GASSNER, 1991)

Além do individualismo característico de seus personagens, outro fator marcante das tragédias shakespearianas é que o desfecho dramático não é marcado por punições de intervenção divina, sendo essa uma das características do movimento humano renascentista. Apesar da religião estar presente em suas obras, Shakespeare traz o

homem para o centro das questões. Como vemos também em Romeu e Julieta, esse homem sofre por causa das consequências de seus atos e suas escolhas. No caso, o livre-arbítrio levou os jovens a se apaixonarem num mundo em que o ódio e o desejo caminham lado a lado.

A história se passa em Verona, na Itália, entre 1558 e 1603, período marcado por muita atividade artística e por deveres sociais. Nas obras de Shakespeare, esses deveres são representados por diferentes personagens. Outra curiosidade é que, por causa de sua experiência como ator, Shakespeare sabia como causar cenas de efeito e impacto nas platéias.

### **3. ANÁLISE DOS PERSONAGENS ROMEU, JULIETA E FREI LOURENÇO**

Julieta Capuleto pode representar o anseio pela liberdade da mulher da época, que nada mais era do que um objeto da vontade masculina. Sua paixão por Romeu Montecchio contrasta com seus deveres de obediência ao pai, que a queria casada com seu amigo e conde Paris. Ao contrariar a vontade do pai, ele a ameaça expulsá-la do seio familiar. Essa dicotomia entre obediência e liberdade enraizada na menina pode ser verificada num diálogo de Julieta com Romeu, que conta a parábola de uma garota que, apesar de querer libertar um passarinho, ela o mantém preso em uma corda dando a falsa sensação de liberdade, já que pode puxá-lo para cumprir seu dever, que é o de ser admirado.

É quase dia; desejara que já tivesses ido, não mais longe, porém, do que travessa menina deixa o meigo passarinho, que das mãos ela solta – tal qual pobre prisioneiro na corda bem torcida – para logo puxá-lo novamente pelo fio de seda, tão ciumenta e amorosa é de sua liberdade. (SHAKESPEARE, 1595)

Pode-se dizer que era assim que Julieta se sentia e, apesar de ansiar pela liberdade, tendia a replicar as amarras de seu pai ao sentir ciúmes da liberdade de Romeu. Também é possível citar a força representada em uma personagem feminina que, na época, não tinha autonomia. Foi Julieta quem propôs casamento a Romeu e foi ela também que, com a ajuda do Frei Lourenço, simulou a própria morte, uma cena um tanto fúnebre já que a garota seria enterrada viva para poder reencontrar e viver com seu amado.

Romeu Montecchio chama atenção pela fluidez de seus sentimentos, visto que, no início da obra, seu espírito encontra-se atormentado pelo amor não correspondido de Rosalina. O rapaz afirma que jamais sentiria igual ou superior amor por outra pessoa até que, ao participar de um baile na casa dos Capuleto, família que nutria uma rivalidade antiga pelos Montecchio, ele se encanta por Julieta. Na modernidade, Bauman fala sobre o amor líquido e como os sentimentos são frágeis, com relacionamentos que podem ser descar-

tados a qualquer momento visando algo melhor. Isso acontece devido à velocidade com que nossa sociedade se transforma e muda de interesse, especialmente por conta das redes sociais. Não é caso da época do amante Romeu, mas, assim como mencionado, Shakespeare era um homem à frente do seu tempo e já enxergava a fluidez nos amores.

Tal como Julieta, Romeu também tinha como dever honrar sua família. Por conta disso, ele mata Teobaldo por ter provocado a morte de um dos seus. Romeu, apaixonado, que tentou por fim às desavenças pelo diálogo, viu-se obrigado a ferir aquele que aos seus feriu, como um dever a cumprir em nome da família. Por tal ato, foi exilado, sendo essa uma punição pior do que a morte já que o deixaria distante da sua esposa e amada Julieta. “Exílio! Exílio! Sê clemente, dizendo logo “morte”, pois mais horror contém no olhar o exílio que a própria morte”. (SHAKESPEARE, 1595)

Já em Frei Lourenço, vemos as consequências trágicas das suas atitudes. Algo que vale notar é que o frei, assim como Romeu e Julieta, não age de acordo com o que se espera do seu papel social e, mais uma vez, vemos um personagem individualizado, levado pelas suas próprias crenças e intuições e que, almejando a paz entre as famílias Capuleto e Montecchio, casa os jovens às escondidas e planeja uma falsa morte de Julieta para que ela possa ser levada ao exílio de Romeu. Esse último fato chama a atenção para a frieza de uma trama na qual o frei não apenas participa como também arquiteta o plano e ainda entrega um veneno à Julieta que era cultivado em seu jardim.

Antes, porém, que o sol venha a manhã tornar alegre, com seu olho ardente e o orvalho desmanchar da flor pendente, encher vou de sementes perigosas meu paneiro e de flores venenosas. A terra é a mãe e a tumba da natureza; ministra a morte e, assim, apresta a cura. Filhos de várias espécies, no seu seio a mamar encontramos, sem receio; cada um com a sua, todos diferentes. Oh! É admirável a potente graça que há nas ervas, na flor, na pedra crassa, pois até mesmo o que há de vil na terra algo de bom, influência dela, encerra; nem nada bom existe, que, torcido do uso normal, não se revele infido à própria natureza e ao nascimento. Até mesmo a alta virtude, num momento, mal aplicada, em vício se transforma e esse, por vezes, ao dever dá a norma. Na corola infantil desta florzinha veneno mora que dá morte asinha. Cheirado, ao corpo todo dá alegria; mas pára o coração no mesmo dia, quando dado a beber (SHAKESPEARE, 1595)

Nesse trecho, pode-se notar a crença do frei de que o bem e o mal eram apenas parte da mesma moeda e que algo belo ou bom poderia surgir de algo vil, o que pode justificar seu impulso em tramar algo diabólico como caminho para um bem maior. O que não se esperava, no entanto, é que seu plano terminasse de forma tão trágica.

Outro fato que não pode passar despercebido é a tentativa frustrada do frei de avisar Romeu que tudo não passava de uma farsa. Em vez de pedir a Baltazar, o fiel criado de Romeu, para contar-lhe o que foi tramado, acabou enviando outra pessoa e a confusão se fez. Ao final, após o suicídio de Romeu, Frei Lourenço tenta fazer Julieta fugir para um convento para continuar a farsa, o que não colocaria fim à rivalidade familiar, apenas o livraria de seus atos.

#### **4. O TERROR PRESENTE NA OBRA**

Ao incluir a história em uma gama de terror, foram analisadas as formas explícitas e implícitas em que o gênero se faz presente. As formas explícitas estão retratadas nos duelos sanguinolentos entre as famílias e que resultam em morte. Sem qualquer motivo aparente, apenas o ódio coloca o fim à vida. Inclusive no diálogo de Julieta com Romeu ao dizer que “meu inimigo é apenas o teu nome”, fica evidente que não havia motivo nem explicação para que o ódio entre as famílias fosse nutrido.

Não menos grotesco são as amarras sociais que privam o indivíduo de sua identidade, fazendo necessário o cumprimento de um dever social, como citado na análise dos personagens Romeu e Julieta. Esse quesito pode ser aplicado ao terror implícito que envolve os sentimentos do espectador e torna-se algo grotesco quando comparado à realidade, conforme afirma LIMA:

Ver o retrato do sobrenatural em obras visuais, sonoras ou literárias, pode ser aterrorizante. Mas ver a dor, o drama e os perigos reais que vivenciamos diariamente, isso pode ser a forma de terror mais pura existente, porque não é a nossa mente tendo que trabalhar sob a ficção, é nossa mente sendo exposta às possibilidades cotidianas da sociedade. (LIMA, 2020/2021)

Esse retrato está cravado em Julieta e na sua ânsia por liberdade, em Romeu que foi punido por sua paixão e pelo cumprimento de seus deveres e por Frei Lourenço, que tentou pôr fim à rivalidade e compactuou com o amor juvenil. Vale lembrar ainda que a morte se faz presente em todo momento na trama, seja pelas mortes violentas ou por aquelas que são desejadas pelos personagens que estão proibidos de viver um grande amor.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar a obra sob o aspecto do terror, o objetivo não está fundamentado em uma tentativa de desconsiderar seu caráter dramático ou trágico, mas, sim, fazer uma análise de questões que, muitas vezes, podem passar despercebidas. Romeu e Julieta não é apenas uma tragédia devido ao final trágico apresentado. É também

a representação do movimento literário do período, caracterizado pelo humanismo, o que é perceptível em Shakespeare ao trazer a individualização de seus personagens. A obra ainda está repleta de denúncias sociais, como a privação da identidade em prol dos deveres a serem cumpridos. Nos dias atuais, não é possível passar pela obra sem notar seu caráter grotesco.

### **REFERÊNCIAS**

ALBRECHT, Karina Gebien. Aspectos Culturais da Língua Inglesa. Uniasselvi, 2017.

SHAKESPEARE, William. Romeu e Julieta. Editora Jahr, 1595.

GASSNER, John. Mestres do Teatro I. Editora Perspectiva., 1991.

FRANCA NETO, Alípio Correia de; MILTON, John. Literatura Inglesa. Curitiba: IesdeBrasil, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido: sobre a Fragilidade dos Laços Humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LIMA, Elissandro Ferreira. O Terror Psicológico em Romeu e Julieta. UNIFACCAMP XVII WEA – Workshop Multidisciplinar sobre Ensino e Aprendizagem, edição 2020/2021.

GUERRA, Luciana Ribeiro. As Metamorfoses da Personagem Frei Lourenço em Múltiplas Versões da História de Romeu e Julieta. Curitiba: Uniandrade, 2009.

# APLICAÇÕES FARMACOLÓGICAS DO CANABIDIOL EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON

FERREIRA, Jéssica Cristina  
SANTOS, José Luis da Rocha

## RESUMO

A Doença de Parkinson (DP) é uma patologia agressiva e progressiva, tornando as simples atividades do cotidiano difíceis e até, impossíveis. Existem algumas opções de tratamentos farmacológicos disponíveis e, inúmeros estudos a respeito do uso de produtos derivados de Cannabis Sativa para o tratamento dos sintomas da Doença de Parkinson como uma opção, no entanto. O trabalho tem como objetivos principais trazer a discussão de uma nova possibilidade de tratamento para a Doença de Parkinson, despertar interesse em continuar os estudos para tal finalidade considerando os resultados já existentes, além de informar os potenciais farmacológicos/terapêuticos do Canabidiol a quem possa interessar. A metodologia utilizada foi a de pesquisa descritiva exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico. Foram incluídos estudos com resultados satisfatórios, além da opinião de alguns autores sobre os dados analisados. Conclui-se, que há muitas incertezas acerca do potencial terapêutico e liberação da droga. Alguns autores acreditam que a droga já demonstrou os potenciais farmacológicos suficientes para tratamento do DP, outros ainda defendem que são necessários mais estudo, ou seja, há ainda muita desinformação, potencial terapêutico subestimado por alguns autores, mas muito acreditado por outros.

**Palavras-chave:** Canabidiol, Doença de Parkinson, Maconha.

## ABSTRACT

Parkinson's disease is an aggressive and progressive pathology, making even the simplest daily activities difficult or even impossible. Although there are some commonly used pharmacological treatments available, there are numerous studies regarding the use of Cannabis Sativa-derived products for the treatment of Parkinson's disease symptoms, however, there is little robustness and many uncertainties. There is still a lot of misinformation, therapeutic potential underestimated by some authors, but highly believed by others. Parkinson's disease is a pathology that prevents the individual from carrying out simple daily activities, affecting their quality of life and, having the possibility of including some drug that helps in their improvement, can be translated into a more peaceful life, improving the symptoms, even considering the slower progression. However, this work has as main objectives to bring the discussion of a new treatment possibility for Parkinson's Disease, to awaken interest in continuing studies for this purpose considering the already existing results, in addition to informing the therapeutic potential of Canabidiol to whom it may be interested.

**Keywords:** Canabidiol, Parkinson's Disease, Marijuana.

## 1. INTRODUÇÃO

O Mal de Parkinson, como é conhecida popularmente a Doença de Parkinson é uma patologia neurodegenerativa que compromete a substância negra do cérebro oca-

sionando a redução de neurônios dopaminérgicos, resultando então nos sintomas mais claros como rigidez muscular, tremores (movimentos involuntários) e lentidão nos movimentos (VIEIRA & CHACON, 2015)

Existem muitas discussões e estudos atrelados ao uso do Canabidiol para tratamento de muitas doenças, entre elas a Doença de Parkinson. No ano de 2014 o CREMESP (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) liberou as prescrições do Canabidiol, já que a ANVISA também liberou o mesmo para tratamento de diversas patologias e a Academia Brasileira de Neurologia tomou certa decisão com bases em estudos científicos acerca do uso nas doenças neurológicas em questão. A dispensação ocorre somente com prescrição em receituário, laudo médico e termo de responsabilidade com todas as informações pertinentes (BRUCKI et al., 2015)

Trata-se de uma droga ainda muito desconhecida para tal finalidade e que envolve muitas questões sociais, religiosas e políticas, por isso o farmacêutico é uma peça fundamental no tratamento dessa patologia por se tratar de um profissional da saúde mais acessível.

O farmacêutico possui um maior contato com a população, possui conhecimento técnico podendo colaborar pela melhor qualidade de vida dos pacientes com a Doença de Parkinson, esclarecer as dúvidas do paciente e cuidador/familiar, auxiliar no uso racional do fármaco e informar sobre o monitoramento do paciente passando mais confiança e proporcionando um tratamento mais efetivo (CFF, BRASIL, Resolução nº 680, 20 de fevereiro de 2020).

O presente estudo tem por objetivo abordar a Doença de Parkinson e os estudos acerca do uso do Canabidiol empregado ao seu tratamento, tendo como justificativa uma nova alternativa para os pacientes, demonstrando através a sua efetividade e demais assuntos pertinentes. Dessa forma, este trabalho pode contribuir para uma melhor entendimento no âmbito informativo acerca da droga e seu melhor aceite.

## **2. METODOLOGIA**

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa, onde foram utilizados artigos encontrados nas bases de dados Scielo e Medline. Foram selecionados 14 artigos, sendo todos publicados em periódicos nacionais e internacionais, compreendidos entre os anos de 2002 a 2021. Os artigos foram encontrados utilizando os seguintes descritores: Parkinson, Canabidiol, Maconha.

### 3. DESENVOLVIMENTO

#### **Doença de Parkinson ou Mal de Parkinson**

A Doença de Parkinson causa desordem neurodegenerativa no portador, acometendo os neurônios dopaminérgicos, neurotransmissores da classe das catecolaminas, que estão presentes na substância negra, ou seja, acomete a parte compacta da substância negra do mesencéfalo, levando a perda contínua desses neurônios, ocorrendo uma redução de dopamina na via nigroestriatal, o que explica os sintomas. É considerada a segunda doença no ranking das que mais afetam os idosos, ficando abaixo apenas da Doença de Alzheimer (PAIXÃO et al., 2013)

Justamente por ser progressiva, afeta gradativamente a qualidade de vida dos portadores com o passar dos anos, visto que a doença compromete os sistemas motor, cognitivo e autonômico, considerando tudo isso, é de suma importância a busca e desenvolvimento de novas possibilidades terapêuticas. (SILVA et al., 2021)

Os principais sintomas desta doença são: tremor de repouso, bradicinesia (lentidão de movimentos), acinesia e/ou hipocinesia, rigidez e instabilidade postural (dificuldade de caminhar, quedas frequentes). Nem todos estão presentes em todos os pacientes, em relação a evolução, assim como a doença, todos os sintomas são progressivos. (PAIXÃO et al., 2013).

Dentre as características da doença de Parkinson podemos destacar como características mais comuns: postura encurvada, rigidez postural, cotovelos e punhos flexionados, tremores nas pernas, falta de expressões faciais, inclinação para frente, abertura reduzida dos braços, tremores nas mãos, quadril e joelhos flexionados e marcha curta (SILVA, 2020)

A etiologia da Doença de Parkinson é multifatorial com a presença de fatores genéticos, ambientais (considerando exposição a metais pesados, patologias como a desnutrição e obesidade) e o próprio envelhecimento

#### **Tratamento farmacológico**

A estratégia de tratamento para o paciente depende muito da prática clínica do médico responsável, mas de maneira geral, o tratamento visa melhorar os sintomas de limitação e retardar a progressão. É importante mencionar que os medicamentos resultam em benefícios pelo lado sintomático, no entanto, possuem diversos efeitos adversos atrelados ao uso (FIALHO et al., 2019)

**a) Levodopa (L-DOPA):** o fármaco atravessa a barreira hematoencefálica, en-

quanto a dopamina não, o mesmo aumenta a concentração central de dopamina, consequentemente melhora dos sintomas.

**b) Selegilina:** primeiro inibidor seletivo de MAO do tipo B, convertido pela MAO a uma fração ativa que combinado irreversivelmente com o sitio ativo ou cofator essencial (FAD). Utilizado em pacientes em estágio inicial, com o intuito de retardar a introdução de levodopa no tratamento.

**c) Rasagilina:** agonista dos receptores de dopamina, utilizado a fim de reduzir os efeitos do uso de levodopa. A Rasagilina é um inibidor da MAO-B, possuindo a função de metabolização de monoaminas (incluindo a dopamina), para isso a gravidade da doença deve ser avaliada pelo prescritor, porque seu efeito esta condicionado à presença de dopamina (indicado nos primeiros estágios da DP).

**d) Opicapona:** seu nome comercial é Ongentys, é um inibidor da COMT de terceira geração, levando a destruição de enzimas que possam eliminar a dopamina do paciente com DP, sendo assim melhora a biodisponibilidade de L-DOPA.

Além do tratamento farmacológico o paciente necessita ser assistido e acompanhado por uma equipe multiprofissional, incluindo: fisioterapeutas, psicólogo, nutricionista, fonoaudiólogo, farmacêutico, além é claro, do neurologista (STEIDL et al, 2007)

### **Cannabis Sativa**

Cannabis Sativa L. é derivado do grego Kannabis, traduzindo “proveitosa” apesar de ser nativa da Ásia Central, hoje pode ser encontrada em vários países, classificada em uma família chamada Cannabaceae, embora seja designada mais comumente como pertencente a família Moraceae. Possuem ainda mais 2 espécies variantes: C. Ruderalis e a C. Indica, no entanto por um tempo curto os EUA produziram em laboratório a C. Americana a fim de extrair Tetrahydrocannabinol, popularmente conhecido como Tetrahydrocannabinol (THC) (BARRETO, 2002)

A planta tem melhor desenvolvimento em regiões temperadas e tropicais, possuindo tronco central bem endurecido, podendo ser arredondado ou levemente quadrado, folhas de cor verde escura no topo e mais clara nas camadas inferiores. Possui sexualidade bem desenvolvida e diferença entre elas: a masculina é mais alta, possui tonalidade mais clara e se extrai dela fibras, o teor de THC é baixo. Já a feminina é mais baixa, produz uma resina que são para produção de flores, atua na manutenção de água da planta e possui THC ativo (BARRETO, 2002).

A Cannabis Sativa possui aproximadamente 400 compostos químicos, como açúcares, hidrocarbonetos, aminoácidos, esteroides, flavonóide, entre outros. Em se tratando de potenciais farmacológicos é possível destacar os três principais, sendo o tetrahydrocannabinol, canabidiol e canabinol.

**a) Tetrahydrocannabinol:** ou THC, é a substância psicoativa, ou seja, é um composto alucinógeno, que conseqüentemente o torna passível de dependência química, no entanto também apresenta propriedades terapêuticas, notados principalmente no Sistema Nervoso Central. O THC é encontrado em toda planta, no entanto, a maior concentração está localizada nas flores e resina das plantas fêmeas. Se tratando da concentração total de uma planta no geral, depende de fatores como: solo, clima, época de colheita e outros. Os seus principais efeitos são: alucinações, delírios, redução de percepção de tempo e espaço, podendo ocasionar acessos de pânico e/ou ira. O THC pode permanecer no sangue do usuário por até oito dias ((NUNES, 2019, FOGAÇA, 2018)

**b) Canabidiol:** o canabidiol ou apenas CBD, também possui possibilidades terapêuticas e confere proteção aos danos causados pela substância citada anteriormente, o THC. Sua atuação principal é nos sistemas límbico e paralímbico, sendo as regiões diretamente ligadas as emoções. Entende-se que a mesma não possui efeito psicoativo, nem causa dependência. O CBD está relacionado ao potencial terapêutico neurológico, neuro-protetora, anti-inflamatório e antiepilética. O CBD já foi utilizado no tratamento de diversas patologias, como por exemplo: epilepsia, ansiedade, doenças neurodegenerativas, esclerose múltipla e dor neuropática. O detalhe que chama atenção é que a droga foi utilizada tanto no tratamento sintomático, quanto de maneira preventiva, como foi o caso na esclerose múltipla, que è o caso do medicamento Naxibimol, seu uso é indicado para espasticidade da esclerose, o referido fármaco possui a proporção de 1:1 de THC e CBD, sendo de uso oro-bucal, no entanto, existe um alerta em relação aos efeitos adversos que podem ser agravados, o que está relacionado as características inerentes da patologia, como por exemplo os sintomas: comprometimento cognitivo, fadiga, alteração de humor que podem levar a uma possível depressão ou ate mesmo pensamento suicida (GONTIJO et al., 2017)

**c) Canabinol:** o canabinol ou apenas CBN, não-psycoativo, é uma substância derivada do ácido cannabigerólico (CBGA) na Cannabis Sativa, é usada como anti-bacteriano, mas seu efeito principal atrelado é sedativo, causando sonolência (NUNES, 2019).

### **Ação dos Canabinoides em doenças neurológicas**

Através dos estudos referentes a ação do THC, foram descobertos dois receptores canabinoides, posteriormente denominados CB1 encontrado principalmente no sistema nervoso central, diretamente ligado aos efeitos psicotrópicos dos canabinoides

e o CB2, os mesmos são localizados principalmente em órgãos e tecidos periféricos. Além dos receptores, também foi encontrado um endocanabinóide, que é um ligante endógeno que possui a função de ativação dos receptores canabinoides, chamado de anandamina ou apenas AEA. Outros endocanabinoides encontrados também foram os 2-araquidonilglicerol (2-AG), A virodamina, entre outros (GONTIJO et al., 2017).

### **Uso medicinal**

**a) Uso humano:** a Cannabis sativa possui potencial terapêutico e justamente por isso, vem sendo utilizada há séculos, acredita-se que a mesma possui características como: antipsicótica, sedativa, anti-inflamatória e outras. A farmacopéia mais antiga do mundo é a chinesa e nela já incluía o uso da Cannabis sativa para tratamento de dores reumáticas, distúrbios intestinais, malária e até patologias relacionadas ao sistema reprodutor feminino. Alguns médicos prescrevem o THC, pois acreditam que ele possui efeito na redução de enjoos e náuseas nos pacientes em tratamento de câncer por radioterapia e ainda, na redução da pressão do globo ocular, evitando uma possível evolução para cegueira. O uso do óleo extraído da planta para fins medicinais tem se popularizado inclusive em uso veterinário mesmo sem a regulamentação pelos órgãos fiscalizadores para tal, o Ministério da Agricultura é o órgão responsável pelo registro, mas entende que não há demanda para registro do produto, sendo assim os clientes são orientados pelos profissionais e assinam termo de consentimento para o tratamento (BARBOSA, 2021).

**b) Uso veterinário:** no ano de 2021 foi publicado na revista VEJA uma matéria acerca do assunto, que contou com a participação de alguns profissionais veterinários e tutores que relataram a importância da droga para os animais. As patologias citadas na matéria são: crises convulsivas, infecção na bexiga, insuficiência renal crônica, controle de dor, câncer, questões comportamentais e dermatológicas, entre outras, segundo os veterinários, a dosagem de THC ou CBD são definidas avaliando cada caso, são considerados fatores, como: idade do animal, peso, comorbidades e normalmente se inicia o tratamento com concentrações baixas, para somente após aumentar gradualmente conforme necessidade. No entanto, os profissionais alertam sobre as consequências caso a droga seja utilizada de maneira errada e sem acompanhamento (AMORIM & QUEIROZ, 2021)

### **Canabidiol na Doença de Parkinson**

Os estudos realizados em roedores levam a crer uma eficaz terapia do CBD no tratamento da Doença de Parkinson, pois a droga possui propriedades antioxidantes e neuroprotetoras (GONTIJO et al., 2017).

O Canabidiol possui ação antipsicótica, ansiolítica, antiinflamatória e neuroprotetora, o que ocorre é que na Doença de Parkinson a droga diminui os sintomas psicóticos

que são induzidos por discinesia (LID), levando a uma melhor qualidade de vida consequentemente (SILVA et al., 2021)

Nota-se uma possível ação do Canabidiol em desordens do movimento já na década de 1.980, sendo relatado um estudo utilizando doses de 100 a 600mg/dia no período de 6 semanas, mantendo o tratamento de base, mostrando efeito antidistônico nos 5 pacientes (CARDOSO, 2019)

Um outro estudo, com a intenção de analisar se o CBD possui eficácia neuroprotetora contra a toxicidade pela 6-hidroxi dopamina, utilizou modelos in vitro e in vivo, com dose diária de CBD de 3mg/kg, durante duas semanas (pós lesão), o resultado foi satisfatório, ocorrendo diminuição do comprometimento dopaminérgico e ainda, recuperando os valores de controle em alguns casos. O autor não descarta que os efeitos podem estar ligados às propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias (CARDOSO, 2019)

O estudo realizado com ênfase nos pacientes com Doença de Parkinson, testou o uso de CBD em seis pacientes ambulatoriais, pacientes já sintomáticos e que haviam recebido diagnóstico em pelo menos 3 meses. Os pacientes receberam uma dose oral inicial de 150mg por dia durante 1 mês, mas mantiveram seus tratamentos de base. Ao final do estudo, notava-se uma redução significativa dos sintomas psicóticos e motores, além de não ocorrer nenhuma progressão dos sintomas cognitivos, considerando então, seus efeitos positivos. Notou-se a ação sedativa do CBD, em consequência sendo positiva na melhora de qualidade do sono, que é um problema de grande expressão neste transtorno de movimentos (GONTIJO et al., 2017)

O quadro 1 descreve brevemente os autores que acreditam no potencial farmacológico do Canabidiol, descrevendo ainda seus resultados:

Quadro 1: melhorias detectadas nos pacientes com DP em uso de os sintomas com uso de Cannabis, por vários autores. Fonte: esquema adaptado de “Eficácia do canabidiol na melhora da qualidade de vida do paciente com Parkinson: revisão integrativa.”

AUTORES	EFICÁCIA DO CANABIDIOL	RESULTADOS
Dos Santos, 2019	POSITIVA	Melhoria nos sintomas motores
Leehey, 2017	POSITIVA	Melhoria no tremor, ansiedade e psicose
Pedraza, 2014	POSITIVA	Reduz Euforia
Barone P, 2017	POSITIVA	Melhoria no bem-estar físico, psicológico e social
David Oliver, 2020	POSITIVA	Redução de sintomas, alívio e sofrimento
Shohet, 2017	POSITIVA	Melhoria nas funções motoras e sintomas de dor
Chagas, 2014	POSITIVA	Melhoria das medidas de qualidade de vida sem comorbidades psiquiátricas
Poças, 2017	POSITIVA	Melhoria no controle de movimentos involuntários, tremores, bradicinesia e LID
Bakalah, 2017	POSITIVA	Melhora dos sintomas cognitivos: redução de quedas, e de sensação de dor, depressão e insônia.
Kindred, 2017	POSITIVA	Melhoria nos índices de humor, memória, fadiga e obesidade

## **Atenção Farmacêutica**

A atenção farmacêutica pode ser resumida como um serviço farmacêutico, portanto um conjunto de ações que auxiliam no tratamento médico com base na orientação ao paciente.

Todo paciente possui uma necessidade única, devendo receber um atendimento personalizado e individualizado, uma prática centrada, que vai além da entrega de caixinhas. Atenção farmacêutica tem por objetivo orientação e cuidado no manejo do paciente, assumindo a responsabilidade por suas necessidades. Sendo então, uma prestação de serviço de qualidade, sabendo que o farmacêutico é o profissional que possui todo o conhecimento técnico para orientação e cuidado, como foco principal a cooperação com os demais profissionais de saúde, a fim de melhorar os resultados do tratamento farmacológico e conseqüentemente a qualidade de vida do paciente. (ANGONESI & SEVALHO, 2010).

Em relação a dispensação de produtos derivados de Cannabis, a RDC nº 327/2019 que dispõe sobre os procedimentos para a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, bem como estabelece requisitos para a comercialização, prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de Cannabis para fins medicinais, e dá outras providências, no Art. 50 consta que o paciente ou representante legal deve assinar o TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido), possui um modelo estabelecido Anexo III da Resolução, devendo ser assinado em duas vias, retendo uma pelo assinante e outra arquivada pelo médico assistente. Em relação a prescrição, o Art. 51 descreve que o produto de Cannabis com THC até 0,2% deve acompanhar Notificação de Receita "B", conforme a portaria nº 344/1998, no Art. 52 descreve que o produto de Cannabis com THC acima de 0,2% deve ser acompanhada da Notificação de Receita "A", também conforme a portaria nº 344/1998. (ANVISA, BRASIL, RDC 327/2019)

No Art. 53.º cita que dispensação dos produtos de Cannabis em obrigatoriedade deverá ser realizada mediante a apresentação de notificação de receita específica (prescrição médica), conforme Portaria nº 344/1998. (ANVISA, BRASIL, RDC 327/2019)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMORIM G & QUEIROZ G. Veterinários da capital cada vez mais prescrevem Cannabis para pets. Invitare Pesquisa Clínica, 2021. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/bichos/veterinarios-da-capital-cada-vez-mais-prescrevem-cannabis-para-pets/> (Acesso em 16 de outubro de 2022, às 10h44min).

ANGONESI D & SEVALHO G. Atenção farmacêutica: fundamentação conceitual e crítica para um modelo brasileiro. Ciênc. saúde coletiva, 2010.

BARRETO, LAAS. A maconha (Cannabis sativa) e seu valor terapêutico. Brasília, Brasil, 2002.

BRASIL. Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais/Conselho Federal de Farmácia DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Publicado em: 26/02/2020 | Edição: 38 | Seção: 1 | Página: 168 - RESOLUÇÃO Nº 680, DE 20 FEVEREIRO DE 2020 - Regulamenta a atuação do Farmacêutico em medicamentos e produtos à base de Cannabis.

BRUCKI, SMD; FROTA, NA; SCHESTATSKY, P; SOUZA, AH; CARVALHO, VN; MANREZA, MLG; MENDES, MF; COMINI-FROTA, E; VASCONCELOS, C; TUMAS, V; FERRAZ, HB; BARBOSA, E; JURNO, ME. Canabinoides e seu uso em neurologia – Academia Brasileira de Neurologia, São Paulo, Brasil, 2015.

CARDOSO, SR. Canabidiol: estado da arte e os caminhos para regulamentação no Brasil, Fortaleza, Brasil, 2019. FILHO, R; MATOS, R; SANTOS, L; MENDES, M; BARBOSA, A. O potencial terapêutico do Canabidiol em doenças neurodegenerativas. - Acta Farmacêutica Portuguesa 2021, vol. 10, n.1, pp.84-103, Minas Gerais, Brasil, 2021.

FIALHO, TRS; CORONATO, MA; SANT'ANA, VS; PITANGA, TN. Farmacoterapia da doença de Parkinson. SEMOC. Salvador, Bahia, Brasil, 2019.

FOGAÇA, JRV. THC - Principal componente ativo da maconha. [S.l.] [2019?] Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/quimica/thcprincipal-componente-ativo-maconha.htm>. (Acesso em: 18 de junho de 2022, às 16h24min).

GONTIJO, EC; CASTRO, GL; PETITO, ADC; PETITO, G. Canabidiol e suas aplicações terapêuticas, Revista Eletrônica da Faculdade de Ceres, Goiás, v. 5 2017.

HISTÓRIA DA FARMÁCIA, s.d. Disponível em: <http://www.crfsp.org.br/historia-da-farmacia-/290-surgimento-das-boticas.html>. (Acesso em 21/11/2022, às 15h25min)

NUNES, FMP. Cannabis Sativa: uso medicinal e sua contribuição com o tratamento de doenças neurológicas. Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, 2019.

PAIXÃO, AO; JESUS, AV; SILVA, FS; MESSIAS, GMS; NUNES, TLGM; NUNES, TLG; SANTOS, TB; GOMES, MZ; CORREIA, MGS. Doença de Parkinson: uma desordem neurodegenerativa, Aracaju, Brasil, 2013.

PEIXOTO, R. 2022. Conselho Federal de medicina muda resolução que orienta médicos sobre o uso de canabidiol; especialistas apontam retrocesso. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/10/14/conselho-federal-de-medicina-muda-resolucao-que-orienta-medicos-sobre-uso-de-canabidiol-especialistas-apontam-retrocesso.ghtml>. (Acesso em 20 de novembro de 2022 às 17h49min)

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - ANVISA - RDC Nº 327, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-da-diretoria-colegiada-rdc-n-327-de-9-de-dezembro-de-2019-232669072>. (Acesso em: 04 de setembro de 2022, às 21h24min).

SILVA, KER. Doença de Parkinson. [S.l.] [2020?] Disponível em: <https://anatomiaefisioterapia.com/24-doenca-de-parkinson/> (Acesso em 06 de novembro de 2022, às 18h36min).

SILVA, MT; SOUZA, EL; FONSECA, MMP; MIRANDA, WSP; RODRIGUES, RV. Eficácia do Canabidiol na melhora da qualidade de vida do paciente com Parkinson: revisão integrativa. Tocantins, Brasil, 2021.

STEIDL, EMS; ZIEGLER, JR; FERREIRA, FV. Doença de Parkinson: revisão bibliográfica. Disc. Scientia. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 115-129, 2007.

VIEIRA, R & CHACON, L. A doença de Parkinson. In: Movimentos da hesitação: deslizamentos do dizer em sujeitos com doença de Parkinson [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 17-41.

# APLICATIVO PARA INICIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA E INGLÊS

CRUZ, Luiza Maryana da  
SANTOS, Nathalia Coraine  
BAPTISTA, Luciana Ferreira  
FERREIRA, Ronildo Aparecido

## RESUMO

Este estudo tem o objetivo de inserir um software que apresente atividades já utilizadas em sala de aula, deixando de lado o ensino tradicional e aplicando, gradativamente, dispositivos moveis (tablets, smartphones e computadores) como método de aprendizagem. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico. As conclusões mais relevantes são os benefícios tragos pelo uso da tecnologia digital em ambiente escolar, onde ocorre a inicialização do estudo e que quando utilizada de maneira correta e pensada para contribuir ao aprendizado de crianças traz vantagens ao ensino, assim, fazendo com que a tecnologia digital se torne um método eficiente de estudos da vida infantil à adulta, evitando problemas com vícios em dispositivos moveis ao ensinar a maneira correta de utilizar as tecnologias a nós dispostas.

**Palavras-chave:** Aplicativo para alfabetização. Tecnologia na educação. Aprendizagem infantil.

## ABSTRACT

This study aims to introduce software that presents activities already used in the classroom, leaving aside traditional teaching and gradually applying mobile devices (tablets, smartphones and computers) as a learning method. The used methodology was the exploratory research, having as data collection the bibliographic survey. The most relevant conclusions are the benefits brought by the use of digital technology in the school environment, where the study starts and that when used correctly and thought out to contribute to the learning of children, it brings advantages to teaching, thus making technology digital becomes an efficient method of studying life from childhood to adulthood, avoiding problems with mobile device addictions by teaching the correct way to use the technologies available to us.

**Keywords:** Literacy application. Technology in education. children's learning.

## 1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos a tecnologia vem revolucionando o mundo, cada vez mais presente no dia a dia da sociedade. A introdução da tecnologia digital logo na primeira infância por meio da educação capacita a criança a se adaptar ao mundo tecnológico, além de inovar a aprendizagem.

O presente estudo delimita-se ao uso da tecnologia digital na inicialização dos estudos infantis, buscando mostrar os benefícios do uso de novas ferramentas no ensino e capacitando crianças a pensarem e aprenderem de maneira mais ágil e eficiente.

O objetivo geral é inserir um software que apresente atividades já utilizadas em sala de aula, deixando de lado o ensino tradicional e aplicando, gradativamente, dispositivos moveis (tablets, smartphones e computadores) como método de aprendizagem.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de inovação nos métodos de ensino e aprendizagem, assim, levando para o ambiente escolar a inovação que a tecnologia trouxe ao restante do mundo e trazendo ainda mais evolução a sociedade, a qual o futuro está cada vez mais digital.

A metodologia deste trabalho é a pesquisa exploratória tendo o levantamento bibliográfico como coleta de dados.

## **2. A IMPORTANCIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

A educação é fundamental na vida de todos os cidadãos, uma vez que o ensino recebido no início da vida caminha conosco durante toda nossa existência. Por isso, a inicialização da alfabetização deve ser um processo realizado com excelência às crianças, pois será essencial durante toda a vida.

A alfabetização é a base de todo ser humano, formada por um longo e gradativo ciclo de construção de conhecimento ao desenvolver as habilidades de escrita e leitura. A qualidade da inicialização desse processo colabora com todos os aspectos do cotidiano do cidadão, desenvolvendo os pensamentos e a comunicação necessária para o dia a dia em sociedade.

O papel da escola é “[...] um lugar de saber [...] a questão do saber é central. Não se deve esquecer que a escola é um lugar onde há professores que estão tentando ensinar coisas para os alunos e onde há alunos que estão tentando adquirir saberes” (CHARLOT, 2000, p. 65).

Desse modo, é possível compreender melhor o processo de ensino e aprendizagem ente aluno e professor.

Considera que há uma relação dupla com o saber: a primeira é que o estudante só aprende aquilo que já sabe (considerando que ele já traz um saber consigo); e quando não se sabe ou não tem noção sobre o que está sendo ensinado o estudante tem dificuldades de aprender (pois não há relação com o saber deste estudante), não há uma relação de aprender se antes não houver uma relação com o saber. Tendo em vista que nem todo aprender equivale a um conteúdo intelectual, pois há “figura do aprender que não é pertinente para a aquisição de saber. (CHARLOT, 2000, p. 66).

Seguindo o pensamento de (CHARLOT, 2000) o desenvolvimento do aplicativo consiste em atividades, já percorridas em sala de aula, que serão apresentadas como games para as crianças/alunos. Assim, o estudante aprende gradativamente aquilo que já lhe foi apresentado e já tem conhecimento.

### **3. A IMPORTANCIA DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS**

A matemática, é a principal ferramenta que desenvolve o pensamento lógico do educando nos anos iniciais, instrumento fundamental durante toda a vida e responsável pela construção de conhecimento e base do ser humano.

É importante, que a Matemática desempenhe, equilibrada e indissociavelmente, seu papel na formação de capacidades intelectuais, na estruturação do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do aluno, na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho e no apoio à construção de conhecimentos em outras áreas curriculares. (BRASIL, 1997, p.29).

Na educação infantil, é esperado o domínio da escrita e leitura, mas também a “alfabetização matemática”, conceito determinado por Danyluk (1998) e utilizado para definir o desenvolvimento na matemática nesse período de escolarização.

[.] refere-se aos atos de aprender a ler e a escrever a linguagem matemática usada nas primeiras séries da escolarização. Ser alfabetizado em matemática é entender o que se lê e escrever o que se entende a respeito das primeiras noções de aritmética, de geometria e da lógica. (DANYLUK, 1998, p.14).

Assim espera-se que nos primeiros anos de escolaridade, os alunos consigam desenvolver habilidade lógica e impulsionar a aprendizagem tanto no presente quanto no futuro.

O ser humano, no início da vida aprende, principalmente brincando, assim, pode-se utilizar da brincadeira por meio de jogos digitais pedagógicos para introduzir e auxiliar a alfabetização matemática, trazendo ao desenvolvimento da criança a aprendizagem prazerosa e lúdica.

A educação lúdica contribui e influencia na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integrando-se ao mais alto espírito democrático enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio. (Almeida 1995, p.41).

É notório a contribuição de jogos com atividades para o processo do ensino, já que mostra aos alunos uma maneira diferente de observar o uso da matemática e construir conhecimento, estando em um ambiente atrativo, agradável e propício para aprender.

Para crianças pequenas, os jogos são as ações que elas repetem sistematicamente, mas que possuem um sentido funcional (jogos de exercício), isto é, são fontes de significados e, portanto, possibilitam compreensão, geram satisfação, formam hábitos que se estruturam num sistema. Essa repetição funcional também deve estar presente na atividade escolar, pois é importante no sentido de ajudar a criança a perceber regularidades. (BRASIL, 1997, p.35).

Com o aplicativo, espera-se que o aluno obtenha melhores resultados no presente e no futuro com seu desenvolvimento sendo reforçado pelas quatro operações matemáticas, que podem ser considerados sua base.

#### **4. INGLÊS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

O inglês é reconhecido mundialmente como idioma universal pois, é utilizado no exterior como meio de comunicação também entre os não-nativos.

Em geral, introduzir o inglês na primeira infância favorece a imersão das crianças e um ambiente bilingue, já que nesse período, as habilidades linguísticas das crianças se desenvolvem rapidamente, trazendo facilidade para se tornarem fluentes em mais de um idioma.

Por meio de brincadeiras, histórias, vídeos e músicas é possível causar interesse e aproximar as crianças do idioma, que atualmente, além de essencial para vida, trazendo mais comunicação, é essencial também para o mercado de trabalho, onde se exige fluência geralmente em pelo menos duas línguas.

Dessa forma, torna-se essencial a presença do idioma na vida dos educandos, que ao ser inserido pelo pedagogo na educação infantil colabora com todo o seu futuro.

Espera-se que com o aplicativo exista a possibilidade do aprimoramento de maneira simples a introdução da língua, tendo como base palavras para iniciar os estudos em um novo idioma.

#### **5. EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO**

Na atualidade, tornou-se imprescindível a utilização da tecnologia no ensino, utilizada por muitos colégios e faculdades que acham necessário utilizar deste recurso para prover a favor da educação, ademais, a tecnologia é utilizada na educação desde muito

tempo, de acordo com o pesquisador, Dermeval Bruzzi, foi em aproximadamente 1650 as primeiras experiências utilizando-se desta ferramenta tão importante para evolução humana (AMBER SISTEMAS, 2018).

Como exemplos de tecnologias utilizadas no início desse processo, há três que se destacam:

- Horn-Book, que consistia em uma ferramenta de madeira na qual havia letras impressas, e na época, era utilizada para ensinar crianças a lerem e escreverem;
- Freule: utilizado como apontador e indicador;
- Magic Lan Tern: utilizado para reprodução de slides.

Com o passar dos anos e a necessidade constante de evolução, surgem novas ferramentas, utilizada até a modernidade, para enfim chegarmos a era da tecnologia da informação e comunicação (TIC), popularizando o uso dos dispositivos móveis, principalmente na educação.

Com o avanço do ser humano e sua inteligência, criou-se o começo do processo de adaptação dessas ferramentas com o objetivo a mais dinamismo e praticidade, de acordo com as necessidades do cotidiano do homem.

## **6. O USO DA TECNOLOGIA DIGITAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Hoje não se pode negar a revolução provocada pelas TICs no ensino e principalmente no cotidiano, a qual cria a possibilidade de contato, pesquisa etc. em tempo real.

Atualmente, é comum crianças terem acesso a dispositivos móveis, que por muitas vezes podem vir a causar empecilhos em algumas situações, as quais a criança não sabe lidar e nesse período da vida ainda não tem a devida orientação de como usar as ferramentas oferecidas.

Ao orientar, oferecendo todo o auxílio necessário para a criança, se tem nas mãos uma das mais poderosas ferramentas da atualidade, responsável por boa parte da movimentação do mundo. Desse modo, com os recursos disponíveis por tablets, celulares e computadores a criança têm em mãos diversos jogos educativos.

O educador, oferecendo atividades com o uso das TICs, promove a estimulação da aprendizagem por meio do educando, que quando exploradas traz à tona o desenvolvimento da criança.

Há também a necessidade de o professor estar qualificado e tenha conhecimento para desenvolver o uso da tecnologia, trazendo interação para as aulas e buscando explorá-la da melhor forma possível, a fim de trazer melhores resultados pedagógicos para o ambiente escolar.

O uso de atividades elaboradas juntamente ao auxílio de forma correta para o uso das ferramentas pelos alunos é um excelente conjunto para boas experiências com as tecnologias digitais, trazendo cada vez mais evolução para o aluno.

Um dos fatores primordiais para a obtenção do sucesso na utilização da informática na educação é a capacitação do professor perante essa nova realidade educacional. O professor deverá estar capacitado de tal forma que perceba como deve efetuar a integração da tecnologia com a sua proposta de ensino. Cabe a cada professor descobrir a sua própria forma de utilizá-la conforme o seu interesse educacional, pois, como já sabemos não existe uma forma universal para a utilização de computadores na sala de aula. (SOUTO, 2012, p.24).

## **7. DESENVOLVIMENTO DO APLICATIVO**

A interface do aplicativo consiste em página de login, menu e páginas de atividades, sendo elas de português, matemática e inglês.

Em um primeiro momento é necessário o cadastramento na plataforma por meio de um formulário simples de registro necessitando dos dados: nome e sobrenome do usuário ou responsável, nome de usuário e senha (Figura 1), visando a facilidade e inclusão.

Em seguida, o usuário deve realizar o login (Figura 2) colocando o nome de usuário, senha e clicar no botão entrar para ter acesso a plataforma de jogos e atividades dentro do aplicativo.

Após o login, o usuário encontrará um menu interativo (Figura 3) que contém as opções de disciplinas onde poderão ser escolhidas de acordo com preferência do utilizador com apenas um clique em cima do conteúdo desejado.

Figura 1 - Cadastro



Figura 2 - Login

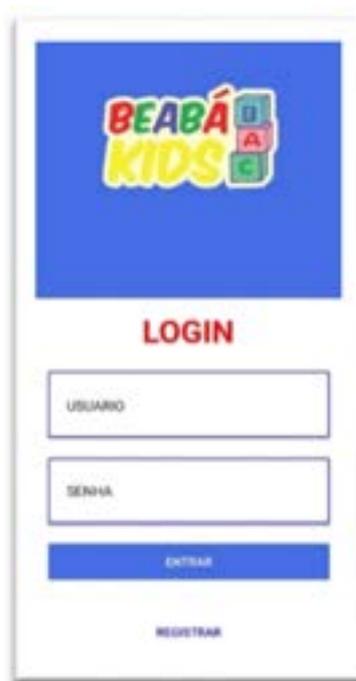


Figura 3 - Menu



Fonte: Elaborado pelas autoras

As páginas de disciplinas consistem na introdução de letras, palavras, números e até mesmo sons, que ocorrerá por meio de fases e conforme a evolução do desenvolvimento da criança, os níveis de dificuldade irão evoluindo, seguindo atividades semelhantes as já apresentadas em sala de aula.

A página do alfabeto (Figura 4) faz a apresentação das letras e mostra também quais as vogais para a criança.

Na página da disciplina de inglês (Figura 5), o usuário deve realizar a tarefa escrevendo o nome em inglês da cor apresentada clicando no botão “digite aqui”, também é possível ouvir o som da palavra ao clicar no botão representado pela silhueta escutando. Na página da disciplina de matemática (Figura 6), o usuário deve realizar as tarefas realizando a operação matemática apresentada ao colocar o resultado da operação no espaço correspondente.

Figura 4 - Alfabeto

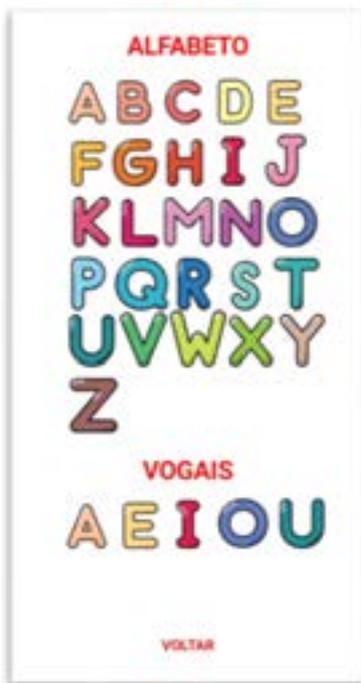


Figura 5 - Inglês

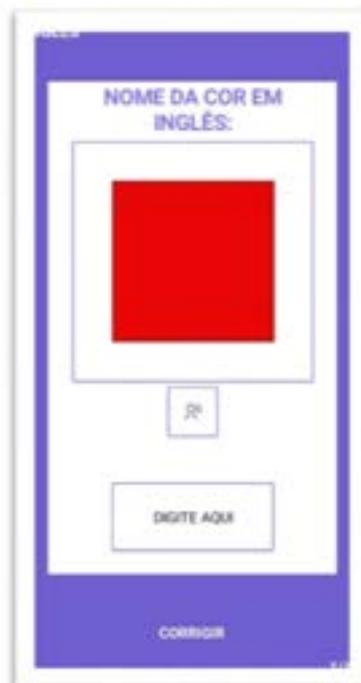
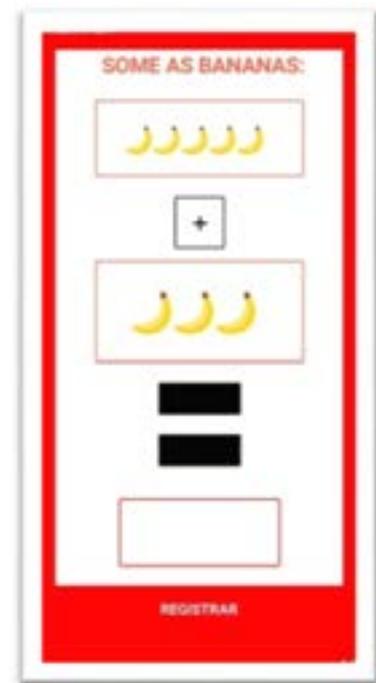


Figura 6 - Matemática



Fonte: Elaborado pelas autoras

Nas páginas da disciplina de português (Figuras 7 e 8), o usuário deve realizar as tarefas preenchendo o nome do animal correspondente ao da foto no espaço “digite aqui” e indicando a primeira letra dos nomes do animal, clicando no botão com a letra correspondente.

A página de sons (Figura 9), é composta pelo áudio dos sons produzidos pelos animais e a pronúncia de seus nomes em inglês.

Figura 7 - Português

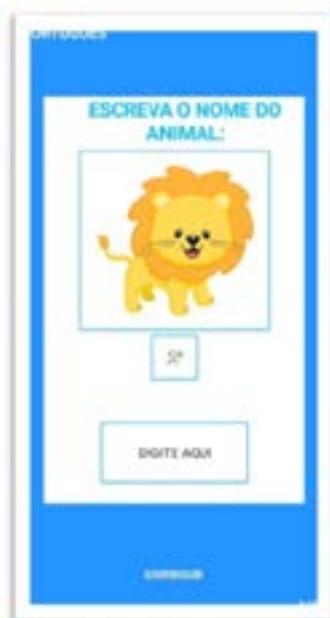
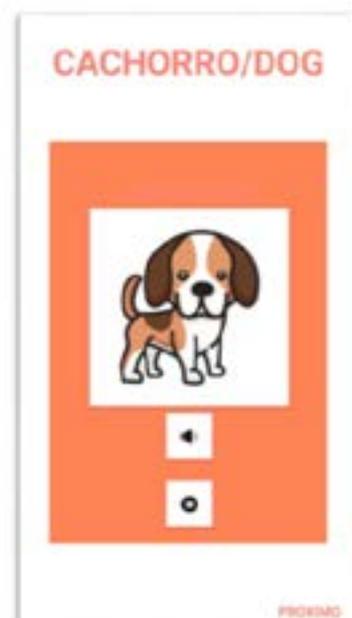


Figura 8 - Português



Figura 9 - Sons dos animais



Fonte: Elaborado pelas autoras

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho desenvolvido consiste em um aplicativo para crianças em idade da inicialização da aprendizagem nos anos iniciais, onde ocorre a introdução de dispositivos móveis com o intuito de otimizar o tempo de aprendizagem e utilizar da tecnologia digital como aliada nesse processo. Desse modo, inserindo-a e instruindo seu uso desde a infância, isto é, começando o processo de desenvolvimento para uma sociedade mais evoluída pelos recursos digitais.

O aplicativo foi pensado para ser atrativo e de fácil uso para os usuários, buscando trazer cores, ilustrações e divertimento. Os jogos apresentados consistem em atividade de português, matemática e inglês já vistas pelas crianças dentro de sala de aula, fazendo que consigam utilizá-lo sem grande dificuldade e progredindo gradualmente a cada nível.

Os resultados obtidos através de testes realizados com crianças em fase da educação básica demonstram avanço na qualidade do ensino quando utilizada em conjunto com o método de ensino tradicional, mesclando-os, sem nunca a substituir os ensinamentos do professor, desse modo, trazendo a inovação para sala de aula.

Como continuidade a este trabalho, sugerimos a introdução de novos conteúdos como ciências, história, geografia, etc. para crianças em diferentes faixas etárias para aprimorar a aprendizagem com a tecnologia digital durante toda a educação básica, utilizando-a não apenas na inicialização e durante o início dos estudos, mas sim durante um maior período da vida escolar do aluno.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995.

AMBER SISTEMAS. A história da tecnologia na educação. Santana, SP. 2018. Disponível em: <<https://www.ambersistemas.com.br/historia-da-tecnologia-na-educacao/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais: matemática. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

CHARLOT, B. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Trad. de MAGNE, B. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DANYLUK, Ocsana. Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil. Porto Alegre: Sulina, 1998.

SOUTO, Cassia Luciana Barcellos. O uso do computador nos anos iniciais do ensino Fundamental. Porto Alegre. 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95914/000912259.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

# ASPECTOS LINGÜÍSTICOS, SOCIOCULTURAIS E HISTÓRICOS DO CHÁ MALUCO EM AS AVENTURAS DE ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS

ARAUJO, Renata Rebouças  
CORANI, Sue Ellen  
REZZAGHI, Katia Cristina  
VILLANI Fábio Luiz (Orientador)

## RESUMO

Neste presente artigo é abordado aspectos sociais, culturais e históricos a respeito do capítulo sete, “Um Chá Muito Louco” e os personagens da obra de Lewis Carroll, As Aventuras de Alice no País das Maravilhas, esta que foi associada a conceitos linguísticos da obra póstuma de Ferdinand de Saussure: Curso de Linguística e a sua teoria Estruturalista. Partindo da ideia de que a língua é um sistema de signos linguísticos arbitrários regidos pela linearidade, e um conjunto de regras usados na comunicação (SAUSSURE, 1916), foi realizado então, uma análise da escrita de Lewis. Concluímos que além de ser uma escrita criativa e inteligente, tem muito valor histórico que remete a sua época.

**Palavras-chave:** Estruturalismo; Lewis Carroll; As Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Época Vitoriana; Linguística.

## ABSTRACT

In this paper, it is observed social, cultural, and historical aspects about the chapter seven, “A Mad Tea Party” and the characters from the Lewis Carroll’s work, Alice’s Adventure in Wonderland, which has been associated to linguistic concepts from Ferdinand Saussure’s posthumous work: The Linguistic Course and his Structuralist theory. Parting from the idea that language is a system of arbitrary linguistic signs that follows a linearity and a system of rules used in communication (SAUSSURE, 1916), it has been done an analysis of Lewis’ writing. We concluded that it’s not only a creative and intelligent writing, but it also has a lot of historical value which tells us many things about its era.

**Keywords:** Structuralism, Lewis Carroll; Alice’s Adventures in Wonderland; Victorianism; Linguistic.

## 1. INTRODUÇÃO

Charles Lutwidge Dodgson (1832-1898), conhecido pelo pseudônimo Lewis Carrol, foi, entre tantos nomes, um matemático, romancista, contista, fabulista, poeta, desenhista, fotógrafo e diácono da Igreja Anglicana. Era um descendente genético da realeza britânica (do monarca Edward III).

Gago desde a infância até a vida adulta chamava esse problema de “hesitação”, tinha também fortes enxaquecas, as quais os médicos da época diagnosticaram como epilepsia, atualmente a ciência nomeou como (AIWS), ou (SAPM) no Brasil, que resu-

midamente é um distúrbio de desorientação neurológica que afeta drasticamente a percepção dos seres humanos. A pessoa com esse distúrbio passa a se sentir confuso em relação ao tamanho e forma das partes do seu corpo, além de observar os objetos com um tamanho ou forma errados, pessoas, prédios, parecem muito menor, ou maior, um corredor pode parecer infinitamente longo, ou o chão parecer extremamente próximo, para quem sofre com esse transtorno, as horas parecem passar devagar. O transtorno foi assim nomeado, devido o livro *Alice in Wonderland* (em inglês acrescenta no final a sigla “S”, de “Syndrome”) — *Alice no País das Maravilhas* (em português acrescenta o “S” de “Síndrome” no início da sigla), pois, assim como Alice, os pacientes com SAPM vivenciam alterações na percepção das dimensões do próprio corpo.

Foi o típico homem vitoriano, era fascinado pela nobreza e um pouco esnobe. Tornou-se amigo de Henry Liddell, que era reitor da Christ Church, e pai de Alice Liddell (Inspiração para a obra mais famosa de Carroll, *As aventuras de Alice no país das maravilhas*), e suas irmãs. Passava muito tempo com as meninas, entretendo-as e contando histórias. Em um passeio, contou a Alice Liddell uma história improvisada sobre uma menina que vivia uma aventura embaixo da terra, a partir disso resolveu escrevê-la.

Nunca se casou, esse fato faz com que ainda hoje, estudiosos bibliográficos indiquem que Alice foi um amor platônico de Carroll. Além de manter-se a suspeita de que Carrol era pedófilo, já que tinha preferências por estar em companhia de crianças (do sexo feminino), fotografá-las nuas, escrever cartas para elas, houve o afastamento da família Liddell. De qualquer maneira, nunca houve provas, já que o que poderia ser usado, seriam as folhas de seu diário, arrancadas e queimadas pelos herdeiros de Carroll após sua morte.

## **2. RESUMO DA OBRA**

Em sua obra, escrita em 1862 como um presente de natal para a criança Alice Liddell, Carroll nos apresenta as aventuras da menina Alice, que, entediada com a leitura da irmã, persegue um coelho até sua toca e acaba por cair em um poço que a leva a um lugar um tanto curioso.

A garota desde o princípio se mostra um tanto intransigente consigo mesma “Em geral, dava conselhos ótimos para si mesma (embora raramente os seguisse), repreendendo-se de vez em quando tão severamente que ficava com lágrimas nos olhos”[...] (pág. 35) temperamento transparece em seu relacionamento com as figuras que encontra em seu caminho, já que a polida e graciosa menina parece não tolerar e perde facilmente a paciência com os diálogos sem sentido.

Além da personalidade da personagem, a história discorre em torno de acontecimentos extraordinários, visto que, durante sua aventura, Alice se apropria de bolinhos e poções que a fazem aumentar ou diminuir de tamanho diversas vezes para se adaptar aos diferentes ambientes, não sem antes passar por diversos apuros. A história desenvolve ainda seu encontro com as mais excêntricas criaturas: um chapeleiro maluco que toma chá incessantemente com uma lebre de março e um caxinguelê, um bebê-porco, um gato sorridente que pode aparecer ou desaparecer repentinamente, um lagarto fumando narguilé e até uma rainha tirana, compõem alguns dos personagens dessa obra que a própria personagem compara a um conto de fadas, dado os acontecimentos inverossímeis que lhe sucedem.

A obra escrita e ilustrada por Carroll foi inicialmente nomeada de As aventuras de Alice no Subterrâneo, mas com receio que o título remetesse a mineração, o nome foi adaptado em seu lançamento para As aventuras de Alice no país das maravilhas. Este presente artigo tem como objetivo discorrer a respeito de aspectos linguísticos, com embasamento teórico principal em Ferdinand de Saussure, aspectos socioculturais e históricos da época vitoriana, em que a obra de Lewis Carroll foi escrita, em 1856, como objeto de análise, o respectivo capítulo sete: “Um Chá Muito Louco”, de As Aventuras de Alice no País das Maravilhas, que nos apresenta as personagens: Lebre de Março, o Chapeleiro Maluco e o Caxinguelê, cada qual representando um arquétipo comum da sociedade vitoriana, como uma forma de crítica.

O Estruturalismo, teoria póstuma escrita por alunos do Curso de Linguística Geral (1916), lecionado por Ferdinand de Saussure (1857-1913), que definiu e conceituou objetos de estudos sendo os pilares para a linguística moderna. A linguagem, a língua e a fala são referidas como conceitos distintos, para o autor, a língua é um sistema de signos linguísticos que exprimem ideias, e são compostos pela junção do significante, que é imagem acústica, e o significado, o conceito. Saussure faz a divisão da língua em unidades linguísticas menores subordinadas a unidades maiores: desde o som até o seu significado, em outras palavras, da fonética à semântica. (SAUSSURE, 1916)

“Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente e, em simultâneo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 1916)

É possível observar e decodificar alguns desses elementos muito presentes no livro de Lewis Carroll: o autor manipula as palavras de uma maneira criativa sendo relacionáveis ao Estruturalismo. Analisemos então, adiante.

### 3. AS PERSONAGENS E OS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E HISTÓRICOS

O livro é ambientado durante a Era Vitoriana, que perdura entre 1837 e 1901, em que a Rainha Vitória governa o Reino Unido: o longo reino próspero — é um período marcado por desenvolvimento tecnológico e socioeconômico em que se dá a Segunda Revolução Industrial (SANTANA, 2016), e em meio a tudo isso, se tem Lewis Carroll, que após um passeio de barco com Alice Liddell e suas irmãs, teve a inspiração para ideia de escrever para a menina, o livro onde ela seria a personagem principal. Neste livro, se lido superficialmente, apenas parece um romance infanto-juvenil nonsense, mas se analisado com olhar sincrônico, é possível notar ser um retrato da sociedade vitoriana e suas características, como a moralidade puritana, os costumes e as tradições.

Cada personagem possui uma personalidade peculiar, e cumpre a função de representar pessoas e aspectos sócio-históricos da época, analisemos primeiramente então, o Chapeleiro Maluco, este qual não fala coisas lógicas, faz comentários ríspidos em relação com o Tempo, que na história existe como uma pessoa e não uma ideia, um conceito. Sua loucura tem a ver com um fator histórico: o uso dos químicos desenfreadamente na produção industrial — os chapéus produzidos no século XIX continham mercúrio, substância esta que quando frequentemente exposta ao ser humano, é venenosa e pode causar sérios problemas neurológicos, dá-se então a expressão “mad as a hatter.”(RAMOS, 2018)

Ao relacionar a personagem com a revolução industrial, pode-se interpretar que o Chapeleiro é um trabalhador, e que sua briga com o Tempo, que fez ser sempre a “hora do chá”, seria uma metáfora para o loop exaustivo e infinito das horas de trabalho. O chá das cinco era uma tradição portuguesa adotada pela sociedade britânica (SUPER INTERESSANTE, 2016), na história acontece às seis da tarde, e sempre se reinicia, não dando tempo de lavar as louças — as personagens só mudam de lugar na mesa. Há teoria também de que a ilustração no livro, do Chapeleiro Maluco é inspirado em Theophilus Carter (1824-1904), que foi uma pessoa real, um inventor, também conhecido como Chapeleiro Maluco na região em que vivia.

“Sua invenção de uma 'cama despertador', que acordava a pessoa jogando-a no chão (exibida no Crystal Palace em 1851), pode ajudar a explicar porque o Chapeleiro de Carroll é tão preocupado com o tempo bem como em[no original, um dormouse, do latim dormire]. Observa-se também que itens de mobiliário — mesa, poltrona, escrivaninha — são proeminentes neste episódio.” (CARROL, 2014)

Essa personagem, junto da Lebre de Março e do Caxinguelê aparecem novamente no capítulo 11: “Quem Roubou as Tortas?” para dar seu testemunho na corte

da Rainha de Copas, e, em sua presença fica trêmulo de medo da sua tirania. Quando questionado a respeito do seu chapéu, afirma que não é seu, e que os que possui são apenas para vender: é possível fazer uma intertextualidade com o que Karl Marx (1818-1883), um escritor e filósofo também da época, discorria em seu livro a respeito do capitalismo, *O Capital*, — o proletariado não possui direitos de ter o que produz, se não paga pelo mesmo. (MARX, 1985).

“Tire o chapéu”, disse o Rei ao Chapeleiro. “Não é meu”, disse o Chapeleiro. “Roubado!” exclamou o rei, voltando-se para os jurados, que instantaneamente fizeram um apontamento do fato. “São todos para vender”, acrescentou o Chapeleiro à guisa de explicação; “nenhum me pertence. Sou um chapeleiro.” Aqui a Rainha pôs os óculos e cravou os olhos no Chapeleiro, que se tornou pálido e irrequieto. “Preste o seu depoimento”, disse o Rei; “e não fique nervoso, ou vou ter de mandar executá-lo no mesmo instante.” (CARROLL, 2013)

Partindo para a Lebre de Março, que também é maluca, pois em março é inverno, época de acasalamento das lebres, que na crença popular, enlouqueciam, deu-se também, origem à expressão “louco como uma lebre de março”.(RAMOS, 2018)

“Dois cientistas britânicos, Anthony Holley e Paul Greenwood relataram (em *Nature*, 7 jun 1984) amplas observações que não confirmam a crença popular de que lebres machos enlouquecem durante o período do cio de março. O principal comportamento das lebres durante todo seu período de acasalamento, que dura oito meses, consiste na perseguição das fêmeas pelos machos, seguida por lutas. Março não difere de nenhum outro mês. Foi Erasmo que escreveu “Louco como uma lebre do pântano” [“a marsh hare”]. Cientistas pensam que a palavra “marsh” foi corrompida em “March” em décadas posteriores.” (CARROLL, 2014).

E, por fim, temos o caxinguelê, este que retrata o vício do ópio: vive sonolento, como se estivesse sob efeito de entorpecentes, o Chapeleiro frequentemente despeja em seu nariz, chá, o que pode ser visto como uma alegoria ao uso de drogas ilícitas: o uso de cocaína era tido como um ato para expandir a inteligência, na literatura vitoriana podemos observar personagens fazendo o uso de entorpecentes como algo cotidiano, um exemplo disso é Sherlock Holmes, personagem de Arthur Conan Doyle, que diversas vezes justifica o uso de cocaína para “ajudar a raciocinar melhor” ou para “fugir do tédio da vida cotidiana banal.” (DOYLE, 2017)

#### **4. ANÁLISE DE ASPECTOS LINGUÍSTICOS (A LÀ SAUSSURE)**

Observando a fala dos personagens ao nível linguístico na história, é evidente que o autor, conscientemente ou não — ou apenas para cumprir um papel estilístico, recorre à fonética, da morfologia, da sintaxe, e da semântica: áreas que Saussure trouxe em sua teoria sobre a língua. (SAUSSURE, 1916). A presença da semântica, que é o es-

tudo do significado das palavras em um determinado enunciado, esta que se preocupa com a lógica por trás do que é dito e, da sintaxe, uma subdivisão na linguística em que se estuda a função das palavras em uma oração, são exemplificáveis no capítulo sete, em Alice no País das Maravilhas, no diálogo dos participantes do Chá Maluco:

“Então deveria dizer o que pensa”, a Lebre de Março continuou. “Eu digo”, Alice respondeu apressadamente; “pelo menos... pelo menos eu penso o que digo... é a mesma coisa, não?” “Nem de longe a mesma coisa!” disse o Chapeleiro. “Seria como dizer que ‘vejo o que como’ é a mesma coisa que ‘como o que vejo!’” “Ou o mesmo que dizer”, acrescentou a Lebre de Março, “que ‘aprecio o que tenho’ é a mesma coisa que ‘tenho o que aprecio!’” (CARROLL, 2013)

Ao trocarmos o sujeito, objeto ou verbo de lugar numa oração, do fim para o começo ou do começo para o fim, muda-se completamente o sentido. O agente que antes era o objeto da oração, passa a realizar a ação do enunciado, e que, quando trazemos para a interpretação do mundo real ao nosso redor, muda o significado como um todo. É realmente diferente dizer “eu vejo o que como” e “eu como o que vejo”, na primeira afirmação, significa que se vê apenas aquilo que se come, as outras coisas não; na segunda afirmação, traz um sentido de gula, onde se come tudo que se vê. Isto configura também com uma das dicotomias de Saussure, a Linearidade e a Arbitrariedade: a Linearidade diz respeito de os elementos serem organizados um após o outro em uma ordem pré-estabelecida, ou seja, faz sentido falar “o coelho corre”, porém ao falar “o corre coelho” torna o enunciado incompreensível.

Neste mesmo capítulo, é notável outro conceito relacionado a semântica: a polissemia, está que tem a ver com os vários significados de uma mesma palavra, na obra de Lewis, a palavra tempo, além de ser personificada, é empregada de diversas maneiras, em expressões.

“Acho que vocês poderiam fazer alguma coisa melhor com o tempo”, disse, “do que gastá-lo com adivinhações que não têm resposta.” “Se você conhecesse o Tempo tão bem quanto eu”, disse o Chapeleiro, “falaria dele com mais respeito.” “Não sei o que quer dizer”, disse Alice. “Claro que não!” desdenhou o Chapeleiro, jogando a cabeça para trás. “Atrevo-me a dizer que você nunca chegou a falar com o Tempo!” “Talvez não”, respondeu Alice, cautelosa, “mas sei que tenho de bater o tempo quando estudo música.” “Ah! Isso explica tudo” disse o Chapeleiro. “Ele não suporta apanhar. Mas, se você e ele vivessem em boa paz, ele faria praticamente tudo o que você quisesse com o relógio [...] “Bem, eu mal acabara a primeira estrofe”, disse o Chapeleiro, “quando a Rainha deu um pulo e berrou: ‘Ele está assassinando o tempo! Cortem-lhe a cabeça!’” “Terrivelmente cruel!” exclamou Alice. “E desde aquele momento”, continuou o Chapeleiro, desolado, “ele não faz o que peço! Agora, são sempre seis horas.”” (CARROLL, 2013) (destaque em negrito feito pelos autores)

A personificação ou prosopopeia, da palavra tempo ocorre no inglês com a troca do pronome “it” para “he.” Quando Alice diz que precisa “bater o tempo” quando estuda música, é como se o Chapeleiro inferisse em sua fala que ela age com violência com o Tempo, este que o puniu com o chá das seis infinito, porque estava “assassinando o tempo” — do inglês “killing time”, também pode ser traduzido como “matar o tempo” que por sua vez, pode significar usar o tempo de forma inútil.

Outra coisa a se observar também, é quando a Lebre de Março tenta passar manteiga no relógio, numa tentativa de fazer o tempo “deslizar”, o que diz a respeito da sua interpretação de mundo literal; tem a ver com uma área da linguística que surge no pós-Estruturalismo, a Pragmática, esta que tem a ver com o contexto da comunicação, que depende dos interlocutores do ato da conversa e de suas interpretações de mundo, da inferência, da pressuposição, entre outros fatores.

Em todo o decorrer da história de Lewis Carroll é possível observar outros exemplos que são aplicáveis aos conceitos de Saussure, um deles está no capítulo 01; enquanto caía pela toca do coelho, sonolenta, Alice começa a falar “morcegos comem gatos?” e “gatos comem morcegos?” no inglês, “do cats eat bats?” e “do bats eat cats?” Bats e cats são considerados pares mínimos fonéticos, ou seja, dependem de um fonema, que Saussure (1916) define como a soma das impressões acústicas e dos movimentos articulatórios da unidade ouvida e da unidade falada, para se distinguir o significado, no caso, os fonemas /b/ e /c/.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que a obra de Lewis Carroll possui muita relevância atualmente, e encanta os leitores com sua escrita inteligente e muito criativa, as personagens do Chá Maluco retratam pessoas e aspectos de sua época, e abre portas para diferentes interpretações possíveis.

Se pararmos para pensar em nossa comunicação no dia a dia, veremos que Saussure teorizou está presente a todo momento, seja ela escrita ou falada. De fato, Saussure foi um importante linguista e o Estruturalismo é um dos pilares da linguística moderna, esta que é uma ciência consideravelmente “nova” comparada a outras já existentes.

## **REFERÊNCIAS**

CARROLL, Lewis. As Aventuras de Alice no País das Maravilhas — Uma Edição Comentada. Editora ZAHAR, 2013.

- BELLON, Ana Carla Vieira. O insólito revolucionário na literatura e na fotografia de Lewis Carroll. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- COELHO, Sandra Sofia Miranda Alfredo. Jogo de lógica de Lewis Carroll. Universidade de Lisboa, 2008.
- DOYLE, Arthur Conan. Sherlock Holmes: obra completa. Editora HarperCollins, 2017.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. Nova Cultural: 1985.
- NICKEL, Rejane Camila. NAS ENTRELINHAS DE ALICE: O CHAPELEIRO MALUCO, A RAINHA DE COPAS E A MENINA ALICE NA ERA VITORIANA. URI-Campus de Erechim, 2011.
- PROSDOCIMI, Fabio César. DA ROSA, Pedro Banho. FRAGOSO, Yara Dadalti. Alice in Wonderland syndrome: “Who in the world am I?”. Sept 2019.
- RAMOS, S. D.; ACCORSI, A. M. TECENDO UMA NOVA INTERPRETAÇÃO PARA ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, [S. l.], v. 11, n. 01, p. 198–214, 2018. DOI: 10.30681/real.v11i01.2275. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/2275>. Acesso em: 2 maio. 2022.
- SANTANA, Luciana Wolff Apolloni; SENKO, Elaine Cristina. Perspectivas da Era Vitoriana: sociedade, vestuário, literatura e arte entre os séculos XIX e XX. Revista Diálogos Mediterrânicos, n. 10, p. 189-215, 2016.
- SAUSSURE, Ferdinand de Saussure. Curso de Linguística. 1916.
- SILALAH, Pininta Veronika. A Highlight on Pragmatics. PARAFRASE: Jurnal Kajian Kebahasaan & Kesastraan, v. 16, n. 01, 2016.
- SKYVINGTON, William. Lewis Carroll’s descent from the Skeffington family. Choranche (France), December 2007
- SOARES, Ana Claudia Marinho. Amor cortês: um exemplo de sublimação através da arte. Opção Lacaniana online nova série, novembro 2011.

# CAPS INFANTO JUVENIL (IJ): TRAÇOS DE UMA EQUIPE REDUZIDA

SOARES, Stephanie Conceição  
FERREIRA, Juliana Chaves

## RESUMO

O artigo em questão tem como objetivo trazer a realidade de uma equipe multiprofissional no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil que trabalha de forma reduzida, para atender uma população de quase 200 mil habitantes, de forma satisfatória, com pouco recursos humanos. Levando em consideração os documentos de base para a criação deste modelo de atendimento, que veio para substituir os modelos manicômios e asilares. Assim se faz necessário identificar as dificuldades encontradas por estes profissionais, além de pontuar suas questões de sobrecarga profissional.

**Palavras-chave:** CAPS IJ, equipe mínima, saúde mental, atendimento, crianças, adolescentes.

## ABSTRACT

In the article in question, it aims to bring the reality of a multiprofessional team at the Child and Youth Psychosocial Care Center that works in a reduced way, to serve a population of almost 200 thousand inhabitants, in a satisfactory way with little human resources. Taking into account the basic documents for the creation of this care model, which came to replace the asylum and asylum models. Thus, it is necessary to identify the difficulties encountered by these professionals, in addition to pointing out their issues of professional overload.

**Keywords:** CAPS IJ, minimal team, mental health, care, children, adolescents.

## 1. INTRODUÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), são equipamentos criados na década de 1970 após a reforma psiquiátrica, com intuito de substituir o sistema antigo de internação psiquiátrica (manicômios). O trabalho deste serviço é comunitário, direcionado pelas normas do Serviço Único de Saúde (SUS), o mesmo é dividido em três categorias para melhor atender a população: temos o CAPS I, II e III que dentro dessas divisões se encontram sub divisões como o Infanto-juvenil que tem como público alvo crianças e adolescente até seus 18 anos completos; Adulto, o qual continuará por vezes o trabalho com o aquele paciente que foi acompanhado pelo IJ, ou casos novos que compete a pessoas acima dos 18; e o AD (álcool e drogas), que trabalha a reabilitação de usuários de substâncias. Neste trabalho iremos apresentar a realidade de um CAPS IJ.

O trabalho realizado no equipamento gira em torno de atendimentos à crianças e adolescentes que se encontram em sofrimento psíquico ou adoecimento mental; mas

para que ocorra esse trabalho, se faz necessário profissionais de níveis superiores e médio, formando uma equipe multiprofissional que, em muitos serviços, o número de profissionais não atende o mínimo para o funcionamento do local. O objetivo deste trabalho é investigar a qualidade dos serviços do CAPS IJ e sua equipe técnica, de forma a compreender como a falta de profissionais afeta o tratamento dos pacientes.

## **2. METODOLOGIA**

Neste trabalho a metodologia escolhida para realização do mesmo foi a observação do funcionamento do local em questão, feita no CAPS IJ da cidade de Francisco Morato, São Paulo. As observações foram feitas no período de estágio, onde era possível a participação assídua em consultas e trabalhos em grupos que são desenvolvidos no local. Estas observações foram feitas do mês de abril à setembro de 2022 e, para um melhor embasamento, foi levado em consideração os documentos da portaria de reforma psiquiátrica no Brasil.

## **3. PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CAPS**

A portaria em questão é a de N° 336, de 19 de fevereiro de 2002, onde o Ministério da Saúde usou de suas atribuições legais para que o equipamento oferecesse à população um bom atendimento. Para isso, temos alguns requisitos a serem seguidos, e aqui vamos pontuar apenas os necessários para o funcionamento do CAPS IJ:

Para atender uma população de 200 mil habitantes, o equipamento deve prestar um serviço ambulatorial de atenção diária; possuir capacidade técnica para desempenhar o papel regulador de porta de entrada da rede assistencial do seu território; oferecer atendimentos individuais, grupais e oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, atendimento às famílias e atividades comunitárias com enfoque da integração da criança e/ou adolescente no ambiente social.

## **4. RECURSOS HUMANOS**

Para que haja a funcionalidade do serviço, se faz necessário uma equipe técnica mínima de atuação para o atendimento de 15 crianças e/ou adolescente por turno, tendo um limite de 25 atendimentos diários.

A equipe será composta por 01 médico psiquiatra, ou neurologista ou pediatra com pós-graduação em saúde mental; 01 enfermeiro (a); 04 profissionais de nível superior dentre as seguintes categorias profissionalizantes: psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico; e 05 profissionais de nível médio: técnico e/ou auxiliar de enfermagem; técnico administrativo; técnico educacional e artesão.

## **5. REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL (1970)**

Este movimento histórico teve início durante a ditadura militar na década de 70, onde a medicalização era o modo de intervenção mais utilizado. Este método tinha tamanho impacto devido a forte influência do modelo manicomial da época; os hospitais psiquiátricos estavam sempre lotados e submetendo os pacientes a condições desumanas e insalubres. Com isso, se iniciou no mundo e no Brasil os movimentos antimanicomiais, pedindo a reforma psiquiátrica em nosso país, mudando de uma vez o tratamento de doenças mentais, para haver a promoção da saúde mental da população.

Em um hospital reformado, eficiente, dedicado à terapêutica, a cura da doença mental pode ser alcançada e o doente devolvido à sociedade – François Tosquelles. Foi colocado idéias de saúde mental e os modelos anteriores já não estavam mais sendo eficazes e humanizado. É pontuado prevenções primárias: como a intervenção nas condições possíveis de formação da doença mental; condições etiológicas que podem ser de origem individual e/ou do meio; prevenção secundária, que busca a realização de diagnóstico e tratamento precoces da doença mental; terciária, que se define pela busca da readaptação do paciente à vida social, após a sua melhora. Este novo modelo preventivista procura instituir-se como a alternativa ao modelo psiquiátrico clássico asilar.

As novas diretrizes foram sancionadas após a criação da LEI N° 10.216, de 06 de Abril de 2001, assegurando os direitos dos cidadãos acometidos de transtornos mentais, que livre de qualquer forma de discriminação quanto a raça, cor, sexo, orientação sexual, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra, os atendimentos serão realizados o melhor possível, oferecido pelo SUS que supra as necessidades de seu quadro, sigilo das informações prestadas, tratar-se em ambientes terapêuticos, etc. Há uma data comemorativa para a celebração desta conquista. No dia 18 de Maio é o Dia do Movimento Antimanicomial, a data faz referência ao Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental que ocorreu em 1987, na cidade de Bauru interior de São Paulo.

## **6. CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS**

O primeiro CAPS do Brasil, foi criado em 1987, na cidade de São Paul; e em 1989, na cidade de Santos, foram criados os Núcleos de Apoio Psicossocial (Naps) com atenção 24h, que posteriormente denominados de CAPS III. O serviço de saúde de caráter aberto e comunitário, constituídos por equipe multiprofissional que atua pela ótica interdisciplinar. Que realizará atendimento a pessoas com sofrimento ou transtornos mentais, incluído aquelas com necessidades recorrentes ao uso de substâncias, sejam em situações de crise ou nos processos de reabilitação, assim substituindo o modelo asilar.

Os CAPS são um braço das RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, e possuem um papel estratégico nas articulações das RAPS, referindo a atenção direta visando a promoção de vida comunitária, trabalhando em conjunto com outros equipamentos do SUS, como CREAS, CRAS, UBS, etc. Articulando e dirigindo casos e discussões sobre os casos em questão. Nos anos seguintes os CAPS foram implantados em vários municípios do país e consolidaram-se como dispositivos estratégicos para a superação do modelo asilar no contexto da reforma psiquiátrica.

O cuidado no âmbito dos centros de atenção Psicossocial é desenvolvido mediante a construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS), que para isso se faz necessário o envolvimento de toda a equipe e rede de atenção. O PTS acompanha os usuários em sua história, cultura e projetos de vida cotidiana, para além do espaço físico do serviço, implicando assim nas redes de suporte social de cada indivíduo.

As ações realizadas no equipamento são em sua grande maioria coletivas, como grupos terapêuticos, atendimentos às famílias de forma grupal, para também ter atendimentos individuais, tendo em vista a necessidade de cada paciente. Para que dê início ao tratamento, cada paciente passa por um acolhimento inicial (em grupo ou individual), onde terá uma escuta especializada para que seja pontuadas as queixas e demandas de cada um. Esta chegada ao serviço pode ser através dos ambulatórios, UBS, indicações escolares, judiciais e atendimentos a crises, que por sua vez chegam ao CAPS através de SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) quando o indivíduo apresenta risco a si, tentando contra a própria vida, ou quando ocorre algum evento no qual desestabiliza o paciente em questão.

Para além dos atendimentos dentro do espaço físico dos CAPS, se faz necessário atendimentos domiciliares para compreender os funcionamentos daquela família, ou em um território no qual tenha sentido ao usuário e sua família e que favoreçam a construção e a preservação de vínculos, entre equipamento e usuários.

É priorizado no serviço o protagonismo do paciente mediante ao seu tratamento, para que ocorra uma melhor reabilitação, e inserção social, sendo algo assegurado perante a constituição federal.

Para um bom funcionamento do equipamento é necessário alguns espaços físicos como, espaço de acolhimento, salas de atendimento individualizado, salas de atividades coletivas, espaço interno de convivência, sanitários públicos, adaptados para pessoas com necessidades especiais, farmácia, sala de aplicação de medicamentos (salas de medicação), posto de enfermagem, quartos coletivos com acomodações indi- 109

viduais, refeitório, sala de reunião de rede, almoxarifado, sala administrativa, arquivo, cozinha, área de serviços, banheiros com vestiários para funcionários.

Com obrigação de funcionar 8h por dia, seja das 7h às 16 ou das 8h às 17h, em casos de CAPS III o funcionamento quando se há todo o aparato para pernoite, deve cumprir 24h por dia nos 7 dias da semana.

## **7. CAPS IJ E SUA EQUIPE MÍNIMA – REDUZIDA**

O serviço em questão, como mencionado anteriormente, se localiza na cidade de F. M., São Paulo. Neste local não há equipe mínima pois o equipamento funciona com menos RH que o necessário para cumprir carga horaria dos atendimentos previstos (40h semanais). Para atendimentos o serviço oferece T.O (Terapeuta ocupacional - 40h), Fonoaudiólogo (20h) Enfermeira (40h), Psiquiatra (8h semanais- 120 atendimentos mensais) e Psicóloga (20h), um profissional de cada área, com atendimento de 20min à 40min de duração, com exceções dos grupos, que podem chegar a 1h10.

Além da recepção e gerência, aqueles que estão aptos para prestar atendimento ao usuário estão em um número tão reduzido, que o serviço acaba pecando em alguns pontos, por exemplo, se faz inevitável selecionar os pacientes a serem atendidos, com isso são deixados em evidências casos graves e severos, o número de demanda espontânea acaba sendo inferior, tendo em vista que CAPS é portas abertas, agendar novos casos que chegam pedindo atendimentos se perde um pouco desta essência.

O equipamento contém mais de mil usuários (prontuários registrados), além das fichas de acolhimento que podem ou não a vir ser prontuário, porém, mensalmente, apenas 1/3 deste número consegue fazer um agendamento de suas consultas, sejam elas em oficinas ou com o médico. As partes desassistidas neste período são aqueles que no atual momento não estão “graves”.

Por conta desta necessidade de escolha dos pacientes que serão ou não atendidos – com base na procura do serviço – há uma sobrecarga dos profissionais de saúde mental, vendo que tenham que se esforçar cada vez mais para manter um bom nível de atendimentos, para além das obrigações no serviço, muitas vezes se sentem impotentes, por não poder proporcionar ao usuário por exemplo uma avaliação com maior profundidade por falta de tempo e acúmulo de funções. Pois além dos atendimentos, os serviços administrativos são realizados por eles, os encaminhados que precisam serem feitos, relatórios, reuniões de rede (movimentando desde a saúde, educação e judiciário), etc.

A cidade não oferece aos municípios um outro centro de referência ao tratamento e apoio à criança e adolescente, com isso o CAPS se torna uma válvula de escape para todos os pedidos psicológicos. Sobrecarregando ainda mais as filas de espera do serviço. Como fazer um bom atendimento, quando se há 25 pacientes por dia, não contando os dias onde acontecem as atividades em grupo, onde por grupo pode ocorrer cerca de até 30 atendimentos ao mesmo tempo, excedendo o número máximo de atendimentos por dia.

A equipe multiprofissional que deveria atuar de maneira mais conjunta, para discussões de casos e PTS, acaba não cumprindo alguns requisitos por esta falta de profissionais para ajudá-los, e sobrecarga de atendimentos, porém é notório o quanto se dedicam e se debruçam nos casos para dar as melhores condições de saúde mental ao usuário e seus familiares.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com todas as limitações que se encontram nos equipamentos da rede pública, é possível obter um bom atendimento, porém com espaçamentos maiores entre as consultas, para que o maior número de usuários sejam atendidos. Sendo uma equipe reduzida tanto em RH quanto em horas semanais, se torna humanamente impossível atender 100% da demanda do equipamento, mas é nítido o quanto os profissionais fazem tudo o que está em seus alcances para oferecer aos seus pacientes uma boa qualidade de vida.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro. Brasil. Lei nº10.216, de 6 de Abril de 2001.

AMARANTE, Paulo: Loucos Pela vida. 2º edição- 1998- Editora Fiocruz.

AMARANTE, Paulo. O homem e a serpente: outras histórias para a loucura psiquiátrica. Rio de Janeiro- 1996 – Editora Fiocruz.

# CONFLITO DE GERAÇÕES NAS ORGANIZAÇÕES

SANTOS, Amanda Correia dos  
FERIGATO, Evandro

## RESUMO

A diversidade de gerações nas empresas contribui para um ambiente mais heterogêneo, proporcionando ideias criativas e que diferem sobre um mesmo assunto, no entanto, hoje é muito comum nas empresas que a diferença de idade e pensamento dos colaboradores, resultem em divergências ao lidar com conflitos. É papel do líder saber gerenciar as diferenças e utilizá-las como um diferencial competitivo. Os conflitos de gerações, podem ser entendidos como uma discordância de opiniões e visões. Eles estão no cotidiano das empresas e podem ser vistos como algo ruim ou podem ser usados a favor da empresa. Exploramos fatores contextuais (sociais e relacionados ao trabalho) que nossas amostras mencionaram como influenciando suas percepções Inter geracionais. Apresentamos um modelo emergente que ilustra a interação dinâmica que ocorre à medida que as diferenças geracionais percebidas emergem e são abordadas taticamente. Nosso estudo contribui para a literatura na interseção de gerações, diversidade e conflito, oferecendo propostas fundamentadas para pesquisas futuras, bem como implicações práticas.

**Palavras-chave:** Conflitos, Pessoas, Líder, Diversidade.

## ABSTRACT

Dealing with diversity in companies, the difference in thinking of employees, result in disagreements with conflicts. It is the leader's role to know how to manage differences and take advantage of them as a competitive advantage. Generational conflicts can be understood as a disagreement of opinions and views. They are in the daily life of companies and can be seen as something bad or can be used in favor of the company. Exploring related (social and work-related) factors mentioned as influencing their intergenerational relevant factors. We present a model that illustrates the dynamic interaction that occurs as tactically perceived generational differences emerge and are addressed. Our study for literature in the section on generations, fundamental contributions and conflict, offering proposals for future research as well as practical implications

**Keywords:** Conflicts, People, Leader, Diversity.

## 1. INTRODUÇÃO

Conflito, de acordo com o Dicionário Aurélio (CONFLITO, 2021), “Ausência de concordância, de entendimento; oposição de interesses, de opiniões; divergência”. E no dia a dia das empresas, os conflitos são presentes sobre diferentes situações. Como o mercado abrange times com diferentes pessoas de diferentes idades, a divergência de opinião nasce do pressuposto de que cada um vivenciou contextos econômicos e sociais diferentes. A evolução tecnológica trouxe uma forma de trabalho diferente, como

o home office, e essa modalidade é compreendida de forma diferente pelas gerações.

Por exemplo, Haeger e Lingham (2013) observam que os trabalhadores percebem diferenças no que os líderes de várias gerações esperam de seus funcionários. Como sugere a epígrafe acima, tais percepções podem levar a estereótipos, preconceitos ou tensões (Finkelstein, Ryan, & King, 2013). A forma de liderar também é vista de perspectivas diferentes, nem sempre de forma amigável. Profissionais na faixa de 40 ou 50 anos, se veem sendo liderados por jovens de 30 ou 20 anos, isso impacta diretamente na produtividade, já que os mais jovens agem com agilidade, erros são usados como aprendizado, mas devem ser cometidos rapidamente e uma nova forma deve ser iniciada, já os mais idosos têm receio de mudanças e preferem se manter estáveis a se desafiar.

Ao longo da última década, um crescente corpo de pesquisas empíricas examinou as diferenças geracionais no local de trabalho (Lyons & Kuron, 2014; Parry & Urwin, 2011). A grande maioria desta pesquisa foi de natureza quantitativa e baseou-se na categorização dos entrevistados em coortes demográficas com base em seus anos de nascimento (Lyons & Kuron, 2014; Twenge, Campbell, Hoffman, & Lanca, 2010).

## **2. GERAÇÕES E SUAS CARACTERÍSTICAS**

### **BABY BOOMERS**

Nascidos entre 1954 e 1964, o seu objetivo de vida se baseava em cursar uma boa faculdade, ter um trabalho em período integral numa boa empresa, casar e ter filhos, comprar um carro e uma casa. O sinônimo de sucesso é uma vida estável.

Segundo Gilleard e Higgs (2002: 376), por exemplo, os veem como uma “geração de meados do século” que estabeleceu um “curso novo e distinto na vida adulta – marcado por mudança, desafio e transformação”. Eles argumentam que: 'A geração baby boom quebrou o molde do curso de vida moderno'.

Esse nome é fruto de uma explosão populacional ocorrida logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os combatentes, nos Estados Unidos, finalmente puderam voltar para suas casas e constituir uma família.

Segundo Edmunds e Turner (2002 :31) sugerem que no Reino Unido os boomers eram uma “geração estratégica em termos estéticos, culturais e sexuais”. Eles prosseguem argumentando que: “Os baby-boomers do pós-guerra foram a primeira geração a viver uma época em que uma revolução de consumo em massa transformou o gosto e o estilo de vida popular”.

Para essa geração, o tempo de experiência era mais valorizado do que a criatividade e a inovação. Isso se deve principalmente ao fato de que, naquela época, a concorrência no mercado de trabalho não era tão acirrada e não havia tanta variedade de profissões como temos hoje em dia.

A maior geração cresceu em uma época de prosperidade econômica. Seus valores centrais incluem otimismo, orientação para a equipe, gratificação pessoal, saúde e bem-estar, crescimento pessoal, juventude, trabalho e envolvimento (Hofstetter & Cohen, 2014).

## **GERAÇÃO X**

Hoje tem entre 36 e 55 anos de idade, cresceu no período da Guerra Fria e foi a primeira a experimentar os avanços tecnológicos. Eles valorizam bastante a busca pela ascensão de cargos na empresa em que trabalham e geralmente ficam muito tempo na mesma organização. Karp, Sirias e Arnold (1999) discutem o trabalho em equipe e a Geração X, ou o que ficou conhecido como a “geração preguiçosa” de trabalhadores nascidos entre 1963 e 1982.

Eles gostam de entender os processos de negócios como um todo. De perfil mais conservador, a geração X é muitas vezes a aposta das empresas para cargos de maior responsabilidade.

## **GERAÇÃO Y OU MILLENNIALS**

De acordo com Favero e Heath (2012) os valores desta geração diferem dos baby boomers. A Geração X é supostamente auto orientada, cínica e materialista. Como grupo, eles estão esperando mais tempo para se casar; querem lazer de qualidade e não se submetem facilmente às autoridades. Esta geração quer causar impacto nas sociedades; eles também precisam ver que suas realizações são valorizadas e que fazem parte do sucesso de seus empregadores (Ehrhart et al., 2012).

São mais exigentes em relação às funções que eles desempenham e têm menos receio de largar um emprego para fazer algo que realmente o traga satisfação como profissional e como pessoa. O salário é um ponto muito levado em consideração e a experiência é mais importante do que adquirir bens materiais.

Na era de um novo milênio, os líderes podem precisar ser mais criativos sobre como entender ou valorizar os pontos fortes que os Millennials trazem para o local de trabalho. Em vez de trabalhar com os Millennials para capitalizar seus pontos fortes únicos, eles geralmente entram em conflito com eles; portanto, eles <sup>114</sup>

estão criando uma força de trabalho infeliz e improdutiva com rotatividade contínua (McCordle & Wolfinger, 2010).

Eles tendem a ser socialmente e ambientalmente conscientes. Com a nova forma de tecnologias e comunicações sendo disponibilizadas, a experiência global é comum. Eles são a geração digital que cresceu com tecnologia, conectividade constante e redes sociais (Gibson et al., 2009; Wong et al., 2008).

### **GERAÇÃO Z OU CENTENNIAL**

É a geração mais recente a entrar no mercado de trabalho, segundo o site especialista de pesquisas Mccordle, até 2025, essa geração representará 27% da força de trabalho.

A geração Z é a primeira geração a crescer em um mundo da Internet em que sua compreensão do acesso à informação e da visão de mundo foi moldada de uma maneira diferente das gerações anteriores. (Adamson et al., 2018; Prensky, 2001).

Trata-se da primeira geração totalmente global, moldada no século 21, conectada por meio de dispositivos digitais e engajada por meio das mídias sociais. São multitarefas, independentes e exigentes com o que consomem e com as funções que desempenham nas empresas, apesar de estarem chegando agora ao mercado de trabalho. Apresentam um pouco de dificuldade para se socializar fora do mundo virtual, costumam ser mais impacientes com regras.

Segundo a Forbes, para alguns membros da Geração Z, o desejo de avaliar as empresas com base em um conjunto de padrões morais parece se estender além das preferências no local de trabalho e impactam também nas escolhas de consumo.

## **3. CAUSAS MAIS COMUNS EM RELAÇÃO AO CONFLITO DE GERAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO**

### **MODO DE APRENDER**

A forma como cada uma assimila informações é pessoal e muda, isso sem dúvida é um gerador de conflitos na organização. Enquanto os mais jovens, têm a mente mais agitada e rápida, se deparando com inúmeras informações por diversos canais diferentes, os mais idosos preferem compreender bem uma determinada informação antes de seguir para a próxima, geralmente não conseguem acompanhar muitas coisas ao mesmo tempo. A empresa, durante um determinado treinamento ou palestra precisa saber lidar com essas diferenças para que todos consigam compreender, mesmo que ao seu tempo.

Educação Colaborativa Interdisciplinar em Habilidades de Publicação (CIPSE, Cargill, O'Connor, & Li, 2012) é um desses métodos e inclui três componentes: análise de gênero, conscientização e desenvolvimento da história.

## **MODELO DE TRABALHO**

Parte do problema de encontrar um bom ajuste parece ser que, até o momento, as práticas de trabalho flexíveis têm sido entendidas principalmente como uma abordagem de cima para baixo para o design do trabalho (cf. Humphrey et al., 2007).

Logo após o início da pandemia de Covid - 19 muitas empresas se viram obrigadas a adotar por um período a forma de trabalho, home office. No Brasil, não tão comum, essa maneira de trabalhar gerou muitas dúvidas, tanto para empregados quanto para empregadores, de como seria verificado os períodos de trabalho, entregas entre outros. Se para alguns foi a melhor conciliação entre vida profissional e conforto, para outros foi um momento de insegurança, falta de reconhecimento do ambiente.

Tem sido definido como o comportamento proativo dos funcionários com o objetivo de fazer mudanças nas características do trabalho, como tarefas e relacionamentos (Wrzesniewski e Dutton, 2001) ou demandas do trabalho e recursos do trabalho (Demerouti e Bakker, 2014).

Em 2022 a tendência se fortalece e aparentemente vem para ficar, já que com o passar do tempo, as vantagens com economia de gastos de funcionários, gastos com locação e contas do cotidiano empresarial se mostraram maiores. A adaptação contínua e o home office abre portas para novas formas de trabalho, sem perda de qualidade.

A flexibilidade espaço-temporal dentro do novo mundo do trabalho descreve o contexto no qual os funcionários do trabalho do conhecimento têm a capacidade de decidir quando, onde e por quanto tempo trabalhar diariamente (Hill et al., 2008).

## **COMUNICAÇÃO**

A comunicação interna é um fator estratégico para o sucesso das organizações, porque atua principalmente em três frentes: é fundamental para os resultados do negócio, é um fator humanizador das relações de trabalho e consolida a identidade da organização junto aos seus públicos (TORQUATO, 1998, p. 16).

É comum haver divergências quando se fala em comunicação, mas com as mudanças cada vez mais rápidas e contínuas dos meios de comunicação esse quesito precisa ser bem trabalhado dentro das organizações. Os mais antigos, acostumados <sup>116</sup>

com reuniões e interações presenciais, podem não se adaptar facilmente com reuniões virtuais, diálogos por meio de chats e e-mail, palavras mal interpretadas, emoções incoerentes e até mesmo dificuldades técnicas são empecilhos na comunicação entre as pessoas. Mas, é inevitável que as condições de se comunicar mudem e mesmo que não seja de fácil entendimento todos precisam estar preparados.

Para Chiavenato (2004, p. 142), comunicação é: A troca de informações entre pessoas. Significa tornar comum uma mensagem ou informação.

#### **4. O PAPEL DOS GESTORES DIANTE DA DIVERSIDADE DE GERAÇÕES**

##### **ENTENDA O POTENCIAL DE CADA PROFISSIONAL**

Todos os profissionais apresentam pontos fortes que podem ser usados para o desenvolvimento e diferencial da organização. Compreender o potencial de cada funcionário de maneira individual e direcioná-los de acordo com os objetivos da empresa é dever do líder.

As pessoas devem ser visualizadas como parceiras das organizações. Como tais, elas são fornecedoras de conhecimentos, habilidades, competências e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações: a inteligência que proporciona decisões racionais e que imprime significado e rumo aos objetivos globais. E é neste ambiente, que os colaboradores compartilham conhecimento e desenvolvem as suas competências. (CHIAVENATTO, 2004, p.8).

A gestão de pessoas atua de diversas formas, sendo uma delas a elaboração de Avaliações de Desempenho que possam valorizar características como a comunicação e a cooperação. Além disso, é importante que as empresas adaptem seus processos de seleção de acordo com os atributos, competências e habilidades de novos candidatos, sem esquecer que é também nesse momento que eles têm a possibilidade de conhecer melhor a organização, buscando nela algo que os atraia. Adaptar os processos de avaliação e seleção pode ser uma vantagem competitiva relevante para as organizações.

Para Tavares (2000, p.302) “os valores servem como instrumento para avaliar e dar significado à direção buscada pelos participantes da organização”.

As diferenças possibilitam, ainda, mesclar talentos distintos que possam se complementar. Com paciência e compreensão durante o processo, por parte dos líderes, vai incentivar e ajudar a todos a estarem na mesma sintonia e alcançar bons resultados.

## **RESPEITE AS DIFERENÇAS**

O respeito é a base de todos os relacionamentos. E as diferenças são reais, e isso pode ser usado como um ponto forte dentro da empresa, já que de cada pessoa surgirão pontos de vista distintos sobre um mesmo assunto, formas diversas de lidar com problemas.

A sociedade contemporânea é um sistema plural, no qual convivem pessoas com as mais diferentes características físicas e psicológicas, valores culturais e histórias de vida. Porém, mesmo nesse contexto tão diverso, algumas pessoas ficam à margem em termos de acesso aos bens materiais e culturais, o que vem justificando hoje um amplo movimento de inclusão social (BRASIL, 2008; MANTOAN, 2003; ROTH, 2006; TRISTÃO, 2006).

A imposição de como se deve ser ou pensar, no entanto, não deve ser confundida com normas da empresa. As normas devem ser seguidas para que haja um padrão de atendimento, uniformes, cultura, mas, nunca a empresa poderá impor que uma pessoa seja de determinada maneira, mudando suas crenças, valores.

## **5. METODOLOGIA**

Revisamos criticamente as evidências da pesquisa sobre as diferenças geracionais em uma variedade de variáveis relacionadas ao trabalho, incluindo personalidade, valores de trabalho, atitudes de trabalho, liderança, trabalho em equipe, equilíbrio entre vida pessoal e profissional e padrões de carreira, avaliamos seus pontos fortes e limitações e fornecemos orientações para o futuro, pesquisa e teoria.

Para Gil (2002 pg. 44), pesquisa bibliográfica "...é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Analisando até neste ponto, podemos concordar que a pesquisa bibliográfica é baseada em livros e outros escritos.

## **6. RESULTADOS**

Os resultados, através dos estudos fornecem "prova de conceito" suficiente para geração como uma variável do local de trabalho, mas é necessário mais trabalho teórico e qualitativo para detalhar mediadores e moderadores na relação entre geração e variáveis relacionadas ao trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar das adversidades tratadas anteriormente, causadas geralmente por conta das diferenças de idade, a maior vantagem em ter um time diversificado é poder lidar com

inovação e criatividade. O gerenciamento das diversidades impacta nos resultados da companhia como um todo e no mercado.

Outra questão crucial que deve ser considerada, é que em tudo temos um processo, o amadurecimento da empresa se deve também aos seus colaboradores e a marca que deixam ao passar por ela, cada um tem algo a ensinar e acrescentar, os mais velhos podem ensinar sobre disciplina, paciência com os clientes, agir com cautela e sob regras; já os mais novos trazem inovações tecnológicas, atualiza todas as áreas da empresa e são ágeis para errar e testar novamente.

## REFERÊNCIAS

BELLINI, C. G. P.; DONAIRE, D.; SANTOS, S. A.; MELLO, A. A. A. & GASPAR, M. A. Tele trabalho no desenvolvimento de sistemas de informação: Um estudo sobre o perfil dos tele trabalhadores do conhecimento. *Revista Ciências Administrativas*, 17(3), 1029-1052. 2011.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 12. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.  
BRASIL. Lei no 10.558, de 13 de novembro de 2002. Estabelece a criação do Programa Diversidade na Universidade. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10558.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10558.htm)>.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27.833-27.841, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2008.

CFA, Imprensa. *Choque de gerações, mais em evidência do que nunca*. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://cfa.org.br/choque-de-geracoes-mais-em-evidencia-do-que-nunca/> Acesso em 25 de maio de 2022.

CHIAVENATO, I. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CONFLITO. In: DICIO, *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: Acesso em: 06/06/2022.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

HALF, Robert. Como lidar com o conflito de gerações no ambiente de trabalho? São Paulo. 2022. Disponível em: <<https://www.roberthalf.com.br/blog/gestao-de-talentos/como-lidar-com-o-conflito-de-geracoes-no-ambiente-de-trabalho-rc/>>. Acesso em 25 de maio de 2022

HEASLIP, Emily. How to embrace generational diversity in the workplace. Vervoe, 2022. Disponível em: <<https://vervoe.com/generational-diversity-in-the-workplace>> Acesso em 28 de maio de 2022.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Geisse. OLIVEIRA, Maria Inês Vasconcelos Rodrigues de. SANTOS, Tatiana dos. O Mindset da Administração de Empresas de Futuro: Administração Digital Contemporânea. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 21, pp. 05-15.

MARTINS, Thiago Hamilton; FLINK Richard. Competências para Gerenciar Diferentes Gerações. Convibra, 2012.

Mccrindle. Gen Z and Gen Alpha infographic update. Mccrindle Blo. Disponível em: <<https://mccrindle.com.au/insights/blogarchive/gen-z-and-gen-alpha-infographic-update/>> Acesso em: 26 de maio de 2022.

MELLO, A. A. A. Teletrabalho (Telework): O Trabalho em Qualquer Lugar e a Qualquer Hora. São Paulo: Qualitymark, 1999.

MICRO POWER, Global. Como lidar com o conflito de gerações no trabalho? Confira 4 dicas. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://micropowerglobal.com/conflito-de-geracoes-no-trabalho/>> Acesso em 25 de maio de 2022.

RODRIGUES, Viviane. Quais são as gerações? Entenda as características comportamentais da geração X, Y Z e Baby Boomers. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www.siteware.com.br/gestao-estrategica/quais-sao-as-geracoes/>> Acesso em 25 de maio 2022.

ROSENFELD, C. L.; ALVES, D. A. De. Autonomia e Trabalho informacional: O Tele trabalho. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, 2011, pp. 207 a 233. 2011.

ROTH, B. W. Experiências educacionais inclusivas, programa educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

STAHL, Ashley. How Gen-Z is bringing a fresh perspective to the world of work. Forbes, 2021. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/deloitte/2022/05/16/the-new-sustainability-paradigm-for-tech-making-measurement-more-meaningful/?sh=383e8de8648d>> Acesso em: 26 de maio de 2022.

TASCETTO, M. & FROEHLICH, C. Tele trabalho sob a perspectiva dos profissionais de recursos humanos do Vale do Sinos e Vale do Paranhana no Rio Grande do Sul. Revista de Carreiras e Pessoas, 9(3), 349-375. 2019.

TAVARES, Mauro Calixta. Gestão Estratégica, São Paulo: Atlas, 2000

TORQUATO, G. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira, 2004.

TRISTÃO, R. M. Educação infantil, saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

# CULTURA MAKER COM FRANZININHO WIFI E MICROPYTHON

VIEIRA, Mateus Adriano Ventura  
BAPTISTA, Luciana Ferreira

## RESUMO

A cultura maker frequentemente envolve trabalhar em equipe, colaborar com outras pessoas e compartilhar conhecimentos e recursos. É exatamente isso que se propõe a Oficina Franzinando, que por meio da placa Franzininho e a programação em MicroPython, disponibiliza pequenas situações em que os alunos devem reproduzir na prática em menos de uma hora. Assim, esse artigo, traz tudo que faz parte da Oficina Franzinando, a fim de demonstrar uma metodologia de ensino que se encaixa bem com o propósito de aprendizado real e gostinho de querer mais, já que em cada aula novos desafios são propostos para os participantes que ao passar dos dias nem solicitam mais a ajuda dos instrutores, se sentindo mais seguros e confiantes.

**Palavras-chave:** Oficina Franzinando. Projeto Franzininho. Metodologia Ativa.

## ABSTRACT

Maker culture often involves teamwork, collaborating with others, and sharing knowledge and resources. And that is exactly what Oficina Franzinando proposes, which through the Franzininho board and programming in MicroPython, provides small situations in which students must reproduce in practice in less than an hour. Thus, this article brings everything that is part of the Franzinando Workshop, in order to demonstrate a teaching methodology that fits well with the purpose of real learning and a taste of wanting more, since in each class new challenges are proposed for the participants. that as the days go by, they no longer ask for help from the instructors, feeling safer and more confident.

**Keywords:** Franzinando Workshop. Franzininho Project. Active Methodology.

## 1. INTRODUÇÃO

A cultura maker, que se refere à cultura de fazer, criar e construir coisas com as próprias mãos, é extremamente importante para o aprendizado de programação. Isso porque a cultura maker estimula a experimentação, a criatividade e a resolução de problemas de forma prática e tangível, o que pode ser aplicado no processo de aprendizado de programação de diversas maneiras.

Ao criar projetos e protótipos, o aluno é incentivado a pensar fora da caixa e encontrar soluções criativas para os desafios que surgem no processo. Essa habilidade de pensar criativamente e resolver problemas é fundamental para o sucesso na programação, onde a capacidade de encontrar soluções inovadoras é essencial para o desenvolvimento de programas e sistemas eficientes.

Com o objetivo de ensinar de forma rápida e na prática, foi criada a Oficina Franzinando, onde os alunos em menos de uma hora são capazes de criar projetos completos utilizando a placa Franzininho, ao mesmo tempo que aprendem eletrônica e a linguagem de programação MicroPython. Oficina esta que se utiliza dos princípios da cultura maker como metodologia ensino-aprendizagem.

## **2. PROJETO FRANZININHO**

O Franzininho é um projeto nacional que busca tornar os brasileiros protagonistas em projetos eletrônicos e na programação. Pode-se dizer que a história do projeto teve início no ano de 2016, no Arduino Day. Para esse evento, Fábio Souza, atual diretor do Portal Embarcados, foi convidado para palestrar sobre o tema “Construindo sua placa baseada em Arduino”, onde desenvolveu a Franzino, uma placa de prototipagem. De acordo com SOUZA (2016), essa placa open hardware (onde o projeto é disponibilizado para a comunidade) - assim como as demais que veremos a seguir - possui componentes básicos para explorar o microcontrolador ATmega328.

Na edição de 2017 do evento, o desafio era outro, ministrar oficinas nos 12 FABLabs livres de São Paulo. Como solução, os envolvidos desenvolveram a Franzininho que, segundo SOUZA (2017), “a proposta é que todos possam montar o seu Arduino, entender como funciona o circuito e usar a criatividade para aplicar e criar novos circuitos e projetos.” O evento foi um sucesso! No dia quatro de abril de 2017, foram produzidas 300 placas nos doze FABLabs (SOUZA e SANTOS, 2018).

O projeto não parou por aí. Com o passar do tempo as contribuições da comunidade foram chegando, assim como as necessidades, e à medida que outras atividades foram desenvolvidas, surgiu a Franzininho V2, que continha algumas melhorias, entre elas a facilidade da orientação da placa ao computador.

Após um certo período de utilização da Franzininho, foi desenvolvida a versão DIY (Do It Yourself – Faça Você Mesmo), encontrada na Figura 1. Essa placa mantinha a proposta anterior, focando na jornada maker, que conforme exposto por GAVASSA et al. (2023) é o movimento em que pessoas com interesses similares compartilham ideias de melhoria e aprofundam seus conhecimentos a fim de melhorar algo. Conforme indicado pela documentação, essa placa é disponibilizada em formato de Kit para soldar, o que faz parte de seu objetivo pedagógico.

Figura 1 - Franzininho DIY



Fonte: <https://franzininho.com.br/projeto/placas>

Com o decorrer do tempo outras placas foram desenvolvidas, apresentando diferentes propostas. Entre elas, podemos citar a FranzMakey voltada para uso com o público infantil. De acordo com a descrição encontrada na documentação, seu papel é proporcionar o uso de objetos inusitados com o computador entre essas frutas, legumes, objetos recicláveis entre outros e assim “[...] estimular a criatividade com muita mão na massa e o pensamento computacional através da programação no Scratch” (FRANZININHO, 2023). Também, foram desenvolvidas placas teste, por exemplo, a FranzBoy que tinha o alvo de incentivar o desenvolvimento de games.

Todavia, se fez notar a demanda por uma plataforma que apresentasse mais recursos e possibilidades de programação para iniciantes. Com essa questão em mente e a necessidade de validar os recursos do Soc ESP32S2, que até então não era presente no mercado brasileiro, foi desenvolvida, em 2020, a placa Franzininho WiFi Developer Edition, que mantinha as dimensões da versão DIY, porém apresentando muito mais recursos, como o próprio nome sugere, a possibilidade de se conectar à rede WiFi.

A partir de seu lançamento diversos projetos utilizando a placa foram desenvolvidos, entre eles podemos citar uma estação meteorológica IoT, projetos para monitoramento das condições de plantas, ideias com a finalidade do monitoramento das emoções de crianças e adolescentes em acompanhamento terapêutico (Figura 2), entre outros.

Figura 2 – Emoções Wifi. Projeto desenvolvido para monitoramento das emoções de crianças e adolescentes com dificuldade de se expressar-se emocionalmente.



Fonte: <https://contest.embarcados.com.br/projetos/emocoes-wifi/>

Após um ano de contribuições e desenvolvimento, chegaram a uma versão final e estável para venda, que vemos na Figura 3. Algumas mudanças da Developer Edition para a nova versão foi a troca para uma entrada micro USB e o led neopixel foi substituído para dois leds de uso comum.

Figura 3 – Franzininho WiFi Versão Final



Fonte: <https://docs.franzininho.com.br/docs/franzininho-wifi/franzininho-wifi/>

Hoje, essa placa brasileira open hardware de código aberto, se apresenta como uma excelente opção para iniciantes e desenvolvedores mais experientes. Isso porque a placa pode ser programada em diversas plataformas. Conforme publicado pela Portal Embarcados, a placa pode ser programada utilizando a plataforma Arduino, com a ferramenta ESP-IDF, as linguagens de programação CircuitPython e MicroPython, entre outros.

### 3. LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO MICROPYTHON

A lógica de programação, conforme definido por KENSHIMA (2020), envolve utilizar da maneira correta os processos de raciocínio e desenvolvimento de técnicas para resolver problemas com qualidade. A autora ainda complementa que a linguagem de programação envolve aplicar a lógica desenvolvida.

De acordo com SANTANA (2023), o Python é uma linguagem de programação versátil, que pode ser aplicada em diversos cenários, desde a visualização de dados a automações. Ademais, é uma linguagem mais simples de aprender por conta de sua sintaxe similar a língua inglesa.

Derivado dessa linguagem surge o CircuitPython, que é um fork (extensão) do MicroPython voltado para educação. Como definido pela distribuidora de eletrônicos Mouser Electronics em um post feito no portal Embarcados, o CircuitPython é uma adaptação do MicroPython focada nas “necessidades específicas de estudantes e outras pessoas que desejam aprender o desenvolvimento de sistemas embarcados modernos” (EMBARCADOS, 2023).

Já o MicroPython, citado previamente pode ser definido como:

[...] uma portabilidade, otimizada para microcontroladores, da linguagem de programação Python 3, que é amplamente utilizada no desenvolvimento dos mais diversos tipos de aplicação. A linguagem de programação Python é bastante poderosa, é seu principal atrativo possuir uma estrutura sintática bastante simples. Além disso, possui uma infinidade de módulos desenvolvidos, uma comunidade muito atuante, farta documentação e suporte a orientação a objetos. A implementação do MicroPython utiliza-se das principais funcionalidades da linguagem Python convencional, sendo uma ótima opção tanto para o iniciante quanto para o profissional (OLIVEIRA E ZANNETI, 2022 p.12).

Ambas as linguagens apresentam facilidades para aqueles que buscam se desenvolver na programação com o intuito de se tornarem profissionais ou ainda pessoas que desenvolvem por curiosidade ou hobby. Os maiores atrativos dessas ferramentas são: uma linguagem fácil de entender, comunidades ativas que facilitam o acesso à informação, entre outras coisas.

### 4. CULTURA MAKER

Hoje, vivemos em uma era de constante mudanças e novidades, e isso inclui a maneira que nos comunicamos e transmitimos informações. E a maneira de ensinar e aprender não fica para trás, pois constantes atualizações e contribuições chegam para agregar na maneira em que o conhecimento é transmitido e até mesmo a postura do aluno mudou, 126

sendo muitas vezes o protagonista de seu próprio aprendizado e não apenas um ouvinte passivo, dessa forma, as metodologias ativas de ensino-aprendizagem vem se tornando cada vez mais comuns. De acordo com MORAN (2017), as metodologias ativas “[...] são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem”. O autor também destaca que esse tipo de ensino traz a ideia de que aprendemos melhor por meio de atividades, práticas, jogos, aprendizado em conjuntos entre outros. Nesse cenário, o professor assume o papel de curador, no sentido de filtrar as informações para que as atividades propostas e materiais se complementem e, o papel de orientador que envolve competência intelectual, afetiva e gerencial.

Uma das metodologias que vem conquistando cada vez mais espaço é a cultura maker. Quando falamos do movimento maker, envolve o conceito de Do It Yourself (Faça Você Mesmo) que incentiva pessoas de diferentes segmentos a construir, alterar, consertar e produzir seus próprios produtos. Diferente das abordagens tradicionais, esse método busca incentivar o estudante aprender a aprender, por meio da experimentação de problemas propostos pelo instrutor (SILVA; SILVA, 2018).

Segundo GOMES e RAABE (2018), essa prática envolve a flexibilidade curricular, onde uma longa grade de conteúdos não é recomendada, pois as explicações devem se limitar ao funcionamento e características dos equipamentos, boas práticas para desenvolvimento de projetos e questões relacionadas à segurança.

Quando pesquisamos sobre a cultura maker, um termo que se destaca bastante é hands-on (mãos na massa, em português). Conforme exposto por HAURY e RILLERO (1994), após a análise do contexto de diferentes definições, podemos entender hands-on como qualquer experiência que envolva manipular objetos para entender e adquirir conhecimento.

De acordo com as exposições feitas nesta seção, compreendemos que as metodologias ativas envolvem tornar o estudante o principal agente de seu aprendizado, através de atividades diversificadas, que envolvem jogos, atividades em grupo, práticas entre outros. Ao falarmos de práticas, conhecemos um pouco sobre a cultura maker que está relacionada a prática do faça você mesmo, que por sua vez destaca a prática hands-on, onde o conhecimento e entendimento são adquiridos por meio do uso e manipulação de objetos.

## **5. OFICINA FRANZINANDO**

Voltada para todos aqueles que buscam adquirir novos conhecimentos e expandir seus horizontes, a oficina Franzinando, foi criada com o objetivo de propagar a <sup>127</sup>

filosofia do projeto Franzininho e da comunidade Python. Nesse projeto, idealizado no Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Embarcados da Faculdade de Tecnologia Jundiaí – Deputado Ary Fossen (Fatec Jundiaí), buscamos difundir à comunidade a programação e a eletrônica.

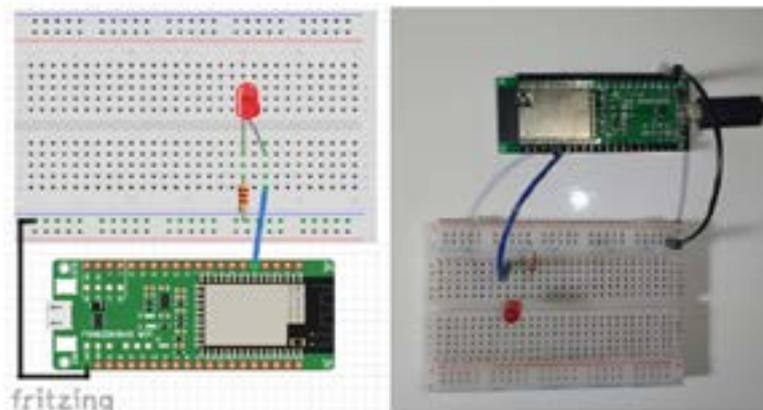
Estruturado no formato de oficina hands-on, o projeto foi dividido em dez aulas onde buscamos juntar conteúdos relacionados a eletrônica e programação, utilizando recursos já expostos aqui, a placa de prototipação Franzininho WiFi, escolhida por conta de sua filosofia e por ser um projeto brasileiro e, a linguagem de programação MicroPython. Alguns dos conteúdos abordados são entradas e saídas digitais, PWM (modulação por pulso), conexão da placa a rede WiFi, introdução a alguns componentes como LEDs, servo motor, LED RGB (assim como seu conceito). Também, são abordados conceitos de programação como estruturas condicionais, funções, bibliotecas etc.

Para as aulas, buscamos misturar elementos do ensino tradicional com as práticas da cultura maker. Os encontros da oficina Franzinando duravam aproximadamente 45 minutos, onde os participantes exploravam os recursos da Franzininho WiFi com a linguagem de programação MicroPython.

As aulas iniciam-se com a exposição do conteúdo a ser abordado naquele dia. Após a introdução da parte teórica, eles fazem a montagem física a partir do exemplo de montagem feito previamente no software Fritzing.

Como exemplo, é demonstrado uma situação sobre as saídas digitais Na Figura 4 do lado esquerdo, há a montagem inicial do LED no pino 4 no software e no lado direito a montagem no físico.

Figura 4 – Montagens realizadas durante os encontros



Fonte: Elaborado pelos autores

Na Figura 5 há o código inicial comentado, usado para dar introdução em programação na aula e guiar os alunos nos próximos exercícios, onde são incentivados a colocar a mão na massa e realizar os desafios propostos, sempre com os instrutores a disposição para auxiliar na conclusão de cada proposta e mostrar como os conteúdos podem ser aplicados na realidade.

Figura 5 – Código Comentado

```
1 from machine import Pin #acessar os pinos da placa
2 from time import sleep#intervalos de temporização
3 #import time
4
5 led = Pin(4, Pin.OUT) #Configurar o pino 2 como uma saída digital
6
7 while True:
8     led.value(1) #liga o led
9     sleep(1) #aguarda 1 segundo
10    led.value(0) #desliga o led
11    sleep(1)
```

Fonte: Elaborado pelos autores

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após, aplicar a proposta da Oficina Franzinando em um semestre e repetindo-a em quase um semestre, já é possível verificar que todo o conjunto idealizado para esta oficina cumpre seu propósito.

Hoje em dia as pessoas querem aprendizados rápidos e neste caso, a metodologia de ensino-aprendizagem através da cultura maker aplicada na Oficina Franzinando atende de forma satisfatória. Porém é importante lembrar que a dedicação é essencial, principalmente quando é um curto espaço de tempo.

## REFERÊNCIAS

EMBARCADOS. CircuitPython: Python Embarcado para Educação. Disponível em: <<https://embarcados.com.br/circuitpython-python-embarcado/>>. Acesso em: 28.fev.2023.

FRANZININHO, Documentação. Placa FranzMakey. Disponível em: <<https://docs.franzininho.com.br/docs/FranzMakey/franzmakey/>>. Acesso em: 19.fev.2023.

GAVASSA, R. C. F. B., et all. Cultura Maker, Aprendizagem Investigativa por Desafio e Resolução de Problemas na SME-SP (Brasil). Disponível em: <[https://fablearn.org/wp-content/uploads/2016/09/FLBrazil\\_2016\\_paper\\_127.pdf](https://fablearn.org/wp-content/uploads/2016/09/FLBrazil_2016_paper_127.pdf)>. Acesso em: 08.mar.2023.

HAURY, D. L; RILLERO, P. Perspectives of Hands-On Science Teaching. Washington, DC, 1994.

KENSHIMA, G. Nas Linhas do Arduino: Programação Wiring para não programadores. 1ª Edição. São Paulo, NOVATEC, 2020.

MORAN, J. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. CRV, 2017. Disponível em: <[http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2018/03/Metodologias\\_Ativas.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2018/03/Metodologias_Ativas.pdf)>. Acesso em: 28.mar.2023.

OLIVEIRA, C; ZANNETI, H. IoT com MicroPython e NodeMCU. São Paulo: NOVATEC, 2022.

RAABE, A; GOMES, E. B. Maker: uma nova abordagem para tecnologia na educação. Revista Tecnologias na Educação, Ano 10, Número/Vol. 25, 2018.

SANTANA, B. O que é Python: Conheça Uma das Linguagens de Programação mais Populares do Mundo. Hostinger Tutoriais, 2023. Disponível em: <<https://www.hostinger.com.br/tutoriais/python-o-que-e>>. Acesso em: 25.mar.2023.

SANTOS, D.; SOUZA, F. Franzininho: Monte e Programe seu próprio Arduino. 1ª Edição. São Paulo: Instituto NBC, 2018.

SILVA, M. A. F. da; SILVA, J. D. da. Cultura Maker para o século XXI: Relato da aprendizagem mão na massa no 6º ano do Ensino Fundamental/Integral do SESC LER Goiana. Anais do 16º Congresso Internacional de Tecnologia na Educação, Recife, set.2018.

SOUZA, F. Franzininho – Um Arduino para todos. Embarcados, 2017. Disponível em: <<https://embarcados.com.br/franzininho/>>. Acesso em: 22.mar.2023.

SOUZA, F. Franzino – Open hardware de baixo custo. Embarcados, 2016. Disponível em: <<https://embarcados.com.br/franzino-open-hardware-de-baixo-custo/>>. Acesso em: 20.mar.2023.

# DRÁCULA, O MAIOR DOS VAMPIROS: ENTENDA PORQUE O VAMPIRO DE BRAM STOKER É UM ÍCONE DO TERROR CLÁSSICO

OLIVEIRA, Bianca D.  
MENDES, Luana  
SILVA, Natália R.  
VILLANI, Fábio Luiz (Orientador)

## RESUMO

O clima frio e tempestuoso que inspirou Mary Shelley a escrever Frankstein, ainda deixava suas marcas na história da Europa, quando o sexagenário monstro, ganhou um companheiro nas noites de histórias de terror. Acontece que, este novo personagem não tinha uma aparência tão macabra e muito menos trejeitos desajeitados como seu amigo monstro, pelo contrário, era rico, possuía longa e poderosa ascendência, tinha sangue nobre e seu nome carregava o título de Conde na frente, além de ter lábios extremamente vermelhos e sedutores. Seu nome era Drácula, um vampiro vil e cruel que nos atrai e encanta, e que se faz referência quando o assunto são seres degustadores de glóbulos vermelhos, reconhecido muitas vezes como o Rei dos Vampiros. Criado por Abraham Stoker – ou Bram, como ficou conhecido – foi publicado pela primeira vez em 26 de Maio de 1897, com sua icônica capa amarela, o romance e seu protagonista mantém-se como a obra mais famosa de vampiros de toda a literatura, ganhando a cada dia leitores apaixonados por cada página que a compõe, invadindo e influenciando outras obras, o cinema, a música, a televisão e até a ciência. O presente artigo explorará os elementos que dão forma a este tipo assustador e maravilhoso de terror presente na história deste vilão tão aclamado.

**Palavras-chave:** Drácula. Cultura. Terror. Elementos do terror.

## ABSTRACT

The cold and stormy weather that inspired Mary Shelley to write Frankstein was still leaving its marks on European history, when the sixty-year-old monster gained a companion in the nights of horror stories. Turns out, this new character did not have such a macabre appearance and much less awkward mannerisms as his monster friend, on the contrary, he was rich, had a long and powerful ancestry, had noble blood and his name carried the title of Count on the front, in addition to have extremely red and seductive lips. His name was Dracula, a vile and cruel vampire who attracts and enchants us, and who has become a reference when it comes to red blood cell tasting beings, recognized many times as the King of Vampires. Created by Abraham Stoker – or Bram, as it became known – it was first published on May 26, 1897, with its iconic yellow cover, the novel and its protagonist remains the most famous work of vampires in all of literature. winning readers every day passionate about each page that composes it, invading and influencing other works, cinema, music, television and even science. This article will explore the elements that shape this terrifying and wonderful type of horror present in the history of this highly acclaimed villain.

**Keywords:** Dracula. Culture. Terror. Elements of terror.

## 1. INTRODUÇÃO

Para iniciarmos os estudos acerca dos elementos que fizeram nosso amado vampiro tornar-se leitura obrigatória para os amantes do terror e da boa literatura, 131

é necessário nos atentarmos ao fato de tratar-se de uma obra produzida durante o século XIX e que portanto, trabalhará e explorará os reflexos da sociedade em que viveu, trazendo-nos alguns pensamentos e sentimentos (inclusive no que diz respeito ao terror) ligeiramente ultrapassados, mas que não interferem na experiência eletrizante e misteriosa que encontramos em suas páginas. Estabelecida a perspectiva temporal, iniciamos este artigo a partir de uma revisão bibliográfica sobre os principais pilares para a criação de narrativas de terror, seguindo da análise cultural que precedeu e serviu como inspiração ao autor.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Não importa a idade, gênero ou classe, a resposta é unânime: Drácula é o rei dos vampiros. O mais poderoso, perigoso e sensual de todos os tempos (perdendo às vezes, neste último quesito, para um ou outro vampiro adolescente), um ícone da cultura pop e do terror, alcançando a todas as artes, desde a literatura clássica ao cinema. Tal sucesso certamente não é fruto de um mero acaso ou inspiração súbita, já que mesmo após séculos de sua publicação permanece, curiosamente, imortal como seu personagem principal.

Assim, explorar os elementos que o tornam capaz de ultrapassar os limites do tempo e adquirir novos e apaixonados leitores, pode nos levar a compreensão das chaves para a criação de uma obra tão vasta, encantadora e de nuances inesgotáveis. Para isso, tomaremos como ponto de partida uma das principais características deste romance, o terror.

Histórias de terror sempre fizeram parte do cotidiano das mais diversas gerações, seja na forma da oralidade, em meio as lendas urbanas contadas nos corredores escolares como a da famosa “Loira do Banheiro” ou ainda, nas “histórias de terror rurais” expostas pelos avós para as crianças antes de dormir até no formato cinematográfico, com as grandes produções Hollywoodianas que levam milhares de fãs a tremerem de medo nas poltronas das salas de exibição. Essa presença marcante se dá pelo fato de que as histórias de terror, apesar de nos causarem medo, também incorporam elementos e características que fascinam o ser humano e que, portanto, explicam seu sucesso. Neste sentido, o artigo desenvolvido pela jornalista Rita Loiola junto a uma equipe de pesquisadores do cinema e da psicologia, intitulado Entenda Porque Gostamos de Sentir Medo, nos traz algumas considerações importantes:

“A explicação está no papel cultural, psicológico e social do terror, um componente crucial na vida humana. Quando o filósofo grego Aristóteles resolveu definir o efeito esperado da tragédia, ele disse que ela devia provocar no público a catarse, por meio da piedade e do...advinha? 132

Terror. Só assim os espectadores conseguiriam purgar seus conflitos e se arrepender de seus pecados. A definição faz sentido para o mundo de hoje quando lembramos que a arte é o espaço ideal para viver experiências que não seriam possíveis ou permitidas no mundo real” (LOIOLA, 2007, p.4)

Embora a perspectiva abordada seja a do cinema, ao tomar o terror como gênero artístico, a autora nos indica os três principais eixos para o sucesso de suas narrativas: a cultura, a mente humana e a sociedade, os quais exprimem suas faces no mundo fantástico. Adiante, a autora aponta ainda mais profundamente quais conflitos culturais, sociais e psicológicos são expostos:

“Coisas assustadoras ou censuradas são admitidas nesse lugar por meio da licença poética. Há coisas da vida em sociedade que precisam ser abafadas para que ela funcione, como desejos homicidas, mesquinhos, medos e preconceitos. É a arte onde o homem dá vazão a essas coisas muito profundas, onde ele demonstra esses sentimentos. Filmes de monstros e fantasmas (...)são os melhores lugares para deixar vir à tona o lado obscuro do ser humano. Não é à toa que inseguranças, dúvidas, sentimentos de solidão e abandono, pavor e sexualidade são os temas por excelência das histórias de terror. (LOIOLA, 2007, p. 4)

Em suma, ao somarmos os três principais eixos junto as suas diversas faces reprimidas e expostas em formato de arte, temos a palavra-chave para uma boa história de terror: a cultura. É ela que molda nossos hábitos, pensamentos, valores, moral, desejos e medos. Tal fator, nos leva em direção a outro elemento determinante ao tratar-se de a cultura, isto é, o tempo.

Ao compreendermos a influência do tempo, ou melhor, do contexto histórico em que uma obra está inserida, podemos enxerga-la de maneira mais ampla e completa. Isso se deve ao fato de que poderemos alinhar a cultura da época com os elementos e personagens presentes na obra, tal conexão aplicase principalmente ao falarmos de medos e desejos, afinal, cada período histórico teme e deseja algo em específico: Nos primórdios temíamos ao escuro e aos espíritos malignos, na Idade Média fugíamos da peste bubônica e de bruxas, enquanto hoje, nos assombramos com a possibilidade de um vírus zumbi.

Estabelecidos tais conceitos, podemos nos voltar nossos olhos ao romance vampiresco tema deste artigo e para suas demais características, a começar pelos elementos culturais fortemente entrelaçados em sua construção e que exercem uma função decisiva no seu sucesso.

Estes elementos culturais tratam-se justamente sobre a origem do vampiro como criatura mitológica e sua evolução na cultura popular, uma vez que já existiam referências a vampiros antes de Drácula, nas mais diversas partes do mundo, como afirma Ana Alexandra Seabra de Carvalho no artigo O Monstro na Literatura e Outras Artes:

“O folclore e a literatura antiga referem-se a estas criaturas. Por exemplo, Eurípedes, Aristófanes e Ovídio falam de seres, em regra do sexo feminino (lâmiás e estriges), devoradores de crianças e sugadoras do seu sangue, ou que atraem as vítimas masculinas também para lhes beber o sangue como forma de preservação da beleza e juventude (Ampuse em As Rãs de Aristófanes). Para a tradição hebraica e cabalista do Zohar, Lilith, demônio proveniente de um súcubo, teria sido a primeira mulher- vampira” (CARVALHO, 2018, p.13)

A lenda do vampiro ultrapassa os limites gregos e aparece também em meio as mitologias egípcia, romana, celta, africana, árabe, hindu, chinesa, japonesa e se expande até as tribos indígenas da América Central e do Sul, todas apresentando pelo menos um dos principais elementos que sustentam a ficção vampiresca, como destaca Ferraz (2012, p.2) “Os caninos temáticos que sustentam a ficção vampírica são: vida, morte, imortalidade, sedução, sexo, salvação e perdição, violência, terror e prazer”. Essa relação torna-se ainda mais profunda ao investigarmos a origem da palavra “vampiro” que se dá no idioma turco antigo, na forma do termo “uber”, o qual significa “feiticeira”. Assim passamos a compreender o simbolismo por traz do mito, que explora e atrai, tal como uma feiticeira, os principais desejos humanos.

Estabelecido este cenário, partimos para dois dos principais contos de terror que inspiraram Bram Stoker durante a escrita de Drácula, e que cristalizaram o vampiro que conhecemos hoje, sendo eles Carmilla, do escritor Sheridan Le Fanu e The Vampyre, de John Polidori. Os personagens destes romances definiram figura do que conhecemos hoje como “Vampiro de Capa Preta”, um ser de pele pálida, nariz aquilino, dentes brancos, lábios sedutores, alto, magro, de unhas longas, caninos salientes, rico, cruel e sensual, como afirma o trecho a seguir ao demonstrar a evolução desta criatura:

“Assim, se nas diversas mitologias ancestrais, as criaturas devoradoras de carne e/ou bebedoras de sangue tomavam formas monstruosas, ao longo da história dos vampiros ocidentais, contudo, a possessão das vítimas humanas desperta nestas últimas, sentimentos de variável ambiguidade entre a repulsa e a atração pelo monstro. (...)De ancestral criatura monstruosa canibal, sugadora de sangue, da energia vital, da alma das vítimas, passa a ser aristocrata, de aparência pálida, misteriosa e sedutora, mas que esconde o monstro, sendo por isso mesmo mais temível.” (CARVALHO, 2018, p.4).

No romance de Le Fanu, nosso monstro adquire todo seu tom sedutor, ao ser representado por uma vampira chamada Carmilla, que aparece como uma espécie de femme fatale, irresistível, interessante, sensual, familiar e ao mesmo tempo perigosa e repulsiva na sua condição de morta-viva. Este texto ultrapassou os limites de seu tempo ao expor de maneira natural e nem um pouco discreta uma vampira homossexual, já que durante a narrativa aterroriza as noites de Laura, a quem morde no seio propondo maior sensualidade ainda.

Enquanto isso, John Polidori traça o perfil aristocrático e vil do vampiro moderno. Inspirado na personalidade ambígua e geniosa de Lorde Byron (poeta famoso do século XIX de quem Polidori era médico particular), o autor cunha o arquétipo do vampiro, retirando – o das narrativas rurais da época e transportando para o universo nobre e com características mais profundas, como apresenta o recorte a seguir:

“Aconteceu que, em meio às desocupações costumeiras no inverno londrino, surgiu nas muitas festas dos senhores da alta sociedade, um nobre mais conhecido por suas particularidades do que por seu status. Ele observava a alegria ao seu redor como se dela não pudesse participar. Aparentemente, o riso despreocupado dos demais só lhe atraía a atenção para que pudesse com um olhar sufoca-lo e lançar medo (...). Os que experimentavam aquela sensação de pavor não conseguiam explicar de onde vinha: alguns a atribuíam aos olhos cinzentos e frios que, fixando-se no rosto do indivíduo, pareciam, chegar até as profundezas do coração. (POLIDORI, 2009, p.181-182).

Este personagem, apresenta uma personalidade cruel e que sente prazer ao “sufocar” a alegria alheia, além de realizar um efeito único: enxergar as profundezas do coração. Esta característica, conecta-se com as afirmações feitas anteriormente ao propor que o vampiro conhece os desejos e medos humanos, representando-os.

Somando-se aos aspectos culturais advindos da trajetória mitológica e os das narrativas modernas que o precederam, Drácula ainda conta com mais dois dos elementos que apresentamos como pontos-chave das histórias de terror: Tempo e Sociedade. Drácula passa-se em pleno século XIX, durante o que conhecemos como Era Vitoriana, período em que a Rainha Vitória ocupou o trono inglês e que gerou mudanças econômicas e sociais, a começar pelo comportamento dos homens e mulheres. Este período ficou marcado pela expansão comercial e rigidez dos valores morais, resultando na criação de diversos tabus, principalmente no que diz respeito ao comportamento sexual. É aqui que Drácula ganha destaque ao explorar os diversos tabus de sua época:

“Em Drácula, encontramos tudo o que, na sua época, fascina e aterroriza simultaneamente a pudica sociedade vitoriana. Associado aos

conceitos de sangue, de infecção e de intenso erotismo, o vampiro é uma criatura satânica, ser ambivalente que reivindica um estranho direito à vida e realiza alguns dos desejos mais secretos do ser humano: um erotismo liberto e os dons da ubiquidade, da invisibilidade e da metamorfose” (CARVALHO, 2018, p. 14)

Os autores Nilton Milaniz e Jamile da Silva Santos, no artigo O Lugar Discurso do Vampiro na Literatura, seguem mais profundamente nesta relação entre o romance e a Era Vitoriana, destacando-o como um ser que desafia as leis naturais por meio da aparência e comportamento:

“Em outros termos, a construção de um ser que rompe com manuais de conduta de uma sociedade, por meio das leis naturais que determinam que a vida se estabelece por meio de um ciclo e seu fim é a morte. O vampiro, ao romper com esse círculo se coloca no lugar de um mostro- jurídico, como tal infração da lei é evidenciada por meio de traços corporais, irrompe o aparecimento de um tipo de monstro –jurídico – biológico.(MILANIZ, SANTOS, 2017, p. 11)

Ao tomarmos todos estes fatores chegamos a resposta de nossa pergunta inicial, que abriu caminho à esta pesquisa, em que buscamos entender as razões que fizeram de Drácula uma referência na literatura de terror. Abraham Stoker deu vida ao nosso vampiro após uma intensa pesquisa cultural e social, não só da sociedade em que estava inserido, mas a do Leste Europeu, trazendo a Valáquia e a Transilvânia para o mundo literário de maneira rica em detalhes, apresentando desde o relevo dos Montes Cárpatos à culinária, dos detalhes do castelo à tradições populares a cerca do combate a mortos-vivos, como afirma o recorte abaixo:

“Quanto ao romance de Stoker, ele é constituído por uma série de cartas, entradas de diários, notícias de jornais e outros documentos supostamente autênticos que instauram até o final o jogo ambíguo de aceitação ou da recusa racional da hipótese sobrenatural. Para o escrever, o autor documentou –se meticulosamente quanto ao folclore romeno e inspirou-se no seus predecessores literários.”(CARVALHO, 2018, p.10)

Estes elementos se desenvolvem a partir de cada personagem, a começar pelo principal, que se constitui como uma versão aperfeiçoada e lapidada das mais diversas concepções da criatura vampírica, o qual seduz e nos atrai para seu curioso perigo, somando-se aos demais como Lucy Westenra e Whilermina Haker, que exercem suas funções de maneira conjunta, a primeira como mulher – vampira e primeira vítima de Drácula, que se mostra erótica e transcende os limites da sexualidade feminina vitoriana, enquanto a segunda ultrapassa-os através de sua inteligência e coragem.

Há outros personagens que compõe o núcleo principal da história e trazem outros significados, como Jonathan Haker, que na trama representara a ordem e o mundo racional “inglês”, além de ser o primeiro a ter contato com o vampiro e ser seu prisioneiro. Ademais, surgem personagens como o icônico e metafórico Van Helsing, uma versão holandesa de Sherlock Holmes, sendo o primeiro a levantar a possibilidade de Lucy ter sido vítima de uma mordida de vampiro e a elaborar um plano para destruição do vilão.

Este conjunto de inspirações é transportado à trama por meio de cartas, diários e recortes de jornais feitos em primeira pessoa pelos personagens, o que traz a toda narrativa tons de veracidade. Este efeito ainda se propaga na velocidade da narrativa, que se torna mais rápida com o a proximidade do desfecho, elevando o suspense e tornando a leitura cada vez mais instigante.

Portanto, podemos afirmar que Drácula se fez boa literatura e referência quando tratamos de ficção vampiresca por explorar intensamente os pilares do terror clássico: Cultura, Sociedade e Mente Humana. Assim, Stoker inseriu símbolos e metáforas acerca de nossos medos primitivos e somo-os aos desejos e fascínios da sociedade em que viveu, apresentando o vasto universo da cultura popular e até então pouco conhecida do Leste Europeu. Drácula, é o maior de todos os vampiros por conhecer-nos intimamente como humanos e como sociedade, permitindo-nos enxergar nossos reflexos e sentimentos em cada linha.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após realizarmos a pesquisa bibliográfica e a análise de sua relação com o livro e seus elementos, podemos notar a importância da cultura para a produção literária, tal como para todas as artes. Nesse sentido, Drácula ainda nos oferece o retrato de uma época, junto de seus valores, medos, desejos e preconceitos, ao mesmo tempo em que se adapta aos dias de hoje por meio da capacidade incrível de seu personagem e representar todas ambições natas ao ser humano: a imortalidade e a juventude eterna.

## **REFERÊNCIAS**

STOKER, Abraham. Drácula. Rio de Janeiro; DarkSide; 2018; 559 páginas.

AGUIAR, Luiz A; Góticos: Contos Clássicos. São Paulo, Melhoramentos, 2014, 201 páginas.

FANU, Sheridan L. Carmilla. 2014, 83 páginas.

HUMPHREYS, Juliana P. C. O vampiro na literatura: Um estudo sobre a constituição da performance da personagem através da permutabilidade do tema. Caxias; 2018; 20 páginas.

RODRIGUES, Letícia C. A. O amor, a morte e o tempo: O mito do vampiro em narrativas dos séculos XIX e XX. Goiânia, 2014, 169 páginas.

BERGSTRAND, Julia. Mina, the “Angel”, and Lucy, the “monster”: Two sides of femininity in Bram Stoker’s Dracula. Spring; 2020, 22 páginas.

ROSA, Janaína C; GOMES, Elemar. L. F; A preferência do gênero contos de mistério e de terror no gosto literário dos alunos do Ensino Fundamental. Taquara; 10 páginas.  
MILANEZ, Nilton; SANTOS, Jamile S. O lugar discursivo do vampiro na literatura. Uberlândia, 2019, 12 páginas.

CARVALHO, Ana A. S. O Monstro na literatura e outras artes. Lisboa; 2018; 28 páginas.

SILVA, Evander. R. S. My honour as gentleman: masculinidades em Drácula (1897), de Bram Stoker. 27ª Edição; Natal; ANPUH; 2013; 18 páginas.

FERRAZ, Salma. Vampiros: O mito é o nada que é tudo e de todos. Bragança; 2013; 27 páginas.

SOUZA, Sweder; SOUZA, Tatiana. A sexualidade velada da mulher vitoriana. Edição Nº 11, Salvador, 2019, 19 páginas.

LOIOLA, Rita. Entenda porque gostamos de sentir medo. São Paulo; Editora Globo; 2015; 16 páginas.

# ERITROBLASTOSE FETAL: A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO PRÉVIO E DO ACOMPANHAMENTO GESTACIONAL

SANTOS, Isabele Cochito  
SANTOS, José Luis da Rocha

## RESUMO

O acompanhamento gestacional é de suma importância para a gestante e seu bebê, pois compreende uma série de exames e avaliações com o propósito de detectar alterações e acompanhar o desenvolvimento fetal. Um dos pilares que precisa ser investigado de imediato, ainda nas primeiras consultas, é a verificação da possibilidade do desenvolvimento da Eritroblastose Fetal, condição esta que afeta diretamente o bebê. A Eritroblastose Fetal é uma patologia que está associada a incompatibilidade materno fetal decorrente da aloimunização materna, que produz anticorpos do tipo IgG contra o antígeno D existentes nas hemácias do feto, apresentando diversos riscos quando desenvolvida, e que embora exista profilaxia ainda é uma realidade atual, tornando o conhecimento prévio importante para a conscientização e o acompanhamento gestacional imprescindível para a amenização e prevenção dos casos. O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento das alunas matriculadas em cursos de graduação na Universidade Campo Limpo Paulista (UNIFACCAMP) sobre a Eritroblastose Fetal, mediante a aplicação de um questionário online compartilhado via WhatsApp, que contou com a participação voluntária de 80 estudantes. Após o recebimento dos questionários devidamente respondidos, foi realizado uma análise dos dados obtidos, e com isso, verificou-se que a maioria das participantes tem conhecimento da importância que o acompanhamento gestacional proporciona, porém, de contrapartida, mais de 60% das participantes não possuem qualquer entendimento sobre a Eritroblastose Fetal e pontos pertencentes a patologia, incluindo tipo sanguíneo, fatores relacionados à isoimunização entre outros. Com isso, pode-se concluir que a Eritroblastose Fetal é uma patologia que causa gravíssimas complicações ao feto e ao recém-nascido, e possui alta taxa de desconhecimento entre as pessoas, o que torna-se um tema de grande relevância a ser explanado, seja por campanhas preventivas, palestras, ações comunitárias entre outras formas de conscientização, incitando as gestantes a serem adeptas do acompanhamento gestacional, a fim de proporcionar qualidade para a vida que se encontra ainda em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Fator Rh, Eritroblastose Fetal, Incompatibilidade Materno Fetal.

## ABSTRACT

Gestational monitoring is of paramount importance for the pregnant woman and her baby, as it comprises a series of exams and evaluations with the purpose of detecting changes and monitoring fetal development. One of the pillars must be investigated immediately, even in the first consultations, is the verification of the possibility of developing Fetal Erythroblastosis, a condition that directly affects the baby. Fetal erythroblastosis is a pathology that is associated with maternal-fetal incompatibility resulting from maternal alloimmunization, which produces antibodies of the IgG type against the D antigen existing in fetal red blood cells, presenting several risks when developed, and that, although there is prophylaxis, it is still a current reality, making prior knowledge important for awareness and gestational monitoring essential for the mitigation and prevention of cases. This course completion

work aimed to assess the level of knowledge of students enrolled in undergraduate courses at Universidade Campo Limpo Paulista (UNIFACCAMP) about fetal erythroblastosis, through the application of an online questionnaire shared via WhatsApp, which had the voluntary participation of 80 students. After receiving the duly answered questionnaires, an analysis of the data obtained was carried out, and with that, it was verified that the majority of the participants are aware of the importance that the gestational follow-up provides, however, on the other hand, more than 60% of the participants did not have any understanding of erythroblastosis fetalis and points pertaining to the pathology, including blood type, factors related to isoimmunization, among others. With this, it can be concluded that fetal erythroblastosis is a pathology that causes very serious complications to the fetus and the newborn, and has a high rate of ignorance among people, which becomes a topic of great relevance to be explained, either through preventive campaigns, lectures, community actions, among other forms of awareness, encouraging pregnant women to be adept at gestational monitoring, in order to provide quality for life that is still in development.

**Keywords:** Rh Factor, Fetal Erythroblastosis, Incompatibility

## 1. INTRODUÇÃO

O sistema de grupos sanguíneos denominado ABO é o mais comumente encontrado para classificar o sangue humano, visto que, na superfície dos nossos glóbulos vermelhos (hemácias) podem ou não existir aglutinogênios A e/ou B. Com isso, existem 4 tipos de sangue nesse sistema, conhecidos como: A, B, AB e O, que são determinados por três alelos: IA, IB, i, caracterizando assim, uma condição genética (SARWAR & SRIDHAR, 2020).

Além do sistema ABO, também temos a classificação do sangue quanto ao fator Rh, que consiste em uma diversidade de antígenos (mais de 50) presentes na superfície dos eritrócitos, mas o D, C, c, E, e, são os antígenos de maior prevalência na população. Sendo o antígeno D o mais importante, devido sua alta imunogenicidade, visto que a presença dessa proteína, classifica o indivíduo como positivo (Rh+), e a ausência como negativo (Rh-), além de ser o antígeno responsável pela doença hemolítica perinatal. A Eritroblastose Fetal, também conhecida como doença hemolítica perinatal (DHPN), é uma doença de origem imunológica que provoca aglutinação e hemólise das hemácias fetais ou neonatais. Isso ocorre pela incompatibilidade dos antígenos eritrocitários do fator RH materno-fetal, ou seja, quando o feto for Rh positivo (condição herdada do pai Rh positivo) e a mãe Rh negativo (RODRIGUES et al., 2020).

Os anticorpos maternos contra o Rh positivo são produzidos após a mulher ser sensibilizada (reação conhecida como isoimunização), seja após o contato do sangue do feto Rh positivo com o corpo da mãe durante o parto fazendo com que o organismo dela entenda que o antígeno D, presente nas hemácias do bebê é um “intruso”, “invasor”, e para combatê-lo começa a produção de anticorpos contra o Rh positivo, ou até mesmo

de acontecimentos antecedentes a gestação, que provocaram a sensibilização materna, como abortos, descolamento da placenta e/ou transfusões sanguíneas inadequadas (BAIOCHI et al., 2005).

No caso da primeira gestação Rh positiva, a patogenia não ocorre, porque a mãe ainda não foi sensibilizada e a exposição ocorrida no momento primeiro parto produz somente anticorpos do tipo IgM, que por terem elevado peso molecular, não atravessam a placenta (SÁ, 2009). A patogênese da eritroblastose fetal é desencadeada a partir da segunda gestação Rh positiva (caso os anticorpos produzidos na primeira sensibilização não tenham sido neutralizados), uma vez que uma segunda exposição ao antígeno D fará com que haja uma produção exacerbada de anticorpos, agora do tipo IgG, de baixo peso molecular, que por sua vez transpassam a barreira placentária atingindo os eritrócitos do feto. (MALONO, et al., 2004). Essa fusão destroem as hemácias fetais, e conseqüentemente induzem a produção de hemácias prematuras, os eritroblastos, em uma tentativa compensatória do sistema hematopoiético, caracterizando assim a eritroblastose (LIMA et al., 2019).

Essa doença pode afetar o desenvolvimento fetal, causando má formação, aborto espontâneo, anemia moderada a extrema, hiperbilirrubenemia e conseqüentemente danos ao sistema nervoso, devido a bilirrubina atravessar a barreira hematoencefálica podendo evoluir para manifestações neurotóxicas. Considerando todos esses riscos que a incompatibilidade materno-fetal pode trazer ao feto ou ao recém-nascido, foi estabelecido, em meados dos anos 1960, a administração da imunoglobulina anti-Rh, que é um anticorpo obtido a partir do sangue humano com a finalidade de neutralizar os anticorpos produzidos pelo organismo da mãe. Para que esse procedimento tenha êxito, é de extrema importância a realização de exames laboratoriais, para que o grupo sanguíneo e o fator Rh tanto da gestante quanto do pai da criança sejam corretamente identificados durante o pré-natal, além da realização do teste de Coombs indireto para avaliação da produção de anticorpos anti- RhD (imunoprofilaxia), sendo fundamental que haja disponibilidade da imunoglobulina na unidade de atendimento no momento necessário para a aplicação, para o devido cumprimento dos protocolos de profilaxia. Caso seja constatado anemia fetal através de ultrassonografia com dopplervelocimetria (análise da velocidade do fluxo sanguíneo na artéria cerebral média fetal) torna-se recomendado a transfusão fetal intra uterina procedimento realizado a fim de evitar o nascimento prematuro, sendo realizada via cordão umbilical, com a infusão do volume de sangue necessário para aumentar o nível de hemoglobina com ultrassonografia em tempo real, para guiar a agulha no abdome e determinar a posição da placenta e do feto (SCHMIDT et al., 2010).

A dose de imunoglobulina anti-Rh deve ser aplicada na mãe entre a 28<sup>a</sup> e 30<sup>a</sup> semana de gestação, e outra o mais breve possível após o parto (em até 72 horas). 141

Há também, alguns outros casos imprescindíveis para que haja administração da imunoglobulina em questão, sendo eles, pessoas do grupo sanguíneo Rh-negativo que inadvertidamente receberam transfusão de sangue Rh-positivo ou outros produtos contendo células vermelhas de sangue Rh-positivo, grávidas que sofreram aborto ou ameaça de aborto de bebê com chance de ser Rh positivo ou até mesmo quando há episódio de sangramento vaginal durante gestação e probabilidade de troca de sangue do feto para a gestante (hemorragia transplacentária resultante de hemorragia antes do parto) (SANTANA, 2007).

O objetivo deste trabalho é realizar uma pesquisa entre as universitárias para avaliar o nível de conhecimento sobre a eritroblastose fetal e suas consequências, tendo como justificativa analisar de forma criteriosa o nível de conhecimento das participantes de pesquisa no que diz respeito a Eritroblastose Fetal. Diante do exposto, o biomédico tem um papel muito importante no quesito de disseminar o conhecimento sobre essa patologia junto à comunidade;

## **2. METODOLOGIA**

O presente estudo consiste em uma pesquisa quali-quantitativa realizada mediante a aplicação de um questionário online direcionado para 80 mulheres matriculadas no Centro Universitário Campo Limpo Paulista no ano de 2022. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFACCAMP sob número de parecer 5.509.862. Os critérios de inclusão abrangiam participantes mulheres acima de 18 anos e assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os benefícios da pesquisa incluem agregar conhecimento e informações sobre a Eritroblastose Fetal, entendendo os riscos e como evitá-la. Os riscos envolvidos são mínimos, apenas pelo fato da pesquisa compreender o preenchimento do questionário, não oferecendo riscos a sua dignidade. O questionário foi desenvolvido pelos autores através da plataforma do Google Forms, onde constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura e assinatura, e o contato da pesquisadora para eventuais esclarecimentos. O mesmo foi aplicado durante o período de julho a setembro de 2022, e a coleta de dados se deu através do envio pelo aplicativo WhatsApp (a participante não teve sua identidade informada em momento algum). O modelo aplicado corresponde ao conhecido como auto preenchido, sendo as respostas exclusivamente do participante.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Participaram da pesquisa 80 mulheres estudantes, distribuídas do primeiro ao décimo semestre dos cursos da instituição, com predomínio das universitárias graduandas na área da saúde.

As tabelas 1 e 2 mostram, respectivamente, a idade e a quantidade de filhos das participantes. Sendo observado predomínio da faixa etária abaixo de 25 anos e que ainda não tiveram filhos.

Tabela 1: Idade das participantes. Campo Limpo Paulista, 2022.

<b>Idade das participantes de pesquisa</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Entre 18 a 20 anos	27	33,75
Entre 20 a 25 anos	31	38,75
Entre 25 a 35 anos	16	20
Acima de 35 anos	6	7,5
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Tabela 2: Quantidade de filhos. Campo Limpo Paulista, 2022.

<b>Possui filhos?</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim, tenho 1	11	13,8
Sim, tenho 2	8	10
Não tenho filhos	61	76,2
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Em relação à eritroblastose fetal, 75 % das mulheres afirmaram conhecer a importância do acompanhamento gestacional como forma de prevenção desta doença, no entanto, 57 % das entrevistadas desconhecem seu mecanismo de ação, tabela 3 e 4, respectivamente.

Tabela 3: Conhecimento sobre a importância do acompanhamento gestacional como forma de prevenção à Eritroblastose Fetal.

<b>Ciência sobre o acompanhamento gestacional como prevenção</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	60	75
Não	20	25
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Tabela 4: Conhecimento sobre ação da imunoglobulina anti-D.

<b>Conhecimento sobre a ação de imunoglobulinas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	34	42,5
Não	46	57,5
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Em relação ao tipo sanguíneo e o fator Rh, 26 participantes desconhecem esta informação e 60 % não tem conhecimento sobre a eritroblastose fetal, gráficos, 1 e 2, respectivamente.

Gráfico 1: Tipo sanguíneo das participantes

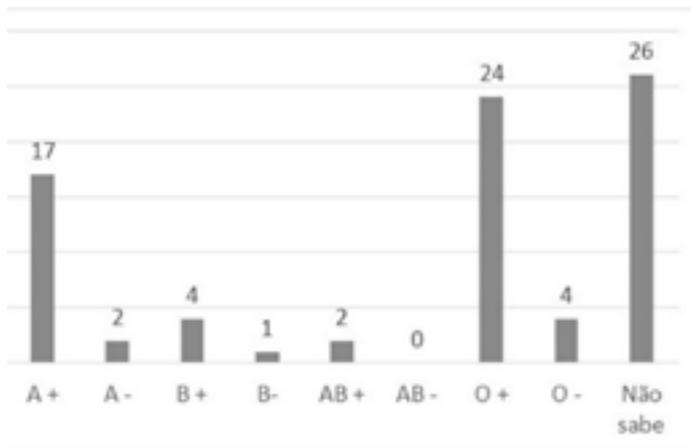
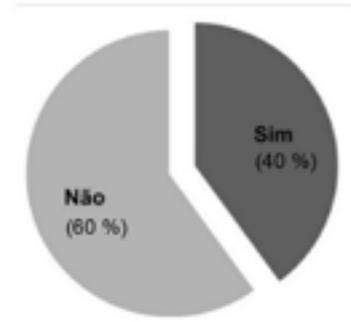


Gráfico 2: Conhecimento sobre a Eritroblastose Fetal



Foi observado que 62,5 % das entrevistadas desconhecem, respectivamente, outros fatores, além do parto, que causam a eritroblastose fetal, e suas consequências sobre o feto, gráficos, 3 e 4.

Gráfico 3. Conhecimento, além do parto, da ocorrência da Eritroblastose Fetal

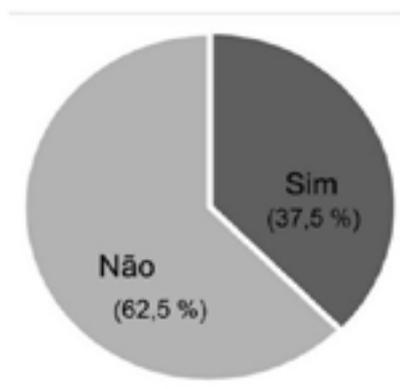
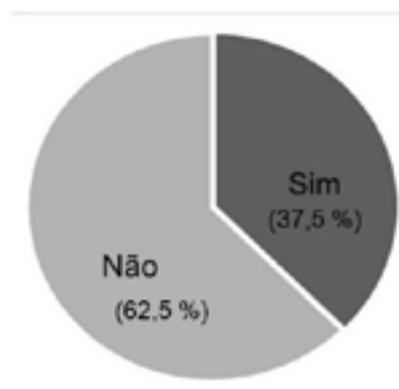


Gráfico 4. Conhecimento sobre as consequências da Eritroblastose Fetal



#### 4. DISCUSSÃO

De acordo com os dados coletados através do questionário respondido por 80 universitárias da instituição UNIFACCAMP, verificou-se predominância da faixa etária de mulheres abaixo de 25 anos que ainda não tiveram filhos, provavelmente fundamentado pela pouca idade das participantes. Dentre todas participantes, 56 alunas cursam graduação na área da saúde, porém, apenas 30 possuem conhecimento sobre a eritroblastose fetal, o que pode ser justificado pelo fato das alunas estarem matriculadas em diferentes períodos de sua formação, sendo que algumas já cursaram disciplinas que abordam o tema.

Mais de 55% das participantes desconhecem a ação que a imunoglobulina anti-D tem no corpo da mulher isoimunizada, mesmo sendo uma das formas de prevenção da patologia. Esse conhecimento possibilita compreender o mecanismo de funcionamento que a imunoglobulina realiza ao ser administrada no corpo da mulher Rh negativo. Embora as consequências da patologia sejam gravíssimas, pôde-se en-

tender que as formas de prevenção contra a Eritroblastose Fetal ainda é um tema desconhecido por muitas gestantes e mulheres, consideradas como público principal, tornando-se muito importante o investimento em campanhas informativas e preventivas para promover o conhecimento à essa patologia e estimular adesão ao pré-natal, para que haja identificação da possibilidade ou não do desenvolvimento da doença, pois havendo o devido acompanhamento e a correta imunoprofilaxia, conseqüentemente haverá uma menor incidência da patologia.

Outro ponto importante, foi com relação ao predomínio da falta de conhecimento do tipo sanguíneo por parte das participantes de pesquisa (32,5% não sabia/tinha certeza), dado semelhante obtido pela pesquisa realizada em gestantes que utilizam o SUS na UBS-Vila Ana em Jundiaí, por universitários da universidade Padre Anchieta (JUSTINO et al.,2021), onde 33,3% das gestantes que faziam acompanhamento na unidade não sabiam seu próprio tipo sanguíneo, o que reforça a ideia de que para muitos ainda é um assunto de pouca adesão, mesmo em situações delicadas como um período fértil e/ou até mesmo uma gestação.

Em contrapartida, 75% das participantes afirmaram que possuem ciência da importância que o acompanhamento gestacional tem no desenvolvimento intrauterino do bebê, visto que é o principal meio de identificar quaisquer tipos de alterações no feto. No caso da eritroblastose fetal, o acompanhamento gestacional é responsável por diversos procedimentos, incluindo a confirmação do tipo sanguíneo do pai e da mãe da criança, teste de Coombs indireto para a identificação de anticorpos maternos que possuem potencial para atacar os glóbulos vermelhos do bebê, além da realização de um questionário com a gestante, a fim de ter conhecimento dos acontecimentos anteriores a gestação, como por exemplo: ocorrências de abortos, descolamento de placenta, transfusão sanguínea, tudo isso, como forma de prevenção, para que não haja caso de uma eventual incompatibilidade materno fetal, devido a dominância do “alelo R” presente no genótipo do pai, o que torna imprescindível a transparência da mãe para com médico ao responder as perguntas.

Contudo, embora haja vasto conhecimento da importância do pré-natal, nem todas possuem os devidos recursos, principalmente mulheres negras e de baixa renda, conforme um estudo realizado através da análise de dados da Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2013 no Brasil (MARIO et al., 2019), onde apenas 71,4 % das 1851 mulheres entrevistadas tiveram um pré-natal adequado (considerando os números mínimos de consultas, exames de sangue, urina, ultrassom, aferição de pressão e medição de peso), com prevalência das gestantes que residiam nas regiões brasileiras consideradas “menos pobres”, como centro-oeste, sul e sudeste que possuem uma maior disponibilidade de atendimento, comparada às demais.

## CONCLUSÃO

Considerando os estudos perante a doença e os informes obtidos com o presente trabalho de conclusão de curso, conclui-se que, a eritroblastose fetal é uma doença de incompatibilidade materno fetal muito grave, que pode ocasionar graves lesões, comprometendo o desenvolvimento intrauterino, e que embora tenha acontecido uma drástica redução do número de casos notificados, grande parte dos casos incidentes é decorrente da persistência de alguns fatores, como a qualidade da assistência pré-natal prestada às gestantes (principalmente em regiões menos desenvolvidas), falha de administração da imunoglobulina anti-D profilática em mães Rh negativo após o parto de uma criança Rh positivo, de um aborto, de um descolamento de placenta ou até mesmo de transfusões sanguíneas inadequadas, administração insuficiente da imunoglobulina anti-D para cobrir um grande estímulo antigênico, e principalmente, como já esperado de acordo com os estudos de casos e literaturas, a falta de conhecimento tanto da doença quanto das causas e consequências provocadas por ela. Com isso, torna-se evidente a necessidade que nós, profissionais da área da saúde com conhecimento dos mecanismos relacionados a patologia temos em propagar este tipo de informação, seja através de conversas do dia a dia, informativos, ações preventivas, palestras e/ou campanhas em comunidades, para que haja conscientização em massa da importância do acompanhamento gestacional e do conhecimento prévio, evitando assim, a manifestação da Eritroblastose Fetal.

## REFERÊNCIAS

BAIOCHI, E.; CAMANO, L.; BORDIN, J. O. Avaliação da hemorragia feto-materna em puérperas com indicação para ministração de imunoglobulina anti-D. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1357-1365, 2005.

JUSTINO, Rodrigo Geopato Nogueira et al. Conhecimento sobre a eritroblastose fetal em grupo de gestantes. Revista Multidisciplinar da Saúde (RMS), v. 03, ed. 02, p. 16-23, 2021

LIMA, José Virgulino de Oliveira; et al. Biomedicina e Farmácia: Aproximações 3: etiopatogênese da eritroblastose fetal relacionado ao fator Rh. Ponta Grossa - PR: Atena Editora, 2019.

MALONO, J et al. Doença Hemolítica do Recém-Nascido. In: CONSENSOS Nacionais em Neonatologia. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Pediatria, p. 139-142. 2004

MARIO, Débora Nunes et al. Qualidade do Pré-Natal no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 2019

RODRIGUES, Cíntia Maria; BARROSO, Heloisa Helena; RIBEIRO, Liliane daConso-  
lação Campos; FERNANDES; Daisy de Rezende Figueiredo. Interpretação de exa-  
mes laboratoriais, pesquisas clínicas e testes para enfermeiros. 1. ed. Diamantina:  
UFVJM, 2020. 106 p. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2368>.  
Acesso em: 9 maio 2022.

SÁ, C. A. M et al. Eventos adversos associados à exsanguíneo transfusão na doença  
hemolítica perinatal: experiência de dez anos. Rev. paul. pediatr., São Paulo, v. 27, ed.  
2, p. 168-172, 2009.

SANTANA, Daiani. Doença hemolítica do recém nascido (eritoblastose fetal). São  
José do Rio Preto, 2007. Disponível em: [https://www.ciencianews.com.br/arquivos/  
ACET/IMAGENS/biblioteca-  
digital/imunohematologia/16-Doenca-hemolitica-do-re-  
cem-nascido.pdf](https://www.ciencianews.com.br/arquivos/ACET/IMAGENS/biblioteca-digital/imunohematologia/16-Doenca-hemolitica-do-re-cem-nascido.pdf). Acesso em: 10 abr. 2022.

SARWAR, A.; SRIDHAR, D. C. Rh-Hemolytic Disease. In: STATPEARLS: Content is  
King [Internet]. Treasure Island: StatPearls Publishing, Jan 2020. Disponível em: [ht-  
tps://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK560488/](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK560488/). Acesso em: 18 jan. 2022.

SCHMIDT, Luciana Cayres et al. Atualizações na profilaxia da isoimunização Rh.  
2010. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2010/v38n7/a1522.pdf>.  
Acesso em: 06 mai. 2022.

# JOGO EDUCATIVO: APRENDENDO ALIMENTAÇÃO S AUDÁVEL ATRAVÉS DE JOGO PARA CRIANÇA

VIAN, Gabriel Dalagnol  
SANTANA, Guilherme Oliveira  
XAVIER, João Pedro  
BAPTISTA, Luciana Ferreira  
FERREIRA, Ronildo Aparecido

## RESUMO

O projeto tem como foco auxiliar no processo educacional nutricional infanto-juvenil. Este estudo tem o objetivo de analisar o desenvolvimento. Dentre os autores pesquisados para a constituição conceitual deste trabalho, destacam-se Fagundes, Lima e Santos (2016), Amaral (2016) e Castro, Lima e Pinto (2021). A metodologia utilizada foi a pesquisa explicativa, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico. As conclusões mais relevantes são a importância de tratar de nutrição com crianças desde cedo e a relevância dos jogos no desenvolvimento e na educação das crianças.

**Palavras-chave:** Obesidade Infantil. Alimentação Saudável. Jogo Educacional.

## ABSTRACT

The project focuses on assisting in the nutritional educational process for children and adolescents. This study aims to analyze the development. Among the authors researched for the conceptual constitution of this work, Fagundes, Lima and Santos (2016), Amaral (2016) and Castro, Lima and Pinto (2022). The methodology used was the explanatory research, having as data collection the bibliographic survey. The most relevant conclusions are the importance of dealing with nutrition with children from an early age and the relevance of games in the development and education of children.

**Keywords:** Child obesity. Healthy eating. Educational Game.

## 1. INTRODUÇÃO

Como podemos observar, nas últimas décadas houve um aumento notável na obesidade infantil, crescimento esse que se deve pela industrialização do meio alimentício; alimentos se tornaram mais práticos de serem produzidos, porém o valor nutricional se perdeu. Por esses e outros motivos é superimportante tratar sobre o tema obesidade infantil.

O presente estudo delimita-se a auxiliar na educação de crianças na faixa de 7-13 anos durante o aprendizado sobre os benefícios da alimentação adequada. A pesquisa tem como objetivo principal reduzir os maus hábitos alimentares presentes na atual sociedade.

O objetivo geral é propor uma nova visão sobre a alimentação para os infanto-juvenis por meio de um jogo educativo de acesso gratuito.

Esta pesquisa justifica-se por ser uma questão de saúde pública, observando bem podemos concluir que as crianças tendem a absorver melhor aquilo que elas gostam e se sentem confortáveis com, por esse motivo nossa pesquisa se torna de extrema importância e pode trazer muitos resultados positivos se aplicada da forma correta. Essa pesquisa pode contribuir muito com alunos aprendendo sobre alimentação.

A metodologia deste trabalho é a pesquisa explicativa, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico.

## **2. SAÚDE INFANTIL**

Para uma boa qualidade de vida, a manutenção dos nutrientes do nosso corpo é importante, pois somente assim conseguimos ter uma vida saudável e balanceada. Esse devido cuidado é buscado no desenvolvimento do corpo, ou seja, durante a adolescência e até mesmo na fase adulta.

A infância é sem dúvidas o ponto mais importante para o desenvolvimento de bons hábitos que devem ser seguidos para uma boa saúde, já que é onde se aprende, cria e desenvolvem costumes facilmente, levando assim, para o resto de sua vida a prática da boa alimentação e cuidados físicos.

## **3. OBESIDADE INFANTIL**

Dado o ponto anterior, a obesidade é um assunto que deve ser abordado e tratado também desde a infância, já que segundo a OMS, cerca de 39 milhões de crianças são obesas e esse número só tende a aumentar, ou seja, a única forma de evitarmos esse aumento exponencial, é conscientizar as crianças sobre os males dessa doença e ensiná-las como combater essa enfermidade.

A Prevalência Mundial da Obesidade infantil vem apresentando um rápido aumento nas últimas décadas, sendo caracterizada como uma verdadeira epidemia mundial (FISBERG, 2003).

Na infância, o manejo pode ser ainda mais difícil, pois, para além das dificuldades para a perda de peso, ainda se relaciona às mudanças de hábitos, à disponibilidade dos pais e à falta de entendimento da própria criança, quanto aos severos danos da obesidade (SCHERER e SANTOS, 2014)

Segundo Oliveira e Fisberg (2003), o aumento do número de casos de obesidade está ligado ao fácil acesso a comidas com grande quantidade de açúcares simples e gordura. Outro fator relevante que de acordo com Gomes (2021) colabora para esse

aumento é o estilo de vida atual que nos proporciona menor tempo por conta dos dias corridos, tornando atrativo a busca por alimentos processados (fast foods) com baixos valores nutritivos.

#### **4. OBESIDADE INFANTIL RELACIONADA ÀS TECNOLOGIAS**

Em continuidade ao último parágrafo, a modernidade está atrelada à tecnologia, que por sua vez visa trazer facilidades. Uma das facilidades trazidas é propor comidas processadas de fácil acesso, mas sem dúvidas, a mais importante é a simplicidade da disseminação de informações que é usada de má forma pelas grandes empresas alimentícias, o método usado por essas corporações é de criar o desejo de se consumir/obter seus produtos.

Similarmente ao que Fagundes, Lima e Santos (2016) diz, a propaganda faz com que o produto divulgado tenha maior valor e importância para as crianças, muitos desses produtos divulgados são consumidos pelas mesmas por proporcionar um sentimento de pertencimento a algum grupo. Isso sempre se mostrou presente em adolescentes na parte de vestimentas, por exemplo, mas tanto quanto o grupo infantil e a questão alimentar são novos nessa necessidade.

#### **5. MÍDIA E INFLUÊNCIA DIRETA NO CONSUMO DE ALIMENTOS**

Não podemos negar que a mídia influencia todas as faixas etárias, dos mais jovens aos mais idosos, e todos recebem abordagens conforme suas idades. Desse modo as crianças, são consideradas um grupo específico de consumidores.

Atualmente, a infância está sendo considerada como um segmento específico do mercado de consumidores, onde crianças e jovens passam a ser considerados como um importante parcela consumidora da população. (Amaral, 2016)

#### **6. TECNOLOGIA E SUA AJUDA NA EDUCAÇÃO**

No ponto anterior citamos um uso negativo da tecnologia e como ela pode colaborar com o aumento da obesidade, mas também temos de mostrar como ela também pode colaborar para o combate dessa doença.

Como dito anteriormente uma das melhores formas de se combater a obesidade infantil é ensinando aos menores como se nutrir e para isso podemos usar algo que está muito presente na vida dos pequenos, e esse algo seria os jogos.

#### **7. RELEVÂNCIA DOS JOGOS NA VIDA COTIDIANA**

Assim como livros e filmes podem trazer seus consumidores para mais perto da <sup>150</sup>

história e dos personagens, jogos tem o mesmo impacto ou ainda maior, principalmente no subconsciente dos seus jogadores, já que nesse contexto o indivíduo é obrigado a agir e interagir diretamente com a situação e os desafios criados no jogo.

Por conta dessa maior imersão, ações tomadas por esses jogadores passam algumas vezes a serem feitas de maneira inconsciente, tornando assim as práticas de tais atividades difundidas, podendo auxiliar em várias áreas do conhecimento.

## **8. MÉTODOS DE ENSINO ATUAL**

Os métodos de ensino atual não são necessariamente os mais ideais em todos os casos. Algumas vezes os alunos podem se ver pressionados pelos meios maçantes e repetitivos de ensino. Além disso, os centros de educação não se aproveitam totalmente das tecnologias disponíveis, ou por negação ou por receio.

Na fase infantil isso se torna mais claro e observável atualmente. As crianças estão se informatizando e as escolas não acompanham esse avanço. A visão dos alunos, dessa maneira, se torna negativa sobre a escola. Sendo assim a inclusão da tecnologia é indispensável.

## **9. EDUCAÇÃO ALIMENTAR PARA CRIANÇAS**

Podemos ver no nosso cotidiano que nem todos estão com a saúde em dia, claro, isso tem diversos motivos para ocorrer, como pouca prática de exercícios durante o dia por levarmos uma vida muito agitada e não sobrar tempo para cuidar do corpo, mas sem dúvida parte essencial desse problema é dado pela má alimentação, esse é um hábito muito difícil de ser quebrado na fase adulta. Pensando em todos esses aspectos percebemos como é relevante ensinar desde pequeno, nutrição e bons hábitos alimentares. Como dito por Castro, Lima e Pinto (2021) “[...] a Educação alimentar e nutricional tem enorme importância para essa mudança na diminuição da obesidade infantil e da disseminação de hábitos alimentares saudáveis.”.

No momento, nem todas as crianças têm uma boa base de conhecimento alimentar e nutricional, isso se deve por conta da forma como isso é apresentado a elas. Nas escolas pode ser apresentada de maneira branda ou algumas vezes maçante, algo que para uma criança não é interessante dificilmente é absorvido. Uma fonte que gera muito interesse nas crianças é a mídia, desenhos animados, filmes infantis.

Desenhos animados apresentam crianças se alimentando de lanches gordurosos e ficando felizes após ingeri-los, já em outros momentos infelizes ao serem obrigados a comerem comidas saudáveis como vegetais. Outra fonte de entretenimento que cresce <sup>151</sup>

cada dia mais entre as crianças, como citado anteriormente, são os jogos. Eles por sua vez conseguem instigar a imaginação e interesse dos pequenos, da mesma forma (ou ainda mais) que filmes e desenhos animados, assim, de certo modo, obrigando-os a absorver tudo o que for “vendido” para eles, sendo bom ou ruim.

## **10. NUTRIÇÃO E TECNOLOGIA PARA CRIANÇAS**

Como foi dito em tópicos anteriores, a tecnologia desempenha um papel de extrema importância no desenvolvimento infantil, além dos pequenos se interessarem muito por ela e serem induzidos pelas mídias a observarem atentamente o que eles têm a “vender”.

Aulas das mais diversas matérias podem ser mais bem aproveitadas se forem mais interessantes, se matérias sobre nutrição pudessem ser feitas em laboratórios de informática trariam um impacto ainda maior para os pequeninos.

## **11. JOGOS E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

As crianças e pré-adolescentes passam cada dia mais tempo ligados nos jogos eletrônicos, sendo assim esse meio de entretenimento faz parte do cotidiano e da vida social deles. Se usado de maneira excessiva pode causar diversos prejuízos ao longo prazo, mas se usado para o bem pode retornar muitos benefícios.

Como ressaltado em tópicos anteriores, a fase da infância é a que molda nosso caráter e nossa maneira de agir. De acordo com Balaban e Silva (2001), a infância é uma etapa em que praticamente tudo pode influenciar ou relacionar com os hábitos e condutas da criança, nesta etapa se forma a personalidade, e se estabelece padrões que serão a base do comportamento da criança na idade adulta. Outro ponto que também foi ressaltado é que jogos auxiliam na vida cotidiana com o uso da sua grande imersão. Jogos poderiam dessa forma auxiliar nessa fase tão relevante e crucial da vida que é a infância.

## **12. O JOGO QUE FOI DESENVOLVIDO PARA AUXILIAR NA EDUCAÇÃO ALIMENTAR**

Como explicitado diversas vezes neste artigo, na fase infantil os jogos conseguem desempenhar uma função fundamental no subconsciente das crianças e dessa forma, elas podem começar a tomar ações de maneira inconsciente, de modo positivo ou negativo.

Pensando nessa questão, foi criado um jogo que auxilia nesse aprendizado. O jogo é feito em um estilo "cartunesco" e representa um garotinho que deve se alimentar com comidas saudáveis e ignorar a não saudável. É de grande relevância que o jogo seja chamativo para as crianças, pois é necessário competir com outras formas de entretenimento disponíveis, como dito em tópicos anteriores.

Como nem todos os usuários têm acesso a um computador potente onde possam instalar aplicações ou softwares a qualquer momento, além disso não seria intuitivo o suficiente para o público que estamos mirando, o jogo rodaria diretamente no navegador, é suficiente ter um acesso à internet banda larga.

A tela de menu (Figura 1) apresenta o nome do jogo “Fast! Food!”, o nome faz referência as comidas que se movimentam rapidamente no jogo (uma piada com o termo “Fast-food”).

Figura 1: Tela do menu



Fonte: Elaborado pelos autores

O jogo é simples e intuitivo, antes mesmo do jogo começar (depois de clicar em “iniciar” Figura 1) uma tela de tutorial aparece para o jogador (Figura 2). Essa fase apresenta os conceitos básicos do jogo: como se movimentar para frente e para trás, pular em inimigos (serão citados no próximo parágrafo) e coletar alimentos saudáveis.

Figura 2 - Tutorial



Fonte: Elaborado pelos autores

Existem diversas fases no jogo, uma delas é “fase da cidade” (Figura 3). Como é possível observar já nessa imagem da Figura 3, o jogo é supercolorido, como bastante saturação e contraste, características dos desenhos animados e até mesmo outros jogos focados nesse público infantil.

Figura 3: Tela da segunda fase do jogo



Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda nessa tela (Figura 3) alguns conceitos podem ser descritos. Alimentos saudáveis como: a banana, maçã, berinjela. Todos, menos a banana, recuperam vida, pois ela pode ser usada como “projétil”, destrói inimigos a distância.

O conceito do jogo é bem direto, o jogador deve percorrer todas as fases do jogo até o final onde terá que derrotar o “chefão” (também chamado no meio dos jogos virtuais de “boss”), inimigo final do jogo. Os inimigos desse jogo são alimentos não saudáveis (“junk-food” e “fast-food” como refrigerantes e hamburgueres) que quando ingeridos pelo jogador fazem sua barra de vida (canto superior esquerdo da Figura 4) diminuir (no caso de o jogador perder toda essa barra de vida a fase é reiniciada). Por outro lado, também existem vários alimentos saudáveis espalhados pelas fases, esses recuperam a barra de vida do jogador. A ideia é quem estiver jogando saber diferenciar cada alimento entre saudável e não saudável.

Figura 4: Quarta fase do jogo, adicionando mais complexidade com caixas surpresa



Fonte: Elaborado pelos autores

Vídeos sobre o jogo podem ser acessados pela internet, através dos links:

- <https://www.youtube.com/watch?v=GAtTbp3UMtU>
- <https://www.youtube.com/watch?v=ANAAa2q-gCIs&t=283s>

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No trabalho foi desenvolvido um jogo virtual para ajudar professores a ensinar alunos de 7-13 anos de idade sobre os benefícios de uma alimentação balanceada, de uma maneira divertida e descontraída, além de demonstrar que jogos virtuais podem ser de grande ajuda no processo educativo de uma criança, desempenhando um papel fundamental na formação do intelecto e no subconsciente.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, Ana Carolina da Silva. Consumo infantil: análise sobre a influência dos jogos eletrônicos na vida das crianças. LUME: Repositório digital, Porto Alegre, p. 1-67, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158517>>. Acesso em: 9 set. 2022.

BALABAN, G.; SILVA, G. A. P. Prevalência de Sobrepeso e Obesidade em Crianças e Adolescentes de uma Escola da Rede Privada de Recife. J Pediatr. (Rio J); 77(2): 96-100, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jped/a/DD7rLWpdkzQRqv4LVbQc5B-G/?lang=pt>>. Acesso em: 5 set. 2022.

CASTRO, M. A. V de, LIMA, G. C. de, & PINTO Belfort Araujo, G. (2021). Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo. Revista Da Associação Brasileira De Nutrição - RASBRAN, 12(2), 167–183. Disponível em: <<https://doi.org/10.47320/rasbran.2021.1891>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FAGUNDES, Andhressa Araújo; LIMA, Marcelle França; SANTOS, Christiano Lima. Jogo eletrônico como abordagem não-intrusiva e lúdica na disseminação de conhecimento em educação alimentar e nutricional infantil. Portal de periódicos UFSC, Florianópolis, p. 1-20, 10 out. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ijkem/article/view/81564/46254>>. Acesso em: 9 set. 2022.

FISBERG, Mauro. Obesidade na infância e adolescência. Jornal USP, São Paulo, p. 163-164, 2006. Disponível em: <[http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/45\\_Anais\\_p163.pdf](http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/45_Anais_p163.pdf)>. Acesso em: 9 set. 2022.

GOMES, N. D. O. (2021). Uma uma visão geográfica acerca da educação na sociedade de consumo: impactos socioambientais do fast-food. *International Journal Education and Teaching* (PDVL) ISSN 2595-2498, 4(2), 33–51. <<https://doi.org/10.31692/2595-2498.v4i2.175>>. Acesso em: 9 set. 2022.

OLIVEIRA, Cecília L. de; FISBERG, Mauro. Obesidade na Infância e Adolescência: Uma Verdadeira Epidemia. *Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia*, São Paulo, p. 107-108, 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S0004-27302003000200001>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abem/a/DJnZ8PhntzYgBrwXYqRGtqn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 9 set. 2022.

SCHERER, Patricia Teresinha; SANTOS, Andréia Mendes dos. Mídia e obesidade infantil: uma discussão sobre o peso das propagandas. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia* [en linea]. 2014, 21(1), 208-223. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551015011>>. Acesso em: 7 set. 2022.

# MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVAM EM ECONOMIA COMUM OU FAMÍLIA ANAPARENTAL

SILVA, Antonia Maria de Farias da  
BARBAS, Stela Marcos de Almeida Neves (Orientanda)

## RESUMO

O instituto da família está sempre em constante mutação, acompanhando a evolução da sociedade de cada Nação. Com isso o direito vai se adequando. Todavia, nem sempre ao legislador é possível normatizar os comportamentos sociais e muito menos acompanhar a evolução do direito de família, não apresentando de imediato, soluções para as diversas situações familiares que surgem, se valendo o expert do direito das normas que dispõe, resguardando sempre a dignidade humana e o bem social. Em decorrência da democratização do direito de família, novas modalidades de famílias, vem se constituindo, fundadas principalmente no afeto, carinho, dedicação e apoio mútuo, caso da família anaparental. O questionamento jurídico que se enfrenta é se é possível esta modalidade de família ter proteção estatal como uma entidade familiar, tal como é abarcada as espécies de famílias que compõe o art. 226 da Constituição Federal, bem como seus efeitos civis decorrentes do reconhecimento dessa nova modalidade de família.

**Palavras-chave:** Entidade familiar. Família anaparental. Dignidade. Reconhecimento. Efeitos.

## ABSTRACT

The institution of the family is always in constant mutation, following the evolution of society in each nation. With that, the law adapts. However, it is not always possible for the legislator to standardize social behavior, much less monitor the evolution of family law, not immediately presenting solutions for the various family situations that arise, using the law expert of the rules available, always safeguarding human dignity and the social good. As a result of the democratization of family law, new types of families have been formed, based mainly on affection, care, dedication and mutual support, as in the case of the one-parent family. The legal question that is faced is whether it is possible for this type of family to have state protection as a family entity, such as the types of families that make up art. 226 of the Federal Constitution, as well as its civil effects arising from the recognition of this new type of family.

**Keywords:** Family entity. Anaparental family. Dignity. Recognition. Effects.

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente as sociedades, de forma geral, possuem diversos tipos de família, como é o caso não só das famílias homossexuais, mas também, das famílias monoparentais, da união de fato e tantas outras. Assim, considerando que cada tipo de família possui uma característica diferente e um aspecto peculiar que a define, não podemos, nem devemos esperar que as regras que se aplicam a um determinado tipo de família sejam aplicáveis a todas as outras igualmente.

O presente artigo versará sobre a noção de família no universo jurídico português que é garantia constitucional a todo cidadão, prevista na Constituição Portuguesa artigo 36º. Considerando o direito português família aquelas pessoas que são ligadas pelos laços consanguíneos (ou seja, o parentesco), por afinidade, por adoção e pelo casamento. Da leitura dos dispositivos legais pertinentes ao instituto, observamos que estamos diante de um conceito taxativo, ao qual não se admite interpretação extensiva.

No entanto, no Direito Brasileiro conceito de família, consoante Caio Mário<sup>1</sup>, família em sentido genérico e biológico é o conjunto de pessoas que descendem de tronco ancestral comum; em senso estrito, a família se restringe ao grupo formado pelos pais e filhos; e em sentido universal é considerada a célula social por excelência.

Já o Direito Português considera família aquelas pessoas que são ligadas pelos laços consanguíneos (ou seja, o parentesco), por afinidade, por adoção e pelo casamento.

Faremos uma análise além das relações familiares, no direito português também das relações parafamiliares, que são relações conexas com as relações familiares, ou a elas equiparadas para determinados efeitos. A união de fato e a economia comum são as relações parafamiliares mais comuns que encontramos em Portugal, e, será objeto mais aprofundada do artigo, a economia comum em Portugal e a família anaparental no direito brasileiro.

Será feita uma pequena abordagem dos principais princípios constitucionais, aplicados ao direito de família e, portanto, aplicáveis a economia comum e a família anaparental.

Discorreremos sobre os diversos tipos de família e de entidade familiar no Brasil.

A Constituição brasileira, elenca explicitamente três espécies de família, sendo elas: a advinda do casamento civil ou religioso com efeito civil; a união estável; e a família monoparental e, as que decorrem de uniões pautadas no elemento afetividade, como a homoafetiva, e outras não, como a família substituta, a pluriparental, a paralela, a eudonista e a anaparental.

Serão abordados alguns critérios objetivos adotados pelo legislador português para caracterizar essa modalidade de economia e/ou de família, quais sejam: 1) vivência

---

1 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. V – Direito de Família. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007, pag. 17.

em comum de entreatajuda ou partilha de recursos; 2) maioria e 3) haver vivência por prazo superior a dois anos.<sup>2</sup>

Serão apresentados os direitos previstos na legislação portuguesa às pessoas que vivem em economia comum (Lei nº 06, de 13 de maio de 2001), como direitos laborais direitos fiscais, direitos reais) e de locação.

No que tange a família anaparental a qual, ainda não está positivado no ordenamento jurídico brasileiro, será analisado como o Direito brasileiro e a Jurisprudência dos Tribunais, vem, aplicando aos casos concretos, os efeitos civis da união estável, previstos no Código Civil à família anaparental, concedendo direito aos alimentos, à sucessão hereditária, ao direito real de habitação e a adoção.

Pretendemos chegar ao final do artigo, mostrando as semelhanças entre os dois institutos, economia comum e família anaparental.

## **2. CONCEITO DE FAMÍLIA**

Atualmente as sociedades, de forma geral, possuem diversos tipos de família, como é o caso não só das famílias homossexuais, mas também, das famílias monoparentais, da união de fato e tantas outras. Assim, considerando que cada tipo de família possui uma característica diferente e um aspecto peculiar que a define, não podemos, nem devemos esperar que as regras que se aplicam a um determinado tipo de família sejam aplicáveis a todas as outras igualmente.

A noção de família no universo jurídico português é garantia constitucional a todo cidadão, prevista na Constituição Portuguesa artigo 36º. Assim, o direito português considera família aquelas pessoas que são ligadas pelos laços consanguíneos (ou seja, o parentesco), por afinidade, por adoção e pelo casamento. Da leitura dos dispositivos legais pertinentes ao instituto, observamos que estamos diante de um conceito taxativo, ao qual não se admite interpretação extensiva.

A primeira relação familiar para o direito português é a relação matrimonial, ou seja, aquela que decorrente do casamento, visto que todas as outras relações derivam dela, com exceção da adoção, e que de certa forma está ligada diretamente.

Para fins de conceito, o casamento é a união de duas pessoas (independente do sexo) que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida. O parentes-

---

<sup>2</sup> ESTATUTO da Economia Comum: lei nº 6/01, de 11 de maio de 2001. Op. Cit.

co é a relação familiar estabelecida pelos laços consanguíneos, seja por descendência ou por um progenitor em comum, conforme dispõe o artigo 1577º do Código Civil Português.

Assim, entende-se por parentesco a relação entre pais e filhos, avós, irmãos, primos etc., até o 6º grau. A afinidade é a relação de parentesco que decorre da relação matrimonial, uma vez que ligam os cônjuges aos parentes do outro cônjuge. Por último, mas não menos importante, a adoção é a relação familiar que se assemelha a filiação natural, sem existir, contudo, os laços consanguíneos.

A união de fato no direito português integra o rol das relações parafamiliares, que são relações conexas com as relações familiares, ou a elas equiparadas para determinados efeitos. A união de fato e a economia comum são as relações parafamiliares mais comuns que encontramos em Portugal. Como consta no artigo 2020º, a união de fato, só apareceu no ordenamento jurídico português na reforma de 1977 do Código Civil, utilizando a expressão para designar a situação de duas pessoas que não são casadas, mas vivem em situação análogas as dos cônjuges.

Entendendo como situações análogas as dos cônjuges as pessoas que vivem em comunhão de cama, mesa e habitação, que não estão ligadas pelo vínculo formal do casamento. Restando excluídos aqueles que vivem em situação sexual fortuitas e passageiras. Reconhecendo a união de fato ainda, como relação digna e merecedora de proteção legislativa. A união de fato deixa então de ser vista como uma união imoral.

Reforçando a sua importância, em 1999 foi promulgada a Lei nº 135 que adotou medidas de proteção a união de fato, hoje revogada pela Lei nº 7/2001 (atual lei que regula a matéria em Portugal), que trouxe um novo texto e novas proteções as pessoas que vivem nesse tipo de união. Embora a Lei nº 135 não tenha feito nenhuma definição do instituto, a Lei nº 7/2001 tratou de conceituar a união de fato no corpo do diploma legal.

Em seu artigo 1º que trata do objeto da lei, limita-se tão somente a expressar o seguinte que “A união de facto é a situação jurídica de duas pessoas que, independente do sexo, vivam em condições análogas às dos cônjuges, há mais de dois anos”.

No Direito Brasileiro o conceito de família, consoante Caio Mário<sup>3</sup>, família em sentido genérico e biológico é o conjunto de pessoas que descendem de tronco ancestral

---

3 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. V – Direito de Família. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007, pag. 17.

comum; em senso estrito, a família se restringe ao grupo formado pelos pais e filhos; e em sentido universal é considerada a célula social por excelência.

Por sua vez no que concerne à família, Silvio Rodrigues<sup>4</sup> num conceito mais amplo, diz ser a formação por todas aquelas pessoas ligadas por vínculo de sangue, ou seja, todas aquelas pessoas provindas de um tronco ancestral comum, o que inclui, dentro da órbita da família, todos os parentes consanguíneos. Num sentido mais estrito, constitui a família o conjunto de pessoas compreendido pelos pais e sua prole.

Já Maria Helena Diniz<sup>5</sup>, discorre sobre família no sentido amplo como todos os indivíduos que estiverem ligados pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade, chegando a incluir estranhos. No sentido restrito é o conjunto de pessoas unidas pelos laços do matrimônio e da filiação, ou seja, unicamente os cônjuges e a prole.

Cezar Fiúza<sup>6</sup>, considera família lato sensu, como sendo “uma reunião de pessoas descendentes de um tronco ancestral comum, incluídas aí também as pessoas ligadas pelo casamento ou pela união estável, juntamente com seus parentes sucessíveis, ainda que não descendentes”, como também define em modo stricto sensu dizendo que: “família é uma reunião de pai, mãe e filhos, ou apenas um dos pais com seus filhos”.

Segundo Paulo Nader,<sup>7</sup> (2006; p.3), Família consiste em “uma instituição social, composta por mais de uma pessoa física, que se irmanam no propósito de desenvolver, entre si, a solidariedade nos planos assistencial e da convivência ou simplesmente descendem uma da outra ou de um tronco comum”.

Sintetizando a conceituação desse instituto, Silvio Venosa,<sup>8</sup> assevera que a Família em um conceito amplo, “é o conjunto de pessoas unidas por vínculo jurídico de natureza familiar”, em conceito restrito, “compreende somente o núcleo formado por pais e filhos que vivem sob o pátrio poder”.

Washington de Barros Monteiro,<sup>9</sup> ainda menciona que, enquanto a família num

---

4 RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. Vol. 6 – Direito de Família. 28. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004, pag. 4.

5 DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. Vol. 5. 22. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007, pag. 9.

6 FIUZA, Cezar. Direito Civil – Curso Completo. 12ª ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2008, pag. 939.

7 NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. Vol. 5 – Direito de Família. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006, pag. 3.

8 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Vol. VI – Direito de Família. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005, pag. 18.

9 MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Direito de Família. Vol. 02. 37. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004, pag. 3.

sentido restrito, abrange tão somente o casal e a prole, num sentido mais largo, cinge a todas as pessoas ligadas pelo vínculo da consanguinidade, cujo alcance é mais dilatado, ou mais circunscrito.

Carlos Roberto Gonçalves,<sup>10</sup> traz família de uma forma abrangente como “todas as pessoas ligadas por vínculo de sangue e que procedem, portanto, de um tronco ancestral comum, bem como unidas pela afinidade e pela adoção”. E também de uma forma mais específica como, “parentes consanguíneos em linha reta e aos colaterais até o quarto grau”.

Segundo Paulo Lôbo,<sup>11</sup> a família contemporânea é formada pela concepção da solidariedade (art. 3º, I, da Constituição),<sup>12</sup> com fundamento na afetividade. Perdeu a função econômica, não é mais unidade produtiva como no passado. A função procracional perdeu a sua força em razão do grande número de casais sem filhos. O mesmo autor, continua a falar que a repersonalização das relações jurídicas de família é um processo que avança em todos os povos ocidentais, revalorizando a dignidade humana, onde a pessoa é o centro da tutela jurídica, antes obscurecida pela primazia dos interesses patrimoniais<sup>13</sup>.

## 2.1 PLURALISMO DAS ENTIDADES FAMILIARES

Várias áreas de conhecimento, que tem a família ou as relações familiares como objeto de estudo e investigação, observam uma linha de expansão do conceito de entidade ou unidade familiar, analisando sobre o ponto de vista da sociologia, psicologia, psicanálise, antropologia. Mesmo antes da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a família não se resumia a constituída pelo casamento, porque não estavam delimitados pelo modelo legal<sup>14</sup>.

Alguns tipos de família são expressamente previstos nas constituições, outros, apenas implicitamente, por meio de cláusulas gerais e/ou conceitos jurídicos indeterminados, a serem preenchidos, posteriormente. Tanto a Constituição do Brasil e também a Constituição de Portugal, por exemplo, fazem essa previsão.

A Constituição de Portugal, disciplina a família, em especial o casamento, nos artigos 36.º, 67.º, 68.º, 69.º e 72.º, asseverando, explicitamente, que “Todos têm o direito de constituir

---

10 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. Vol VI. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007, pag. 1.

11 LÔBO, Paulo, Direito Civil: Volume 5: Famílias/Paulo Lôbo – 9. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, pag. 17.

12 Inciso I do artigo 3º da Constituição Federal – “I - construir uma sociedade livre, justa e solidária.” -

13 LÔBO, Paulo, Direito Civil: Volume 5: Famílias/Paulo Lôbo – 9. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, pag. 25.

14 Idem, ibidem, pag. 80

família e de contrair casamento em condições de plena igualdade”, estando o casamento definido no artigo 1577.º do Código Civil, como “o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos das disposições deste Código”.<sup>15</sup>

A Constituição portuguesa ao utilizar a expressão “o direito de constituir família e o de contrair casamento”, apesar de controvertida na doutrina, não significa a redução do conceito de família à união conjugal fundada no casamento, “na medida em que há uma abertura do direito constitucional para possibilitar esse regime jurídico às uniões familiares de facto”.<sup>16</sup>

E do mesmo modo, a Constituição do Brasil, no artigo 226, ao tratar da família, refere-se ao casamento, mas, também, a outras formas de entidade familiar, veja-se: “§ 3º. Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”<sup>17</sup>

Ressalte-se que os tipos de entidades familiares explicitados no mencionado artigo 226 são meramente exemplificativos, por serem os mais comuns (casamento, união estável e família monoparental). As demais entidades existentes estão implicitamente incluídas no comando constitucional citado, por força do termo inclusivo “também”, que é um conceito jurídico indeterminado,<sup>18</sup> cuja concretização depende da experiência da vida, mutante como ela é.

Sobre a questão, Paulo Lôbo, citando Gomes Canotilho, lembra a força do princípio da máxima efetividade ou princípio da interpretação efetiva, no sentido de que “a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe dê. Ou seja, deve preferir-se a interpretação que reconheça maior eficácia à norma constitucional”. “Se dois forem os sentidos que possam ser extraídos dos preceitos do artigo 226 da Constituição brasileira, deve ser preferido o que lhes atribui o alcance de inclusão de todas as entida-

---

15 Constituição da República Portuguesa. Consult. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. acesso 22/10/2019.

16 Idem, ibidem.

17 Constituição da República Federativa do Brasil. Consult: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). acesso em 22/10/2019.

18 LOBO, Paulo Luiz Netto - Entidades Familiares Constitucionalizadas: para além do numerus clausus. Consult. <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9408-9407-1-PB>. acesso 22/10/2019.

des familiares, pois confere maior eficácia aos princípios de “especial proteção do Estado” (caput) e de realização da dignidade pessoal “de cada um dos que a integram” (§ 8º).<sup>19</sup>

Segundo, Maria Helena Diniz, no âmbito do Direito, a família possui três acepções fundamentais, quais sejam, sentido amplíssimo, amplo e restrito.

No sentido amplíssimo, abrange todos os indivíduos ligados, quer por vínculo da consanguinidade ou de afinidade, incluindo inclusive estranhos, como pessoas prestando serviços domésticos (artigo 1.412, parágrafo 2º, CCB).<sup>20</sup>

No entendimento amplo, abrange os cônjuges, companheiros e seus filhos, linha reta e colateral de parentesco, bem como os afins. Por último, na acepção restrita, vêm as pessoas unidas pelo matrimônio e pela união estável e respectiva filiação, e, como entidade familiar, a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (artigo nº 226, CRB).

Nessa configuração, encontram-se na doutrina, e até na jurisprudência, novas estruturas de convivência entre as pessoas com características próprias de família, o que nos induz a pensar em novas visões sobre a entidade familiar, a exemplo do que mostra a jurista brasileira, Maria Berenice Dias, em sua Obra Manual de Direito das Famílias,<sup>21</sup> e outros eminentes juristas contemporâneos.

### **2.1.1 TIPOS DE FAMÍLIA EM PORTUGAL**

Em primeiro lugar, destaca-se que o direito de família é caracterizado pelo predomínio de normas imperativas e imutável pela vontade das partes. Em segundo lugar trata-se de um direito institucional, ou seja, a lei é somente uma das formas de revelar o direito. O direito de família é caracterizado dessa forma, haja vista que o legislador se limita quando regula as relações da família.<sup>22</sup>

A noção de família no universo jurídico português é garantia constitucional a todo cidadão. Assim, o Direito Português considera família aquelas pessoas que são ligadas pelos laços consanguíneos (ou seja, o parentesco), por afinidade, por adoção e pelo ca-

---

19 LOBO, Paulo Luiz Netto - Entidades Familiares Constitucionalizadas: para além do numerus clausus. Consult. <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9408-9407-1-PB>. acesso 22/10/2019.

20 DINIZ, Maria Helena - Curso de Direito Civil Brasileiro, vol. 5. Direito de Família. 29ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014, p. 23-24.

21 DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias. 10ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, pag. 135.

22 COELHO, Francisco Pereira; OLIVEIRA, Guilherme de – Curso de Direito de Família. 4ªed. V. I. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-1547-2. p. 143-145.

samento.<sup>23</sup> Nessa esfera, entende-se por relações jurídicas familiares verdadeiras, o casamento e a adoção, sendo o parentesco e a afinidade relações jurídicas derivadas. Da leitura dos dispositivos legais pertinentes ao instituto, observamos que estamos diante de um conceito taxativo, ao qual não se admite interpretação extensiva.

Destarte, as relações familiares existentes abrangem todas as pessoas ligadas a essa relação. Em outras palavras, podemos dizer que a família de uma pessoa pertence ao seu cônjuge, parentes, afins e adotados, *lato sensu*.

A primeira relação familiar para o direito português é a relação matrimonial, ou seja, aquela que decorrente do casamento, visto que todas as outras relações derivam dela, com exceção da adoção, e que de certa forma está ligada diretamente.

Para fins de conceito, o casamento é a união de duas pessoas (independente do sexo) que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida.<sup>24</sup> O parentesco é a relação familiar estabelecida pelos laços consanguíneos, seja por descendência ou por um progenitor em comum.<sup>25</sup> Desta forma, parentesco é a relação entre pais e filhos, avós, irmãos, primos e etc., até o 6º grau.<sup>26</sup> A afinidade é a relação de parentesco que decorre da relação matrimonial, uma vez que ligam os cônjuges aos parentes do outro cônjuge. Por último, a adoção é a relação familiar que se assemelha a filiação natural, sem existir, os laços consanguíneos.

Além das relações familiares, existe no direito português as relações parafamiliares, que são relações conexas com as relações familiares, ou a elas equiparadas para determinados efeitos. A união de fato e a economia comum são as relações parafamiliares mais comuns que encontramos em Portugal, e nos aprofundaremos mais adiante, especificamente na economia comum.

Ressalte-se que, o direito de família para a maioria da doutrina divide-se em três ramos, o direito matrimonial, o direito a filiação e o direito da tutela. Contudo, as relações de parentesco, que não decorram da filiação, e as relações de afinidade costumam ser expostos pela doutrina na parte introdutória do direito de família. De maneira geral, o direito de família é o conjunto das normas jurídicas que regulam as relações familiares, as parafamiliares e as que se desenvolvem na sua dependência<sup>27</sup>.

---

23 Nos termos do art. 36, nº. 1 da Constituição Portuguesa e do art. 1576 do Código Civil Português.

24 Nos termos do art. 36, nº. 1 da Constituição Portuguesa e do art. 1577 do Código Civil Português .

25Na forma do art. 1578 do Código Civil Português.

26 Na forma do art. 1582 do Código Civil Português

27 COELHO, Francisco Pereira; OLIVEIRA, Guilherme de – Curso de Direito de Família. 4ª Ed. V. I. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-1547-2. p 34-35.

## **2.2 TIPOS DE FAMÍLIA E DE ENTIDADES FAMILIARES NO DIREITO BRASILEIRO**

Passemos a discorrer sobre os diversos tipos de família e de entidade familiar no Brasil. A Constituição brasileira, elenca explicitamente três espécies de família, sendo elas: a advinda do casamento civil ou religioso com efeito civil; a união estável; e a família monoparental; há, ainda, implicitamente, as que decorrem de uniões pautadas no elemento afetividade, algumas com conotação sexual, como a homoafetiva, e outras não, como a família substituta, a pluriparental, a paralela, a eudonista e a anaparental.

### **2.2.1 FAMÍLIA MATRIMONIAL**

A família matrimonial decorre do casamento. É a família tradicional, herança do direito romano, ainda com perfil predominante patriarcal, hierarquizada, patrimonializada e heterossexual. É reconhecida apenas quando constituída pela chancela do Estado,<sup>28</sup> mesmo quando celebrada por autoridades religiosas.

O vínculo matrimonial até pouco tempo era insolúvel e impedia que as famílias formadas pelos egressos de relacionamentos anteriores tivessem a possibilidade de serem formalizadas, mas, por força das mudanças sociais porque vêm passando o mundo, foi permitida a dissolução do vínculo matrimonial, tornando-se possível a constituição de novo matrimônio e o reconhecimento das famílias então informais.<sup>29</sup> Contudo, ainda representa o modelo idealizado pela sociedade, possibilita uma maior segurança aos membros da família e garante a proteção do Estado naquilo que a Constituição assegura.

### **2.2.2 FAMÍLIA MONOPARENTAL**

A família monoparental é constituída por apenas um dos pais e seus descendentes. Pode ser decorrente de casamento desfeito ou de simples adoção por uma pessoa solteira.<sup>30</sup> A Constituição do Brasil de 1988 passou a contemplar essa modalidade de família, fazendo constar, expressamente, em seu artigo 226, §4º, que “estende-se também por entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.<sup>31</sup>

Por outro lado, a doutrina e a jurisprudência brasileiras também consideram a pessoa solteira, separada ou viúva que mora sozinha como família para fins de proteção do bem de família (família unipessoal ou família “single”), por interpretação extensiva da Lei nº 8.098/1990, de 29 de março. O Superior Tribunal de Justiça - STJ chegou, inclusive, a

---

28 DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias. Op. Cit. p. 135.

29 Idem – Ibidem. p. 142

30 Idem – Ibidem. p. 139-150

31 CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Op. Cit

sumular enunciado nesse sentido, a Súmula 364, que preceitua: “O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.”<sup>32</sup> Com essa visão, pode se incluir no conceito de família monoparental também as pessoas solteiras, separadas e viúvas que moram sozinhas, não apenas para fins de proteção do bem de família mas, *mutatis mutandis*, para receber a mesma proteção que o Estado concede às demais entidades familiares.

### **2.2.3 UNIÃO DE FATO OU FAMÍLIAS INFORMAIS**

A Constituição do Brasil assinala no § 3º do artigo 226, que “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Por seu turno, o legislador ordinário definiu a União Estável por meio da Lei nº 9.278/96, de 10 de maio, artigo 1º (Lei dos Conviventes), e também no Código Civil, com idêntica redação, artigo 1.723, nos seguintes termos: “É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e continua de um homem e de uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família”, sendo que a expressão “de um homem e de uma mulher” já foi superada no ordenamento jurídico pátrio, podendo ser a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

No dia 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal brasileiro reconheceu, por unanimidade, a possibilidade do estabelecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Desta forma, os mesmos direitos concedidos a casais heterossexuais são válidos para as uniões homoafetivas. (Supremo Tribunal Federal).

### **2.2.4 DA FAMÍLIA HOMOAFETIVA**

A união homoafetiva é entidade familiar quando preenche os requisitos de afetividade e ostensibilidade e tiver escopo de constituição de família. Entre as entidades familiares explícitas há a entidade monoparental, que não há necessidade de ser casal de sexo diferente ou igual para ser reconhecida. Desta forma, a Constituição Federal brasileira não veda o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. Com finalidades familiares.<sup>33</sup> A ausência de lei que regulamente essa união não representa impedimentos a sua existência, sendo autoaplicáveis as normas do art. 226 da Constituição Federal, independente de regulamentação.<sup>34</sup> As regras da união estável são aplicadas, por analogia à união homoafetiva, por ser entidade familiar com maior aproximação do casamento, quanto as relações pessoais, de lealdade, respeito e assistência, alimentos, filhos, adoção, regime de bens e impedimentos.<sup>35</sup>

---

32 SÚMULA nº 364. Impenhorabilidade de bem de família. Superior Tribunal de Justiça. Consult. 22/10/2019. Disponível em [http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/SumulasSTJ.pdf](http://www.stj.jus.br/docs_internet/SumulasSTJ.pdf)

33 LÔBO, Paulo, Direito Civil: Volume 5: Famílias/Paulo Lôbo. Op. Cit. Pag. 88

34 Idem, Ibidem.

35 Idem, Ibidem.

### **2.2.5 FAMÍLIA PLURIPARENTAL. MOSAICO OU RECOMPOSTA**

Resulta de uma da pluralidade das relações parentais, especialmente provocadas pelo divórcio, pela separação, pelo recasamento, seguidos das famílias não-matrimoniais e das desuniões, ou seja, essa se constitui pela reconstituição de outras famílias desfeitas.

A família pluriparental se edifica sobre o afeto e a vontade das partes, assim como qualquer família clássica, mas não dispõe de previsão legal que imponha deveres ou assegure direitos. “A especificidade decorre da peculiar organização pelo núcleo, reconstruído por casais onde um ou ambos são egressos de casamentos ou uniões anteriores. Eles trazem para a nova família seus filhos e, muitas vezes, têm filhos em comum. É a clássica expressão: os meus, os teus, os nossos.”<sup>36</sup> Os adultos coabitam com as crianças e contribuem reiteradamente para o seu bem-estar, ajudam a edificar/recompor a coesão familiar mas, paradoxalmente, são desprovidos de um regime legal específico, gerando, em determinados casos, discussões sobre relações de paternidade e filiação socioafetiva e biológica.<sup>37</sup> Em nome do princípio da solidariedade, a Jurisprudência tem reconhecido o direito de convivência ao filho do cônjuge ou companheiro direito a alimentos, quando comprovada a existência de vínculo afetivo entre ambos, e que tenha ele assegurado sua manutenção durante o período em que conviveu com o seu genitor.<sup>38</sup>

Assim, essas famílias, assim como as demais, merecem o amparo legal do Estado, pois, diante das dificuldades que já enfrenta, sua regulamentação se mostra imprescindível, principalmente em relação aos direitos e deveres decorrentes da união entre o companheiro e o cônjuge genitor, do que, conseqüentemente, decorre o reconhecimento dessa espécie de união como uma entidade familiar.

### **2.2.6 PARALELAS OU SIMULTÂNEAS**

Em contraponto à família matrimonial, têm-se as relações nominadas de adúlteras ou concubinárias, que apesar de não aceitas pela moral e pelos bons costumes, existem e produzem efeitos no mundo jurídico. A família paralela é aquela decorrente de uma relação extraconjugal, ou seja, quando um dos concubinos ou ambos já são casados, o que caracteriza o impedimento da sua conversão em casamento (art. 1.727, CC), diferenciando-se da união estável, visto que esta não possui tal impedimento ao seu reconhecimento.

---

36 POZZI, Cláudia Elisabeth - Repensamento epistemológico do direito e seus outros-mares. Reconhecimento e inserção das práticas de pluriparentalidade nas famílias Contemporâneas. Consult. 22/10/2019. Disponível em [http://www.ibdfam.org.br/\\_img/congressos/anais/228.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/228.pdf)

37 DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias. Op. Cit. p. 141.

38 Idem, Ibidem.

Anteriormente à Constituição de 1988, a doutrina dividia o concubinato em puro e impuro; no primeiro caso, os participantes não tinham impedimento para casarem, formando as uniões estáveis, aceitas pela sociedade; enquanto no segundo caso, também chamado de concubinato adúlterino, havia esse impedimento. Hoje, por concubinato, tem-se apenas a relação adúlterina, em que uma das partes está casada e forma com terceira pessoa uma família paralela - prática repudiada pela sociedade. É o concubinato tratado no artigo 1727, CC,<sup>39</sup> vez que a “união entre duas pessoas não impedidas de casar” constitui a união estável, já protegida pela Constituição.

Em Portugal, para a doutrina mais vanguardista, a questão tem semelhante interpretação. Diz esta corrente que a alínea ‘c’ do nº 1 do artigo 1871, do Código Civil, trata da união de fato, na primeira parte, quando se refere à expressão: “comunhão duradoura de vida em condições análogas às dos cônjuges”, e do concubinato, na segunda parte, ao assinalar: “concubinato duradouro”<sup>40</sup> Eis a redação grafada: “Quando, durante o período legal da concepção, tenha existido **comunhão duradoura de vida em condições análogas às dos cônjuges ou concubinato duradouro** entre a mãe e o pretense pai.”<sup>143</sup> (destaque posterior)

Há tempos, apenas à família legítima, aquela oriunda do casamento, eram concedidos direitos, inclusive em relação aos filhos, estes, quando havidos de relações extramatrimoniais eram alvo de discriminações, chamamos de filhos ilegítimos, naturais, espúrios, bastardos, nenhum direito possuíam, sequer poderiam pleitear o reconhecimento enquanto o genitor fosse casado.<sup>41</sup>

O Projeto de Lei n. 699/2011, de 14 de março, insere um artigo ao Código Civil (artigo 1.727-A), com a justificativa, anunciada pelo próprio autor do Projeto,<sup>42</sup> de que “a própria jurisprudência já vem atribuindo a essas uniões os mesmos direitos efeitos jurídicos das sociedades de fato”, de modo que pelo menos a questão patrimonial entre parceiros civis seja disciplinada pelo Direito de Família:

**Art. 1.727-A.** As disposições contidas nos artigos anteriores (1.723 a 1.727) aplicam-se, no que couber, às uniões fáticas, de pessoas capazes, que vivam em economia comum, de forma pública e notória,

---

39 CÓDIGO Civil Brasileiro: lei no 10.406/02, de 10 de janeiro de 2002. Presidência da República do Brasil. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. [em linha]. [consult. 5 set. 2016]. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)

40 DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias. Op. Cit. p. 135

41 Idem- Ibidem. p. 136.

42 SÁ, Amaldo Faria de – Projeto de lei nº. 699/2011, de 14 de março [Em linha]. CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL Consult. 22/10/2019]. Disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=E7E93E4E152B7E137F546F9C1BC62D77.proposicoesWebExterno1?codteor=848554&filename=PL+699/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E7E93E4E152B7E137F546F9C1BC62D77.proposicoesWebExterno1?codteor=848554&filename=PL+699/2011)

desde que não contrariem as normas de ordem pública e os bons costumes.<sup>43</sup>

Efetivamente, a solução mais acertada talvez seja considerar todas essas situações como família e tratar segundo o direito de família, em nome do princípio da dignidade da pessoa humana, afinal, para as pessoas daquela relação ali é sua família, o lugar onde recebem carinho e amor, e desenvolvem a sua personalidade.

Verifica-se que o ordenamento jurídico deve conceder efeitos às relações advindas do concubinato. No nosso entendimento será uma família a relação humana que apresente as características da afetividade, da publicidade e da durabilidade, então, sempre que estivermos diante de um concubinato adulterino, estaremos diante de uma família. De outra maneira, estaríamos a ferir os Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e do Pluralismo Familiar. A concubina deve ser amparada com base nos princípios da dignidade, afetividade e solidariedade, o que faz com que qualquer discussão sobre concubinato adulterino seja inserida, sem sombra de dúvidas, no direito de família. Entretanto, a maioria dos juristas, a doutrina jurídica e a jurisprudência insistem em ver no concubinato adulterino uma "sociedade de fato", com efeitos meramente obrigacionais, embora já existam importantes decisões favoráveis aos concubinos no campo do Direito Previdenciário. A lei, por sua vez, é quase que indiferente ao instituto.

Nesse diapasão, os efeitos jurídicos das relações concubinárias devem ser reconhecidos expressamente, visto uma realidade social. Seus componentes não podem depender de decisões que se baseiam em argumentos de ordem moral, não observando os princípios constitucionais e o ordenamento jurídico como um todo, o que acaba gerando injustiças e tratamentos desiguais.

### **2.2.7 DA FAMÍLIA EUDONISTA**

Dias<sup>44</sup> define a família eudonista como sendo aquela em que “[...] se enfatiza o sentido de busca pelo sujeito de sua felicidade”, ou seja, é a busca individual da realização pessoal. Pois, com o deslocamento da proteção estatal do instituto família para a família enquanto instrumento, a proteção é agora em razão dos entes que a compõem, ou seja, do ser humano.”

### **2.2.8 FAMÍLIAS POLIAFETIVAS**

A união poliafetiva ou poliamor é união afetiva cujo vínculo de convivência ocorre na mesma casa entre mais de duas pessoas. Diferencia-se da união paralela por ocorrer

---

43 Idem, Ibidem.

44 DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias. Op. Cit. p. 54

sob o mesmo teto, enquanto a união paralela se passa em casa diferente da casa principal de um dos envolvidos.<sup>45</sup> Rodrigo da Cunha, reconhecendo a pluralidade das formas de família, que o Direito não pode desconsiderar que novas estruturas parentais e conjugais estão em curso: ensina que “será uma vitória para a ética sobre a moral quando o Direito de Família conseguir desatrelar de vez a noção de culpa, tão paralisante do sujeito e substituí-la pela noção de responsabilidade.”<sup>46</sup> E para ser compreendido, cita Aristóteles, enfatizando que “A melhor coisa da vida, a mais nobre e mais justa é a saúde, mas, a mais doce é ter o que amamos”.<sup>47</sup>

### **2.2.9 PESSOAS QUE VIVEM EM ECONOMIA COMUM**

Por economia comum ou doméstica, nome pelo qual este instituto é conhecido em Portugal, entende-se a “situação de pessoas que vivam em comunhão de mesa e habitação há mais de dois anos e tenham estabelecido uma vivência comum de entreatajuda ou partilha de recursos” (artigo 2º, nº 1, Lei nº 6/2001, de 11 de maio).<sup>48</sup> Está presente em algumas legislações, embora com outras nomenclaturas e configurações. Em Portugal, apesar de não ser considerada família, já que se distancia da ideia de família nuclear, está prevista em lei (Lei nº 6/2001, de 11 de maio) e recebe proteção do Estado, ainda que de forma restrita. Referido instituto será abordado mais profundamente a seguir em capítulo próprio.

### **2.2.10 FAMÍLIA ANAPARENTAL**

A família anaparental, termo usado no Brasil, se aproxima da ideia da economia comum, de Portugal, porque também não exige os papéis de pais e nem a finalidade de procriação, aliás, se caracteriza pela ausência dos pais na sua constituição. Conceitua-se família anaparental, “a convivência de parentes ou pessoas não ligadas por laços de parentesco, em um mesmo lar, dentro de uma estruturação com identidade de propósito de constituir uma família, em que haja assistência mútua material ou emocional”.<sup>49</sup>

À semelhança da economia comum, em Portugal, na família anaparental, pode haver a convivência de pessoas do mesmo sexo ou não, que sem conotação sexual, vivem como se família fossem, ou seja, pessoas não ligadas por laços de parentesco.<sup>50</sup> Referido instituto será abordado mais profundamente a seguir em capítulo próprio.

---

45 Idem, *Ibidem* p. 138-139.

46 PEREIRA, Rodrigo da Cunha - Uma principiologia para o Direito de Família In: ANAIS – V Congresso Brasileiro da Família. Cood PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Coimbra: Belo Horizonte: IBDFAM, 2005, p. 847.

47 Idem – *Ibidem*. p. 850

48 ESTATUTO da Economia Comum: lei nº 6/01, de 11 de maio de 2001. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/314191/details/maximized>, acesso em 22/10/2019.

49 DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias. Op. Cit. p. 140

50 RANGEL, Paula Sampaio Vianna - Modalidades de arranjos familiares na atualidade. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/24393/modalidades-de-arranjos-familiares-na-atualidade/3>. acesso 22/10/2019

## **2.3 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO DE FAMÍLIA**

Segundo Carlos Roberto Gonçalves diz que: “O Direito de Família é o mais humano de todos os ramos do direito e em razão disto, e também pelo sentido ideológico e histórico de exclusões, é necessário pensá-lo atualmente com a ajuda e pelo ângulo dos direitos humanos, cuja base e ingredientes estão diretamente relacionados à noção de cidadania”.<sup>51</sup>

Os princípios jurídicos fundamentais e gerais aplicáveis ao direito de família e a todas as entidades familiares, no Brasil, podem ser assim, agrupados:

### **2.3.1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Constitui base da comunidade familiar, garante o pleno desenvolvimento e a realização de todos os seus membros, principalmente da criança e do adolescente.

A família, tutelada pela Constituição Federal brasileira, está configurada ao desenvolver-se com base no princípio da dignidade das pessoas humanas que a integram. Sendo a entidade familiar tutelada como instrumento de realização existencial de seus membros.<sup>52</sup>

### **2.3.2 PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR**

Resulta da superação do modo de pensar e viver a sociedade a partir da realização dos interesses individuais, que marcou os primeiros séculos da modernidade, com reflexos até a presente data.<sup>53</sup>

Já no mundo contemporâneo, busca-se o equilíbrio entre os espaços privados e públicos e a interação entre os sujeitos, servindo a solidariedade como elemento conformador dos direitos subjetivos.<sup>54</sup>

Desta forma, a solidariedade do núcleo familiar deve entender-se como solidariedade recíproca dos cônjuges e companheiros, seja no que tange a assistência moral e material. Solidariedade em relação a criação dos filhos até atingir a idade adulta.

### **2.3.3 PRINCÍPIO DA IGUALDADE FAMILIAR E DIREITO À DIFERENÇA**

Este princípio ganhou importância nas relações familiares à medida que a família foi ganhando novos contornos.

---

51 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil esquematizado. V. 3/Carlos Roberto Gonçalves. Coordenador Pedro Lenza. – 3. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. – (Coleção esquematizado). Pag. 296

52 LÔBO, Paulo, Direito Civil: Volume 5: Famílias/Paulo Lôbo. Op. Cit. Pag. 59.

53 Idem, Ibidem. Pag. 60

54 Idem, Ibidem.

Na época em que imperou o modelo patriarcal, por exemplo, não havia que se falar em igualdade na família, pois somente ao homem cabia a tomada de decisões sobre tudo. Tão grande a importância do princípio da igualdade para o Direito que os ordenamentos jurídicos passaram a positivá-lo tanto em suas constituições quanto nos institutos ordinários.

O legislador constitucional brasileiro, disciplinou a questão, expressamente, em vários artigos, e, especificamente sobre a igualdade entre homens e mulheres, faz nos artigos 5º e 226.<sup>55</sup>

A Constituição da República Portuguesa dispõe sobre o princípio da igualdade, preceituando que "todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.", incumbindo ao Estado promover a igualdade real entre os portugueses.<sup>56</sup>

É necessário que não se fique apenas no discurso de que todos são iguais perante a lei, mas se garantir a materialização do princípio da igualdade.

#### **2.3.4 PRINCÍPIO DA LIBERDADE FAMILIAR**

O princípio da liberdade diz respeito ao livre poder de escolha ou autonomia de constituição, realização e extinção da entidade familiar, sem restrições ou imposições externas de parentes, da sociedade ou do legislador.

A livre aquisição e administração do patrimônio familiar; livre planejamento familiar; como educar os filhos; valores culturais e religiosos, respeitando a dignidade como pessoas humanas; a liberdade; a integridade física, mental e moral.<sup>57</sup>

#### **2.3.5 PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE**

A afetividade é o princípio que rege a estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, é ele o elemento formador do modelo de família atual. No século XIX a família seguia o poder patriarcal, que era estruturada em torno do patrimônio familiar e ligada por laços econômicos.

---

55 Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: art. 226 - Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. - CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Op. Cit .

56 Art. 13º - 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. CONSTITUIÇÃO da República Portuguesa. Op. Cit.

57 LÔBO, Paulo, Direito Civil: Volume 5: Famílias/Paulo Lôbo. Op. Cit. Pag. 68.

O vínculo familiar tinha fundamentos formais, sendo a família um núcleo econômico com representatividade política e religiosa.

É função básica da família da família moderna a busca pela realização pessoal da afetividade e da dignidade humana, no ambiente de convivência e de solidariedade. Sendo certo que as antigas funções econômica, política, religiosa e procracional feneceram, desapareceram, ou desempenham papel secundário.

Até mesmo a função procracional, com a secularização crescente do direito de família e a primazia atribuída ao afeto, deixou de ser sua finalidade precípua.<sup>58</sup>

Como consequência do princípio da afetividade temos a sua juridicização da paternidade socioafetiva, que está embasada no julgado do ex-Ministro do STJ Luís Felipe Salomão, com entendimento de que: “o que deve balizar o conceito de “ família” é, sobretudo, o princípio da afetividade, que fundamenta o direito de família na estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, com primazia sobre as considerações de caráter patrimonial ou biológico.” (BRASIL, 2009)

O princípio da afetividade está implícito na Constituição, encontrando fundamentos nos referidos termos e artigos: a) todos os filhos são iguais, independentemente de sua origem (art. 227, § 6º); b) a adoção, como escolha afetiva, alçou-se integralmente ao plano da igualdade de direitos (art. 227, §§ 5º e 6º); c) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo-se os adotivos, tem a mesma dignidade de família constitucionalmente protegida (art. 226, § 4º); d) a convivência familiar (e não a origem biológica) é prioridade absoluta assegurada à criança e ao adolescente (art. 227).<sup>59</sup>

Apesar de não estar expresso o princípio da afetividade encontra – se implícito na legislação infraconstitucional, como norma orientadora do direito de família.

### **2.3.6 PRINCÍPIO DO PLURALISMO**

O princípio da pluralidade das entidades familiares reconhece o fim de um único modelo de família. Surgiram vários modelos de famílias, sendo a família matrimonial apenas um deles.

Inserem-se aqui tanto as famílias parentais como as pluriparentais, bem assim as anaparentais lato sensu, pois não se pode excluir do âmbito da juridicidade entidades fa-

---

58 LÔBO, Paulo Luiz Netto. Famílias. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Pag. 155.

59 CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Op. Cit.

miliares que se compõem a partir de um elo de afetividade e que geram comprometimento mútuo e envolvimento pessoal e patrimonial.<sup>60</sup>

Com a evolução da sociedade, e o surgimento de novos modelos familiares, o Direito deve se conformar com essa nova realidade, buscando a adequação legal daquilo que na sociedade já existe, materializando, assim, o princípio da pluralidade das entidades familiares.

Por conta das diversas formas de família existentes é possível a todos os indivíduos participarem de alguma família e terem a oportunidade de realizar um projeto de vida que se realize e com sucesso.

### **2.3.7 PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA**

Esse princípio tem previsão na Constituição Federal de 1998 no caput do artigo 227, e no Estatuto da Criança e do Adolescente nos artigos 4º, caput, e 5º, além desses dois institutos jurídicos, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a qual o Brasil adotou em 1990, consagra esse princípio no seu artigo 3º, I.

Significa que a criança – incluído o adolescente, segundo a Convenção Internacional da Criança – deve ter seus interesses tratados com prioridade, pelo Estado, pela sociedade e pela família, tanto na aplicação como na elaboração dos direitos que lhe digam respeito nas relações familiares, como pessoa em desenvolvimento e dotada de dignidade.<sup>61</sup>

No artigo 4º, do ECA, o parágrafo único mostra de forma exemplificativa quais são as políticas públicas que podem ser usadas para alcançar a garantia constitucional dada às crianças e ao adolescente, enquanto no artigo 6º faz a classificação deles como pessoas em desenvolvimento que têm de forma absoluta e prioritária a garantia do seu melhor interesse.

Sendo assim, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente é tido como direito fundamental.<sup>62</sup>

É por meio do artigo 227, caput, que a criança e o adolescente tem assegurado,

---

60 DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias. Op. Cit. p. 49.

61 LÔBO, Paulo, Direito Civil: Volume 5: Famílias/Paulo Lôbo. Op. Cit. Pag.77.

62 ESTATUTO da Criança do Adolescente – ECA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso: 22/10/2019.

com a devida prioridade, a efetivação de seus direitos fundamentais, tais como: dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar.<sup>63</sup>

Por fim, com esse princípio houve uma inversão de prioridade na relação entre pais e filhos, na convivência familiar, nas situações de conflitos e até mesmo na separação do casal; isto porque o pátrio poder existia em razão do pai e com sua decadência e posterior mudança para poder familiar, o intuito dele é o interesse do menor.<sup>64</sup>

### **2.3.8 PRINCÍPIO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR**

A convivência familiar é a relação afetiva diuturna e duradoura entretecida pelas pessoas que compõem o grupo familiar, em virtude de laços de parentesco ou não, no ambiente comum. É o local físico no qual as pessoas se sentem recíproca e solidariamente acolhidas e protegidas.<sup>65</sup>

O direito a convivência familiar não se limita a familiar composta apenas pelos pais e filhos. Em caso de conflito o Poder Judiciário, deve levar em consideração a abrangência de cada família considerada em sua comunidade, observando seus valores e costumes. A convivência familiar vai além da relação paterno-filial.

A Constituição Federal ampliou sua abrangência alcançando jovens e idosos também. A Emenda Constitucional 65, alterou a redação do art. 227 da Carta Magna, incluindo o adolescente como titular dos direitos fundamentais ali consagrados, bom como o jovem e o idoso.

## **3. PESSOAS QUE VIVEM EM ECONOMIA COMUM**

Antes de abordarmos a família anaparental, tipo de família existente no Brasil, primeiramente iremos verificar as características do instituto da economia comum, a qual surgiu em Portugal após o advento da Lei nº 6/2001, de 11 de maio. No que se refere particularmente a economia comum, se faz necessário verificar as características desta modalidade de família. Iremos nos ater as pessoas que podem conviver sobre tal forma, o limite de idade, o tempo mínimo, o objetivo das pessoas que se juntam para essa convivência, os casos de não configuração, as maneiras de provar o início e o termo final do vínculo e os

---

63 Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Op. Cit.

64 LÔBO, Paulo, Direito Civil: Volume 5: Famílias/Paulo Lôbo. Op. Cit. Pag.78

65 Idem, Ibidem, pag. 75

direitos prescritos no respectivo estatuto, mostrando-se a possibilidade de eficácia imediata e de ampliação do rol.

Ambos institutos mostram características semelhantes, com o presente estudo iremos verificar a possibilidade, das pessoas que optam por viverem em economia comum, serem reconhecidas como família e, desta forma, obter proteção estatal integral.

### **3.1. ECONOMIA COMUM**

No artigo 2º, 1, da Lei nº 6/2001, de 11 de maio, de Portugal, encontramos o conceito de economia comum, consoante o mencionado artigo de lei: “entende-se por economia comum a situação de pessoas que vivam em comunhão de mesa e habitação há mais de dois anos e tenham estabelecido uma vivência comum de entreajuda ou partilha de recursos”.<sup>66</sup>

Observemos que a mencionada lei portuguesa não exige a coabitação conjugal dos conviventes para tal configuração, mas não há impedimento que esse relacionamento afetivo venha a ocorrer, podemos citar como por exemplo na situação fática que não puder ser reconhecida a situação de união estável, porém estiverem presentes os demais requisitos como: prazo mínimo de dois anos e a partilha de recursos ou de entreajuda.

Se mostra desnecessária a exigência de relacionamento sexual, posto já existe uma previsão legal para as pessoas que vivem em união de facto, qual seja, a Lei nº 7/2001, de 11 de maio. Desta forma, se verifica que se objetiva proteger relacionamento com características diferentes da união de facto, se mostrando irrelevante a orientação sexual das pessoas a quem se confere proteção legal. Um dos pontos a ser observado é a partilha de certos meios de vida e outros traços integrantes daquilo que se denominou «vida em economia comum». O legislador se preocupou em destacar os benefícios encontradas em invariáveis situações capazes de serem estabelecidas entre pessoas, não levando em conta a relação sexual e orientação sexual.<sup>67</sup>

Vale destacar que para ser reconhecida a situação de economia comum, não se faz necessário que as pessoas nesta situação sejam parentes, ou seja, não se exige laços de parentesco, por outro lado, se amolda aos grupos de convivência familiar, os quais são integrados por irmãos que, após a morte dos seus genitores, continuam a residir juntos convivendo em comunhão de mesa e habitação não contraindo casamento, bem como em sendo outros parentes, de qualquer linhagem, como primos, avós e netos, tios e sobrinhos, os quais optam por viver em sociedade em relação de entreajuda e partilha de recursos.

---

66 ESTATUTO da Economia Comum: lei nº 6/01, de 11 de maio de 2001. Op. Cit.

67 PROJETO DE LEI nº 105/VIII, de 23 de fevereiro de 2000. Assembleia da República. [Em linha]. [Consult. 28 /10/ 2019]. Disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=6195>

Jorge Pinheiro, cita como exemplo de convivência em comum não-familiar: “de um médico, um professor, um advogado, um mediador imobiliário, sem laços familiares entre si, que vivem na mesma casa, situada na zona onde todos exercem as respectivas profissões, dividindo as despesas relativas a casa, jantam juntos e cumprem um esquema de rotação no desempenho das tarefas domésticas”.<sup>68</sup>

Olhando para a sociedade, se verifica circunstâncias em que se vislumbra os requisitos da partilha de recursos e da entreaajuda. Tais como os seguintes casos:

- a)** estudantes que têm por objeto a conclusão de estudos por longo período, estando estes em repúblicas de estudantes e pensionatos;<sup>69</sup>
- b)** a realização de trabalho, este realizado em conjunto para o mesmo empregador, estando os empregados distantes da sua residência;
- c)** grupamento de pessoas que mantem amizade e resolvem compartilhar a moradia;
- d)** não desejando casar ou manter união de fato, bem como não desejam morar na casa de seus pais, ou sozinhas, pessoas decidem formar comunidades para conviverem;
- e)** no caso de pessoas idosas que não querem viver na dependência dos cuidados de parentes e resolvem se unir com outros idosos para dividirem habitação, a fim de, juntos, partilharem dos gastos com profissionais necessários para sua boa qualidade de vida, como terapeutas, nutricionistas, massagistas, psicólogos, enfermeiros e os próprios cuidadores de idosos, além das despesas de casa e mesa.<sup>70</sup>

Outra hipótese possível seria no caso de impedimento da união de facto (artigo 2.º, alínea ‘c’, da Lei nº 7/2001, de 11 de maio – de casamento anterior não dissolvido), ou seja, a situação em que a união de facto não poderia ser reconhecida por força do casamento anterior não dissolvido, mas, por outro lado, poder estar preenchidos os requisitos da Lei nº 6/2001, de 11 de maio.

Como se vê, várias são as possibilidades de formação de convivência em economia comum, das quais muitas se enquadram ao novo conceito de família e como tal necessitam de proteção estatal.

---

68 Idem – Ibidem.

69 PITÃO, José António de França – Uniões de Facto e Economia Comum. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2011, p. 297.

70 SILVA, Antonia Tania Maria de Castro - Tutela da economia comum: direitos concedidos às pessoas que vivem em regime de economia comum: impactos para a sociedade. Revista Síntese Direito de Família. São Paulo: Síntese. v. 16, n. 91, p. 103, ago./set, 2015.

Portugal não distingue núcleo familiar de núcleo não-familiar para fins de incidência da Lei 6/2001, de 11 de maio, entretanto, não considera esse tipo de convivência, qualquer que seja a formação, como entidade familiar.

Todavia, a convivência que se assemelha à noção de família - quer seja formada por parentes, quer seja, apenas por amigos, ou até mista - merece um novo olhar, frise-se, aquele agrupamento formado com animus de constituir família, duradouro, sem termo final antecipadamente previsto, pois as pessoas que vão conviver nessa condição o fazem nos moldes de uma família. Adequando-se, portanto, ao conceito atual de família, de “núcleo de convivência, no mesmo teto, unido por laços afetivos estáveis”,<sup>71</sup> capaz de promover a dignidade das pessoas conviventes.

Situação diversa se observa em convivência comum para fins de estudos, ainda que ultrapassem os dois anos previstos na lei, como também quando colegas de trabalhos se unem para morar juntos, por força de situação provisória de remoção ou de transferência, independente do tempo de duração.

No caso concreto, se for possível constatar que o animus é provisório, não estará configurada a entidade familiar, por falta do requisito da afetividade, pois o que teria motivado a formação dessa convivência em economia comum teria sido uma circunstância, não o afeto. Nesta hipótese, não poderia ser dado a esse agrupamento o tratamento conferido às famílias.

Para o direito português, a economia comum, independente do tipo, não é família. Apesar de oferecer as medidas de proteção, da Lei nº 6/2001, de 11 de maio, tanto para a economia comum familiar quanto para a não-familiar, Portugal não reconhece nenhuma das duas figuras como entidade familiar.

Jorge Pinheiro Duarte, jurista português, qualifica essas uniões como relação parafamiliar. Para ele, sequer a união de fato o é. Esse autor diz que tais relações são emergentes de atos jurídicos, reais ou materiais.<sup>72</sup>

Pelo fato das relações terem sido formadas por conta da vontade das partes, se afasta a natureza de fato jurídico propriamente dito e, também, a natureza de relação contratual, porque os membros “não podem validamente vincular-se a um dever jurídico de

---

71 GOES, Geninho - O que é família? [Em linha]. [Consult. 28 out. 2016]. Disponível em <<http://www.blog.geninhogoes.com.br/o-que-e-familia>>.

72 PINHEIRO, Jorge Duarte – Op. Cit. p. 691.

comunhão análogo ao que vigora em certas relações familiares”,<sup>73</sup> visto que as medidas de proteção são conferidas independentemente de terem sido pretendidas pelas partes no momento em que a relação se constituiu ou quando perfaz dois anos. Parte-se do princípio que as medidas de proteção são os efeitos essenciais da união de facto e da convivência em economia comum, não se mostrando uma contratualidade. Já no casamento, instituto no qual o carácter negocial é controverso, a validade da constituição do vínculo pode ser alterada, caso os nubentes não queiram se valer dos efeitos essenciais do acto que praticaram, consoante o artigo 1635º, alínea “d”.<sup>74</sup>

O entendimento é no sentido que essas convivências, em verdade, têm natureza de atos jurídicos em sentido estrito ou deles são emergentes, mais precisamente de atos reais ou materiais, posto que “para o Direito, é indiferente que os sujeitos digam ou deixem de dizer que vivem ou querem viver em comunhão”. Jorge Pinheiro Duarte disserta que uma vez havida a constituição e se desenvolvendo a união de facto ou convivência em economia comum protegidas, os sujeitos desta relação demonstram através de atos voluntários que da mesma emanam efeitos legais deve ser alvo da proteção. Logo, não sendo necessário conteúdo comunicativo ou declarativo, bastando a vida em comum de companheiros e conviventes durante mais de dois anos, a prática ao longo de mais de dois anos de um conjunto de actos intencionais que identifique uma comunhão entre os sujeitos.<sup>75</sup> Por tal motivo, se chega a denominar como “figuras rebeldes às qualificações marcadamente obrigacionais”, face à dificuldade de enquadrá-las no âmbito das relações contratuais de facto. Se aliando a esta corrente, José António de França Pitão, segue o entendimento doutrinário que não considera essa convivência de pessoas como entidade familiar.<sup>76</sup>

Valiosa contribuição se mostra os estudos dos juristas que de forma articulada e fundamentada formam estas correntes e contribuem com toda a comunidade académica e servindo como balizadores para as decisões do Judiciário. No entanto, após discorrermos acerca do conceito de família, bem como dos seus princípios basiladores, mormente o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, verificamos que o organismo formado com base na afetividade, ajuda mútua, apoio psicológico, interesses comuns, convivência visando a junção de esforços comuns, com partilha de despesas, excluindo apenas a relação sexual, devem ser entendidas como uma entidade familiar, se valendo das mesmas características modernas de família, afetividade, ostensibilidade e estabilidade.

---

73 Idem – Ibidem. p. 689.

74 Idem – Ibidem. p. 690-691.

75 Idem – Ibidem. p. 691.

76 PITÃO, José António de França – Op. Cit. p. 291-319.

Nosso entendimento é que se tratando de família o Estado tem o dever de protegê-las, oferecendo condições para que possam participar ativamente da vida em sociedade, gozando de direitos inerentes às famílias tradicionais, naquilo que lhes for compatível, materializando-se, assim, os princípios da igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana.

Não se pode olvidar que o legislador português andou bem ao conferir à economia comum, alguns direitos próprios da união de fato. No que respeita às semelhanças, tem-se a exigência de convivência por prazo superior a dois anos, a maioria de, pelo menos, um dos conviventes, e a proteção da casa de morada comum.

Observemos que existem diferenças consideráveis entre os institutos. Posto que a lei da economia comum se mostra mais abrangente; comporta mais de duas pessoas na relação; não exige o relacionamento sexual e os direitos previstos na respectiva lei não incluem pensões de qualquer tipo, no mais é semelhante aos direitos base da Lei de União de Fato, com adaptações para as situações com mais de duas pessoas. Não esquecendo que existem direitos previstos em outros textos legais, como no Código Penal, os quais estão para à união de fato, porém não se aplicam à economia comum.<sup>77</sup>

Em uma análise aos institutos se verifica que pode haver conversão da economia comum em outro instituto e vice-versa, tal como a união estável poder ser transformada em economia comum. Desta forma, o instituto da economia comum se mostra um tipo especial de família, no qual as pessoas, sendo parentes ou não, possuem morada comum, de modo duradouro, partilhando despesas como alimentação, limpeza, higiene, bem assim os afazeres domésticos, ou outros de ordem pessoal, sem implicar em divisão de cama, apesar de não haver esse impedimento.

### **3.1.1. REQUISITOS**

Ao verificarmos a lei, se constata que o legislador português estabelece alguns critérios objetivos para caracterizar essa modalidade de economia e/ou de família, sendo eles: 1) vivência em comum de entreaajuda ou partilha de recursos; 2) maioria: ter pelo menos um dos conviventes mais de dezoito anos e 3) haver vivência por prazo superior a dois.<sup>78</sup>

### **3.1.2. VIVÊNCIA EM COMUM DE ENTREAJUDA OU DE PARTILHA DE RECURSOS (DIVISÃO DE CASA E MESA)**

O requisito da convivência em comum, previsto no artigo 2º da Lei 06/2001, de 11 de maio, significa que as pessoas devam residir na mesma casa, suportando, em conjunto, as

---

77 SILVA, Antonia Tania Maria de Castro Silva. Op. Cit.

78 ESTATUTO da Economia Comum: lei nº 6/01, de 11 de maio de 2001. Op. Cit.

despesas de habitação e alimentação (partilha de recursos), que pode ocorrer não necessariamente com recursos financeiros por ambas as partes, podendo uma delas contribuir apenas com serviços e, também, desenvolvendo uma relação de entreatajuda, contribuindo ambas com apoio psicológico, solidariedade, afeto, companheirismo.

José António de França Pitão discorre que a economia comum se caracteriza pelo fato das pessoas viverem em comunhão de mesa e habitação, logo, estando presente o animus da vivência comum, entendendo desnecessário o legislador reafirmar a vivência comum, por ser imperativo o princípio que vivam em comunhão de mesa e habitação.<sup>79</sup> Entretanto, nos parece que o legislado quis reforçar o requisito em apreço.

### **3.1.3. MAIORIDADE (MAIOR DE 18 ANOS)**

Para a caracterização da união em economia comum, se faz necessária a maioridade, visto ser um dos requisitos para a cuja previsão está no artigo 2º, 2, da Lei nº 6/2001, de 11 de maio. Conforme ditames do artigo 130º, Código Civil de Portugal, as pessoas maiores de 18 anos que vivam nessas condições são protegidas.<sup>80</sup>

Controvérsia existe quando se indaga ser necessária a maioridade, a qual se atribuí a responsabilidade pela família, inclusive monetariamente, contrariedade vez que a lei foi feita com o intuito de proteção, para conceder direitos a esse agrupamento social e, em havendo restrição de idade, há contradição com a *ratio legis*, além de violar a Constituição portuguesa, que no artigo 13, apregoa a igualdade de direitos para todos os cidadãos.

E igualmente, não se vê óbice para que o menor usufrua os direitos de moradia e de arrendamento, em caso de morte do proprietário ou do locatário emancipado, pois poderá lançar mão dos institutos de representação e de assistência prevista na legislação.

### **3.1.4. TEMPO MÍNIMO (MAIS DE DOIS ANOS)**

No que diz respeito a economia comum, para sua configuração o legislador português exige que as pessoas vivam em relação de entreatajuda ou partilha de recursos por mais de dois anos, conforme dicção do artigo 1º, n. 1, da Lei nº 6/2001, de 11 de maio.<sup>81</sup>

Fator necessário, o tempo mínimo, para que se verifique a estabilidade da relação e assim sejam evitados oportunismos ou mau uso da lei no usufruto dos direitos.<sup>82</sup> No entan-

---

79 PITÃO, José António de França – Op. Cit. p. 300.

80 Idem – Ibidem.

81 ESTATUTO da Economia Comum: lei nº 6/01, de 11 de maio de 2001. Op. Cit.

82 Idem – Op. Cit. p. 299.

to, em algumas situações há controvérsia quanto a esse prazo de dois anos, podendo citar o caso de arrendamento para habitação, visto que o Código Civil português trás previsão de apenas um ano.

#### Artigo 1106.º, CC, Transmissão por morte

1 - O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário quando lhe sobreviva:

b) Pessoa que com ele residisse em economia comum e há mais de um ano.<sup>83</sup>

Observemos que a própria Lei nº 6/2001, de 11 de maio, ressalva que quando houver regramento mais favorável, que seja aplicado esse normativo. Abaixo:

N 2, artigo 1º, Lei nº 06/2001, de 11 de maio. O disposto na presente lei não prejudica a aplicação de qualquer disposição legal ou regulamento em vigor tendente à protecção jurídica de situações de união de facto, nem de qualquer outra legislação especial aplicável.<sup>84</sup>

Em que pese outras correntes, entretanto, a interpretação que melhor se coaduna com a mens legis é a aplicação do prazo de um ano, assinalado no Código Civil, justamente porque a Lei nº 06/2001, de 11 de maio de 2001, ressalva, expressamente, a prevalência de norma mais favorável. Neste sentido Jorge Duarte Pinheiro, para quem “o desvio quanto à duração da relação (um ano, em vez de dois anos) é o único que se observa em matéria de requisitos gerais de proteção da convivência em comum.”<sup>85</sup>

Desta forma, podemos concluir que para as pessoas contempladas no artigo 1106 do Código Civil português (arrendamento para habitação), o prazo para configurar a economia comum deve ser de um ano, sendo de dois anos para os demais casos.

#### **3.1.5. DEVERES DAS PARTES**

A convivência em economia comum, como se pode constatar, não visa à constituição de família no sentido tradicional (relação sexual e/ou procriação), pois não exige relacionamento sexual dos conviventes. Tanto é assim que a lei ressalva, no artigo 2º, 2, que o número de pessoas não está limitado a dois, comportando uma coletividade de pessoas, deixando claro o objetivo de não visar à união sexual.

---

83 CÓDIGO Civil de Portugal: decreto lei nº 47344/66, de 25 de novembro de 1966. Op. Cit.

84 ESTATUTO da Economia Comum: lei nº 6/01, de 11 de maio de 2001. Op. Cit.

85 PINHEIRO, Jorge Duarte – Op. Cit. p. 685.

Desse modo, não se vislumbram deveres especiais nesta relação, tão somente aqueles presentes em qualquer relação harmoniosa da vida humana como respeito, consideração, lealdade.

### **3.1.6. PROVA DO VÍNCULO DA VIDA EM COMUM**

Não se mostra tarefa fácil a verificação de prova do vínculo da vida em comum. Para tanto, se deve valer dos mesmos indícios que são necessários para a prova da união de fato (artigo 2º, Lei nº 7/2001, de 11 de maio), no que couber, como por exemplo, prova de mesmo domicílio, de encargos domésticos, existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil, prova testemunhal, enfim, qualquer documento que possa levar à convicção do fato a comprovar. Conforme colacionado abaixo:

#### **Artigo 2.º-A (inserido pela Lei 23/2010, de 30 de agosto).**

Prova da união de facto

1 - Na falta de disposição legal ou regulamentar que exija prova documental específica, a união de facto prova-se por qualquer meio legalmente admissível.

2 - No caso de se provar a união de facto por declaração emitida pela junta de freguesia competente, o documento deve ser acompanhado de declaração de ambos os membros da união de facto, sob compromisso de honra, de que vivem em união de facto há mais de dois anos, e de certidões de cópia integral do registro de nascimento de cada um deles.

3 - Caso a união de facto se tenha dissolvido por vontade de um ou de ambos os membros, aplica-se o disposto no número anterior, com as necessárias adaptações, devendo a declaração sob compromisso de honra mencionar quando cessou a união de facto; se um dos membros da união dissolvida não se dispuser a subscrever a declaração conjunta da existência pretérita da união de facto, o interessado deve apresentar declaração singular.

4 - No caso de morte de um dos membros da união de facto, a declaração emitida pela junta de freguesia atesta que o interessado residia há mais de dois anos com o falecido, à data do falecimento, e deve ser acompanhada de declaração do interessado, sob compromisso de honra, de que vivia em união de facto com o falecido há mais de dois anos, à mesma data, de certidão de cópia integral do registro de nascimento do interessado e de certidão do óbito do falecido".<sup>86</sup>

### **3.1.7. PROVA DA DISSOLUÇÃO**

A dissolução pode ocorrer por diversas causas, desde a vontade ou o falecimento de uma das partes, a exemplo do que também ocorre com a união de facto, veja-se a dicção legal atinente à hipótese.

## **Artigo 8.º, da Lei nº 07/2001.**

### **Dissolução da união de facto**

1 - A união de facto dissolve-se:

- a) Com o falecimento de um dos membros;
- b) Por vontade de um dos seus membros;<sup>87</sup>

A prova da dissolução da economia comum por uma das partes pode não ser muito fácil, quando não se der por declaração de ambas, mas, possível, diante do caso concreto.

### **3.1.8 EXCEÇÕES LEGAIS**

A lei objeto do presente estudo elenca hipóteses em que, independentemente do lapso de convivência ser superior a dois anos - artigo 3º, não configura economia comum, ou sejam:

- a) existência de contrato de sublocação e hospedagem entre os moradores;
- b) prestação de atividade laboral para com uma das pessoas com quem viva em economia comum;
- c) quando a convivência está relacionada com a prossecução de finalidades transitórias e
- d) coação física ou psicológica ou atentatória da autodeterminação individual.<sup>88</sup>

Nas duas primeiras letras, há um fim comercial e uma prestação de serviço mediante pagamento, respectivamente. Na última, é nítido caso de vício de vontade. Não pode ser chancelada pelo ordenamento jurídico convivência de pessoas mediante coação de qualquer natureza.

Na terceira hipótese, comporta uma observação, pois trata de um enunciado normativo vago, a ser preenchido no caso concreto, de acordo com as circunstâncias que o envolvam.

Não havendo uma regulamentação da lei, se identificando algumas hipóteses de exclusão, se faz necessária cautela para que não se exclua da proteção legal, casos em que o legislador não desejou fossem excluídas e que, pelo seu contexto social, não comportaria

---

87 Idem - Ibidem.

88 ESTATUTO da Economia Comum: lei nº 6/01, de 11 de maio de 2001. Op. Cit.

exclusão, podemos citar os casos de estudantes, cujos períodos de duração dos cursos são provisórios e previamente definidos.<sup>89</sup>

Neste diapasão, se mostra necessária análise ao caso concreto, com ponderação de valores, e nos limites dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

#### **4. FAMÍLIA ANAPARENTAL**

Termo criado por Sérgio Rezende de Barros<sup>90</sup>, a família anaparental decorre do prefixo “ana”, de origem grega, indicativo de “falta”, “privação”, ou seja, se caracteriza pela família sem a presença dos pais. Ela se constitui basicamente pela convivência entre parentes ou pessoas, em um mesmo lar, “[...] dentro de uma estruturação com identidade de propósito”).

Está relacionada a convivência de parentes ou de amigos sem a presença de um núcleo familiar (pais), independente de sexo, com o sentimento de que estão convivendo em família, havendo assistência mútua, material e emocional.

Maria Berenice Dias, conceitua família anaparental como sendo: “A convivência entre parentes ou entre pessoas, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito, impõe o reconhecimento da existência de entidade familiar batizada com o nome de família parental ou anaparental.”<sup>91</sup>

E como bem ressalta ainda, Maria Berenice Dias, “Não é a verticalidade dos vínculos parentais em dois planos que autoriza reconhecer a presença de uma família merecedora da proteção jurídica”<sup>92</sup>

Os parentes em linha reta resultam na família monoparental; já a família anaparental consiste em uma modalidade da família pluriparental, ou seja, resulta da colateralidade de vínculos, então ela pode ser composta por vários irmãos, ou dos tios e sobrinhos, ou então duas primas, dentre tantas outras possibilidades.

Assim, a estrutura formada por vários irmãos que foram abandonados pelos pais, que continuaram por muitos anos a viverem juntos, e tendo o primogênito assumido as responsabilidades da figura paterna para com os demais irmãos, dando amparo não só mate-

---

89 ALVES, Leonardo Barreto Moreira – Op. Cit.

90 BARROS, Sérgio Resende de – Direitos Humanos e Direito de Família. Op. Cit. “São as famílias que não mais contam com os pais, as quais por isso eu chamo famílias anaparentais, designação bastante apropriada, pois “ana” é prefixo de origem grega indicativo de “falta”, “privação”, como em “anarquia”, termo que significa falta de governo.”.

91 DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias. Op. Cit. p. 140.

92 Idem, Ibidem. Pag. 48

rial, mas também emocional, de carinho, afeto, amor e cuidados, constitui um dos possíveis modelos de família anaparental.

#### **4.1 RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA ANAPARENTAL NO DIREITO BRASILEIRO**

A família anaparental ainda não está positivado no ordenamento jurídico brasileiro, cabendo ao Poder Judiciário o papel de reconhecer por meio de decisões, como entidade familiar a ser tratada a luz do direito de família.

Com efeito, a nova concepção de família alcança tanto a família anaparental brasileira como a convivência em economia doméstica portuguesa, não havendo óbice que possa impedir a proteção desses grupos sociais, ao contrário, será repartido com o Estado o ônus de proteção das pessoas que vivem nessas moradas coletivas.

Como anteriormente afirmado, não há previsão legal expressa no ordenamento jurídico brasileiro, e em casos que não há previsão legal expressa, o Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que é vedado ao Juiz se eximir de dar uma solução à lide, alegando falta de norma expressa que regule uma situação concreta, cabendo ao Magistrado a apreciação da lide e a entrega da tutela jurisdicional, como no julgado a seguir transcrito:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO HOMOAFETIVA. PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. OFENSA NÃO CARACTERIZADA AO ARTIGO 132, DO CPC. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. ARTIGOS 1º DA LEI 9.278/96 E 1.723 E 1.724 DO CÓDIGO CIVIL. ALEGAÇÃO DE LACUNA LEGISLATIVA. POSSIBILIDADE DE EMPREGO DA ANALOGIA COMO MÉTODO INTEGRATIVO. 1. Não há ofensa ao princípio da identidade física do juiz, se a magistrada que presidiu a colheita antecipada das provas estava em gozo de férias, quando da prolação da sentença, máxime porque diferentes os pedidos contidos nas ações principal e cautelar. 2. O entendimento assente nesta Corte, quanto a possibilidade jurídica do pedido, corresponde a inexistência de vedação explícita no ordenamento jurídico para o ajuizamento da demanda proposta. 3. A despeito da controvérsia em relação à matéria de fundo, o fato é que, para a hipótese em apreço, onde se pretende a declaração de união homoafetiva, não existe vedação legal para o prosseguimento do feito. 4. Os dispositivos legais limitam-se a estabelecer a possibilidade de união estável entre homem e mulher, dès que preencham as condições impostas pela lei, quais sejam, convivência pública, duradoura e contínua, sem, contudo, proibir a união entre dois homens ou duas mulheres. Poderia o legislador, caso desejasse, utilizar expressão restritiva, de modo a impedir que a união entre pessoas de idêntico sexo ficasse definitivamente excluída da abrangência legal. Contudo, assim não procedeu. 5. É possível, portanto, que o magistrado de primeiro grau entenda existir lacuna legislativa, uma vez que a matéria, conquanto derive de situação fática conhecida de todos, ainda não foi expressamente regulada. 6. Ao julgador é vedado eximir-se de prestar jurisdição sob o argumento de ausência de previsão legal. Admite-se, se for o caso, a integração mediante o uso da analogia, a fim de alcançar casos não expressamente contemplados, 187

mas cuja essência coincida com outros tratados pelo legislador. 7. Recurso especial conhecido e provido.” (STJ. REsp 820.475/RJ, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2008, DJe 06/10/2008).

Portanto, aplicando os efeitos civis da união estável, previstos no Código Civil à família anaparental ter-se-á o direito aos alimentos, à sucessão hereditária e ao direito real de habitação.

Superior Tribunal de Justiça, em decisão emblemática, cujo voto foi proferido pela Ministra Nancy Andrighi reconheceu o primado da família socioafetiva, autorizando a adoção conjunta de dois irmãos, e ainda, póstuma, com base no reconhecimento de que havia ali uma família anaparental.<sup>93</sup>

## **4.2 DIREITOS ASSEGURADOS PELA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA À FAMÍLIA ANAPARENTAL**

Quando se defende o reconhecimento jurídico da família anaparental, não se está apenas a defender a dignidade de seus integrantes no plano abstrato, mas também no que tange à possibilidade de produção de efeitos jurídicos àquela relação de fato. Isso significa reconhecer o cabimento da prestação de alimentos e a vocação sucessória aos irmãos socioafetivos, além de todos e quaisquer outros direitos assegurados às relações familiares, conforme se passará a demonstrar.

### **4.2.1 DOS ALIMENTOS**

O direito a alimentos e o correspondente dever de prestá-los, tal como hoje se apresenta, é fruto da evolução do Direito de Família, cujo marco foi a Constituição Federal de 1988. O dever de prestar alimentos funda-se no princípio da solidariedade, que implica respeito e consideração mútua em relação aos membros da família. Há um dever legal de mútuo auxílio familiar, transformado em norma, ou mandamento jurídico.<sup>94</sup>

No Brasil, a discussão se tornou inócua a partir da entrada em vigor do Código Civil de 2002, que, em seu art. 1.697<sup>95</sup>, atribui o encargo alimentar também “aos irmãos, assim germanos, como unilaterais”. Ao passo que sedimentou a discussão quanto à obrigação de alimentos entre irmãos, o aludido dispositivo inaugura uma série de outros questionamentos, como se verá a seguir.

---

93 Superior Tribunal de Justiça. ANDRIGHI, Nancy - Adoção póstuma. Validade. Adoção conjunta. Pressupostos. Família anaparental. Disponível em <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19855042/recurso-especial-resp-159851-sp-1997-0092092-5>. Consult. 22/10/2019.

94 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. v. 5. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 450.

95 Artigo 1.697 do Código Civil de 2002. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.

É possível concluir que o encargo alimentar não deriva exclusivamente do vínculo de consanguinidade, mas, também, em razão de um vínculo de afetividade, fundado na solidariedade. Nesse mesmo sentido, o enunciado de nº 341 aprovado na IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal dispõe que “para os fins do art. 1.696<sup>96</sup>, a relação socioafetiva pode ser elemento gerador de obrigação alimentar”.

O fato é que negar o direito a alimentos ao integrante da família anaparental socioafetiva é ir de encontro à própria natureza do instituto, impossibilitando o irmão necessitado de ter uma vida digna, tão somente em razão de um conservadorismo superado e discrepante dos valores constitucionais. Mais uma vez, repete-se que o direito não pode manter-se estático diante do dinamismo e da constante remodelação das relações sociais, sob pena de desproteger os cidadãos que mais dele necessitam.

Nesses termos se faz a redação do artigo 115 do Projeto de Lei n. 2.285/07, o Estatuto das Famílias que “Podem os parentes, cônjuges, conviventes ou parceiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver com dignidade e de modo compatível com a sua condição social”.

Ademais, como a obrigação de alimentar entre os companheiros da união estável se finda pela constituição de uma nova união estável ou quando se contrai matrimônio, a melhor solução aplicável à família anaparental seria que esta se findasse quando sobreviesse uma melhora nas condições financeiras da alimentanda, podendo, assim, ser a alimentante até exonerada de tal obrigação, conforme redação do artigo 1.699 do Código Civil.

Preceitua o artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil que o Juiz, ao aplicar a lei, “[...] atenderá os fins sociais a que ela se dirige, e às exigências do bem comum”. Ou seja, o Juiz, ao aplicar a uma lei abstrata ao caso concreto, ainda mais quando se trata de família deve ele sempre procurar agir com bom senso e, principalmente, primar pela efetiva aplicação da dignidade humana.

#### **4.2.2 – DIREITOS SUCESSÓRIOS**

Um dos temas mais complexos a analisando no que tange ao reconhecimento da família anaparental é, sem dúvida, a possibilidade de sucessão do irmão socioafetivo. Como se defende, aqui, que tal união deve ser reconhecida como verdadeira família e que não pode haver diferenciação entre a origem do parentesco, não seria coerente negar os direitos

---

96 Enunciado 341 da IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/383>. acesso em 22/10/2019.

sucessórios do irmão sobrevivente, até mesmo porque o direito à herança é, hoje, um direito fundamental<sup>97</sup> garantido pelo art. 5º, XXX da Carta Magna.

O direito à sucessão, também pode ser reconhecido ao membro da família anaparental, em algumas circunstâncias, quando houver a comprovação de que houve a colaboração onerosa do membro sobrevivente para amealhar de *cujus*, sendo justo, portanto, que também seja beneficiário na sucessão.

Várias são as teses apresentadas pelos doutrinadores e também as fundamentações dos julgados seja para julgar procedente ou improcedente o direito a sucessão, todavia, uma solução jurídica pode ser o disposto no artigo 1.790 do Código Civil, dispositivo destinado a regular a sucessão na união estável, por aplicação analógica, que disciplina:

Artigo 1.790. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, na vigência da união estável, nas condições seguintes:

I - se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho;

II - se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles;

III - se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança;

IV - não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.<sup>98</sup>

Em tal situação, o convivente deve participar da sucessão, mas, apenas, quanto aos bens adquiridos onerosamente durante a convivência, e limitado à parte que onerosamente ajudou a adquirir durante a convivência, ou seja, não é herdeiro necessário.

#### **4.2.3 DIREITO REAL DE HABITAÇÃO**

No que tange ao tópico direito real de habitação, para os conviventes da família anaparental segue a mesma dinâmica dos casos de união estável. É de se conceder tal direito ao convivente desse agrupamento com fundamento analógico na Lei da União Estável

---

97 A Constituição não refere à sucessão em geral, mas apenas à herança. Ou seja, foi elevado à garantia constitucional o direito daqueles que se qualificam como herdeiros de quem morreu (autor da herança), mas não qualquer sucessor. A Constituição não define quem seja herdeiro, o que remete ao legislador infraconstitucional. Mas este está limitado ao fim social da norma constitucional, que é a proteção das pessoas físicas que tenham com o autor da herança relações estreitas de família ou de parentesco. Todos os demais sucessores têm tutela restritamente infraconstitucional e desde que não afetem a preferência atribuída pela Constituição aos qualificados como herdeiros. Os legatários, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, entes ou entidades não personificadas, são sucessores, mas não são herdeiros". (LÔBO, Paulo Luiz Neto. Direito Civil: sucessões, op. cit, p. 39).

98 CÓDIGO Civil Brasileiro: lei no 10.406/02, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em 23/10/2019.

(Lei nº 9.278/96, de 10 de maio), que traz a seguinte redação, em seu parágrafo único do artigo 7º, que garante ao convivente sobrevivente o direito real de habitação, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento.<sup>99</sup>

Igualmente é possível arguir em favor dos membros da família anaparental do disposto na Lei da Impenhorabilidade do Bem de Família (Lei 8.009/90, de 29 de março) para garantir o direito real de habitação.

É bom ressaltar que o Estado não pode se abster de proteger o convivente sobrevivente integrante da família anaparental, negando efeitos jurídicos a uma relação que foi regada pelo afeto, mesmo elemento que legitimou a concessão destes mesmos efeitos aos companheiros de uma união estável. Não sendo razoável que relações semelhantes, fundadas no mesmo elemento, o afeto, ensejem consequências jurídicas tão distintas.<sup>100</sup>

#### 4.2.4 DIREITO À ADOÇÃO

Quanto à possibilidade de adoção de crianças pela família anaparental, por duas ou mais pessoas, referida matéria já foi enfrentada anteriormente pelo Superior Tribunal de Justiça, em caso de uma adoção póstuma, em que reconheceu a dois irmãos, de sexos opostos, o direito de adotar um menor que vivia na companhia do casal, como filho de ambos. Constatou que os irmãos, que viveram sob o mesmo teto até o óbito de um deles, agiam como família que eram, tanto entre si como para o infante, e, naquele grupo familiar, o adotando se deparou com relações de afeto, construiu – nos limites de suas possibilidades – seus valores sociais, teve amparo nas horas de necessidade físicas e emocionais, encontrando naqueles que o adotaram a referência necessária para crescer, desenvolver-se e inserir-se no grupo social de que hoje faz parte.<sup>101</sup>

Ao fundamentar a decisão o STJ ressaltou que os fins colimados pela lei da adoção - a existência de núcleo familiar estável e a consequente rede de proteção social que pode gerar para o adotando - encontravam-se satisfeitos na situação em apreço, asseverando que o que informa e define um núcleo familiar estável são os elementos subjetivos, que podem ou não existir, independentemente do estado civil das partes.<sup>102</sup>

---

99 § único do art. 7º da Lei nº 9.278/96 - “Dissolvida a união por morte de um dos conviventes, o sobrevivente terá o direito real de habitação, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, relativamente ao imóvel destinado à residência da família. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9278.htm). Acesso: 23/10/2019.

100 SÁ, Hugo Ribeiro, SÁ, Hugo Ribeiro - Família anaparental. Uma realidade ou ficção jurídica? Disponível em: [www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao\\_janeiro2008/discendente/dis4.doc](http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_janeiro2008/discendente/dis4.doc). Consult. 23 out. 2019].

101 Superior Tribunal de Justiça. ANDRIGHI, Nancy - Adoção póstuma. Validade. Adoção conjunta. Pressupostos. Família anaparental. Julgado em 19/6/2012. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19855042/recurso-especial-resp-159851-sp-1997-0092092-5>. Consult. 23/10/2019.

102 Idem – Ibidem

Por fim, ressaltou que o conceito de núcleo familiar estável não pode ficar restrito às fórmulas clássicas de família, devendo ser ampliado para abarcar a noção plena apreendida nas suas bases sociológicas.<sup>103</sup>

Dos argumentos acima evidenciados, parece de fácil percepção a possibilidade de se reconhecer o direito de adoção à família anaparental, independentemente de ser formada por núcleo parental.

Além dos direitos acima abordados, pode-se dizer que aos filhos socioafetivos, também são concedidos direitos patrimoniais, na Lei dos Servidores Públicos Civis da União (Lei 8.112/1990, de 11 de dezembro), “considerando-se-os por dependentes na aferição do salário-família e da pensão por morte do servidor, em condição de igualdade ao filho registral”.

## **CONCLUSÃO**

Não há dúvidas de que a família deixou de ser constituída exclusivamente pelo casamento e passou a ser reconhecida quando presente o intuito familiae, tendo o afeto como elemento volitivo de sua formação. Embora não haja expressa previsão constitucional que legalize o afeto como elemento constitutivo das relações familiares modernas, a falta de previsão legislativa não pode servir de pretexto para não se reconhecer a existência de direitos merecedores de tutela Estatal.

A família é, antes de mais nada, uma realidade social em constante mutação, sendo certo que seu conceito está longe de ser apreensível pelo direito. Assim, qualquer codificação que pretenda regulá-la de forma fechada é fadada ao insucesso por ser contrária à sua própria essência de livre associação.

Dentre as novas formas de organização familiar que surgiram ao longo das últimas décadas encontram-se as pessoas que vivem em economia comum em Portugal e as famílias anaparentais no Brasil, constituídas com base na socioafetividade de amigos que decidiram se apoiar financeira e emocionalmente como se irmãos fossem.

O presente artigo, foi elaborado através de uma análise da doutrina e da jurisprudência onde, foi possível constatar que a socioafetividade, como fenômeno social, já encontra respaldo jurídico, embora ainda restrito às relações envolvendo paternidade.

À semelhança da economia comum, em Portugal, com a família anaparental no Brasil, pode ser constatada pela possibilidade de convivência de pessoas do mesmo sexo ou não, que sem conotação sexual, vivem como se família fossem, ou seja, pessoas não ligadas por laços de parentesco.

Na economia comum ou doméstica caracteriza-se pela “situação de pessoas que vivam em comunhão de mesa e habitação há mais de dois anos e tenham estabelecido uma vivência comum de entreatajuda ou partilha de recursos” (artigo 2º, nº 1, Lei nº 6/2001, de 11 de maio).<sup>104</sup> Está presente em algumas legislações, embora com outras nomenclaturas e configurações. Em Portugal, apesar de não ser considerada família, já que se distancia da ideia de família nuclear, está prevista em lei (Lei nº 6/2001, de 11 de maio) e recebe proteção do Estado, ainda que de forma restrita.

São direitos garantidos às pessoas que vivem em economia comum ou domésticas, os laborais (licenças para acompanhamento do convivente comum, férias conjuntas), direitos fiscais (declaração conjunta de imposto de rendimento das pessoas singulares), direitos reais (residência no imóvel do proprietário por cinco anos após a morte deste) e de locação (permanência do contrato de aluguel até o final do contrato em caso de morte do contratante).

As famílias anaparentais e as demais relações baseadas na socioafetividade assemelham-se pelo fato de que: dependem de reconhecimento judicial para que produzam efeitos; podem conviver simultaneamente, com a mesma igualdade de direitos, com outros núcleos familiares, sem que isso represente qualquer afronta ao sistema legal vigente; e dependem da comprovação da afetividade, estabilidade e ostensibilidade para a chancela do Estado.

Conceder à família anaparental e as pessoas que vivem em economia comum seus devidos efeitos legais, significa, apriori, garantir o direito à sucessão, adoção e ao recebimento de alimentos. Tratando-se do exemplo de dois indivíduos, que como irmãos vivem, na hipótese de falecimento de um deles, o outro deve naturalmente herdar, nos termos do art. 1.829 do Código Civil de 2002. São concedidos direitos aos alimentos, à sucessão hereditária, ao direito real de habitação e a adoção.

Pode ainda, em caso de separação dos dois, gerar o dever de prestar alimentos ao irmão menos favorecido economicamente, desde que fique comprovada a necessidade, a possibilidade e razoabilidade.

---

104 ESTATUTO da Economia Comum: lei nº 6/01, de 11 de maio de 2001. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/314191/details/maximized>, acesso em 22/10/2019.

Diante da diversidade de modalidades de famílias presentes na sociedade contemporânea, onde houve a necessidade de conferir alguns direitos às pessoas que vivem em economia doméstica ou em família anaparental, tanto em Portugal quanto no Brasil, ainda é muito tímida as garantias deferidas a favor desse grupo social, situação que deve ser enfrentada, com a urgência necessária, pelos respectivos ordenamentos jurídicos.

## REFERÊNCIAS

COELHO, Francisco Pereira; OLIVEIRA, Guilherme de – Curso de Direito de Família. 4ªed. V. I. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-1547-2.

Constituição da República Federativa do Brasil. Consult: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). acesso em 22/10/2019.

Constituição da República Portuguesa. Consult. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. acesso 22/10/2019.

DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias. 10ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. Vol. 5. 22. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

Enunciado 341 da IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/383>. acesso em 22/10/2019.

ESTATUTO da Economia Comum: lei nº 6/01, de 11 de maio de 2001. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/314191/details/maximized>, acesso em 22/10/2019.

ESTATUTO da União de Facto: lei 7/01, de 11 de maio de 2001. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=901&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=901&tabela=leis) acesso em 28/10/2019.

FIUZA, Cezar. Direito Civil – Curso Completo. 12ª ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2008, pag. 939.

GOES, Geninho - O que é família? [Em linha]. [Consult. 28 out. 2019]. Disponível em <<http://www.blog.geninhogoes.com.br/o-que-e-familia>>.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. Vol. VI. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007, pag. 1.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil esquematizado. V. 3/Carlos Roberto Gonçalves. Coordenador Pedro Lenza. – 3. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. – (Coleção esquematizado). Pag. 296

LOBO, Paulo Luiz Netto - Entidades Familiares Constitucionalizadas: para além do numerus clausus. Consult. <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9408-9407-1-PB>. acesso 22/10/2019.

LÔBO, Paulo, Direito Civil: Volume 5: Famílias/Paulo Lôbo – 9. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Direito de Família. Vol. 02. 37. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. Vol. 5 – Direito de Família. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. V – Direito de Família. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007, pag. 17

PEREIRA, Rodrigo da Cunha - Uma principiologia para o Direito de Família In: ANAIS – V Congresso Brasileiro da Família.

PINHEIRO, Jorge Duarte – O Direito da Família Contemporâneo. 4ª ed. Lisboa: AAFDL, 2013 124

PITÃO, José António de França – Uniões de Facto e Economia Comum. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2011.

PROJETO DE LEI nº 105/VIII, de 23 de fevereiro de 2000. Assembleia da República. [Em linha]. [Consult. 28 /10/ 2019]. Disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheIniciativa.aspx?BID=6195>

POZZI, Cláudia Elisabeth - Repensamento epistemológico do direito e seus outros-mares. Reconhecimento e inserção das práticas de pluriparentalidade nas famílias Contemporâneas. Consult. 22/10/2019. Disponível em [http://www.ibdfam.org.br/\\_img/congressos/anais/228.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/228.pdf)

RANGEL, Paula Sampaio Vianna - Modalidades de arranjos familiares na atualidade. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/24393/modalidades-de-arranjos-familiares-na-atualidade/3>. acesso 22/10/2019.

RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. Vol. 6 – Direito de Família. 28. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

SÁ, Arnaldo Faria de – Projeto de lei nº. 699/2011, de 14 de março [em linha]. CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL Consult. 22/10/2019]. Disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=E7E93E4E152B7E137F546F9C1BC62D77.proposicoesWebExterno1?codteor=848554&filename=PL+699/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E7E93E4E152B7E137F546F9C1BC62D77.proposicoesWebExterno1?codteor=848554&filename=PL+699/2011)

SÁ, Hugo Ribeiro, SÁ, Hugo Ribeiro - Família anaparental. Uma realidade ou ficção jurídica? Disponível em: [www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao\\_janeiro2008/discente/dis4.doc](http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_janeiro2008/discente/dis4.doc).

SILVA, Antonia Tania Maria de Castro - Tutela da economia comum: direitos concedidos às pessoas que vivem em regime de economia comum: impactos para a sociedade. Revista Síntese Direito de Família. São Paulo: Síntese. v. 16, n. 91, p. 103, ago./set, 2015

SÚMULA nº 364. Impenhorabilidade de bem de família. Superior Tribunal de Justiça. Consult. 22/10/2019. Disponível em [http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/SumulasSTJ.pdf](http://www.stj.jus.br/docs_internet/SumulasSTJ.pdf)

Superior Tribunal de Justiça. ANDRIGHI, Nancy - Adoção póstuma. Validade. Adoção conjunta. Pressupostos. Família anaparental. Disponível em <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19855042/recurso-especial-resp-159851-sp-1997-0092092-5>. Consult. 22/10/2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Vol. VI – Direito de Família. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

# NEGÓCIO JURÍDICO, VÍCIO DA VONTADE – SIMULAÇÃO E OS EFEITOS CONTRA TERCEIROS

SILVA, Antonia Maria de Farias da  
ANTUNES, Nídia

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo o estudo do instituto da simulação e, especialmente, de seus efeitos. O método utilizado foi o da investigação procedeu-se inicialmente a análise dos fundamentos teóricos do processo de significação jurídica, da autonomia privada e do negócio jurídico. Com ênfase no elemento da vontade, passando pelas teorias que conformam o negócio jurídico, avançando pelas invalidades que o acometem. Em seguida, iniciou-se o estudo da simulação. Foi abordado seus elementos constitutivos: a divergência entre a vontade dos simuladores e a declaração negocial, o ajuste simulatório e a intenção de enganar terceiros. A identificação do procedimento simulatório, apartando-se o negócio simulado do dissimulado, permitiu que se investigassem, autonomamente, os efeitos jurídicos correspondentes. Foi estudado o tratamento legal ao negócio simulado, antes sancionado à anulabilidade, agora à nulidade. Em seguida, à determinação dos legitimados à desconstituição do negócio simulado, sem descurar do possível interesse que têm alguns na suspensão dos efeitos da invalidação, desde que qualificados como de boa-fé. A posição dos terceiros, dos herdeiros e dos credores foi observada. Após essa breve análise, adentrou-se, ao estudo do negócio dissimulado, de sua relação com o simulado e em quais condições pode produzir efeitos. Requisitos de validade e forma. Foram identificadas as teorias adotadas pela doutrina portuguesa e a que a jurisprudência acolheu. Foram também pronunciadas as qualidades do negócio dissimulado que impedem seu reconhecimento oficioso pelo juiz. Ao final, verificou-se os meios de prova e as formas de arguição da simulação contra terceiros interessados de que modo seriam reguladas as simulações celebradas no período de transição das leis civis, do vetusto Código Civil ao novo.

**Palavras-chave:** negócio jurídico; simulação; dissimulado; vontade; declaração.

## ABSTRACT

This article aims to study the simulation institute and, especially, its effects. The method used was that of investigation, initially proceeding with the analysis of the theoretical foundations of the process of legal meaning, of private autonomy and of the legal business. With an emphasis on the element of will, passing through the theories that make up the legal business, advancing through the invalidities that affect it. Then, the simulation study began. Its constituent elements were addressed: the divergence between the will of the simulators and the business declaration, the simulative adjustment and the intention to deceive third parties. The identification of the simulative procedure, separating the simulated transaction from the dissimulated one, allowed the investigation, autonomously, of the corresponding legal effects. The legal treatment of the simulated transaction was studied, previously sanctioned to annulment, now to nullity. Then, the determination of those entitled to the deconstitution of the simulated transaction, without neglecting the possible interest that some have in suspending the effects of invalidation, provided they are qualified as in good faith. The position of third parties, heirs and creditors was observed. After this brief analysis, the study of the covert business was entered, its relationship with the simulated and under what conditions it can produce effects. Validity and form requirements. The theories adopted by the Portuguese doctrine and the one adopted by the jurisprudence were identified. The qualities of the disguised business that prevent its official recognition by the judge were also pronounced. In the end, the means of proof and the ways of arguing the

simulation against interested third parties were verified in what way the simulations celebrated in the transition period of civil laws, from the old Civil Code to the new one, would be regulated.

**Keywords:** juridic business; simulation; disguised; willing; declaration.

## 1. INTRODUÇÃO

No que tange ao tema negócio jurídico um requisito de relevante importância é a manifestação da vontade.

Ao se tratar de negócios jurídicos observa-se que um componente importantíssimo é a vontade. Essa vontade, por sua vez, deve ser manifesta ou declarada de forma idônea para que o negócio jurídico tenha uma devida funcionalidade na atividade jurídica e/ou no universo negocial. No entanto, quando essa vontade não representar o desejo do agente, esse negócio estará sujeito à nulidade ou anulabilidade.

Tanto o sistema jurídico português como o brasileiro traz em seus negócios jurídicos alguns vícios ou defeitos tais como: Erro, Dolo, Coação, Lesão, Estado de Perigo, Fraude contra credores e Simulação e no direito português também, estado de necessidade, incapacidade acidental.

Neste artigo abordaremos o assunto referente a simulação. Serão abordados os conceitos de negócio jurídicos, causa e motivo. Está previsto o instituto da simulação no código civil português no artigo 240º e seguintes do Código Civil e no art. 167 do Código Civil brasileiro, em ambos os artigos o legislador exige a vontade do autor em prejudicar terceiros ou violar disposição expressa na lei para então constatar a simulação.

Ao ser promulgado e com o início da vigência do Código Civil de 2002 o sistema simulatório brasileiro não existe mais. A simulação foi inserido entre os casos de nulidade do negócio. O defeito de declaração, passou a ensejar, a nulidade do negócio jurídico.

Nessa condição, a propósito de sua significação jurídica, não mais releva que a simulação tenha por finalidade a imposição de prejuízo a terceiras pessoas. Aparentemente, ambas as espécies, inocente e fraudulenta, qualificam-se como defeito a exigir a nulidade do negócio simulado.

Com essa nova e mais severa sanção, podem vir outras consequências, próprias do sistema geral de nulidade. A convalidação pelo tempo e a confirmação pelas partes, admitidas aos casos de anulabilidade, não têm aplicação segura no sistema simulatório. Mais importante: a nulidade, como regra geral, confere legitimidade para invocar a simula-

ção a todo e qualquer interessado. Nessa esteira, os simuladores podem ter se libertado do negócio aparente, ao menos no que toca à relação interna.

Mesmo o suporte da simulação, o negócio jurídico, mereceu alguma atualização no novo Código Civil. Adotou-se expressamente a teoria dualista, a subdividir os fatos jurídicos em negócios jurídicos e atos jurídicos.

Porque a simulação, no que se refere às suas consequências jurídicas, escora-se em grande parte no regime comum de invalidades e, também, porque, de todo modo, o regime geral haveria de servir como parâmetro ao que eventualmente se aplique ao sistema simulatório, dedicar-se-á espaço importante à análise do tema. A identificação das particularidades das invalidades, tanto a nulidade como a anulabilidade, poderá adiantar a forma pela qual se tratam as configurações dos negócios simulados e dissimulados.

A base teórica que se construirá por meio desse artigo permitirá que se inicie o estudo da simulação propriamente dito. Mas a definição da figura, com a precisão que se quer, com o estudo das teorias.

A seguir apresentar-se-á, à determinação dos elementos constitutivos da simulação: a divergência entre vontade e declaração, o ajuste simulatório e, conforme o que se apurar, a intenção de enganar ou de prejudicar terceiros precisarão de ponderação.

É indispensável, ainda, à posterior delimitação de seus efeitos, que se classifiquem os mais variados aspectos da simulação e as formas que pode assumir conforme o ditem as circunstâncias do negócio. Não se aprofundará, entretanto, a chegar às minúcias que podem ter algumas espécies de simulação. No que serve de exemplo, a simulação fiscal, justamente por conta das modulações impostas por princípios específicos do Direito Tributário, estranhos à seara deste trabalho, não será objeto de estudo.

Após essa abordagem, será analisado os efeitos da simulação. Na sequência, serão sistematizadas as reações de terceiros a esse vício de declaração, para a paralisia dos efeitos de sua desconstituição, ou mesmo para a manutenção daquele estado de aparência, tanto na relação que tiverem com os próprios simuladores, como na que se estabelecer só entre terceiros. Depois, avançar-se-á ao negócio jurídico dissimulado, mais precisamente àquilo que se refira às circunstâncias que autorizam a produção de efeitos próprios, tais como obscuramente pretendidos pelas partes. Desde logo se mostra relevante a consideração da forma do negócio dissimulado, quando a lei o quiser com alguma solenidade.

rado. O trabalho terá por base bibliográfica o Direito Português e o Brasileiro. Pretende-se, ao final, entregar modesta contribuição à elucidação da figura da simulação e dos efeitos que normalmente se desprendem dos negócios simulados e dissimulados. O êxito, evidentemente, permitirá compreensão mais adequada dos casos em que os particulares, por mau uso do instrumento que se pôs à disposição deles para a satisfação de seus interesses, celebram negócio só aparentemente. Como bônus, fortalecer-se-á, perante os críticos, no mínimo que seja, a defesa do Direito e suas implicações em relação à terceiros.

## I – NEGÓCIO JURÍDICO

No que se refere ao conceito de negócios jurídicos, adotando o conceito de Carlos Alberto da Mota Pinto, são atos jurídicos constituídos por uma ou mais declarações de vontade, cujo objetivo é a realização de certos efeitos práticos, com intenção de os alcançar sob tutela do direito e produzir os efeitos jurídicos conforme à intenção manifestada pelo declarante ou declarantes.<sup>1</sup>

O Código Civil português nos incisos 1 e 2 do artigo 217º, preceitua que: <<A declaração negocial pode ser expressa ou tácita: é expressa, quando feita por palavras, escrito ou qualquer outro meio directo de manifestação da vontade, e tácita, quando se deduz de factos que, com toda a probabilidade, a revelam. O carácter formal da declaração não impede que ela seja emitida tacitamente, desde que a forma tenha sido observada quanto aos factos de que a declaração se deduz.>>.<sup>2</sup>

Principalmente para o direito civil, o instituto do negócio jurídico está na relação dos temas centrais do direito privado. Quase sempre é definido como fato jurídico voluntário ou ato jurídico cujo núcleo essencial é composto, por uma declaração de vontade com possibilidade de gerar efeitos práticos juridicamente vinculantes,<sup>3</sup> a categoria encontra nas declarações de vontade - uma ou várias no mesmo sentido, no caso dos negócios jurídicos unilaterais; pelo menos duas de sentido oposto, mas convergente, no caso dos contratos - um dos seus elementos essenciais.

A valoração do negócio jurídico, manifestar-se por ser um meio de auto-ordenação das relações jurídicas de cada sujeito de direito, instrumento principal do exercício do princípio da autonomia privada.<sup>4</sup>

---

1 C. A. Mota PINTO, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag. 379.

2 Código Civil Português, art. 217º, acesso em 27/08/2019 sitio [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=775&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis)

3 C. A. Mota PINTO, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag. 379.

4 Idem, ibidem, pag. 380.

Pelo princípio da autonomia privada, cada indivíduo tem a possibilidade de estabelecer as suas relações jurídicas com os demais, de acordo com a sua vontade e na medida dos seus interesses. O negócio jurídico constitui, por excelência, o instrumento jurídico apto a manifestar a vontade de cada um, refletindo os seus interesses individuais na medida da sua autonomia privada, e produzindo efeitos jurídicos, na ordem jurídica, porque estes correspondem à vontade dos indivíduos.

A celebração dos negócios jurídicos tem que observar as formalidades constantes da lei, logo, um contrato ou outro negócio jurídico é anulável – pode estar passível de anulabilidade, quando, devido a um vício existente no momento em que foi celebrado, os seus efeitos jurídicos podem ser eliminados por alguém a quem o sistema confere esse poder, face a um vício existente no momento em que foi celebrado, logo, não produzindo os efeitos jurídicos que deveria produzir.

Os atos jurídicos obedecem a prévia regulamentação, tanto por ocasião da constituição, modificação ou extinção de uma relação jurídica. Dentro deste âmbito de atuação, o qual é dotado de espaço de relativa liberdade negocial instituído pelo ordenamento jurídico, comumente denominado de autonomia privada.<sup>5</sup> No entanto, fora da normalidade, pode surgir uma problemática acerca das incongruências entre vontade e declaração e, no que mais de perto interessa ao presente estudo, dos efeitos que podem decorrer de uma premeditada divergência desses elementos se confina ao campo do negócio jurídico,<sup>6</sup> este na condição de instrumento da autonomia privada, obriga-se, de antemão, à investigação de tais instituições confinantes.

## **1. A AUTONOMIA PRIVADA E O NEGÓCIO JURÍDICO**

No que se refere a autonomia privada, esta é um dos alicerces indispensáveis à convivência social. Já as suas realizações históricas são imensuravelmente variáveis. Originariamente autonomia é o poder de estabelecer as suas próprias regras, não se confunde com soberania que são imperiosamente autônomas.<sup>7</sup>

A autonomia privada significa que a ordem jurídica global admite que os particulares participem da construção da sua própria ordem jurídica.<sup>8</sup>

---

5 FLUME, Werner, El negocio jurídico, pag. 23.

6 FERRARA, Feancesco, A Simulação dos Negócios Jurídicos, pags. 120-121.

7 ASCENÇÃO, José de Oliveira, Direito Civil: Teoria Geral, vol. 2, Ações e Fatos Jurídicos/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag. 69.

8 Idem, ibidem.

Admitem-se, por autorização tácita, os fins e os meios que as partes julgarem mais adequados à sua particular situação. Entendimento no mesmo, o conceito de autonomia privada apresentado por António Menezes Cordeiro,<sup>9</sup> como a permissão genérica de atuação jurígena.

Levando-se em conta o entendimento da função social da livre iniciativa, limitou-se a autonomia privada para que se acomodassem novos valores, de valorização do trabalho, do uso da propriedade, da dignidade da pessoa humana, entre tantos outros mandamentos ao agrupamento social e, conseqüentemente, ao Direito. Criaram-se, a partir dessa intervenção estatal, obrigações negativas aos particulares.<sup>10</sup>

A denominada autonomia da vontade não persistiu face à evolução que se deu no decorrer dos tempos. A manifestação dos particulares, reclamava por uma imposição de limites, por consequência, exigiram uma intervenção efetiva do Estado nas relações individuais, fizeram com que essa nova ideia da autonomia não mais ficasse restrita ao querer das partes. Surgiu, então, a nova expressão autonomia privada, dita, por vezes, de uma versão social da anterior.

Posteriormente, surgiu a teoria normativista da autonomia privada, a ter Hans Kelsen<sup>11</sup> como um de seus principais defensores, posicionou a autodeterminação como pressuposto de fato para a produção de efeitos previamente autorizados pelo próprio ordenamento jurídico,<sup>12</sup> tal como se houvesse delegado ao particular a criação de normas jurídicas individuais.<sup>13</sup> Às normas negociais, tidas como fontes de produção, prefeririam as legais, estas como fontes de validade.

Encontramos ainda, os atos de liberdade individual, dependentes só da vontade de um indivíduo, perfilam-se com a mesma designação: negócio jurídico. Sendo o negócio jurídico, por consequência, o instrumento da autonomia privada.

Para António Menezes Cordeiro,<sup>14</sup> concebe a autonomia como produto de uma atribuição da Ordem Jurídica, dependente de regras.

---

9 Tratado de Direito Civil II: Parte Geral: Negócio Jurídico, p. 40.

10 ORLANDO GOMES, Introdução ao Estudo do Direito, p. 210.

11 Teoria Pura do Direito, p. 179.

12 NERY, Rosa Maria de Andrade e Nelson Nery Junior, Instituições de Direito Civil, vol. I, tomo I, p. 494.

13 MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino, Teoria Geral do Negócio Jurídico, p. 37.

14 CORDEIRO, António Menezes, Tratado de Direito Civil II: Parte Geral: Negócio Jurídico, p. 40.

Neste sentido, a autonomia privada não seria só um fenômeno social com implicações jurídicas, mas com lastros em critérios éticos e econômicos, corresponderia, em seu aspecto dinâmico, a uma autorregulação dos próprios interesses nas relações interpessoais e a uma liberdade individual no campo pessoal, ambas reforçadas pelo Direito, porque por ele reconhecidas e validadas.

## **2. LIMITES DA AUTONOMIA PRIVADA**

O direito é o meio de identificar e regular os fatos relevantes à manutenção da paz social de determinada sociedade que disciplina. Desta forma, as relações recíprocas firmadas no âmbito da autonomia privada que o próprio ordenamento protege não poderia escapar a uma sistematização normativa. A relevância que têm as inúmeras formas de regulação individual dos indivíduos do grupo, aliada ainda à frequência com que delas se utilizam os particulares, haveria de reservar-lhes espaço nobre no ordenamento jurídico.

O direito se encarregou de transformar em uma regra de conduta social; converteu relações sociais espontâneas em negócios jurídicos e, sem perder vista do aspecto dispositivo delas, reforçou o vínculo pessoal, tomando-o mais seguro por meio de suas próprias sanções, levando em consideração a função social que o negócio jurídico inegavelmente possui.

Impõem-se as normas reguladoras do próprio negócio jurídico à autonomia privada, os interesses das partes, dispostos conforme o que for ditado por elas, que merecerá proteção apenas se observados os requisitos legais do negócio jurídico correspondente. Deve ser observada a igualdade formal, a qual encontra como instrumento balizador o princípio da dignidade da pessoa humana.

No que diz respeito aos limites da autonomia privada, José de Oliveira Ascensão<sup>15</sup> categoriza as faculdades da autonomia privada em quatro zonas de atuação, todas elas de alguma forma passíveis de substancial contingenciamento. Desta forma, a liberdade de negociação, referente às tratativas prévias das partes sobre os mais variados aspectos do negócio, inexistiria nos contratos de adesão; a liberdade de criação encontraria resistência especialmente nos negócios de família, que não admitiriam a estipulação de formas atípicas de vinculação jurídica; a liberdade de estipulação não serviria para que, em determinadas ocasiões, como na do testamento, os particulares tivessem livre disposição de seus direitos; e, por fim, a liberdade de celebração, tida como limite mínimo da autonomia privada, poderia ser reduzida, ou mesmo excluída, nas hipóteses de imposição legal de contratar.

---

15 ASCENSÃO, José de Oliveira, Direito Civil – Teoria Geral, v. II, p. 84.

Trata-se de estabelecer uma forma, positivada no direito, de impor limitações ao instrumento da autonomia privada, que é o negócio jurídico. É também por meio de restrição ao seu conteúdo, de imposição à sua forma, de estipulação de tipos negociais fechados, de exclusão, inclusão ou modificação de seus efeitos que se fixam os marcos das fronteiras da autonomia privada.

### **3. A DECLARAÇÃO NEGOCIAL**

O Código Civil regula a declaração negocial nos artigos 217º e seguintes. Trata-se de verdadeiro elemento do negócio jurídico. Desta forma, os elementos essenciais do negócio jurídico são a capacidade das partes, a declaração de vontade sem anomalias e a idoneidade do objeto.<sup>16</sup>

Neste diapasão, a capacidade de gozo ou de exercício e a legitimidade são apenas pressupostos ou requisitos de validade, importando a sua falta uma invalidade. A idoneidade do objeto negocial é um pressuposto de validade, pois a sua falta implica a nulidade do negócio. Diversamente a declaração negocial é um elemento integrante do negócio jurídico, e, a sua falta acarreta a inexistência material do negócio.<sup>17</sup>

Pode-se definir a declaração de vontade negocial como o comportamento que, exteriormente observado, cria aparência de exteriorização de um certo conteúdo da vontade negocial, caracterizando, depois a vontade negocial, tais como a intenção de realizar certos efeitos práticos, passíveis de serem juridicamente tutelados e vinculantes. É a demonstração do comportamento declarativo.<sup>18</sup>

Toda ação exige uma exteriorização. O negócio está perfeito, portanto, é eficaz, assim que a exteriorização se consuma. O momento da formulação coincide com o momento da eficácia.<sup>19</sup>

Para Antônio Junqueira de Azevedo, àqueles dois, somam-se ainda as circunstâncias negociais, supostamente qualificadora da declaração de vontade, de modo a atribuir-lhe força para a produção de efeitos jurídicos, e outros elementos extrínsecos, como o agente emissor da declaração, o lugar e o tempo em que se firma a relação.<sup>20</sup>

---

16 ASCENÇÃO, José de Oliveira, Direito Civil: Teoria Geral, vol. 2, Ações e Fatos Jurídicos/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag. 383.

17 C. A. Mota PINTO, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag. 413.

18 Idem, ibidem, pag. 414.

19 ASCENÇÃO, José de Oliveira, Direito Civil: Teoria Geral, vol. 2, Ações e Fatos Jurídicos/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag. 171.

20 AZEVEDO, Antonio Junqueira, Negócio Jurídico: Existência, Validade e Eficácia, p. 82

Já nas declarações se exige algo mais para a perfeição do negócio, exige-se para a perfeição da declaração que esta seja dirigida ao declaratório, que tenha condições de ser reconhecida pelo destinatário.

Desta forma a validade da declaração afere-se no momento da expedição. Após vencida esta prova, a validade não pode mais ser questionada. Não há invalidade superveniente.<sup>21</sup>

Embora os negócios jurídicos não prescindam dessa finalidade específica de desencadear efeitos práticos – porque não são praticados no vazio, e não obstante a evidente intimidade que tem com o conteúdo do negócio, não se nota, nessa circunstância finalística, elemento adicional, sempre a caracterizá-lo. Diferentemente, nisso se tem a função do negócio jurídico, ou, valendo-se de termo mais conhecido,<sup>22</sup> é isso a sua causa.

Mesmo que ocorra a morte de um dos celebrantes da declaração, esta também vincula os herdeiros. Se a morte ocorrer, nem a validade e nem a eficácia do negócio são afetadas. O mesmo acontece em caso de incapacidade superveniente.<sup>23</sup>

Por vezes a lei exige, que a declaração negocial seja expressa: exemplos arts. 413º, nº 1, 587º, nº2, 595º, nº 2, 628º, nº 1, 731º, 767º, nº 2, 859º, 957º, nº 1, 1134º e 1151º. 1628º, 1681º, nº 3.

Por vezes a lei enfatiza que um certo negócio pode ser celebrado por declaração tácita: exemplos artigos 288º, nº 3, 302º, nº 2, 2056º, nº 1 e 2323º todos do Código Civil, o que já resultaria do princípio geral emanado do art. 217º.<sup>24</sup>

É necessário definir o critério diferenciador dos dois tipos de declaração.

Desta forma, o critério da distinção entre declaração expressa e declaração tácita (art. 217º) é o proposto pela teoria subjetiva.

A possibilidade de um negócio formal se concretizar através de declaração tácita está expressamente reconhecido pelo nº 2 do art. 217º, desde que os fatos concludentes estejam revestidos de forma legal.

---

21 ASCENÇÃO, José de Oliveira, Direito Civil: Teoria Geral, vol. 2, Ações e Fatos Jurídicos/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag. 172.

22 BETTI, Emilio, Teoria General del Negocio Jurídico, p. 133

23 ASCENÇÃO, José de Oliveira, Direito Civil: Teoria Geral, vol. 2, Ações e Fatos Jurídicos/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag. pags. 172-173

24 C. A. Mota PINTO, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag. 422.

No Brasil, o confronto tem como parâmetro o rol do art. 104 do Código Civil (antigo art. 82 do Código de 1916), a demandar a capacidade do agente, a licitude do objeto e a higidez formal. O Direito Civil francês, por outro lado, estabelece como pressupostos de validade o consentimento e a capacidade das partes, a certeza do objeto e a licitude da causa.

#### **4. A QUALIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS: OS PLANOS DA EXISTÊNCIA, DA VALIDADE E DA EFICÁCIA**

Pelo já mencionado procedimento de significação, determinado fato a que o ordenamento reconheça relevância ganha ingresso na ordem jurídica. A operação de subsunção, de vinculação à norma, atua para que se deflagrem os efeitos correspondentes no campo do direito. O fenômeno, se observado em sua inteireza, foi compreendido por António Junqueira de Azevedo,<sup>25</sup> em duas etapas distintas e sucessivas, denominadas pelo autor de plano de existência e de eficácia. Todavia, por mais complexos, são mais dependentes da constatação de determinada intercorrência natural ou de algum simples comportamento humano, têm seu reconhecimento jurídico condicionado à passagem por um filtro de adequação. Esses requisitos condicionantes da juridicidade do negócio constituem, na visão do referido doutrinador, novo plano, de validade.

Os negócios jurídicos não deixam de compreender os aludidos planos da existência e da eficácia, mas, porque mais complexos, dependentes mais do que simples constatação de determinada intercorrência natural ou de algum simples comportamento humano, têm seu reconhecimento jurídico condicionado à passagem por um filtro de validação.

De todo modo, pelo que já se expôs, não se podem confundir inexistência material, invalidade e ineficácia jurídicas. Nem se mostra adequado definir uma única figura compreensiva de todas essas situações. A inexistência, sendo o nada, no máximo a aparência, não se parelha à invalidade ou à ineficácia, atributos estes só do ato existente.<sup>26</sup>

#### **5. INTENÇÃO (VONTADE)**

A ação é precedida por uma fase de deliberação, em que os motivos são ponderados. Entre esses fins encontra-se a intenção. A intenção realizada no mundo exterior é uma ação. Desta forma, a vontade de realização que está imersa na ação é a constituinte da intenção.<sup>27</sup>

---

25 AZEVEDO, António Junqueira, *Negócio Jurídico: Existência, Validade e Eficácia*, p. 23.

26 *Invalidade do Negócio Jurídico: Nulidade e Anulabilidade*, p. 24

27 ASCENÇÃO, José de Oliveira, *Direito Civil: Teoria Geral*, vol. 2, *Ações e Fatos Jurídicos*/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag.111.

A intenção ocupa o lugar central. Necessita ser individualizada dos fins. Os fins se classificam em mediatos e imediatos, sendo o primeiro não são fins da ação, mas fins que o agente se propõe a atingir com a ação. Já o segundo é a intenção, conjuga-se com a exteriorização para formar a ação propriamente dita. É a estrutura, núcleo da própria ação na qual ficou constituído.<sup>28</sup>

A autonomia conferida aos particulares para a formação dos negócios jurídicos que mais adequadamente atenderam aos seus interesses haveria de ensejar perfeita correspondência entre a vontade interna dos envolvidos e a declaração dela extraída.<sup>29</sup> Os inúmeros defeitos que sabidamente atingem os negócios jurídicos,<sup>30</sup> entretanto, servem como prova de que nem sempre as partes podem ou querem essa coincidência entre o subjetivo e o objetivo.

Há grande debate em torno da apuração do fator volitivo nos negócios jurídicos. De um lado, estão os filiados à teoria da vontade (*Willentheorie*), segundo a qual deve ser perquirida a vontade real do declarante (Savigny, Windscheid, Dernburg, Unger, Oertmann, Enneccerus); de outro lado, os partidários da teoria da declaração (*Erklärungstheorie*), para quem não é necessário cogitar do querer interior do agente, mas investigar a própria declaração (Zittelmann).<sup>31</sup>

No que tange ao propósito das chamadas teoria da vontade e teoria da declaração são tradicionais os escritos que evidenciam as diferenças entre o direito francês e o direito alemão ao tratar do papel da vontade nos negócios jurídicos. De um modo geral, diz Roger Perrot, o direito francês se apresenta como um direito essencialmente psicológico, que dá, às menores nuances do foro íntimo, uma importância decisiva; ao passo que o BGB tem por preocupação maior a segurança das relações contratuais, ainda que "pagando o preço de uma cristalização mais ou menos forçada das vontades individuais".<sup>32</sup>

Antônio Junqueira de Azevedo, em seus estudos, contesta tanto a afirmação de que o direito francês e o direito alemão tenham visões diametralmente opostas a esse respeito,<sup>33</sup>

---

28 ASCENÇÃO, José de Oliveira, *Direito Civil: Teoria Geral*, vol. 2, *Ações e Fatos Jurídicos*/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag 112,113.

29 SANTOS, José Beleza dos, *A Simulação em Direito Civil*, p. 4.

30 CORDEIRO, A. Barreto Menezes, *Da Simulação no Direito Civil*, p. 15 e 51

31 PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*, atual. de acordo com o novo Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. I. pag. 481.

32 PERROT, Roger; RIEG, Alfred. Prefácio. In: *Le rôle de la volonté dans l'acte juridique em droit civil français et allemand*, cit., p. I apud AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, cit., p. 75.

33 AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 4. ed. atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2010, pag. 75-80.

quanto o conceito "simplista", em sua opinião, de que a teoria da vontade é "individualista" e a teoria da declaração, "social". Diz ele, acerca da complexidade do tema: "O sistema do predomínio da vontade interna parece, certamente, ao primeiro olhar, mais protetor da liberdade do indivíduo e pouco cioso do aspecto 'social', mas é preciso não esquecer que, por exemplo, quando se trata de um contrato, que põe em jogo dois sujeitos, beneficiar um é prejudicar o outro. Se imaginarmos um caso de erro (no qual a questão se põe mais frequentemente), numa compra e venda, na qual as duas partes estejam de boa-fé, a aplicação da teoria da declaração poderá levar, graças à manutenção do ato, a beneficiar o que certat de lucro captando e a prejudicar o que, já então, somente procura evitar um dano; a aplicação da teoria da vontade, porém, levando à anulação, isto é, à destruição do ato, que, por natureza, é especulativo, viria beneficiar o que certat de damno vitando. Ora, essa segunda solução nos parece muito mais de acordo com a moral social."<sup>34</sup>

Para o mencionado professor da Universidade de São Paulo, a verdade é que tanto uma teoria quanto a outra apresentam um erro na sua formulação inicial: ambas admitem a existência de dois elementos do negócio jurídico, quais sejam a vontade e a declaração, divergindo somente quanto à prevalência de um e de outro. No entanto, afirma Junqueira de Azevedo, não há dois elementos do negócio jurídico, mas apenas um: a declaração de vontade.

As divergências entre os seguidores das teorias da vontade e da declaração contribuíram para o surgimento de outras teses a respeito, como a Teoria da Responsabilidade e a Teoria da Confiança. Segundo a teoria da responsabilidade, havendo divergência entre a vontade e a declaração, deve prevalecer a primeira, exceto quando a desavença decorra de ato culposo ou doloso do próprio declarante. Nesta última hipótese, prevalecerá a declaração.

Sobre o assunto, leciona Nelson Nery Junior, o negócio jurídico é produto de vontade, e como tal deverá prevalecer sobre a declaração.<sup>35</sup>

A solução funciona tal como uma pena ao agente que, de forma culposa ou dolosa, causa dano a terceiro que nele confiou, frustrando a expectativa legítima de alguém que se dispôs a negociar segundo as regras vigentes. Não por outro motivo, a reparação que toca

---

34 AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. 4. ed. atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2010, pag. 80-81.

35 "Para esta teoria, o negócio jurídico é produto de vontade, e como tal deverá prevalecer sobre a declaração. Faltando a vontade, o ato será nulo ou anulável. Como exceção à regra aqui estabelecida, e, fundamentando a sua construção na responsabilidade, os sequazes da teoria aqui analisada entendem que, se houver culpa (ou dolo) do declarante e boa-fé (ausência de culpa ou dolo) do declaratário, o ato será válido." - NERY Jr., Nelson. Vícios do ato jurídico e reserva mental. São Paulo: RT, 1983.

ao culpado consiste, justamente, em satisfazer aquela expectativa, decretando-se a obrigação de cumprir a declaração feita.

O princípio da confiança, sentencia Karl Larenz, é um princípio "imaneente à nossa ordem jurídica".<sup>36</sup> Ao agir, o cidadão deve confiar na atuação alheia e nas condições que lhe são dadas, de modo que possa prever e esperar o resultado legítimo de sua ação.

A teoria da confiança é exemplo, portanto, de uma nova ordem jurídica; de uma ordem jurídica que valoriza o interesse social, que enxerga a controvérsia entre a vontade e a declaração para além da perspectiva de quem a emite, ou seja, que não deixa de levar em conta o comportamento de quem a recebe.

Pelo seu maior grau de ponderabilidade e temperança, em comparação aos rigores das teorias da vontade e da declaração, a teoria da confiança vem sendo, aos poucos, incorporada à legislação estrangeira.

O direito português prevê as seguintes hipóteses de vícios da vontade ou divergência entre a vontade e a declaração – denominados, genericamente, na legislação brasileira como defeitos do negócio jurídico: coação física; falta de consciência da declaração; incapacidade acidental; por falta de liberdade: coação moral; por falta de conhecimentos: erro-vício e dolo; por ambos; simulação; reserva mental; declarações não sérias; erro-obstáculo; erro de cálculo ou de escrita; erro na transmissão.

## **6. A INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS**

Segundo Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda,<sup>37</sup> a distinção que separa o conceito de inexistência do de nulidade é que o primeiro se refere à substância do negócio, à afirmação sobre o ser, ao passo que o segundo, se limita ao não-valer. Na interessante expressão do aludido autor, a invalidade se passa já no mundo jurídico.<sup>38</sup> Há, na vocação que têm para a geração de consequências jurídicas, clara correspondência ao peso de cada uma dessas posições.

Sendo o ato declarado inexistente, por ser insuficiente a merecer significação jurídica, não pode gerar os efeitos jurídicos que com ele se pretendia alcançar. De outra banda, o ato nulo, embora excepcionalmente, pode produzir efeitos jurídicos.

---

36 Metodologia da ciência do direito. Trad. José Lamego. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 603.

37 MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes, Tratado de Direito Privado: Parte Geral, Validade. Nulidade. Anulabilidade, tomo IV, 4ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1983, pag. 20.

38 Tratado de Direito Privado, t. IV, p. 28. Numa construção mais poética, CLOVIS BEVILACQUA, Teoria Geral do Direito Civil, p. 259, descreveu os atos nulos como um enfermo condenado à morte; o outro (inexistente) não tem existência jurídica; será quando muito, a sombra de um ato, que se desvanece, desde que a consideremos de perto.

As intercorrências que, depois de regular celebração, interceptarem o negócio jurídico para negar-lhe os efeitos pretendidos serão de outra natureza.

A invalidade comporta gradação.<sup>39</sup> Conforme a gravidade, será avaliado pelo próprio ordenamento jurídico, em atenção aos mais variados critérios, a invalidade assume a forma de nulidade ou da anulabilidade, com notáveis diferenças de regime. Segundo Clovis Bevilacqua,<sup>40</sup> surgiu a modulação da invalidade por força pretoriana, como meio de contornar o rigor com que o Direito Romano tratava os negócios contrários à lei.

Estabeleceram-se, então, atos nulos de pleno direito e atos cuja nulidade dependia de manifestação judicial, embora sem acordo doutrinário e legal quanto à classe que cada uma das invalidades deveria ocupar. O projeto do primeiro diploma civil brasileiro, coordenado pelo aludido autor, categorizou as invalidades conforme os interesses afetados. Já a agressão a normas de ordem pública estaria a merecer resposta mais enérgica, com caracteres que se afeiçoam à nulidade propriamente dita; mas a lesão a interesses individuais de quem tivesse discernimento e meios razoáveis de defesa poderia ter tratamento diferente, a depender, inclusive, da conveniência do próprio titular, no que se teria anulabilidade. Os arts. 145 e 147 do Código Civil brasileiro de 1916 testemunhavam a adoção da teoria nos termos propostos por seu coordenador.

Assim, o ato praticado por pessoa absolutamente incapaz, ou que tivesse objeto ilícito ou impossível, os que não adotassem a forma legal ou que tivessem desconsiderado solenidade essencial, bem assim os que fossem expressamente taxados de nulo, seriam absolutamente ineficazes por alegação de qualquer interessado ou do Ministério Público, ou mesmo por reconhecimento oficioso, independentemente de ação própria, sem possibilidade de confirmação. Os anuláveis, de outro modo, ou produziram os efeitos jurídicos esperados até que o contrário se determinasse judicialmente, por iniciativa das partes ou de terceiro prejudicado, ou seriam ratificados, expressa ou tacitamente, mantendo incólumes seus efeitos pretéritos e assegurando os futuros.

O Código Civil de 2002, com alguma alteração, não se desviou do critério anterior e continuou a apartar o nulo do anulável, mediante estabelecimento de regimes semelhantes aos do diploma anterior.

---

39 GOMES, Orlando - Introdução ao Estudo do Direito, p. 361, e ZENO VELOSO, Invalidade do Negócio Jurídico: Nulidade e Anulabilidade, p. 23.

40 BEVILACQUA, Clovis, Teoria Geral do Direito Civil, p. 254

O Código Civil português prestigiou os mesmos critérios. Segundo Antonio Menezes Cordeiro,<sup>41</sup> da observação das hipóteses legais de nulidade e anulabilidade, identificam-se, como fundamentos da primeira, a falta de elemento essencial e a contrariedade ao Direito, ao passo que, para a segunda, o interesse só do particular.

## 7. A NULIDADE

Estipulou-se, a tendência que tem o ato nulo de não produzir efeitos. Sendo concomitante à formação do negócio, a nulidade o torna inviável para impedir a produção dos efeitos desejados.<sup>42</sup> A nulidade se opera de pleno direito, porque a sanção decorre diretamente da lei. Diante da carente qualificação de um determinado negócio, o ordenamento via de regra, nega-lhe a produção daqueles efeitos jurídicos diretamente visados pelas partes.

Por isso é que, na forma dos arts. 168 e seguintes do novo Código Civil brasileiro, semelhantes aos dos arts. 286º e posteriores do Código Civil português, a nulidade, que opera de pleno direito, pode ser denunciada por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, reconhecendo-a oficiosamente, inclusive, o próprio juiz. Tampouco se admitem confirmação e sanção.

Por seu predicado, o ato nulo não se convalida, sua irregularidade não se conserta nem se contorna. Às partes também se estendem as restrições, pois não poderão confirmar negócio nulo. Verificada a deficiente qualificação de seus elementos constitutivos à época de sua formação, o ato assim se manterá nulo. Como há de ocorrer no sistema das invalidades, há exceções, tal como a da nulidade testamentária, a ser impugnada só no prazo de cinco anos do registro.

O disposto no art. 169 do Código Civil brasileiro expressamente afasta a possibilidade de o negócio jurídico nulo convaler. Apesar disso, continua a doutrina a divergir sobre a prescrição ou a decadência da nulidade. Zeno Veloso, porém, ao interpretar o artigo, nega a convalidação que traria a prescrição ou a decadência. No direito português, José Alberto Vieira,<sup>44</sup> interpreta a regra consignada no art. 286º do Código Civil português de forma a afastar o impedimento, pela prescrição ou pela decadência à arguição da nulidade.

No que se refere a simulação, especificamente quanto aos efeitos do negócio simulado, atrelados à noção de nulidade de que agora se tratou, ressalta a impertinência de

---

41 CORDEIRO, António Menezes, Da Confirmação no Direito Civil, p. 176

42 VELOSO, Zeno, Invalidez do Negócio Jurídico: Nulidade e Anulabilidade, 2ª edição, Belo Horizonte, Del Rey, 2005, p. 152.

43 Idem, Ibidem, pag. 166.

44 VIEIRA, José Alberto, Negócio Jurídico, Anotação ao Regime do Código Civil (Artigos 217º a 295º), Lisboa, Coimbra Editora, 2009, pags. 104-105.

vincular a um modelo inflexível de invalidade para a definição das consequências que o descortinamento do ajuste simulatório haveria de provocar. Mais adequado, então, é que se considere plenamente o peso de outros valores mais caros ao Direito, tais como a boa-fé de terceiros, em detrimento de uma rígida obediência a uma sistemática que já não existe plenamente.

## **8. ANULABILIDADE**

Esclareça-se, inicialmente, que é anulável o negócio quando sua imperfeição for sanável.

Estabelece o art. 171 do Código Civil que, “além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I – por incapacidade relativa do agente; II – por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores”.

Esse art. 171 atualiza e melhor redige o texto do art. 147 do Código de 1916.

No entendimento do art. 171, engloba-se, também, o sentido do texto do art. 154 do Código de 1916.

A doença, o vício, que macula o negócio é curada, convalidando-se este por sua confirmação ou ratificação.

Ao lado da nulidade absoluta ou de pleno direito, passa-se a análise da nulidade relativa, da anulabilidade, que, ao contrário daquela, não viola norma de ordem pública, daí a possibilidade de sua correção.

Como o defeito do negócio anulável não é tão grave, este produz efeito até que seja anulado, podendo ou não convalidar-se.

Como resta evidente, as normas que tornam anuláveis os negócios jurídicos são dispositivas, visando os interesses particulares, não gerais da coletividade.

O art. 171,<sup>45</sup> do Código Civil Brasileiro, estabelece duas hipóteses de negócios jurídicos anuláveis, além dos que são declarados na lei: o que for praticado por agente relativamente incapaz; ou o que apresentar vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

---

45 Código Civil brasileiro, Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I - por incapacidade relativa do agente; II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. Consult: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm), acesso em 30/08/2019. 212

Também incluiu, em seu texto, o atual Código os ébrios habituais e os viciados em tóxico. A incapacidade referente aos toxicômanos regulou-se pelo Decreto-lei n. 891, de 25 de novembro de 1938, e pela Lei n. 6.368, de 21 de outubro de 1976. Pelo art. 27 do citado.

A incapacidade, atinente aos psicopatas, já fora regulada pelo Decreto n. 24.559, de 3 de julho de 1934. O art. 26 também classifica os psicopatas como absoluta ou relativamente capazes, conforme perícia médica processada regularmente. No mesmo sentido, enquadravam-se os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, conforme a inclusão feita no inciso III do art. 4o do Código.

O art. 4º do atual Código Civil mantém, nessa relativa incapacidade, ainda, os pródi-gos e os silvícolas, esta regulada por legislação especial.

No tocante à anulabilidade decorrente de erro, dolo, coação e fraude contra cre-dores, o artigo ora comentado os mantém, como no Código anterior de 1916 (art. 147, II). Todavia, acrescenta o atual Código Civil novas figuras de incapacidade relativa, tais como o estado de perigo e a lesão. Todos esses institutos, declinados no inciso II do art. 171, ora analisado, já foram estudados anteriormente.

É certo que a simulação foi retirada desse elenco dos vícios sanáveis da manifesta-ção da vontade, para considerar-se negócio nulo, conforme o art. 167 do Código Civil.

A eficácia do ato anulável, porém, é provisória. Se eventualmente for judicialmente decretada a anulação, a lei determina a restituição das partes ao estado anterior. A regra, prevista no art. 182 do Código Civil brasileiro, emparelha-se à do art. 289º, 1, do diploma português. A propósito, José Alberto Vieira,<sup>46</sup> esclarece a pertinência de resolverem-se ou-tras questões, provenientes das modificações de fato a que se sujeitarem os objetos do negócio, tais como os melhoramentos na coisa comprada.

Não é, porém, a única via. As partes – ou, ao menos, unilateralmente, a parte a quem interessar a anulação<sup>47</sup>–, desde que já tenha cessado a causa que vicia o negócio, poderão confirmar o ato, dando, aos efeitos passados, regularidade retroativa. Não se trata, propria-mente, de retroatividade dos efeitos, porque estes já vinham sendo produzidos desde a origem. O que a confirmação exclui é a precariedade desses efeitos.

---

46 VIEIRA, José Alberto, *Negócio Jurídico, Anotação ao Regime do Código Civil*, Lisboa, Coimbra Editora, 2009, pag. 105

47 VELOSO, Zeno, *Invalidez do Negócio Jurídico: Nulidade e Anulabilidade*, 2ª edição, Belo Horizonte, Del Rey, 2005, pag.280.

Pode ocorrer tacitamente, conforme sinalizar a conduta do beneficiado pela invalidez (art. 174 do Código Civil brasileiro, correspondente ao já mencionado art. 288º, 3, do português).

Não se exige forma especial para a confirmação, mesmo nos casos em que o negócio principal se celebre apenas solenemente. A regra, ausente no Direito brasileiro, encontra previsão no art. 288º, 3, do Código Civil português.

No Direito português, a retroatividade da confirmação atinge terceiros (art. 288º, 4, do Código Civil), diferentemente do que ocorre no Brasil, ressalvados que são seus direitos (art. 172, parte final, do Código Civil). Em razão do regime aplicável à anulabilidade, a autorizar a eficácia do ato anulável até que o contrário seja judicialmente decretado, o sistema português se mostra mais coerente.

É possível ocorrer a decadência do direito de pleitear a invalidação, igualmente como na confirmação, mantêm-se definitivamente os efeitos gerados. No direito português, o prazo anual se suspende enquanto não for cumprido o negócio.

A anulabilidade por se tratar de interesses privados, depende do impulso dos interessados, só será declarada por sentença mediante o ajuizamento de ação própria. Não o supre o juiz. O termo interessado de que se valeu o legislador ao ditar a regra do art. 177 do Código Civil é mais restrito do que aquele do art. 168.

O mais aconselhável, entretanto, seria que a diferença decorresse diretamente do enunciado legal, tal como se faz no Código português (art. 287º, 1), a conferir ação apenas àqueles em benefício de quem se estabeleceu a anulação. Todavia, a inércia dos legitimados serve à convalidação da anulabilidade. O prazo decadencial atua, então, para estabilizar a situação que se manteve somente em função da inércia dos interessados.

## **9. A IRREGULARIDADE**

Na modulação dos vícios que afetam o negócio jurídico já em sua formação, a irregularidade é a que se coloca na base. Trata-se de desvio insuficiente a afetar o negócio jurídico em si, sem prejuízo à sua validade e eficácia. Todavia, trata-se de hipóteses em que o descumprimento de certas condições legais desencadeia sanções específicas, de diversas naturezas.<sup>48</sup>

---

48 FIDALGO, Vitor Pamela, Contributo para o Estudo da Teoria Geral dos Vícios do Negócio Jurídico: A Inexistência jurídica Existe?, in O Direito, nº 145, 2013, pag. 316.

## II – SIMULAÇÃO

### 1. CONCEITO DOUTRINÁRIO DE SIMULAÇÃO

O conceito doutrinário de simulação é construído de formas diversas, através de algumas teorias, as quais se aproximam daquelas sobre a vontade. Passam a ser apresentadas as teorias tradicionais, bem como algumas construções doutrinárias mais recentes, para que, ao fim, seja possível vislumbrar o que há de comum entre elas e melhor compreender o instituto jurídico da simulação.

A primeira teoria a ser apresentada é aquela adotada pelos doutrinadores voluntaristas, que defendem ser a simulação um conflito entre vontade e declaração. Haveria, portanto, uma deliberada divergência entre o que é querido pelas partes e o que fora objeto de declaração. Conforme esta corrente doutrinária, a simulação seria um vício social dos negócios jurídicos.<sup>49</sup>

Em sentido oposto a antecedente, está a teoria da declaração, através da qual se depreende que a simulação seria o conflito entre declarações. Este seguimento doutrinário conclui que a configuração da simulação necessita da instauração de duas instâncias, de dois atos distintos, que seriam o ato ostensivo e o ato oculto.<sup>50</sup> Conclui-se que a divergência seria entre atos, e não apenas entre vontades.

A última teoria tradicional seria aquela atrelada à concepção objetivista do negócio jurídico. A simulação apareceria como um defeito funcional do negócio jurídico e, por meio dela, estaria ocorrendo um abuso da função instrumental do negócio jurídico. Desse modo, a simulação conformaria uma “instância de ausência de pretensão de validade”, de modo que o acordo simulatório seria formulado com o objetivo de aniquilar a causa do negócio jurídico simulado.<sup>51</sup>

Diante destas teorias, foram organizados na doutrina pátria os conceitos de simulação que passam a ser expostos.

Segundo Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, o conceito de simulação vem da concepção de que “Simular vem de simul, advérbio, com o sentido de fingir ser, ou de se aparentar o que não se é”.<sup>52</sup> O mencionado autor ressalta que haveria uma divergência

---

49 ANDRADE JÚNIOR, Luiz Carlos de. A simulação no direito civil. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 37-39.

50 Idem, ibidem, pags. 41-42.

51 Idem, ibidem, pags. 44-45

52 MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de direito privado: parte geral. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2000, v. 4, pag. 439.

entre a volição e a exteriorização.<sup>53</sup> Esta compreensão estaria mais arraigada à teoria da vontade.

Marcos Bernardes de Mello conceitua que simular significar mentir ou fingir algo que não é real.<sup>54</sup> Os seus elementos essenciais seriam a existência de um ato conscientemente inverídico, a partir da intenção dos participantes, bem como a consciência sobre a simulação por todos os figurantes. Quanto a este último aspecto, o autor ressalva que aquele figurante que não sabia da simulação sofreu dolo por parte dos demais.<sup>55</sup>

Leciona Orlando Gomes, “para haver simulação, é necessário o acordo simulatório. É tal acordo que possibilita compreender a distinção entre a simulação e a reserva mental”. No caso da simulação, todos os participantes acordam em simular a sua real intenção, para exteriorizar uma diversa daquela que pretendem efetivar, inventada para fingir aquele negócio jurídico simulado. Não escondem entre si qual a vontade real. Já a reserva mental, é emissão de uma declaração em que não se quer o conteúdo, bem como o resultado.

O acordo simulatório, em síntese, seria um ato preparatório da própria simulação, em que as partes conjugam as suas vontades de aparentarem firmar negócio jurídico distinto do seu real querer. Os seus participantes são, portanto, as mesmas partes da simulação.<sup>56</sup>

Para Clóvis Beviláqua, “é uma declaração enganosa da vontade, visando produzir efeito diverso do ostensivamente indicado”.<sup>57</sup> No mesmo sentido, Carlos Roberto Gonçalves, simulação, corresponde a uma declaração falsa da vontade, visando negócio diverso do efetivamente desejado.<sup>58</sup>

Neste diapasão, negócio simulado é o que tem aparência contrária à realidade. Assim sendo, é produto de um conluio entre os contratantes, visando obter efeito diverso daquele que o negócio aparenta conferir.

Não é vício de consentimento para o direito brasileiro, pois não atinge a vontade em sua formação. Há divergência no teor da declaração, efetivada de comum acordo com a

---

53 Idem, *Ibidem*, pag. 442.

54 MELLO, Marcos Bernardes de, *Teoria do fato jurídico: plano da validade*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 115.

55 MELLO, Marcos Bernardes de, *Teoria do fato jurídico: plano da validade*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, pag. 116

56 GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 21. ed. rev. e atual. por Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Pag. 331.

57 BEVILÁQUA, Clóvis, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado*, 6. Ed., 1940, art. 102.

58 GONÇALVES, Carlos Resende, *Direito Civil 1: esquematizado: parte geral: Obrigações e contratos /Carlos Roberto Gonçalves; Coordenado por Pedro Lenza*. – 6. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pag. 374.

pessoa a quem se destina, com o intuito de ludibriar terceiros ou fraudar a lei.<sup>59</sup> Trata-se na realidade de vício social.

A causa simulandi tem as mais diversas procedências e finalidades. No Brasil as principais são: burlar a lei, Fraudar o Fisco, prejudicar credores ou até guardar em reserva determinado negócio.

Em Portugal, também é frequente a prática de negócios simulados e as principais são: A fraude fiscal, pela qual se declara um valor inferior ao real para diminuir as percepções tributárias; A fraude contra os credores, pela qual o devedor finge dispor de seus bens para evitar que, em caso de inadimplência, os credores possam penhorar; A fraude contra os preferentes, pela qual se declara um valor superior ao real para evitar que um terceiro venha preferir; A alienação de partes sociais a testas de ferro, que permite aparentar pluralidade de sócios nas sociedades.<sup>60</sup>

Por conta da gama de situações que pode abranger e os devastadores efeitos levaram o legislador brasileiro a deslocar a simulação do capítulo concernente aos defeitos do negócio jurídico para o da invalidade, como causa de nulidade.<sup>61</sup>

O acordo simulatório, em síntese, seria um ato preparatório da própria simulação, em que as partes conjugam as suas vontades de aparentarem firmar negócio jurídico distinto do seu real querer. Os seus participantes são, portanto, as mesmas partes da simulação.

O conceito leva a entender que todas as definições confluem para uma mesma conclusão, que é a de que as partes acordam em esconder, simular, fingir algo. Independentemente da forma linguística e dos signos eleitos para melhor desenhar este cenário, é importante que se tenha em mente a existência de algo que ilude terceiros, que não revela a verdade das partes. Por isso, não se adota uma específica teoria, mas essa ideia central que permeia todas as apresentadas.

## **2. AS MODALIDADES DE SIMULAÇÃO NO CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS E NO BRASILEIRO DE 2002.**

A simulação pode ser classificada a partir de diferentes parâmetros, a exemplo da existência ou não de um negócio jurídico dissimulado das partes envolvidas, do objeto, da contaminação de todo o negócio jurídico ou apenas de parte deste.

---

59 AMARAL, Francisco, Direito Civil, introdução, 4.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, pag. 494-495.

60 ASCENÇÃO, José de Oliveira, Direito Civil: Teoria Geral, vol. 2, Ações e Fatos Jurídicos/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag.187.

61 GONÇALVES, Carlos Resende, Direito Civil 1: esquematizado: parte geral: Obrigações e contratos /Carlos Roberto Gonçalves; Coordenado por Pedro Lenza. – 6. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pag.375.

No Direito Português, a simulação pode ser:

- absoluta e relativa
- subjetiva e objetiva
- fraudulenta e inocente.

A simulação é absoluta quando as partes não querem celebrar negócio nenhum. É relativa se aparentam um negócio, para encobrir um negócio diferente que querem realmente celebrar: por exemplo, escondem um arrendamento sob um comodato simulado de habitação.

Por sua vez, a simulação subjetiva consiste em fingir negociar com alguém, quando na realidade se pretende negociar com outra pessoa, ou em benefício de outra pessoa. A simulação prevista no art. 2200º<sup>62</sup> é tipicamente uma simulação subjetiva.

A simulação objetiva, ou relativa ao conteúdo implica que o fingimento, se refira a própria matéria ou conteúdo do negócio.<sup>63</sup>

A distinção entre simulação absoluta e relativa tem importância derivada. Sendo que a relativa pode ser solucionado pelo artigo 241º, nº2 do Código Civil português,<sup>64</sup> importante, porque são muito diferentes o regime do negócio simulado e do negócio dissimulado.

A simulação como a reserva mental, não precisa ser fraudulenta. Pode ser inocente, conforme estabelece o art. 240º, nº 1 do Código Civil Português, bastando apenas o intuito de enganar terceiros.

## **2.1 EFEITOS DA SIMULAÇÃO ABSOLUTA PORTUGAL E BRASIL**

A sanção do negócio simulado é a nulidade (art.240º, nº 2). Pode, porém, gerar consequências diferentes em hipóteses particulares. Assim, nos casos em que a cláusula testamentária simulada é anulável. Também o casamento simulado é anulável (art.1635º, d).

---

62 Art. 2200º do Código Civil Português - É anulável a disposição feita aparentemente a favor de pessoa designada no testamento, mas que, na realidade, e por acordo com essa pessoa, vise a beneficiar outra. Consult.:[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?ficha=2201&artigo\\_id=&nid=775&pagina=23&tabela=leis&nversao=&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=2201&artigo_id=&nid=775&pagina=23&tabela=leis&nversao=&so_miolo=), acesso em 02/09/2019.

63 ASCENÇÃO, José de Oliveira, Direito Civil: Teoria Geral, vol. 2, Ações e Fatos Jurídicos/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag.188.

64 Artigo 241º - 2 - Se, porém, o negócio dissimulado for de natureza formal, só é válido se tiver sido observada a forma exigida por lei. Consult.: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?ficha=2201&artigo\\_id=&nid=775&pagina=23&tabela=leis&nversao=&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=2201&artigo_id=&nid=775&pagina=23&tabela=leis&nversao=&so_miolo=), acesso em 02/09/2019.

A simulação importa a nulidade do negócio simulado, pois as partes sabiam que o objetivamente declarado não se destinava a valer.

De acordo com o regime geral, pode qualquer interessado arguir a nulidade e o tribunal pode declará-la oficiosamente. (art. 286º, para o qual remete o art. 242º) ambos do Codex português. Os próprios simuladores são partes legítimas para invocar em juízo a nulidade do ato simulado, um contra o outro, mesmo que a simulação seja fraudulenta.<sup>65</sup> E, poderá ser arguida tanto por via de ação como de exceção, conforme preceitua o art. 287º, nº2.

Ressalte-se que a nulidade do negócio simulado pode ser arguida a qualquer tempo, seja porque o negócio não tenha sido cumprido, hipótese em que pode ser arguidos motivos de anulabilidades, sem dependência de prazo ou mesmo quando tenha sido cumprido o prazo (arts. 286º e 287º, nº 2 do Código Civil português).<sup>66</sup>

A inexistência de prazo de caducidade para a propositura do declaratória de nulidade não impede os efeitos práticos da invalidade. Todavia, no caso da simulação não poderá haver, em regra, usucapião, pois o simulado adquirente é um possuidor em nome alheio, possuidor precário (art. 1253º, al. c).<sup>67</sup>

Noutras ordens jurídicas, como a brasileira, o efeito geral da simulação é a anulabilidade, o que é, aliás, mais lógico, porquanto se tutelam em primeira linha interesses particulares.

O Direito brasileiro apresenta classificação da simulação em absoluta ou relativa. O artigo 167, do Código Civil de 2002, é taxativo ao afirmar que o negócio jurídico simulado é nulo. Contudo, faz a ressalva de que “subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma”.<sup>68</sup> Esta hipótese apenas será aplicável se existir de fato um outro negócio jurídico encoberto pelo simulado, que é o caso da simulação relativa.

A simulação absoluta é aquela em que “as partes querem que o contrato não produza seus efeitos típicos”.<sup>69</sup> Ou seja, não haverá a intenção de se esconder um segundo con-

---

65 PINTO, Carlos Alberto Mota, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag. 468.

66 Idem, ibidem, pag. 469.

67 Idem, Ibidem, pag. 469.

68 Código Civil brasileiro, Consult. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). acesso em 30/08/2019.

69 AURICCHIO, Alberto, A Simulação no Negócio Jurídico: Premissas Gerais, Coimbra, Coimbra Editora, 1964. Pag. 47. 219

trato, mas há intenção de fingir que aquele negócio jurídico é o que aparenta ser, mas, com relação ao qual, as partes não têm qualquer pretensão de que produza efeitos jurídicos.

Na simulação absoluta, verifica-se a existência de uma declaração de vontade que, em verdade, se destina a não produzir qualquer efeito. Há apenas a aparência. Neste caso, existem apenas dois elementos, o acordo simulatório e o negócio jurídico simulado.<sup>70</sup>

Verifica-se a existência de uma declaração de vontade que, em verdade, se destina a não produzir qualquer efeito.<sup>71</sup> Há apenas a aparência. Neste caso, existem apenas dois elementos, o acordo simulatório e o negócio jurídico simulado.<sup>72</sup>

## 2.2 EFEITOS DA SIMULAÇÃO RELATIVA PORTUGAL E BRASIL

Na simulação relativa, tal como na absoluta, o negócio fictício está ferido de nulidade. Porém com um problema que surgia no caso da simulação absoluta, *quid juris*, ou seja, aplica-se a solução jurídica que seria aplicada ao negócio jurídico, caso tivesse sido concluído sem dissimulação (art. 241º). Podendo, neste caso, o negócio ser válido e eficaz ou poderá ser inválido.<sup>73</sup>

Com relação a simulação em prejuízo da Fazenda Nacional, aplica-se o disposto no art. 39ª da Lei Geral Tributária, segundo a qual, em caso de simulação, a tributação recai sobre o negócio real, e não sobre o simulado, dependendo a tributação de negócio real que conste de documento autêntico, de decisão judicial a declarar a sua nulidade.<sup>74</sup> Deve-se levar em consideração ainda, as disposições que permitem ao Estado, às autarquias e demais pessoas coletivas de direito público, representados pelo Ministério Público, preferir na venda de imóveis e no repasse do estabelecimento, quando por simulação de preço, o imposto devido tenha sido recolhido por valor inferior, pelo menos em 30% ou em 5.000 Euros o valor sobre o que incidiu.<sup>75</sup>

Já no que se refere aos negócios formais, a validade do negócio real torna-se necessária a observância do formalismo que para ele, exige a lei, mesmo que tal forma não seja suficiente para o negócio aparente.

---

70 GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. 21. ed. rev. e atual. por Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Pag. 332

71 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. 21. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2006, v. 1., pag. 637.

72 GAINO, Itamar. A simulação dos negócios jurídicos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. pag. 47.

73 PINTO, Carlos Alberto Mota, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag. 471.

74 Idem, Ibidem, pag. 472.

75 Cfr. Artigo 55º da Lei Geral Tributária, e artigo 70º do Código do Imposto de Selo, Decreto 287/2003. Consult: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/447325/details/maximized>, acesso em 02/09/2019.

Haverá, portanto, indiscutivelmente um negócio latente válido, se as partes fizeram constar declarações, que integram o seu núcleo, de uma contradecaração com os requisitos formais exigidos para esse negócio.<sup>76</sup>

Para um setor majoritário, entende que o negócio latente é nulo por vício de forma se não existir uma contradecaração com a forma legalmente exigida.

Para o Direito brasileiro, a simulação relativa, conforme leciona Caio Mário da Silva Pereira, que esta também pode ser denominada de dissimulação.<sup>77</sup> É relativa aquela simulação que pretende esconder um outro negócio jurídico por trás daquele que está aparente. O negócio jurídico que aparece para a comunidade é o simulado, enquanto que será dissimulado o negócio jurídico que fora escondido. Este processo é denominado por Marcos Bernardes de Mello de “extraversão”.<sup>78</sup>

Conforme tal compreensão, a nulidade afetará apenas a parte que esteja afetada pela simulação, posto que os demais elementos subsistirão no negócio jurídico dissimulado. Reconhecida a nulidade do negócio jurídico simulado, passa-se à análise daquele que até o momento era oculto, para que seja possível verificar a sua validade e, se válido for, passe a produzir os seus efeitos jurídicos próprios.

Não cabe tal segmentação no que tange à simulação absoluta, justamente por esta afetar o ato jurídico por completo.

Ultrapassada a distinção entre simulação absoluta e relativa, que está no caput do dispositivo legal, verifica-se que há a classificação da simulação de acordo com as hipóteses elencadas no artigo 167, §1º, do Código Civil de 2002. Haverá, assim, a simulação subjetiva ou objetiva. A simulação quanto à natureza ou conteúdo do contrato, parcial ou total e, por fim, com relação à data do negócio jurídico.

Desta forma, haverá simulação por interposição de pessoa, podemos citar como exemplo, o terceiro que adquire bem do homem casado e o transfere à concubina deste, em que aparece a figura do testa de ferro, não integrando a relação jurídica o real beneficiário da negociação.<sup>79</sup>

---

76 PINTO, Carlos Alberto Mota, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag. 471.

77 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. 21. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2006, v. 1., pag. 637.

78 MELLO Teoria do fato jurídico: plano da validade. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. pag. 117

79 GONÇALVES, Carlos Resende, Direito Civil 1: esquematizado: parte geral: Obrigações e contratos /Carlos Roberto Gonçalves; Coordenado por Pedro Lenza. – 6. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pag. 378.

Ocorre também a simulação por ocultação da verdade, na declaração, exemplo, declaração de valor inferior, na escritura, ao real.<sup>80</sup>

A simulação objetiva estará relacionada à natureza, ao objeto ou a outro elemento do contrato,<sup>81</sup> a exemplo de condição, que são aquelas situações previstas no artigo 167, §1º, II, do Código Civil de 2002.<sup>82</sup>

Há ainda a simulação com relação à data do negócio, de acordo com a regra expressa no artigo 167, §1º, III, do Código Civil de 2002. De acordo com a lição de Itamar Gaino, este tipo se enquadrará como simulação absoluta ou relativa parcial.<sup>83</sup>

Simulação subjetiva ocorre sempre que se “aparenta conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem ou transmitem”.<sup>84</sup> É a simulação por interposta pessoa, também chamados de “testa de ferro”, “homem de palha”, “laranja”. A pessoa aparente não é aquela que compõe e é parte do negócio jurídico real (oculto), caso ele exista.

Quanto aos efeitos na simulação no direito brasileiro, como já referido anteriormente em outro item do artigo, o Código Civil de 2002 (art. 167), retirou a simulação do capítulo dos defeitos do negócio jurídico, deslocando-o, para o alusivo a invalidade, considerando-a causa de nulidade, e não de anulabilidade, como fazia o diploma de 1916.

Dessa forma, a simulação acarreta a nulidade do negócio simulado. Todavia, em se tratando de simulação relativa, o negócio dissimulado poderá subsistir se for válido na substância e na forma.<sup>85</sup>

### **3. RESTRIÇÕES A ARGUIÇÃO DA SIMULAÇÃO PELOS PRÓPRIOS SIMULADORES BRASIL PORTUGAL**

O artigo 242º, nº 1, do Código Civil português, atribui legitimidade aos próprios simuladores para a arguição da nulidade do negócio simulado, mesmo que a simulação seja

---

80 Idem, *Ibide*.

81 GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 21. ed. rev. e atual. por Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Pag. 332.

82 § 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando: II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira; III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados. do art. 167 do Código Civil Brasileiro. Consult. . [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm), consult. em 30/08/2019.

83 GAINO, Itamar. *A simulação dos negócios jurídicos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. pag. 81.

84 PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 21. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2006, v. 1., pag. 637.

85 GONÇALVES, Carlos Resende, *Direito Civil 1: esquematizado: parte geral: Obrigações e contratos* /Carlos Roberto Gonçalves; Coordenado por Pedro Lenza. – 6. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pag. 378.

fraudulenta. Porém, esta possibilidade sofre uma apreciável restrição indireta por força do art. 394º, nº 2,<sup>86</sup> “A proibição do número anterior aplica-se ao acordo simulatório e ao negócio dissimulado, quando invocados pelos simuladores”.

#### **4. A SIMULAÇÃO E TERCEIROS**

Terceiros para efeitos de invocação, como forma de abranger quaisquer pessoas, titulares de uma relação, jurídica ou praticamente afetada pelo negócio simulado e que não sejam os próprios simuladores ou seus herdeiros.

Porém, se houver um negócio simulado, feito com a intenção de os prejudicar poderão invocar a nulidade mesmo em vida do autor da sucessão. De fato, quando há uma intenção de prejudicar, impedir os visados de agirem imediatamente tem como consequência, quase sempre, inutilizar as suas expectativas.

Trata-se, porém, de uma categoria de sucessíveis que a lei tutela muito particularmente: os sucessíveis legitimários.

A nulidade do negócio jurídico pode como todas as nulidades ser invocada por qualquer interessado e declarada ex officio pelo tribunal (art. 286º, ressalvado no art. 242º, nº 1 do Código Civil português).

Poderiam suscitar dúvidas quanto à legitimidade dos herdeiros legitimários para arguir a nulidade proveniente de simulação, em vida do simulador. Porém, sucede que os herdeiros intervêm como sucessores do simulador e não como terceiros, salvo quando se trate de herdeiros legitimários que têm em vista defender as suas legítimas.

Quanto a legitimidade dos credores para obter a declaração de nulidade dos atos simulados do seu devedor, Manuel de Andrade, entendia que os credores podiam arguir a nulidade, desde que tivessem nisso algum outro interesse sério. Essa solução deve reputar-se consagrada no atual Código Civil. Nesse sentido, dispõe o art. 286º do Código Civil (legitimidade para invocar as nulidades: qualquer interessado).<sup>87</sup> Acrescenta-se ainda, o disposto no art. 605º do Codex, ao lado de outros meios que reconhecem aos credores legitimidade para invocar a nulidade dos atos praticados pelo devedor, quer anteriores ou posteriores a constituição do crédito.

---

86 Artigo 394º Código Civil Português, “Nº 2. A proibição do número anterior aplica-se ao acordo simulatório e ao negócio dissimulado, quando invocados pelos simuladores. Consult. [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?ficha=2201&artigo\\_id=&nid=775&pagina=23&tabela=leis&nversao=&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=2201&artigo_id=&nid=775&pagina=23&tabela=leis&nversao=&so_miolo=), acesso em 02/09/2019.

87 GONÇALVES, Carlos Resende, Direito Civil 1: esquematizado: parte geral: Obrigações e contratos /Carlos Roberto Gonçalves; Coordenado por Pedro Lenza. – 6. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pag. 479.

## **5. ARGUIÇÃO DA SIMULAÇÃO CONTRA TERCEIROS INTERESSADOS NA VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO**

Consagra expressamente o art. 243º do Codex Civilista, a inoponibilidade da simulação a terceiros de boa fé. Não se limitando a inoponibilidade a certa ou certas categorias de terceiros. A simulação é inoponível a qualquer terceiro de boa-fé, quer derivem os seus direitos de ato oneroso ou gratuito, dispensando alguns requisitos para oposição previstos no art. 291º.<sup>88</sup>

Assim, o art. 243º, nº 1, só veda a arguição ao simulador. Mas o seu espírito não pode deixar de abranger todo o terceiro de má-fé. Seria, aliás, muito fácil frustrar o art. 243º, nº1, se o simulador pudesse assim transferir os seus direitos a um comparsa que os invocaria perante o terceiro de má-fé.<sup>89</sup>

Suponhamos um ato celebrado com simulação fiscal. Foi declarado por A e B um preço falsamente reduzido, para fugir aos impostos. C, que tem o direito de preferência, exerce-o, depositando aquele preço. Podem A e B invocar o preço real?

A questão tem sido abordada de diversos ângulos, procurando-se em geral fugir à possibilidade de exercício da preferência. O mais comum é discutir o âmbito do terceiro de boa-fé que o art. 243º, nº1 protege. Seria apenas quem fosse prejudicado se o negócio subsistisse como válido, e não quem procurasse tirar vantagens da sua manutenção.

O conceito de boa-fé enunciado no nº 2 do artigo 243º consiste, conforme o ensinamento geral da doutrina, na ignorância da simulação ao tempo em que se adquiriram os respectivos direitos. Não basta, para haver má fé, a cognoscibilidade da simulação ou a suspeita ou dúvida sobre a sua existência.<sup>90</sup>

## **6. CONFLITOS DE INTERESSES ENTRE TERCEIROS INTERESSADOS NA NULIDADE E TERCEIROS INTERESSADOS NA VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.**

O Código Civil, ao contrário do anteprojeto respectivo sobre a simulação, não contém normas explícitas sobre esses conflitos. Para melhor compreensão cita-se algumas das hipóteses mais típicas desses conflitos: Conflitos entre credores comuns, ou quirografários, do simulado alienante e credores comuns do simulado adquirente; Conflito entre credores

---

88 Idem, *Ibidem*, pag. 480.

89 ASCENÇÃO, José de Oliveira, *Direito Civil: Teoria Geral*, vol. 2, *Ações e Fatos Jurídicos*/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag. 194.

90 PINTO, Carlos Alberto Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag.484.

comuns do simulado alienante e subadquirentes do simulado adquirente; Conflito entre subadquirentes do simulado e subadquirentes do simulado adquirente.<sup>91</sup>

O artigo 243.º, nº1, que dispõe: “inoponibilidade da simulação a terceiros de boa fé”, determina que “a nulidade proveniente da simulação não pode ser arguida pelo simulador contra terceiro de boa fé”. Pela leitura do artigo, ver-se que os terceiros interessados na invocação da nulidade do negócio simulado estão legitimados a fazê-lo, atendendo a que a lei refere “qualquer interessado”. Contudo, como bem observa Carvalho Fernandes, não é a qualquer terceiro que a lei reconhece aquela legitimidade, mas a um “terceiro interessado”.<sup>93</sup> Ocorre, todavia, que as mesmas pessoas sejam titulares de um direito (situação ou posição jurídica) ilicitamente prejudicado – ainda que só na sua consistência prática – com a validade ou nulidade do negócio simulado”.<sup>94</sup>

Diante do exposto, em sede de interpretação jurídico-negocial, não encontramos nenhum dispositivo legal específico, suscetível de fundamentar ou solucionar a problemática dos terceiros de boa-fé interessados e/ou prejudicados com a nulidade do negócio jurídico. Como brilhantemente observa Pedro Pais de Vasconcelos, “sem a intenção de enganar terceiros, a simulação poderia encontrar solução em tema de interpretação do negócio jurídico”, concluindo que “as regras dos artigos 240.º a 243.º do Código Civil só são aplicáveis quando, interpretado o negócio, se apure que houve intencionalidade na divergência, que houve por parte dos autores do negócio intenção de criar uma aparência jurídica diferente da realidade negocial, com a intenção de enganar terceiros”.<sup>94</sup>

## 7. PROVA DA SIMULAÇÃO PORTUGAL E BRASIL

No direito português a prova do acordo simulatório e do negócio dissimulado por terceiros é livre, podendo ser feita por qualquer dos meios admitidos em lei, tais como: confissão, documentos, testemunhas, presunções etc., uma vez que a lei não estabelece restrições.<sup>95</sup> Todavia, quando se tratar de prova da simulação pelos próprios simuladores, a lei estabelece se o negócio constar de documento autêntico ou particular deverá, ser seguida a restrição do art. 394º, nº 2, ou seja, não é admissível utilizar da prova testemunhal, e estão, também excluídas as presunções judiciais, conforme art. 351º, do Código Civil.<sup>96</sup>

---

91 Idem, ibidem, pag. 484-485.

92 FERNANDES, Luiz Carvalho, Simulação e Tutela de Terceiros, Estudos em memória do Professor Doutor Paulo Cunha, Lisboa, 1989, pag. 417.

93 PINTO, Carlos Alberto Mota, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag.477.

94 VASCONCELOS, Pedro Pais de: Teoria Geral do Direito Civil, 6.ª Edição, Almedina, 2010. Pag. 521 e 522.

95 PINTO, Carlos Alberto Mota, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag.485.

96 Idem, Ibidem.

Quanto ao ordenamento jurídico brasileiro, O artigo 369 do Código de Processo Civil traz em seu contexto que “Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.”

O citado diploma ainda acrescenta, em seu artigo 375, que “Em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicava as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a essa, o exame pericial.”

Para que o direito à alegação da simulação seja realidade, confere-se ao jurisdicionado o direito constitucional de bater nas portas do Poder Judiciário, ou seja, o direito de acesso a justiça, mas isto só não basta.

Sabe-se que a simulação somente adquire relevância quando demonstrada, vale dizer quando provocada. E a prova da simulação é uma das questões mais intrigantes do direito probatório. Contudo, a simulação não pode perder o seu significado e o Código Civil ser desconsiderado apenas por ser a sua prova muito difícil de ser feita.

Ampla é a possibilidade de o juiz valer-se dos indícios para pesquisar a simulação, não bastando a íntima convicção do julgador, mas a prova da simulação requer o todo homogêneo.

Tendo ciência da dificuldade da prova da simulação, o artigo 446 do Código de Processo Civil, afirma expressamente que é “lícito à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.”<sup>97</sup> Esta norma deixa clara a possibilidade do uso da prova testemunhal em face de qualquer contrato simulado, pouco importando o valor do contrato.

Para formar este juízo, o magistrado raciocina por meio da presunção judicial, sendo portanto, a maneira pela qual o juiz forma o seu convencimento. Destaca-se que a presunção não se trata de um fato ou de um meio de prova.

A jurisprudência tem admitido a prova da simulação de atos jurídicos, que constam de documentos autênticos, de igual força por testemunhas ou presunções.

---

97 Artigo 446, inciso II do Código de Processo Civil: “Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal. Art. 446. É lícito à parte provar com testemunhas: I - nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada; Consult. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm), acesso 02/09/2019.

O juízo é formado a partir do raciocínio do juiz, que recai sobre a afirmação do fato, a prova produzida e as peculiaridades da situação do caso concreto (por exemplo a dificuldade de se demonstrar a alegação e a credibilidade dentro das regras de experiências do magistrado).

Pode haver juízo suficiente para que seja proferida uma sentença de procedência, pouco importando se a prova na qual o julgador se baseia é direta ou indiciária. O que é preciso verificar é se o indício, a prova indiciária e a presunção permitem ou não um juízo de procedência. É apenas desta forma que é possível tutelar o direito do autor, protegendo-se igualmente a posição do réu.<sup>98</sup>

## **CONCLUSÃO**

Por meio do negócio simulado, as partes conferem eficaz regulamentação aos seus interesses, ajustando a conjugação de esforços em prol da criação de uma aparência enganadora. Trata-se, pois, de ato de autonomia privada do qual as partes se valem para alcançar um determinado resultado jurídico.

Os contratantes, tem por objetivo do negócio simulado, além de explorar o lado negativo da autonomia privada, em determinar a exterioridade de uma operação negocial que a qualquer observador possa parecer produtiva de efeitos conforme o declarado, perpetrando, desse modo, uma incorreta representação da realidade. O negócio simulado assume uma feição instrumental, na medida em que serve como ferramenta à disseminação de um engano.

O negócio simulado é entendido como ato de autonomia privada voltado à criação de uma aparência enganadora, enceta um regulamento de interesses querido e declarado pelas partes (ainda que sigilosamente). Desempenha uma bem definida função prático-individual (causa concreta), a qual, captada e disciplinada in abstracto, remete a uma causa típica específica (a causa simulandi em sentido estrito).

A simulação é convencional, ou seja, fruto de uma peculiar convenção. O acordo imulatório, conquanto possua natureza negocial, não é autônomo, consiste no enlace volitivo dos simuladores, ínsito ao negócio simulado.

A compreensão do fenômeno simulatório pressupõe a consideração do ponto de vista do público. A aparência, por óbvio, não surge entre as partes, tornando-se visualizável,

---

98 GONÇALVES, Carlos Resende, Direito Civil 1: esquematizado: parte geral: Obrigações e contratos /Carlos Roberto Gonçalves; Coordenado por Pedro Lenza. – 6. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pag.385.

apenas, sob a perspectiva dos terceiros; na simulação, divergem os sentidos que as partes e o público atribuem à relação negocial, ou seja, os simuladores permitem que terceiros tenha acesso a apenas parte do seu comportamento negocial, e, desse modo, induzem a formação de um inadequado julgamento sobre a realidade do negócio jurídico.

A simulação, pode instalar-se por dois modos distintos: a relação jurídica aparente pode expressar-se exclusivamente por meio de circunstâncias fáticas ou sucessivas à celebração do (presumido) negócio jurídico ou a relação jurídica aparente pode expressar-se por meio de uma declaração formalizada seja por meio de instrumento escrito, ou uma declaração oral feita perante testemunhas. No primeiro caso, a ilusão negocial surge em razão do complexo comportamental das partes, sendo necessário que os índices de significação criados pelos simuladores aludem à eficácia do regulamento de interesses cuja existência, se pretende comunicar o público. No segundo caso, simples criação da forma negocial é suficiente para despertar a confiança do público, que somente poderia questionar a substância do negócio jurídico acaso se pusessem a investigar a causa concreta para além do disposto na declaração levada a termo.

O negócio simulado é existente, posto que nulo. Ele entra no mundo jurídico, embora seja valorado negativamente pela norma; a estrutura do negócio simulado é perfeita, pois engloba um complexo regulamento de interesses, querido, declarado, e dotado de causa concreta reconduzível a uma causa típica (a causa simulandi em sentido estrito).

A principal consequência da declaração de nulidade do negócio simulado, consiste na imposição, aos simuladores, da obrigação de desconstituir os índices de significação criados, sobretudo quando estes tenham envolvido a transferência, entre si, de bens ou direitos restituição ao statu quo ante). É bem verdade que nem todos os desdobramentos fáticos do negócio simulado serão desfeitos quando se trate de simulação relativa, pois parte deles pode corresponder, precisamente, ao cumprimento do negócio dissimulado que venha a se tornar válido total ou parcialmente. Tratando-se, contudo, de simulação absoluta, a reconstituição da condição de fato dos simuladores deve ser integral.

A nulidade do negócio simulado não é uma sanção aos simuladores, pois, a rigor, acarreta uma situação jurídica idêntica à buscada por meio da simulação (a completa ineficácia interpartes da relação jurídica aparente). Desse modo, a nulidade cominada no artigo 240º, nº 2, do Código Civil português e art. 167 do Código Civil brasileiro, serve como ferramenta de composição de conflitos intersubjetivos, pois assegura que as partes possam alegar a simulação uma contra a outra (sempre que nutram interesse legítimo), e, ao mesmo tempo, confere ampla proteção à confiança e aos direitos dos terceiros;

Desta forma, os simuladores podem alegar a simulação, um contra o outro, desde que possuam interesse de agir. Esta condição também se impõe à legitimidade dos terceiros. O interesse de agir deve considerar-se caracterizado quando a declaração de nulidade ensejar uma utilidade para quem a alega. A nulidade do negócio simulado pode ser alegada a qualquer momento, não se lhe aplicando qualquer prazo de decadência, e, muito menos, o mais longo prazo prescricional; decadência e prescrição não se confundem.

O negócio dissimulado forma, com o negócio simulado, um fenômeno jurídico unitário; se o legislador viu a necessidade de ressaltar a validade do negócio dissimulado, isto somente pode significar que, na ausência desta ressalva, a nulidade do negócio simulado implicaria a nulidade do negócio dissimulado.

A excepcional validade do negócio simulado decorre da extravessão, por meio do qual a forma aparente se integra com o conteúdo dissimulado. Os requisitos de substância e forma necessários à subsistência do negócio dissimulado são aqueles presentes no produto da conversão, isto é, no fruto da integração antes referida. Por conseguinte, o negócio dissimulado (se formal) pode aproveitar-se da forma aparente, e, em contrapartida, a substância dissimulada lícita pode ser maculada pelo caráter fraudulento da simulação.

Os terceiros de boa-fé têm os direitos relativos ao negócio simulado protegidos com base na proteção da confiança e na eficácia autônoma da aparência criada pelos simuladores. Tal proteção não se presta a conferir vantagens, mas a prevenir danos injustos. Assim, o potencial prejuízo do terceiro, ao lado da boa-fé, é um requisito para a excepcional eficácia da relação jurídica aparente.

Por derradeiro, no caso de conflito entre terceiros de boa-fé, em que um pretendesse obter a declaração de nulidade do negócio simulado, e outro pleiteasse a eficácia da relação jurídica aparente, deve prevalecer a posição fundada na nulidade do negócio simulado, pois o legislador ressaltou apenas os direitos de terceiros de boa-fé "em face dos contraentes do negócio simulado".

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, Francisco. Direito Civil, introdução. 4.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

ANDRADE JÚNIOR, Luiz Carlos de. A simulação no direito civil. São Paulo: Malheiros, 2016.

ASCENÇÃO, José de Oliveira. Direito Civil: Teoria Geral, vol. 2, Ações e Fatos jurídicos/José Oliveira Ascensão. – 3. Ed – São Paulo, Saraiva, 2010, pag. 69.

AURICCHIO, Alberto. A Simulação no Negócio Jurídico: Premissas Gerais. Coimbra, Coimbra Editora, 1964.

AZEVEDO, Antonio Junqueira. Negócio Jurídico: Existência, Validade e Eficácia, p. 82.

BEVILACQUA, Clovis. Tratado de Direito Privado, t. IV, p. 28. Numa construção mais poética. Teoria Geral do Direito Civil.

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: >[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm)<. Acesso em 02 set. 2019, às 21h15.

\_\_\_\_\_. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em >[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)<. Acesso em 30 ago. 2019, às 21h15.

C. A. Mota PINTO. Teoria Geral do Direito Civil, 4ª edição por A. Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto. Coimbra Editora, 4ª Ed. 2012, pag. 379.

CORDEIRO, António Menezes. Tratado de Direito Civil II: Parte Geral: Negócio Jurídico, p. 40.

CORDEIRO, A. Barreto Menezes. Da Simulação no Direito Civil. p. 15 e 51

EMILIO BETTI, Teoria General del Negocio Jurídico

FERNANDES, Luiz Carvalho. Simulação e Tutela de Terceiros, Estudos em memória do Professor Doutor Paulo Cunha. Lisboa, 1989

FERRARA, Feancesco. A Simulação dos Negócios Jurídicos. pags. 120-121.

FIDALGO, Vitor Pamela. Contributo para o Estudo da Teoria Geral dos Vícios do Negócio Jurídico: A Inexistência jurídica Existe? in O Direito, nº 145, 2013

FLUME, Werner. El negocio jurídico. pag. 23.

GAINO, Itamar. A simulação dos negócios jurídicos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

GONÇALVES, Carlos Resende. Direito Civil 1: esquematizado: parte geral: Obrigações e contratos /Carlos Roberto Gonçalves; coordenado por Pedro Lenza. – 6. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico: plano da validade. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Metodologia da ciência do direito. Trad. José Lamego. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 603.

MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. Teoria Geral do Negócio Jurídico, p. 37.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de direito privado: parte geral. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2000, v. 4.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes. Tratado de Direito Privado: Parte Geral, Validade. Nulidade. Anulabilidade. tomo IV, 4ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1983, pag. 20.

NERY Jr., Nelson. Vícios do ato jurídico e reserva mental. São Paulo: RT, 1983.

NERY, Rosa Maria de Andrade e Nelson Nery Junior. Instituições de Direito Civil, vol. I, tomo I, p. 494.

ORLANDO GOMES, Introdução ao Estudo do Direito, p. 210.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil, atual. de acordo com o novo Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. I. pag. 481.

PERROT, Roger; RIEG, Alfred. Prefácio. In: Le rôle de la volonté dans l'acte juridique em droit civil français et allemand, cit., p. I apud.

PORTUGAL. Código Civil (versão actualizada). DL n.º 47344/66, de 25 de novembro. Disponível em: >[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?ficha=2201&artigo\\_id=&nid=775&pagina=23&tabela=leis&nversao=&so\\_miolo](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=2201&artigo_id=&nid=775&pagina=23&tabela=leis&nversao=&so_miolo)<. Acesso em 03 mar. 2023, às 21h21.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro. No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 26/2003, de 30 de Julho, aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, altera o Código do Imposto do Selo, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais e os Códigos do IRS e do IRC e revoga o Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola, o Código da Contribuição Autárquica e o Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações. Disponível em: ><https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/287-2003-447325><. Acesso em 03 mar. 2023, às 21h24.

SANTOS, José Beleza dos, A Simulação em Direito Civil

VASCONCELOS, Pedro Pais de. Teoria Geral do Direito Civil. 6.<sup>a</sup> Edição, Almedina, 2010.

VELOSO, Zeno. Invalidez do Negócio Jurídico: Nulidade e Anulabilidade. 2.<sup>a</sup> edição, Belo Horizonte, Del Rey, 2005

VIEIRA, José Alberto. Negócio Jurídico, Anotação ao Regime do Código Civil (Artigos 217.<sup>o</sup> a 295.<sup>o</sup>). Lisboa, Coimbra Editora, 2009, pags. 104-105.

# O PAPEL DA IMAGINAÇÃO NA FORMAÇÃO HUMANA PRESENTE NA OBRA TEMPOS DIFÍCEIS DE CHARLES DICKENS

COSTA, Luana Ketelin de Souza  
SILVA, Natália Rainho da  
VASCONCELOS, Flávio Vitor  
VILLANI, Fábio Luiz (Orientador)

## RESUMO

Pensar sobre a imaginação pode ser considerado um assunto pouco relevante, exceto quando nos encontramos em uma sociedade baseada na produção frenética de bens de consumo e na manutenção do status, cujo principal objetivo seja controlar o indivíduo e transformá-lo em um mero número da massa. Apesar de parecer tratar-se da atualidade, o presente artigo explora a importância da imaginação na formação humana sobre o cenário do século XVIII, palco da Revolução Industrial, por meio da obra *Tempos Difíceis*, escrita por Charles Dickens, o qual defendia a imaginação como uma maneira de despertarmos o melhor que há de nós.

**Palavras-chave:** Imaginação. Formação Humana.

## ABSTRACT

Thinking about the imagination can be considered an unimportant subject, except when we find ourselves in a society based on the frenetic production of consumer goods and on the maintenance of status, whose main objective is to control the individual and transform him into a mere number in the mass. . Although it seems to be about the present, this article explores the importance of imagination in human formation on the scenario of the 18th century, stage of the Industrial Revolution, through the work *Hard Times*, written by Charles Dickens, who defended imagination as a way to bring out the best in us.

**Keywords:** Imagination. Human Formation

## 1. INTRODUÇÃO

As mariposas inglesas da espécie *Biston betularia*, já havia trocado sua cor branca por preta a fim de se camuflar pelas paredes da industrializada e enfumaçada Londres, quando Charles Dickens escreveu *Tempos Difíceis*, que neste caso, também apontava mudanças, porém não tão positivas como as de nossas perspicazes mariposas. Dickens denuncia a transformação de uma sociedade sufocada pelos rápidos avanços tecnológicos e pela necessidade de manutenção do status quo, em que pessoas se aproximavam muito mais de máquinas, com modos de ser e agir cada vez mais limitados e controláveis, perdendo suas identidades, desejos, criatividade e todo resquício de humanidade presente dentro de si, humanidade essa, representada pela imaginação.

No presente artigo, exploraremos a importância da imaginação no desenvolvimento humano evidenciado pela obra, utilizando-se da revisão bibliográfica do autor, tal como dos pensadores Lev Vygotsky e Mikhail Bakhtin.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Pensar na influência da imaginação sobre os seres humanos muitas vezes pode ser considerado um processo distante, subjetivo e até mesmo infantil, cuja importância reduz-se a um mero exercício fantasioso e que em nada contribui para a formação dos indivíduos, tal como para a sociedade em que vivem. Entretanto, ao voltarmos nosso olhar para este tema de maneira mais profunda, podemos notar a sua relação intrínseca sobre o que é de fato “ser” humano, afinal, as grandes invenções humanas do avião à literatura, foram antes de tudo, imaginadas, isto é, toda a bagagem cultural humana é em sua essência fruto da imaginação.

Assim, ao admitirmos a imaginação como fator chave para a formação humana, tal como para a sua construção cultural, colocamo-la como ponto crucial para o desenvolvimento da identidade humana, como afirma Vygotsky, ao propor a existência de dois tipos de atividades no cérebro humano, sendo uma delas a chamada Atividade Criadora:

A atividade do homem que não se confina à reprodução das experiências ou de impressões vividas, mas que cria novas imagens e ações pertence a esta segunda função criadora ou combinatória (...). De fato, a imaginação, como fundamento de toda a atividade criadora, manifesta-se de igual modo em todos os momentos da vida cultural, permitindo a criação artística, científica e tecnológica. Neste sentido, definitivamente, tudo o que nos rodeia e foi concebido pela mão do homem, todo mundo da cultura, ao contrário do mundo da natureza, tudo isto é o resultado da criatividade e imaginação humanas” (VYGOTSKY, 1930, p. 23 - 24).

Complementando as proposições de Vygotsky, surge Bakhtin, que voltado para os estudos da linguagem (área a qual pertence este artigo), elabora teorias a cerca dos conceitos de signo e significados, as quais determinam que os significados, tal como seu lugar social, são atribuídos e construídos nos chamados “contextos de significação” (BAKHTIN, 2003) ao longo das histórias de vida, cujos significados são passíveis de transformações.

Compreendida a relação entre imaginação e cultura, assim como suas contribuições para a construção dos signos e significados, voltamos nosso olhar para o cenário da obra *Tempos Dífceis*, de Charles Dickens, que como dito anteriormente na Introdução deste artigo, tem como cenário a Inglaterra do século XVIII, tomada pela recente onda da industrialização e reformas na organização social e política, em que o autor lança luz sobre as transformações educacionais da época, apresentadas no trecho a seguir, ambientado em uma sala de aula:

“Agora, outra pergunta. Suponham que vocês queiram acarpetar um quarto. Usariam um tapete que retratasse flores?”. Àquela altura, havia a convicção geral de que “Não Senhor!” era sempre a resposta certa para o cavalheiro, e

o coro do “não” foi bastante forte. Apenas uns poucos desgarrados disseram “sim”, entre eles Sissy Jupe. “Menina número vinte”, disse o cavalheiro, sorrindo com a força calma do conhecimento. Sissy corou e levantou-se. “Então você acarpetaria seu quarto - ou o quarto do seu marido, se fosse uma mulher crescida e tivesse um marido – com figuras de flores, não é mesmo?”, disse o cavalheiro. “Por quê?”. “Se me permite, senhor, gosto muito de flores”. Respondeu a menina. “E é por isso que você colocaria mesas e cadeiras sobre elas e deixaria que as pessoas pisassem nelas com botas pesadas?” “Não as machucaria, senhor. Elas não secariam nem seriam esmagadas, se me permite, senhor. Seriam figuras de coisas muito bonitas e agradáveis, e imagino que...” “Sim, sim, sim! Mas você não deve imaginar”, gritou o cavalheiro, bastante entusiasmado por ter chegado, de modo tão feliz, ao argumento pretendido. “É isso! Você não deve imaginar nunca.” (DICKENS, 2014, p. 6- 7).

O trecho anterior exerce duas funções, sendo a primeira delas a denúncia dos ideais da época, no qual o autor utiliza do ambiente escolar, não apenas como mero cenário, mas como uma amostra social uma vez que, é na escola, mais especificamente dentro da sala de aula, onde ocorre nosso primeiro contato com as normas e particularidades do convívio social. Assim, quando o professor argumenta à favor dos “Fatos” e de tudo aquilo vinculado unicamente à realidade, ao visível e ao comumente chamado de normalidade, exhibe o significado de “ser humano” ideal do século XVIII: Uma máquina, a qual possui músculos e ligamentos ao invés de parafusos e molas, cuja capacidade seja acordar, seguir sua rotina de trabalho e cumprir obrigações sociais, dia após dia, sem desejos, propósitos, ideias e com total ausência de identidade. Dickens retrata, logo no primeiro capítulo de seu livro, o processo de transformação humana de um ser criativo e curioso, capaz de consultar e reordenar ideias em sua mente através da imaginação, em uma simples engrenagem.

Partindo para a segunda perspectiva presente neste trecho, conhecemos a personagem Cecília Jupe, também chamada de Sissy ou de Menina Número Vinte, como no caso do cenário anterior, a qual possui um importante papel na obra, como representante da imaginação. Jupe tem origem no circo e passa grande parte sua infância imersa em um mundo onde a fantasia e o imaginário fazem parte do cotidiano, em que possui a liberdade de apelidar um cachorro de Patas Felizes e de ler histórias sobre grandes heroínas e animais falantes. Nossa personagem, apesar de sofrer uma tentativa de “repreensão” de sua imaginação durante grande parte da narrativa, carrega consigo as marcas profundas de uma identidade formada com base nas possibilidades de advindas de sua formação, a qual garantiu-lhe a construção de significados e a compreensão dos elementos de sua cultura, desenvolvendo uma identidade única e crítica.

Em contra partida, surge Louisa Gradgrind, umas das personagens principais da história, a qual tem como papel apresentar as consequências de uma formação baseada nos fatos, privada de contato com o mundo da imaginação, como demonstra o recorte abaixo, quando Louisa e seu irmão são flagrados observando o circo:

““ Você! Thomas e você, para quem o círculo da ciências está aberto; Thomas e você, que foram treinados para a exatidão matemática; Thomas e você, aqui!”, gritou o Sr. Gradgrind. “Nesta posição degradante! “Estou estupefato.” “Eu estava cansada, pai. Tenho me sentindo cansada há muito tempo”, disse Louisa. “Cansada? De quê?”, perguntou o atônito pai. “Não sei – acho que de tudo.” “Não diga mais nada”, retorquiu o Sr. Gradgrind. “Você está sendo infantil. Não ouvirei nem mais uma palavra.”” (DICKENS, 2014, p. 13).

Os efeitos da repreensão do imaginário de Louisa aparecem ao longo da história, através da incapacidade da jovem em lidar com as diversas áreas de sua vida, sem compreender seus próprios sentimentos, adentrando em uma constante e deprimente crise existencial, da qual passa por situações agudas de desespero e tristeza. Neste sentido, surge Vygotsky, o qual afirma:

“A importância do trabalho criador (imaginativo) se verifica no desenvolvimento da criatividade infantil, na evolução e no amadurecimento da criança, PIS no plano imaginário podem ser observados os desenvolvimentos cognitivos, pelo raciocínio estimulado, assim como a memória além de uma amplitude nas noções de valores morais” (VYGOTSKY, 1996, p.18).

Ao nos aproximarmos do desfecho da narrativa, o autor nos proporciona uma última reflexão, por meio surpreendente, já que utiliza de uma personagem pouco expressiva e pela qual não desenvolvemos grande simpatia: A Sra. Gradgrind, mãe de Louisa Gradgrind. A personagem, apesar de ser considerada com alguém sem grandes pensamentos, reconhece ao final de sua vida, a ausência de um determinado ensinamento na educação de seus filhos, ensinamento esse que não sabe nomear, mas o qual se subentende como algo próximo ou igual à imaginação. A seguir, vejamos o texto:

“Você aprendeu muito, Louisa, assim como seu irmão. Ciências de todos os tipos, de manhã até a noite. Se existe alguma, de qualquer gênero, que não tenha sido ensinada à exaustão nesta casa, só posso que espero nunca ouvir seu nome. (...) Mas existe uma coisa – não uma ciência, é claro – que seu pai não lhe ensinou Louisa, ou se esqueceu de ensinar. Não sei o que é. Tenho me sentado com Sissy ao meu lado e pensado nisso. Não consigo me lembrar o nome. Talvez seu pai consiga. Isso me deixa inquieta.” (DICKENS, 2014, p. 210).

Por fim, a obra *Tempos Difíceis* nos coloca na posição de atentos observadores, expondo os mais diversos perfis humanos sob uma mesma perspectiva, a da imaginação, mostrando-nos as marcas profundas que sua repreensão ou incentivo podem causar na vida humana, marcas essas capazes de alterar nossa identidade e impedir que compreendamos nossa função social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizarmos a leitura da obra sob as lentes das teorias vygotskianas e bakhtinianas a fim de compreendermos o grau de influência que a imaginação possui na formação humana, evidenciaram-se duas principais máximas, sendo que a primeira delas consiste na inexistência dos limites entre a sala de aula e a sociedade, seguida pelo profundo impacto que os dois elementos anteriores provocam no desenvolvimento intelectual, psicológico, social e cultural dentro de cada um nós.

Ao tomar como cenário a Inglaterra vitoriana em plena Revolução Industrial, Dickens causa uma mudança de perspectiva no leitor, já que ao nos transportar para um período de extremos, retira-nos do centro das relações e nos dá a posição de observadores, possibilitando uma leitura global perante os ideais sociais e evidenciando as problemáticas produzidas por uma sociedade pautada na produção e no consumo, inclusive ao igualar o homem industrial a uma máquina. Tais ideais, são expostos de maneira mais profunda a partir de uma amostra elementar, isto é, a sala de aula. Nosso autor, expressa a relação cíclica sociedade-escola, por meio dos diferentes métodos de ensino seus personagens, que valorizam ou rebaixam determinados comportamentos e pensamentos.

Assim, a obra nos conduz até a vida adulta dos personagens, que mediante o desenrolar de suas relações sentem profundamente os reflexos de sua formação, uma vez que, as diferentes maneiras de conhecer o mundo e o grau de incentivo à imaginação determina seu comportamento perante as mais diversas situações, tornando clara a importância da imaginação, já que é ela que garante há alguns personagens mentes criativas, empáticas e humanas.

Tempos Difíceis nos proporciona uma viagem reflexiva através de nossos valores sociais e humanos, evidenciando a profunda relação entre identidade, educação, sociedade e o indivíduo.

## REFERÊNCIAS

DICKENS, Charles. Tempos Difíceis. São Paulo; Boitempo Editorial; 2014 e 336 páginas.

VYGOTSKY, Lev. Imaginação e Criatividade na Infância. Àgueda; Dinalivros; 2012 e 159 paginas.

MATOS, Érika. Tempos Difíceis na Inglaterra: Forma literária e representação social em Hard Times de Charles Dickens. São Paulo; 2007 e 124 páginas.

SCHLINDWEIN, Luciane. As Marcas da Arte e da Imaginação para uma Formação Humana Sensível. Campinas, 2015 e 433 páginas.

# O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE AOS CUIDADOS PALIATIVOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

SILVA, Aline Vitória da  
OLIVEIRA, Matheus Vinicius de

## RESUMO

Os cuidados paliativos referem-se a uma abordagem multidisciplinar que visa otimizar a qualidade de vida e minimizar o sofrimento em pacientes com doenças graves, complexas e muitas das vezes terminais. O objetivo do presente estudo é realizar uma descrição do papel do psicólogo e os principais desafios encontrados na atuação em cuidados paliativos a partir de estudos publicados em periódicos brasileiros. O papel do psicólogo frente aos cuidados paliativos consiste na busca de estratégias para auxiliar o paciente e seus familiares no enfrentamento e elaboração de experiências vivenciadas na terminalidade de vida buscando uma melhora na qualidade de vida dos envolvidos em contraposição a um prolongamento do sofrimento causado em decorrência dos prejuízos vivenciados em decorrência da doença. Os principais desafios que necessitam ser enfrentados referem-se a comunicação do psicólogo com os demais membros da equipe multiprofissional; respaldo teórico e técnico para as intervenções em cuidados paliativos; sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento por outros profissionais de saúde.

**Palavras-chave:** Psicologia; Cuidados Paliativos; Equipe Multiprofissional; Qualidade de Vida; Paciente; Família.

## ABSTRACT

Palliative care refers to a multidisciplinary approach that aims to optimize quality of life and minimize suffering in patients with serious, complex and often terminal illnesses. The aim of this study is to describe the psychologist's role and the main challenges encountered in palliative care based on studies published in Brazilian journals. The role of the psychologist in relation to palliative care consists of seeking strategies to help the patient and his family in coping with and elaborating experiences lived in the terminality of life, seeking an improvement in the quality of life of those involved, as opposed to an extension of the suffering caused as a result of the losses experienced as a result of the disease. The main challenges that need to be faced refer to the psychologist's communication with the other members of the multidisciplinary team; theoretical and technical support for interventions in palliative care; work overload and lack of recognition by other health professionals.

**Keywords:** Psychology; Palliative care; Multiprofessional Team; Quality of life; Patient; Family.

## 1. INTRODUÇÃO

Os cuidados paliativos são ações necessárias para muitos indivíduos em todo o planeta, e para dar uma dimensão a isso, a Organização Mundial da Saúde em parceria com a Worldwide Hospice Palliative Care Alliance (WHPCA), publicou o se- 238

gundo Atlas Global de Cuidados Paliativos, onde os dados de 2017 mostram que, 58.6 milhões de pessoas precisam desse cuidado todos os anos, sendo 31.1 milhões de forma precoce e 25.7 milhões próximos do fim da vida. Além disso, mostram que apenas, aproximadamente, 12% do total, recebem os devidos atendimentos.

Em 2019, a Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP) publicou a 2ª edição do Atlas dos Cuidados Paliativos no Brasil, mostrando que na época o país contava com 191 serviços que prestam esses cuidados, estando no Sudeste 55% desses serviços, apesar disso, no Sul é onde há maior registro de novos atendimentos, sendo 43,5 novos pacientes por mês. Sendo predominante os atendimentos públicos, que equivalem a 50% do total, 36% são privados e 14% atendem ambos.

O objetivo do presente estudo é realizar uma pesquisa qualitativa com a finalidade de descrever o papel do psicólogo frente aos cuidados paliativos e os desafios encontrados neste campo de atuação por esses profissionais descritas na literatura científica brasileira.

A literatura científica brasileira destaca a escassez de trabalhos científicos da psicologia em cuidados paliativos, principalmente no que se refere a delimitação do papel do profissional de psicologia nessa área de atuação (Ferreira, Lopes & Melo, 2011). O presente estudo vem suprir a lacuna mencionada anteriormente buscando caracterizar o trabalho do psicólogo e os principais desafios encontrados em cuidados paliativos a partir de artigos científicos publicados em periódicos brasileiros.

## **2. Definição, aspectos e características dos cuidados paliativos**

A Organização Mundial da Saúde (OMS), definiu em 2002 e revisou em 2017, o novo conceito para o termo cuidados paliativos (CP), descrevendo-o como “uma abordagem que promove a qualidade de vida de pacientes e seus familiares, que enfrentam doenças que ameacem a continuidade da vida, através da prevenção e alívio do sofrimento. A CP requer a identificação precoce, avaliação e tratamento da dor e outros problemas de natureza física, psicossocial e espiritual” (WHO, 2002)

É de grande importância ressaltar, que pacientes terminais necessitam prioritariamente dos cuidados paliativos para que tenham assegurado o seu direito a qualidade de vida e dignidade, mas também é necessário saber que nem todo paciente que precisa de cuidados paliativos, estão já em fase terminal, mas sim com uma doença que ameace a vida (Matsumoto, 2012).

Existem dois tipos de CP, o exclusivo e o proporcional. O exclusivo, se dá na fase final da vida, quando a morte já se tornou inevitável, assim os cuidados são exclusiva- 239

mente paliativos, ofertados para trazer o conforto e dignidade nos últimos momentos, sem a oferta de tratamentos em busca da cura, pois já se tornaram inúteis e já o proporcional, são os cuidados paliativos aplicados juntamente com os tratamentos curativos, que buscam a cura da doença, ou seja, ao mesmo tempo que recebe um tratamento com o objetivo de curar a doença que tem, recebe os cuidados paliativos, para que nesse processo ele tenha conforto e qualidade de vida (Baptista, Picanço, 2019).

Em 1986, a Organização Mundial da Saúde, definiu os princípios da abordagem paliativa, reafirmando-os também na última revisão realizada em 2002, sendo eles:

1. Promover alívio da dor e de outros sintomas;
2. Afirmar a vida e considerar a morte como um processo natural;
3. Não acelerar nem adiar a morte;
4. Integrar os aspectos psicológicos e espirituais no cuidado ao paciente;
5. Oferecer um sistema de suporte que possibilite o paciente viver tão ativamente quanto possível, até o momento da sua morte;
6. Oferecer sistema de suporte para auxiliar os familiares durante a doença do paciente e a enfrentar o luto;
7. Abordagem multiprofissional para focar as necessidades dos pacientes e seus familiares, incluindo acompanhamento no luto;
8. Melhorar a qualidade de vida e influenciar positivamente o curso da doença;
9. Deve ser iniciado o mais precocemente possível, juntamente com outras medidas de prolongamento da vida, como a quimioterapia e a radioterapia e incluir todas as investigações necessárias para melhor compreender e controlar situações clínicas estressantes.

O CP pode ser realizado em diversos ambientes, dependendo do estado do paciente e de outros fatores, esses ambientes podem ser: hospitalar, domiciliar, ambulatorial ou em unidades de cuidados paliativos.

Na área hospitalar, os cuidados diários são realizados diretamente pela equipe de enfermagem, pelos médicos, entre outros profissionais, quando a permanência domiciliar do paciente não é possível, seja por questões socioeconômicas ou agravamento dos sintomas. (Cardoso, Muniz, Schwartz, Arrieira, 2013).

Na domiciliar, o paciente fica sob os cuidados de familiares, pessoas próximas, ou cuidadores contratados. Nesse ambiente, há uma maior proximidade do indivíduo com sua família, amigos e etc. assim aumentando o grau de humanização, a afetividade e atenção recebida, o que traz vários benefícios para o mesmo (Queiroz, Pontes, Souza, Rodrigues, 2013).

Na ambulatorial, o tratamento é oferecido através de consultas para os pacientes que não tem necessidade de permanência hospitalar e que tem condições de deslocamento até o ambulatório, recebendo lá, a continuidade dos seus cuidados (INCA, 2022).

Por fim, as unidades de cuidados paliativos são ambientes de internações, específicas para os cuidados paliativos, podendo ou não ser localizadas dentro de hospitais. (INCA, 2022).

### **3. A equipe multiprofissional e os cuidados paliativos**

O trabalho de uma equipe multiprofissional em CP, consiste na interação e trocas de conhecimentos, teorias, métodos e práticas significativas para as intervenções realizadas por profissionais das diferentes áreas da saúde (JAPIASSU, 1976; GOMES, 1997, apud Backes et. al, 2014). Segundo o Manual de Cuidados Paliativos ANCP (2012), uma equipe mínima deve ser composta por médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social, nutricionista, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, dentista, terapeuta ocupacional e assistente espiritual.

Um dos principais papéis que a equipe desempenha é realizar a avaliação integral do paciente, incluindo avaliação biográfica onde será registrado todas as informações relevantes sobre a vida do mesmo (trabalho, família, crenças, hobbies, quanto sabe e quanto quer saber sobre sua doença, entre outras dimensões), avaliação funcional que irá registrar a evolução e estado da doença, avaliação dos sintomas e exames que irão complementar a avaliação. Após as avaliações mencionadas, a atuação da equipe passa para a parte de tomada de decisões quanto aos tratamentos, medidas necessárias e a definição do plano de cuidados com base prognóstico do paciente (Maciel, 2012).

O trabalho de uma equipe multiprofissional passa por diversos desafios em sua prática, e entre eles, ressalta-se a dificuldade em tornar os pensamentos individuais e fragmentados dos diferentes profissionais em um pensamento universal da equipe. Portanto, é necessário que a equipe veja o paciente em sua integralidade, ligando as partes biológicas, psicológicas, espirituais e sociais em uma só, para que assim seja realizado um tratamento adequado e integral, ao invés de separá-las e cada profissional cuidar de uma parte (Backes, Carpes, Piovesan, Haeffner, Büscher, Lomba, 2014). O papel do psicólogo com o paciente em cuidados paliativos.

O psicólogo que atua na área de CP, irá lidar diretamente com a dor e sofrimento, medo da morte, valores e com toda história e qualidade de vida que o paciente tem, deve e pode ter. Sua atuação nessa área é imprescindível em todas as fases do trata- 241

mento, desde o início no diagnóstico, até a fase terminal, se esse for o caso (Castro, 2001). Este acompanhamento, que pode durar muitos anos, deve ser iniciado o mais precocemente possível, buscando uma boa relação com a família e o paciente, para que essa relação possa interferir positivamente no processo de adoecimento enfrentado (Nunes, 2012).

O psicólogo em cuidados paliativos, tem o difícil papel de redirecionar uma nova visão sobre o significado e valor de sua existência, fazer com que o paciente possa redescobrir, ou até mesmo criar um novo sentido para sua vida. Para isso, o trabalho do psicólogo é acolher, escutar, cuidar e preservar as condições mentais, a autonomia, valorização de sentimentos, desejos e necessidades do paciente. (Figueiredo, Bifulco, 2008 citado por Porto, Lustosa, 2010).

Segundo o estudo publicado por Martinho, Pilha e Sapeta (2015), o psicólogo atuando em CP deve apresentar algumas competências para a realização da intervenção com o paciente: Facilitar as tomadas de decisões complexas, resoluções de problemas, assuntos pendentes e despedidas; Identificar e intervir nas fontes de estresse, mudanças de humor e crises; Promover a comunicação entre o paciente e família e a expressão e elaboração dos sentimentos e pensamentos; Estabelecer objetivos ajustáveis e realizáveis; Promover a autoestima, segurança e autonomia; Trabalhar medos e fobias, entre outras competências.

A sensação de impotência, vivida pelo paciente diante da doença que ameaça sua vida, é comum, principalmente pelo fato de na maioria das vezes ser uma doença incurável. Isso traz à tona a grande dificuldade do ser humano em lidar com a morte e por isso, é necessário que o psicólogo apresente as competências e assim possa reconhecer e trabalhar tais problemas (Rezende, Gomes, Machado, 2014).

#### **4. O papel do psicólogo com os familiares do paciente em cuidados paliativos**

O apoio direcionado a familiares ou pessoas próximas ao paciente, também tem grande relevância e necessidade, já que em muitos casos, principalmente em CP domiciliar, a família é quem desempenha o papel de cuidadores. O psicólogo auxilia a família a desenvolver esse trabalho, passar por todo o processo da doença, a possível perda e o luto e faz com que isso possa ocorrer da forma mais funcional possível (Reigada, Ribeiro, Novellas, Pereira, 2014).

A terminalidade e o luto podem causar diversas reações na família, por exemplo mecanismos de defesa como negação, podem surgir também sentimentos como a culpa e tentativas de resolver pendências no relacionamento, entre outras e o profissional <sup>242</sup>

tem a tarefa de fazer com que eles se sintam acolhidos e compreendidos, auxiliando-os a passar por esse período de sobrecarga emocional e chegarem no final lidando com a situação da melhor forma possível (Hudson, 2006 apud Reigada et. al, 2014).

Os objetivos do apoio psicológico aos familiares em CP foram definidos por Hudson, Remédios e Thomas (2010): Facilitar a organização familiar nos cuidados com o paciente; mediar conflitos e tomadas de decisões; promover comunicação e expressão de sentimentos e detectar possibilidades de luto complicado. (Reigada et.al, 2014).

A organização da família nos cuidados com o paciente tem grande importância para o envolvimento e aproximação de todos os familiares, assim evitando a solidão e isolamento do paciente, e para isso acontecer, a mediação dos conflitos familiares e a promoção da comunicação e expressão de sentimentos são essenciais, tornando a coexistência melhor e trazendo adaptação a situação e facilitando posteriormente, a vivência do processo do luto (Reigada et.al, 2014).

## **5. Os desafios e limitações do psicólogo frente aos cuidados paliativos**

Segundo Edington, Aguiar e Silva, em sua pesquisa com profissionais da psicologia, realizada em 2021, os maiores desafios enfrentados na atuação em CP são: a comunicação e atuação com a equipe multiprofissional; o atendimento a pacientes e familiares; as condições de trabalho e a falta de reconhecimento profissional.

Na parte da comunicação foi destacado a disputa de poder e saberes entres a equipe, além de um atendimento desrespeitoso ao paciente. No atendimento, as maiores dificuldades apontadas foram a dificuldade da família em aceitar a gravidade da doença e também a dificuldade em realizar trabalhos que possam diminuir o sofrimento de ambos. Sobre as condições de trabalho, destaca-se a falta de privacidade para os atendimentos psicológicos como deveria ser, e também a sobrecarga de trabalho por falta de profissionais e por fim, a falta de reconhecimento foi citada pelo não reconhecimento da importância de um profissional exclusivo da equipe de CP (Edington, Aguiar, Silva, 2021).

É comum, que um psicólogo da CP possa se sentir sem opções, como se nenhum tratamento ou ação realizada fosse surtir efeito, assim como também é comum que ele se sinta na obrigação de resolver todos os problemas ou resgatar esperanças e seguranças. Em ambos os casos, é difícil ver que o necessário é trabalhar dentro das possibilidades e limites de cada situação e por isso a importância da supervisão e apoio emocional vindo de outro profissional (Nunes, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do psicólogo frente aos cuidados paliativos consiste na busca de estratégias para auxiliar o paciente e seus familiares no enfrentamento e elaboração de experiências vivenciadas na terminalidade de vida buscando uma melhora na qualidade de vida dos envolvidos em contraposição a um prolongamento do sofrimento causado em decorrência dos prejuízos vivenciados em decorrência da doença. Os principais desafios que necessitam ser enfrentados referem-se a comunicação do psicólogo com os demais membros da equipe multiprofissional; respaldo teórico e técnico para as intervenções em cuidados paliativos; sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento por outros profissionais de saúde.

No presente trabalho, verificou-se a carência de estudos recentes publicados na literatura científica brasileira em relação a atuação do psicólogo em cuidados paliativos e uma grande parcela dos estudos enfatizando a atuação da equipe multiprofissional em CP. Considerando a quantidade crescente de indivíduos que necessitam desse cuidado, se faz necessário estudos avaliando a compreensão da atuação do profissional de psicologia em cuidados paliativos pelos pacientes, familiares do paciente e a equipe multidisciplinar, bem como estudos que descrevam as principais intervenções realizadas por profissionais de psicologia inseridos nos mais diversos contextos de CP.

## REFERÊNCIAS

BACKES, Dirce Stein; CARPES, Adriana Dornelles; PIOVESAN, Chaiana; HAEFFNER, Lérís Salete Bonfanti; BÜSCHER, Andreas; LOMBA, Lurdes. TRABALHO EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA SAÚDE: DA CONCEPÇÃO AO DESAFIO DO FAZER NA PRÁTICA. *Disciplinarum Scientia. Série: Ciências da Saúde*, Santa Maria, v. 15, n. 2, p. 277-289, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/1093/1037> acesso em 10 mar. 2023

BAPTISTA, Simone Conceição Oliveira; PICANÇO Carina Marinho. Cuidados paliativos em unidade de atendimento crítico: saberes de uma equipe multiprofissional. *Rev. Enfermagem Brasil* v. 18 n. 5, 2019. Disponível em <https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/2478/html> Acesso em 06 mar. 2023.

CARDOSO, Daniela Habekost; MUNIZ, Rosani Manfrin; SCHWARTZ, Eda; ARREI-EIRA, Isabel Cristina de Oliveira. Cuidados paliativos na assistência hospitalar: a vivência de uma equipe multiprofissional. *Texto & Contexto - Enfermagem*. Santa Catarina, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tce/a/Wg8dZqctd95h5HJqrttfdQb/?lang=pt> acesso em 10 mar. 2023.

CASTRO, Déborah Azenha de. Psicologia e ética em cuidados paliativos. *Psicologia: Ciência e profissão* v.21 n.4 Brasília, 2001. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932001000400006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000400006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt) acesso em 12 mar. 2023

EDINGTON, Rafaela Novis; AGUIAR, Carolina Villa Nova; SILVA, Eliana Edington da Costa e. A Psicóloga no contexto dos cuidados paliativos: principais desafios. Salvador, *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 2021, p. 402-405 Disponível em <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3835> acesso em 10 mar. 2023.

FERREIRA, Ana Paula de Queiroz; LOPES, Leany Queiroz Ferreira; MELO, Mônica Cristina Batista de. O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer\*. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 85-98, 2011. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582011000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200007&lng=pt&nrm=iso) acessos em 05 mar. 2023.

Instituto Nacional de Câncer. Cuidados paliativos. Ministério da Saúde, 2022. Disponível em <https://www.inca.gov.br/tratamento/cuidados-paliativos> acesso em 7 mar. 2023. Martinho, A.R.; Pilha, L.; Sapeta, P. Competências do psicólogo em cuidados paliativos. *IPCB: ESALD*. 31 p. 2015 Disponível em <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/3103/1/RSL%20repositorio.pdf> acesso em 12 mar 2023

PINTO, Adriana Colombani, et al. Manual de cuidados paliativos. Academia Nacional de Cuidados Paliativos. Grupo MAIS – Premier Hospital & Instituto Paliar, 2nd edição, 2012. Disponível em <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf> acesso em 8 mar. 2023.

PORTO, Gláucia; LUSTOSA Maria Alice. *Psicologia Hospitalar e Cuidados Paliativos*. Rev. SBPH vol.13 no.1 Rio de Janeiro jun. 2010. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582010000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582010000100007) acesso em 08 mar. 2023

QUEIROZ, Ana Helena Araújo Bomfim; PONTES, Ricardo José Soares; SOUZA, Ângela Maria Alves; RODRIGUES, Thamy Braga. Percepção de familiares e profissionais de saúde sobre os cuidados no final da vida no âmbito da atenção primária a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 18, N. 9, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/zmtcmkRsXvyfcTcDCvjMRsd/?lang=pt> acesso em 12 mar. 2023

REIGADA, Carla; RIBEIRO José Luis Pais; NOVELLAS, Anna; PEREIRA, José Luís. O Suporte à Família em Cuidados Paliativos. Porto Alegre, *Textos & Contextos*, v. 245

13, n. 1, 2014 p. 159-169. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/16478/11761> acesso em 12 mar. 2023.

REZENDE, Laura Cristina Silva; GOMES, Cristina Sansoni; MACHADO, Maria Eugênia da Costa. A finitude da vida e o papel do psicólogo: perspectivas em cuidados paliativos. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 6, n. 1, Campo Grande, 2014, p. 28-36. Disponível em <https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/321/367> acesso em 12 mar. 2023.

SANTOS, André Filipe Junqueira dos; FERREIRA, Esther Angélica Luiz; GUIRRO, Úrsula Bueno do Prado. *Atlas dos Cuidados Paliativos no Brasil 2019*. São Paulo, ANCP, 2020 p. 8-25. Disponível em [https://api-wordpress.paliativo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ATLAS\\_2019\\_final\\_compressed.pdf](https://api-wordpress.paliativo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ATLAS_2019_final_compressed.pdf) acesso em 6 mar. 2023

CONNOR, Stephen R. et al. *Global Atlas of Palliative Care*. WHPCA, WHO. 2nd edição; London, UK; 2020, p. 17. Disponível em <http://www.thewhPCA.org/resources/item/global-atlas-of-palliative-care-2nd-ed-2020> acesso em 10 fev. 2023.

World Health Organization. *Palliative Care*. 2020. Disponível em <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care> acesso em 6 mar. 2023.

# **O RACISMO NO BRASIL: DESIGUALDADE SOCIAL E DE RENDA**

**MIRANDA, Mariza  
VILLANI, Fabio Luiz (Orientador)**

## **RESUMO**

Este trabalho é um estudo bibliográfico sobre o racismo no Brasil, suas vertentes e sua história. Tem como objetivo analisar o racismo estrutural a partir da desigualdade social e de renda média. O tema sobre as desigualdades raciais e de renda foi escolhido pela autora, com a finalidade de suscitar o debate com a comunidade acadêmica. As questões aqui formuladas não nos levam a respostas, haja vista, que a própria comunidade científica não tem respostas para este fenômeno. Conclui-se que mesmo diante de tantas lutas e movimentos da negritude brasileira, mesmo diante de denúncias de violências e atrocidades cometidas contra os negros, mesmo diante da evolução e do orgulho da cor, do cabelo e da cultura e costumes desta população, a sociedade científica ainda não tem a resposta do porque, ou o motivo da desigualdade de renda entre os negros em comparação aos brancos

**Palavras-chave:** Desigualdade racial e social; Racismo

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho analisa a desigualdade racial no Brasil, a luz do texto “A desigualdade racial no Brasil nas últimas três décadas” de autoria de Rafael Guerreiro Osório. A publicação é subsidiada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), responsável pela divulgação de resultados de estudos e pesquisas com o objetivo de fomentar o debate.

O texto A desigualdade racial no Brasil nas últimas três décadas, conta com a participação de outros pesquisadores, que a partir desta temática em torno da desigualdade racial no Brasil, passam a debater as teorias e os indicadores existentes em relação as principais diferenças entre negros e brancos no Brasil das três últimas décadas.

Este tema se justifica na perspectiva de compreender os termos raça e etnia num sentido mais amplo, e propõe entre a comunidade acadêmica uma discussão sobre o enfrentamento da desigualdade de renda entre a parcela da população negra no Brasil, causada pela desigualdade racial.

O tema abordado questiona, (sem que tenha alguma esperança de uma resposta concreta), o porque, apesar de tantos movimentos no decorrer destas três dé- 247

cadadas em favor da democracia racial no Brasil, a questão racial e o preconceito da cor preta, ainda influencia diretamente no rendimento do trabalhador negro em detrimento ao rendimento do trabalhador branco.

## **2. CONCEITO DE RAÇA**

De acordo com Osório (2021) o conceito de raça é altamente complexo e objeto de estudos sociológicos. O uso por parte do senso comum dessa forma de categorização perpetuou a ideia de que os grupos humanos são divididos de acordo com características biológicas.

O autor se refere ao filósofo francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) como precursor na defesa das teorias de dominação da raça branca sobre outras raças. Responsável por desencadear o surgimento de muitas outras teorias raciais nos países europeus, com a finalidade de justificar a ordem social.

No período da Segunda Guerra Mundial, os europeus submetiam as populações de outros territórios sob o domínio da hegemonia branca. A exemplo disso, podemos citar a ameaça nazista, que elevou o sentimento de animosidade e ódio por outras etnias e a diversos grupos humanos específicos.

"Os trabalhos científicos que abordaram as diferenciações entre grupos humanos mostraram que, apesar das diferenças fenotípicas (cor dos olhos, da pele, cabelos etc.), as diferenças genéticas que existiam entre grupos de características físicas semelhantes eram praticamente as mesmas quando comparadas com as diferenças genéticas entre grupos de características físicas diferentes. Portanto, em termos biológicos, não existem "raças" com contorno definido, apenas um grande número de variações físicas entre os seres humanos." (RODRIGUES, 2022)

Para Rodrigues (2022), as diferenças físicas dos grupos humanos, não tem relação direta com a genética comparada pelos mesmos grupos. Sendo assim, conclui que as diferenças biológicas são diversas e em grande escala, mas não define o ser humano como detentor de alguma raça.

## **3. CONCEITO DE ETNIA**

De acordo com Munanga

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça "branca", "negra" e "amarela", pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mes-

mo território. Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Assim o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas, etc. que são ou foram etnias nações. (MUNANGA)

A fim de compreender as diferenças biológicas e sociais, o autor define etnia, no sentido mais amplo, como uma característica que historicamente e naturalmente vem se perpetuando entre os seres humanos. Enquanto que a definição de raça é apenas uma característica biológica, e suas teorias foram criadas pelo senso comum a fim de justificar de forma discriminatória as diferenças sociais entre o ser humano. No Brasil, em pesquisas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), no Censo de 2.000, a raça ou cor da população brasileira é classificada em: branco, preto, pardo, indígena ou amarelo. Devido as dificuldades e contradições obtidas nas pesquisas do Censo deste período, em relação a raça e etnia dos indivíduos, as próximas pesquisas passam a classificar a raça e etnia da população brasileira a partir da auto declaração dos entrevistados.

#### **4. O RACISMO E AS LEIS**

A Constituição Federal do Brasil (1988) em seu artigo 5º inciso XLII “Racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei” A palavra inafiançável quer dizer que uma pessoa não pode pagar para não ser preso, e imprescritível quer dizer que a pessoa pode ser processada a qualquer tempo.

A Lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceitos de raça e cor.

Confira os artigos 1º ao 4º desta Lei.

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica: (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

I - deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores; (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

II - impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional; (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

III - proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

§ 2º Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

De acordo com o estudo e das estatísticas levantadas por Osório (2021) em relação aos indicadores da desigualdade racial nas última três décadas no Brasil, o fator que mais expressa a desigualdade racial, é a renda da população negra. Sendo a renda da família um fator principal de avaliação do poder de compra dos indivíduos, o nível de bem estar é fortemente atingido e a população negra é a que mais sofre com os baixos índices de renda.

Segundo os indicadores citados por OSORIO (2021, p.20)

De 1986 a 2001, a renda média dos brancos era em torno de 2,4 vezes maior que a dos negros. De 2002 a 2008, essa razão diminuiu um

pouco, mas se encontra estável desde 2009, com a renda média dos brancos aproximadamente duas vezes maior que a dos negros.

Conforme indica AMARAL, (2009, p.26) “a desigualdade de renda no Brasil seria de 11% menor se as rendas médias de negros e brancos fossem iguais, mantidas as desigualdades dentro de cada grupo e as frações da população nos grupos.”

Na realidade, as estatísticas indicadas na pesquisa de (OSORIO 2021), a desigualdade na distribuição de renda é calculada separadamente para brancos e para negros. Segundo este indicador, a desigualdade aumenta na década de 1980, fica estável e começa a cair no final da década de 1990, voltando a crescer desde 2015.

De 1986 a 2001, a renda média dos brancos era em torno de 2,4 vezes maior que a dos negros. De 2002 a 2008, essa razão diminui um pouco, mas se encontra estável desde 2009, com a renda média dos brancos aproximadamente duas vezes maior que a dos negros.

Em 2018, a parcela da população negra estava em 56% no Brasil. Mesmo diante dos índices de mortalidade para o período, entre jovens ser alto, segundo “OSORIO, 2021, p 20.”, apud “Cerqueira e Coelho, 2017”, a possibilidade de uma valorização da negritude no Brasil tende a elevar a renda média dos negros. No entanto, nas três últimas décadas, a desigualdade racial de renda ficou estável. Porém, diante das estatísticas e indicadores apresentados por OSORIO, “entre as rendas médias e a concentração da crescente parcela negra da população entre os mais pobres, a desigualdade racial permaneceu elevadíssima, praticamente intocada.”

Suspeita-se que uma pequena redução desta desigualdade tenha ocorrido de forma artificial, devido o relativo aumento da auto declaração de cor preta ou parda entre os mais ricos. De qualquer forma, a renda média dos brancos permanece duas vezes maior do que a dos negros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Brasil, a questão do racismo persiste intacta, haja vista os jornais e notícias que circulam nas redes de notícias e nas redes sociais.

De certo que houve uma redução da intolerância racial em comparação com o passado no Brasil, devido a repercurssão dos casos noticiados e as denúncias que são apoiadas pela sociedade.

A população negra tem se destacado na política, nos campos de trabalho, nas universidades. Muito se deve as políticas afirmativas de cotas raciais e de inclusão social ou digital, entre outras.

No passado havia uma preocupação do branqueamento da população negra. O medo das famílias em relação ao futuro incerto dos seus filhos levaram muitas pessoas a este processo de branqueamento. Hoje, devido as lutas e a valorização da negritude, as pessoas tendem a assumir e a ter orgulho de sua cor, cabelo, cultura e etnia.

Mas nem todas estas lutas, dissertações acadêmicas, políticas públicas de afirmação mudaram a situação econômica desta parcela da população. Significa que de toda a desigualdade social, gerada pela disparidade de renda no Brasil, aponta que a população negra atinge 99% desta camada.

Em relação aos conceitos de raça, a ambiguidade neste conceito, ainda presente no mundo, divide as opiniões sobre o tema nas Instituições. Mas podemos afirmar que o preconceito contra a pessoa de cor preta no Brasil existe e é estrutural.

Após 30 anos do fim da escravidão no Brasil, a Constituição Federal de 1988, foi a primeira Lei que referiu em seu texto, uma pequena alusão contra o Racismo. Em seu art.3 “Dos Princípios Fundamentais”, inciso IV, visa, “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Já o Código Penal em seu cap. V, “Dos crimes e da honra”, art.140, inciso 3o, descreve, “Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência” Pena e reclusão de um a três anos e multa. Diante do exposto, compreendemos que as leis são objetivas, mas falta clareza e riqueza nos detalhes, suscitando dúvidas e abrindo lacunas quanto a sua correta interpretação. Neste sentido, cabe ressaltar que a Justiça anda a passos curtos.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. Elaboração de indicadores sociais. p.26. 14 de abril de 2009. Universidade Federal de Minas Gerais, MG (2009)

BRASIL. LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. LEI Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997.

Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2267).

Diego Junior da Silva Santos\*, Nathália Barbosa Palomares\*, David Normando\*\*, Cácia Cardoso Abdo Quintão Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. 07 Jun 2010. <https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Revista Inclusão Social, um debate necessário? Universidade Federal de Minas Gerais UFMG.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A desigualdade racial no brasil nas três últimas décadas 1. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2021.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. "Raça e etnia"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/raca-etnia.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2022. Fonte: Brasil Escola - <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/raca-etnia.htm>

# PSICANÁLISE WINNICOTTIANA SOBRE A GERAÇÃO ALFA AS MUDANÇAS DEVIDO A TECNOLOGIA

MENDONÇA, Cliseide  
FRANCISCO, Leonardo João  
FERREIRA, Juliana Chaves Farias

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo apresentar e apontar as principais alterações na Psicanálise Winnicottiana sobre a geração alfa comparada as anteriores, onde uma criança que se utilizava muito de brinquedos, hoje já seria mais voltada ao uso do aparelho celular. O objetivo da investigação é demonstrar que essa psicanálise ainda tem seus ideais válidos, mas agora de forma diferente, sendo algo mais tecnológico. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica, além de uma entrevista com uma família para assim ter uma melhor compreensão sobre a criança que tem essa vivência junto a tecnologia.

**Palavras-chaves:** Geração-Alfa, Winnicott, Psicologia, Tecnologia.

## ABSTRACT

This article aims to present and point out the main changes in Winnicottian Psychoanalysis on the alpha generation compared to the previous ones, where a child who used toys a lot, today would be more focused on the use of the cell phone, with this we aim to demonstrate that this psychoanalysis still has its valid ideals, but now in a different way, being something more technological. The methodology consists of bibliographical research in addition to an interview with a family in order to have a better understanding of the child who has this experience with technology, in this way the present article is divided into the following chapters: Introduction, general and specific objectives, methodology, The Alpha Generation's Relationship With Technology, Donald Woods Winnicott, Transitional Object, Good Enough Mother, Results And Discussion and Final Thoughts. As a result, it was noticed that children use technology more than toys, Winnicott's ideas of a transitional object have a cell phone that can be part of it, as well as a good enough mother has different challenges to satisfy the child.

**Keywords:** Alpha-Generation, Winnicott, Psychology, Technology.

## 1. INTRODUÇÃO

A denominada geração alfa seriam as crianças que teriam seu nascimento no período de 2010 ao meio de 2019, geração essa que tem como característica o acesso e uso com certo manejo da tecnologia, mesmo que pequenas já tem esse domínio. Com essa mudança, os objetos colocados como transacionais antes, agora foram substituídos por celulares, tabletes e videogames. Com toda essa transformação, isso também pode afetar as ideias aplicadas por Winnicott, assim o presente artigo tem como objetivo trazer pontos de como isso se transformou, mas justificando que ainda as ideias do autor na atualidade são validas, um exemplo disso seria objeto transicio-

nal que tem junto agora um celular onde uma criança consome o seu conteúdo preferido como vídeos.

Assim iniciaremos apresentando os objetivos gerais e específicos seguindo depois com a metodologia utilizada para a realização do presente artigo, como se aplica o tema, quem foi Winnicott, como seus ideais se aplicam atualmente sobre a atual geração.

## **2. OBJETO GERAIS E ESPECIFICOS**

O presente artigo tem como objetivo principal a validação das ideias de Winnicott sobre a atual geração, que seria mais envolvida com a tecnologia. Com isso vamos argumentar como se dá essa relação da geração alfa com a tecnologia e seguindo para uma breve descrição de quem foi Winnicott para um melhor entendimento assim sobre o assunto. Seguimos em como o objeto transacional se coloca atualmente, onde vemos que o celular vem se colocando nessa posição devido ao conteúdo diversificado e de certa forma infinito, onde uma criança pode acessar especificamente o conteúdo que a mais satisfaz.

Finalizaremos assim para a argumentação de como a mão suficientemente boa, colocada por Winnicott como uma mãe que busca satisfazer as necessidades de seu filho, mas agora tem de lidar com um filho que anseia mais pelo conteúdo presente num celular que o satisfaz especificamente.

## **3. METODOLOGIA**

O presente artigo explicativo, buscando argumentar como as ideias de Winnicott ainda são válidas, mas como as mudanças da atual geração também implicam em suas teorias. A natureza do presente artigo seria qualitativa, onde iremos analisar os levantados através de questionário frente a um psicólogo e através de uma pesquisa bibliográfica além de uma entrevista realizada com uma família que relata sobre o comportamento de seu filho com o uso do celular.

A classificação dessa pesquisa seria de casos múltiplos, onde várias crianças vêm passando por essa mudança, proporcionada com os avanços da tecnologia do presente tempo, assim iremos todo o conteúdo levantado.

## **4. RELACIONAMENTO DA GERAÇÃO ALFA COM A TECNOLOGIA**

A denominada geração Alfa seriam as crianças que teriam seu nascimento no período de 2010 ao meio de 2019, onde tem como característica terem seu nascimento todo ocorrido no século XXI, século esse que tem como característica ser o século da tecnologia, onde tivemos grandes avanços na tecnologia, com a comunicação fi- 255

cando mais fácil, principalmente através do aparelho celular, que inclusive se tornou algo de fácil ao acesso de todos, onde com toda certeza dentro do âmbito familiar uma pessoa teria ao menos um aparelho em mãos.

Com essa facilidade de acesso ao celular, se iniciou os avanços com o uso desse aparelho, então assim consequentemente também se teve o crescimento do entretenimento através do celular, nisso os pais também se aproveitaram disso para transmitir vídeos por exemplo através do celular para as crianças, com isso poderiam exercer suas tarefas domésticas sem a interrupção das crianças, porque as mesmas estariam ocupadas, de início não se passava de uma pequena distração para as crianças, mas como o passar do tempo se transformou também em uma ferramenta para elas, começando assim a desenvolver uma habilidade de manusear o celular, com isso foram de simples vídeos, que eram escolhidos pelos pais, para vídeos escolhidos por elas, além disso também se permitiu o acesso a jogos que lhe eram atraído a atenção, basicamente, conseguiram o mesmo acesso que uma pessoa adulta.

Essa realidade se tornou tão presente no dia-a-dia dos familiares que hoje se vê como natural uma criança carregar com sigo um aparelho celular, onde elas mesmo têm uma noção do programa que querem ver, com isso os pais atendem um pedido incessante na maioria das vezes, colocando assim o vídeo tão desejado pela criança.

## **5. DONALD WOODS WINNICOTT**

Um dos principais nomes dentro da psicanálise, Winnicott trouxe grandes ideias, muito focado na questão do desenvolvimento psicológico, Winnicott coloca que a psique não é algo pré-existente e sim algo que vai se construindo a partir da elaboração do imaginativo do corpo e de suas funções, conhecido como binômio psique-soma.

Sua principal diferença da parte metodológica em relação à de Freud por exemplo foi o estudo da relação mais focada entre bebê e sua mãe como uma “unidade psíquica”, assim não é possível descrever um bebê sem mencionar sua mãe, uma vez que a base da estrutura familiar dessa criança está em suas relações com os demais familiares, mas sendo mais focado especificamente na relação com sua mãe ou quem exerce essa função. Pensando num curso normal de sua vida, o bebê naturalmente irá passar de uma dependência absoluta para uma dependência relativa com o tempo, o que é muito importante pensando em seu desenvolvimento psíquico.

Mas a definição de quem foi, pode ser feita por si mesmo, como o próprio Winnicott se define (1971, p. 7) “um psicanalista que, talvez por ter sido pediatra, sentiu a importância desse fator universal nas vidas dos bebês e das crianças, e que quis <sup>256</sup>

integrar sua observação com a teoria cujo processo de desenvolvimento é ocupação que toma todo o nosso tempo”. Um olhar bastante inovador para o que tinha, tendo muito dos conceitos pilares para os que temos hoje dentro da psicanálise.

Winnicott nasceu em 7 de abril de 1896 em Plumtree no Reino Unido, vindo a falecer em 25 de janeiro de 1971 também no Reino Unido, mas na cidade de Londres, deixando um marco dentro da psicanálise.

## **6. OBJETO TRANSICIONAL**

Segundo Winnicott (1971, p. 116) “a teoria dos fenômenos transicionais, a fim de descrever o modo como uma provisão ambiental suficientemente boa, nos estádios mais primitivos, torna possível ao indivíduo enfrentar o imenso choque da perda da onipotência”. Assim ser capaz através de um objeto não definido, desenvolver sua independência emocional, a ausência materna não ser mais tão sentida.

Seguindo uma linha de reflexão aos olhos da Psicanálise Winnicottiana, a ligação dessa geração com o aparelho celular não deixam ter um significado, a criança passa a substituir os antigos brinquedos por uma ferramenta que seria mais expansiva para seus psique, aonde não é limitada como comparada os brinquedos no que se pode ser feito, se criou uma relação sólida entre uma criança com os celulares, mas não seria somente com os celulares, seria com toda informação disponível na internet, assim a criança pode muito bem expandir seu conhecimento e desenvolvimento, sendo muito mais se comparado com o que se tinha na geração anterior, se tendo algo muito mais acelerado.

## **7. MÃE SUFICIENTEMENTE BOA**

A segurança adquirida por uma criança depende muito de como tudo começou, isso porque quando bebê, não há uma separação entre ele e sua mãe, ou quem exerce essa função, por isso, os comportamentos da mãe são direcionados a satisfazer as necessidades desse bebê, ela deve alimentar, limpar, vestir, além de pegá-la no colo com frequência. Com isso todas essas ações, o amor pelo bebê estará sendo demonstrado por meio da linguagem corporal. Mas, além disso, a mãe deve dar apoio emocional, estando aberta para aceitar todas as manifestações emocionais da criança, acolhendo-as e devolvendo-as de uma forma mais tolerável.

Por meio dessas ações de sua mãe, a criança conhece o bem-estar, o amor e a compreensão com isso ela aprende a se sentir segura. Mas essa criança é capaz também de tolerar de certa forma uma frustração, conforme for crescendo, isso também se desenvolvera.

Segundo Winnicott (1971, p. 24) “começa com uma adaptação quase completa às necessidades de seu bebê, e, à medida que o tempo passa, adapta-se cada vez menos completamente, de modo gradativo, segundo a crescente capacidade do bebê em lidar com o fracasso dela”. Com isso chegamos a ideia de que uma perfeita não exista, mas suficientemente boa.

Basicamente precisa ser feito de forma moderada, se uma criança tem a figura de sua mãe muito presente de forma que comece a fazer as escolhas por ela, tirando assim o poder de iniciar suas escolhas, isso pode vir a se tornar um problema, afinal estaria bloqueando o desenvolvimento por parte da criança de ter uma iniciação de determinar e tomar atitudes necessárias, assim, se tornando uma criança sem confiança. Uma mãe não precisa ser perfeita, segundo Winnicott, apenas suficientemente boa quando essa criança precisa dessa figura materna.

## **8. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Seguindo a linha de pensamento estabelecida no presente artigo, temos os dados levantados a partir de pesquisa bibliográfica, além de uma entrevista com uma família relatando como seu filho se comporta.

Com base na entrevista realizada com a família temos uma base de que uma criança hoje se não limitada ao seu uso, pode a todo momento procurar um celular, o que se coloca como um aparelho bem atrativo frente as crianças, com isso os pais tomam mais cuidado com o tempo junto ao aparelho além de estabelecer regras mas assim ir moldando seu comportamento, além se viu muito que a criança marca um personagem principal dentro do conteúdo disponível e invés de chamar pelo celular procura por essa personagem apontando para o aparelho.

Com a análise feita do momento atual de como se encontra a atual situação da tecnologia perante essas crianças, colocamos alguns ideais de Winnicott, seu pensamento, sobre a atual situação, de como isso se aplicaria. Com toda essa análise, temos um ponto formado de que os tempos mudaram assim como as ideias aplicadas antes em brinquedos agora podem ser aplicadas na tecnologia, a criança agora tem apego por esse aparelho, usando como uma figura de seu objeto transicional, como se fosse um simples brinquedo.

Uma mãe também tende a ter seu papel influenciado, onde uma criança pode ter sua confiança afetada por se diferenciar de forma negativa comparada as demais, onde uma mãe ser totalmente contra e essa mesma criança enxergar seus colegas realizando essa atividade, além de muitas das vezes podem jogar online e caso sua mãe também a limite poderia causar um sentimento de exclusão frente a essas colegas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo atingiu seu objetivo de validar que as ideias de Winnicott ainda sim são validas, mas ressaltamos que existem informações que devem ainda serem melhores avaliadas, levando em conta que a realidade no Brasil comparando um estado ao outro pode ser completamente diferente, ainda mais levando em conta questões culturais do local, podemos enxergar assim também variados cenários, onde lugares mais precários podem ter dificuldade de acesso a essa tecnologia, além de outros que vivem com base a esse acesso. Ainda sim levamos em contato os views presentes na plataforma do Youtube em conteúdos infantis, aonde atingem números altíssimos comparadas as outras categorias, se usarmos o Youtuber Felipe neto, um dos mais assistidos pelas crianças, atualmente está com 44,5 milhões de inscritos em seu canal (dados atualizados em 25/09/2022 na plataforma de seu canal), assim podemos dizer que seria uma das categorias que mais consomem conteúdo na plataforma de vídeos.

As dificuldades sobre o tema se devem também por ser um tema novo, aonde o consumo da tecnologia sofreu um salto durante a pandemia, aonde as famílias consumiram mais da tecnologia, desenvolveram também novos hábitos e costumes.

Com a entrevista realizada junto a família, se percebeu que a forma como é formada uma estrutura familiar pode interferir, sendo uma mais liberal permitindo um acesso melhor a tecnologia, já uma família mais rígida pode ter um acesso escasso ou bem mínimo. Também se percebeu que a qualidade do aparelho pode facilitar o uso assim mantendo a atenção da criança presa ao celular, mas um aparelho que trava mais conseqüentemente não teria capacidade prender essa atenção.

Finalizando podemos dizer que o tema abordado foi de grande relevância, atingindo seu objetivo de comprovar como as ideias de Winnicott ainda são validas, mas de forma um pouco diferente agora, através da tecnologia o “brincar” se desenvolveu, dando mais espaço assim para o desenvolvimento das crianças.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DIAS, Elsa Oliveira. A trajetória intelectual de Winnicott. *Pepsic*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1, jun. 2002. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302002000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302002000100004). Acesso em: 26 set. 2022.

MENDONÇA, Maria Emília. A trajetória intelectual de Winnicott. *Pepsic*, São Paulo, v. 3, n. 2. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-432X2008000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2008000100005). Acesso em: 19 set. 2022.

WINNICOTT, D. W. (1971). O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

# SOLIDÃO, SOLITUDE E HIPERSOCIALIZAÇÃO DIGITAL

SANTOS, Ingrid Oliveira Queiroz

## RESUMO

Este trabalho objetivou o estudo sobre solidão e solitude. Dois opostos da contemporaneidade que se mostram cada vez mais presentes na sociedade atual. Isto porque, na era digital, há uma potencialização do sentimento de solidão pelo fato de que estamos nos distanciando do que é real e nos aproximando de um mundo idealizado: Graças aos algoritmos das redes sociais, um conjunto de regras responsáveis por mostrar ao seu usuário exatamente o que deseja ver. Estamos cada vez mais submersos em nossos ideais e pensamentos, já que, com este funcionamento interconectado a inclusive outras pessoas semelhantes a nós, não somos mais confrontados. Aprendemos a ter excelência em comodidade.

**Palavras Chave:** Solidão, solitude, era digital, redes sociais.

## ABSTRACT

This work aimed to study loneliness and solitude. Two opposites of contemporaneity that are increasingly present in today's society. This is because, in the digital age, there is a potentiation of the feeling of loneliness due to the fact that we are distancing ourselves from what is real and approaching an idealized world: Thanks to the algorithms of social networks, a set of rules responsible for showing its users exactly what you want to see. We are increasingly submerged in our ideals and thoughts, since, with this functioning interconnected with even other people similar to us, we are no longer confronted. We learned to excel in comfort.

**Keywords:** Loneliness, solitude, digital age, social networks.

## 1. INTRODUÇÃO

Quando falamos em solidão, nos remetemos quase sempre a algo negativo, a dor. Isto porque o sentimento de abandono está presente neste conceito. A solidão é considerada metaforicamente uma “epidemia” da modernidade, visto que é muito frequente nas grandes cidades e em centros aglomerados. Já a solitude, é uma virtude. É reconhecida pelo ato de se isolar para se encontrar uma identidade real, criando uma consciência de si e permitindo crescimento. “Tornar-se só, consigo.” (Kierkegaard 1813 - 1855).

Falando agora sobre a hipersocialização acelerada pelas massas digitais, existe uma problemática narcísica envolta do cenário atual tecnológico, dificultando o estabe-

lecimento de vínculos reais e significativos, isto porque, por exemplo, nas redes sociais com um simples clique o indivíduo tem o poder de escolher quem é amigo ou não, ou simplesmente bloquear outros com ideais e interesses que divergem dos seus.

## **2. A ORIGEM DA SOLIDÃO E SUA CONCEITUALIZAÇÃO**

Winnicott e Klein (1958 e 1959) discutem a capacidade de estar só como oriunda da introjeção da presença do outro. Capacidade esta considerada uma experiência necessária e positiva, que possibilita introspecção, o sentir, a diferenciação, o criar e o elaborar. Ela surge no bebê, que possui esta capacidade mesmo com a presença da mãe, o que seria um paradoxo já que mesmo com a mãe presente o bebê consegue se sentir solitário.

A mãe é considerada o objeto bom da criança, e quando passa a ser internalizada esta criança pode ficar solta sem que experiências internas ou externas a atormentem persecutoriamente. Portanto, a introjeção do sujeito bom é o caminho para que o indivíduo a quem a introjeta fique bem sozinho e desenvolva a capacidade de estar só, que para estes autores é um dos sinais mais importantes do amadurecimento e desenvolvimento emocional do indivíduo.

Klein defende que uma das raízes do sentimento de solidão é proveniente da perda de uma comunicação primitiva e pré-verbal. porém íntima e existente com a mãe. O que leva a uma sensação depressiva de uma perda irreparável:

“[...] O sofrimento que acompanha os processos de integração também contribuem para a solidão. Isto significa defrontar-se com seus impulsos destruidores e partes odiadas do eu, que às vezes parecem incontroláveis e que, por conseguinte, põem em risco o objeto bom.”  
(KLEIN, 1963)

A integração das partes do eu e das partes cindidas do objeto nunca será possível segundo a autora, o que nos leva a grande questão: O quanto conseguimos integrar e o quanto essa possível integração vai conseguir se proteger dos ataques dos nossos impulsos destrutivos? Essa questão nos leva a uma medida defensiva: A recusa da integração para não sermos destruídos e/ou não destruímos o objeto completamente.

O preço a se pagar pela não integração do eu e do objeto bom é a forma racional do sentimento da solidão: De não pertencer a nenhum grupo, sentir que não se encaixa, que não há alguém que possa efetivamente acolhê-lo e nem compreendê-lo. O sujeito, considerado ser significativo a partir das relações que estabelece com o mundo, atribui a partir do sentimento de medo de estar só o significado de que a so-

lidão é algo negativo para seu ser e para a sociedade. Porém não entende a importância de “tornar-se só consigo.” Kierkegaard entende a existência como uma dádiva, uma tarefa que pressupõe o fundamento ontológico. E neste exercício de existir e aceitar que está só, é que a solidão se transforma em solitude.

### **3. A PROPORÇÃO ENTRE CONECTIVIDADE E SOLIDÃO**

Diversos Psicanalistas contemporâneos (Dunker, 2017; Ferrari, 2008; Tanis, 2003; Katz, 1996) trazem a ideia de que a solidão é uma experiência dominante na atualidade. Porém esta é considerada um mal contemporâneo, visto que o estar só mesmo estando entre muitos no sentido de abandono traz o sentimento de dor e angústia para o ser humano. Segundo o relatório da Jo Cox Commission on Loneliness, comitê instituído pela parlamentar Jo Cox (1974-2016), 9 milhões de britânicos são solitários. Estima-se que um terço da população mundial vive sozinho. De 1981 a 1988, o Brasil teve um aumento da população das pessoas sozinhas quatro vezes superior ao aumento populacional. Hoje no Brasil, sete milhões vivem sozinhos: há dez anos eram 8%, hoje são 12%, diz o IBGE.

Muitas vezes nos conectamos inicialmente ao mundo virtual do que ao mundo real. Passamos a ser mais um número que se perde entre um aglomerado de pessoas. O sectarismo, a separatividade da natureza de si mesmo e a perda do referencial de vida nos adoece, nos faz carentes e desprovidos de relacionamentos mais profundos.

Conforme Dunker, o narcisismo visto atualmente nas redes sociais mostra-se como um reconhecimento baseado na realização de um valor simbólico de uma imagem que nos representa. É onde nossa política neoliberal de sofrimento acaba se infiltrando, em nosso valor de imagem. Este valor de imagem pode ser somado às nossas afinidades e gostos, identificações estas que produzem uma ilusão de um amor ideal que é exatamente onde se cria e se reproduz uma solidão vazia e desinteressante para o indivíduo. Com isto, temos o problema do vazio do “eu” narcísico, que busca uma relação que lhe dê prazer e felicidade. Eis o novo problema. O indivíduo deixa de ser único em uma rede onde a fluidez será o coletivo no sentido da sua perda da individualidade.

A rapidez no acesso às informações e a comunicação acabam produzindo indivíduos ansiosos, egoístas e desejosos de um individualismo nas relações sociais. Esse mundo individualista mascara a solidão, suprindo suas necessidades básicas a partir de amizades virtuais que não apresentam laços e vínculos significativos. Muitas vezes, há um sujeito que tem a ilusão de poder gozar de uma liberdade potencialmente sem limites, em contraste com uma insegurança realisticamente exacerbada em todos os campos. Isso pode desencadear uma alternância com sentimentos maníacos-<sup>263</sup>

cos de ilusão onipotente, com sentimentos de depressão/desilusão, com a redução da confiança em si próprio e mesmo com sentimentos de impotência, perda de confiança na própria capacidade e desconfiança em relação ao mundo, acompanhados de estados de ansiedade, medo e inadequação.

O sofrimento do sujeito é uma manifestação contrária ao que está posto socialmente. Sendo assim, a solidão é tomada pelo indivíduo como a aparição do mal-estar no laço social. A solidão emerge contra a miséria psicológica da massa, miséria essa que requer uma posição de gozo universal cristalizada para todos os sujeitos: “goze sendo auto-suficiente e sociável” (TATIT & ROSA, 2013, p.137).

#### **4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS CONSIDERANDO O ISOLAMENTO SOCIAL E A CONECTIVIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Segundo Karnal (2020), particularmente para os jovens, mas também para todos, o uso das redes sociais teve um aumento exponencial, principalmente em tempos de pandemia. Para os jovens da atualidade, estar conectado às redes é algo muito importante para a vida. Outro fato interessante citado pelo autor é que estes jovens não estão tendo relações concretas como as outras pessoas, mas naturalmente ainda existem seus impulsos eróticos.

Neste sentido, Byung-Chul Han em seu livro “A sociedade do cansaço” (2015) traz que esta libido agora está direcionada para si mesmo e para um contato crescente em relações superficiais e passageiras. Karnal complementa este pensamento:

“A libido dirigida a mim, não tem o contraponto de outra consciência [...] Já a libido dirigida ao outro que seria a superficial como em redes sociais, é uma libido que tenho controle sobre o outro, já que posso bloqueá-lo ou deletá-lo com um simples clique.” (KARNAL, 2021)

O questionário no presente trabalho de pesquisa teve o objetivo de investigar sistematicamente o objeto de estudo a partir da elaboração pessoal contida nas respostas dos sujeitos pesquisados e de sua vivência no mundo sobre o tema proposto.

A pesquisa teve ao todo 10 questões e 49 participantes, os quais vivem na mesma região: cidades da aglomeração urbana de Jundiaí-SP. As questões tinham como motivação a investigação, de forma objetiva, da relação entre as redes sociais e a solidão. 61,2% dos entrevistados responderam que passam de 2 a 4 horas por dia em redes sociais, o que podemos confirmar, a partir da pesquisa feita durante a pandemia Global Digital Overview 2020, onde diz que o acesso à internet atinge 150,4 milhões de brasileiros, ou seja, 71%. O Brasil ocupou o terceiro lugar no ranking mun- 264

dial de pessoas que passam mais tempo nas redes sociais, com uma média diária de 3 horas e 31 minutos, atrás apenas de Filipinas (3h53) e Colômbia (3h45).

Houve também uma parcela de 8,2% que informa passar o dia todo conectado às redes sociais, o que é extremamente prejudicial à saúde mental. O uso recorrente das redes sociais pode ter ligação direta com o aumento exponencial de ansiedade e depressão – de acordo com a ONU, elas incidem em 3,6% e 4,4% da população mundial, respectivamente. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ligada à ONU, a depressão é vista como “mal do século”.

O isolamento social vivido durante a pandemia para a não disseminação do vírus Covid-19 deu espaço para a virtualidade tomar o lugar do “olho no olho” e mostrar um mundo onde mais “views” e “likes” são mais importantes que argumentos. Karnal (2021) traz o seguinte questionamento: “Por que é que o mundo de hoje está dominado pela fascinação das redes e exposição pública?” Este questionamento nos leva a refletir sobre o excesso de positividade visto nas redes, onde não há espaço para tristeza. Onde vemos sempre fotos de famílias felizes, influencers com roupas caras e sorriso no rosto.

Não há como negar que a solidão fez parte da rotina do indivíduo em meio a pandemia e que o mundo virtual ficou ainda mais presente na em sua vida até como um meio de fuga da solidão, pois como não houve mais contato físico com as pessoas mais próximas, o único meio que sobrou foi o on-line. Tanto por meio de reuniões, ou por redes sociais e até mesmo jogos, o homem mergulhou de cabeça neste universo digital.

O ambiente virtual oferece a possibilidade de evitação das frustrações pela via da vivência individual. Já não é mais necessário criar desejos, pois estes se encontram prontos e de fácil acesso. Ao sair desse mundo de fantasia, o inevitável choque com a realidade só faz reforçar a opção pela virtualização como ambiente do prazer. Então, tais sujeitos se refugiam em suas realizações digitais, com identidades fantasiadas, explorando sem limites o amplo espaço virtual, fazendo com que as identidades não se esvaziem vertiginosamente e, dessa forma, possam prolongar a sensação de gozo (COLVARA, 2007 apud DAL CIN, 2013).

## **CONCLUSÃO**

Para salvar a própria integridade individual no contexto supaveloz da economia global e do capitalismo flexível, ainda se considera necessário entrar em contato com outras pessoas; no entanto, toma-se todo o cuidado para não desenvolver apegos profundos ou um pertencer muito forte, capaz de criar vínculos que gerem sofrimento <sup>265</sup>

e, ao mesmo tempo, de criar obstáculos à possibilidade de experimentar realidades novas e constantemente em mudança. Assim, o não-grupo tem como efeito secundário o empobrecimento profundo do eu e a redução dos espaços de pensamento.

Desenvolve-se uma espécie de pensamento curto, baseado na rapidez das decisões e das reações em detrimento da profundidade da análise e restrito a assuntos privados. Narcisicamente centrados em supostas estratégias de sobrevivência, evitamos, desse modo, pensar em como enfrentar os complexos perigos que ameaçam o indivíduo singular e o mundo. Assim, passa-se de um presumível e ilusório poder ilimitado para um sentimento de impotência às vezes até aniquilador, no qual o desejo do tudo aqui e agora, de metas atingíveis imediata e facilmente, ameaça não tolerar a espera e leva à perda do futuro.

Solitude é o estado de privacidade de uma pessoa, não significando, propriamente, estado de solidão. Solitude se trata do ato voluntário de ficar a sós consigo mesmo sem se incomodar com qualquer sensação de vazio. Diferentemente da solidão, cujo significado define o prazer de ficar a sós consigo mesmo, a solidão representa o sentimento de exclusão forçada, de estar sozinho contra a própria vontade.

A solidão e a solidão, são consideradas como uma construção social, histórica e cultural, e assim, a importância de contextualizar desde onde as vivências do cotidiano e as representações partem. Cuidar de nossos vínculos afetivos é uma forma de cuidarmos de nós mesmos, mas não devemos desconsiderar os benefícios da solidão, considerando a alteridade do indivíduo.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Thiago de. Solidão, solidão e a pandemia da COVID-19. Pensando famílias, v. 24, n. 2, p. 3-14, 2020.

AQUINO, Estela ML et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 2423-2446, 2020.

BRANDÃO, Jack; FELÍCIO, Ednaldo Torres. De Cem Anos de Solidão à Modernidade Líquida. Revista Letras Raras, v. 7, n. 2, p. 219-231, 2018.

CORBELLA, Silvia. Encontros e solidões do nosso tempo. Revista Brasileira de Psicanálise, v. 42, n. 3, p. 149-167, 2008.

DE LIMA, Raymundo. Ser feliz sozinho?-Uma reflexão sobre a solidão e a solidão em nossa época. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 143, p. 78-83, 2013.

DUNKER, Christian. Reinvenção da intimidade. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

FERNANDES, Claudia Galamba. O sentimento de solidão: um passeio nas origens 1. 2017.

KARNAL, Leandro. O dilema do porco-espinho. Editora Planeta do Brasil, 2018.

KLEIN, Melanie. O sentimento de solidão: nosso mundo adulto e outros ensaios. Imago, 1971.

KOVACS, Balazs et al. Social Networks and Loneliness During the COVID-19 Pandemic. Socius, v. 7, p. 2378023120985254, 2021.

MANNO, Maria Vittoria Maffei; ROSA, Carlos Mendes. DEPENDÊNCIA DA INTERNET: SINAL DE SOLIDÃO E INADEQUAÇÃO SOCIAL?. Polêm! ca, v. 18, n. 2, p. 119-132, 2018.

MANSUR, Luci Helena Baraldo. Solidão: virando a solidão pelo avesso. Ide, v. 31, n. 46, p. 38-45, 2008.

MINCACHE, Gisnelli Bataglia. Solidão virtual. Revista Longeviver, n. 1, 2010.

PARENTE, Alessandra Affortunati Martins. A casa e o holding: conversas entre Bachelard e Winnicott. Natureza humana, v. 11, n. 1, p. 73-100, 2009.

SILVA, Rafael Bianchi; DE CARVALHO, Alonso Bezerra. Amizade e a virtualização das relações humanas na sociedade contemporânea: reflexões a partir de Zygmunt Bauman. Revista Espaço Acadêmico, v. 13, n. 153, p. 10-16, 2014.

TATIT, Isabel; ROSA, Miriam Debieux. Pra não dizer que Freud e Lacan não falaram da solidão. Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 136-146, dez. 2013.

VERDI, Marly Terra. Vínculos: Antídoto da solidão. Revista da SPAGESP, v. 11, n. 2, p. 17-23, 2010.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. 2020.

# WEBSITE PARA AUXILIAR O PROFESSOR NA ORGANIZAÇÃO DE QUESTÕES PARA EXERCÍCIOS E AVALIAÇÕES

SILVA, Dimitri Albuquerque Rodrigues  
ALMEIDA, João Renato Basso de  
BAPTISTA, Luciana Ferreira  
FERREIRA, Ronildo Aparecido

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar alguns aspectos da rotina de trabalho docente e apresentar um website cuja função principal é a criação de provas e listas de exercícios prontas para impressão, de maneira prática e eficiente. Dentre os autores pesquisados para a constituição conceitual deste trabalho, destacaram-se: Abrantes (2020), Campos (2017), Freire (1996), Rampazzo (2010) e Souza (2005). A metodologia utilizada foi a pesquisa explicativa, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico. As conclusões mais relevantes são: a facilidade na organização de avaliações e listas de exercícios e uma maior economia de tempo.

**Palavras-chave:** Questões para avaliações. Banco de questões. Gerador de avaliações.

## ABSTRACT

This study aims to analyze some aspects of the teacher's work routine and present a website whose main function is to create tests and lists of exercises ready for printing, in a practical and efficient way. Among the authors researched for the conceptual constitution of this work, the following stood out: Abrantes (2020), Campos (2017), Freire (1996), Rampazzo (2010) and Souza (2005). The methodology used was the explanatory research, having as data collection the bibliographic survey. The most relevant conclusions are: the ease in organizing assessments and exercise lists and greater time savings.

**Keywords:** Questions for evaluations. Questions Database. reviews generator.

## 1. INTRODUÇÃO

Dentro do ambiente de trabalho, docentes comumente utilizam instrumentos avaliativos para incrementar a experiência do aprendizado. A criação de listas de exercícios e avaliações fazem parte da rotina, entretanto, demandam um tempo enorme de preparação.

O presente estudo delimita-se à análise da rotina de preparação e organização de provas e listas de exercícios desenvolvidas por educadores.

O objetivo geral é a produção de um site no qual será possível formular provas e listas de exercícios, utilizando como base questões já existentes ou inseridas pelo docente. Apresenta, como resultado, um arquivo pronto para impressão.

Esta pesquisa justifica-se pela grande demanda de provas e listas de exercícios que os professores têm que elaborar e aplicar. Uma grande quantidade de tempo é gasta na pesquisa de questões, digitalização e formatação do conteúdo.

A metodologia deste trabalho é a pesquisa explicativa, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico.

## **2. UTILIZAÇÃO DE LISTAS DE EXERCÍCIOS E PROVAS PARA O APRENDIZADO**

Ninguém nasce tendo completa noção de como realizar ações. Andar e falar são técnicas aprendidas com o passar do tempo. Na área da Educação não funciona de maneira muito diferente, aprender a ler e escrever, por exemplo, exige repetição e dedicação.

Ao almejar uma maior eficiência na aprendizagem, a orientação dos educadores é vista como essencial para o processo árduo de educar jovens e adultos. Normalmente, o professor faz uso de uma série de instrumentos que auxiliam na sua atuação profissional, como: livros didáticos, listas de exercícios, relatórios, avaliações escritas e seminários.

Uma atividade desafiadora, que promova reflexão, é um tipo de metodologia muito utilizada pelos professores. “Uma avaliação que não é questionada e que não se questiona seus objetivos e finalidades, pode perder seu próprio sentido de um processo avaliativo” (RAMPAZZO, 2010).

Além de servir como uma certificação de que o aluno realmente entendeu o conteúdo e consegue aplicá-lo em situações diversas, esse tipo de atividade trabalha a parte cognitiva como um todo. O estudante encontra-se forçado a superar barreiras impostas contra sua vontade.

Dentro do ambiente escolar, o psicológico do aluno é testado, principalmente, na hora de realizar avaliações práticas. Essas situações frequentes, de certa forma, podem acarretar uma série de mudanças drásticas na vida do estudante. Memória, preparo mental e até resistência física são colocados à prova. O doce sabor da vitória ou a amargura da derrota moldam o caráter do indivíduo.

Um aluno, futuro trabalhador, com uma boa base mental é essencial para a diminuição de erros e adversidades dentro do processo produtivo. Essa inteligência emocional, ‘IE’, é o que realmente influencia na qualidade de um profissional. Ademais, cada vez mais empresas estão investindo na saúde emocional de seus em- 269

pregados, pois foi provado que trabalhadores com uma boa IE são mais saudáveis mentalmente e estão mais preparados para lidar com as adversidades do cotidiano. Em outras palavras, são mais estáveis e produtivos (ABRANTES, 2020).

### **3 CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO E VIDA PESSOAL DO PROFESSOR**

O trabalho de um educador é, essencialmente, educar. Comprometimento, esforço e dedicação são imprescindíveis para exercer essa profissão tão nobre e escassa. Nas palavras de Freire (1996), “ensinar exige rigorosidade metódica”. Tempo e saúde são extraídos constantemente da vida de um trabalhador na área da Educação. Na maioria das situações, o profissional abstém-se de momentos preciosos em sua vida pessoal, para dedicar-se mais ao seu trabalho. Planejamentos de aula, avaliações e listas de exercícios não surgem apenas com força de vontade.

O cerne do problema encontra-se tanto na grande quantidade de tarefas que o professor tem de realizar, quanto na própria eficiência do profissional. Em muitos casos, uma má gestão de tempo leva-os a complicações diversas. Prazos de entrega de notas são estourados, avaliações são corrigidas de maneira superficial, em suma, muitas são as consequências herdadas por um professor incapaz de conciliar trabalho com vida pessoal.

Frequentemente, a falta de tempo reflete diretamente no ambiente primário de trabalho do professor, a sala de aula. A preocupação do educador em planejar aulas e corrigir avaliações, dentro do próprio ambiente escolar, transforma a relação aluno-professor em um vínculo raso, do qual não é possível tirar muito proveito. O estudante, muitas vezes, perde a chance de esclarecer dúvidas a respeito do conteúdo lecionado, isso gera uma diminuição considerável na produtividade dentro e fora de classe. “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (FREIRE, 1996).

### **4. DESENVOLVIMENTO DO WEBSITE**

A ideia do website, chamado de “Question?”, é possibilitar, intuitivamente, uma maneira mais prática dos professores criarem avaliações e listas de exercícios. Desta forma, o educador conseguirá economizar tempo na formulação de tais atividades avaliativas.

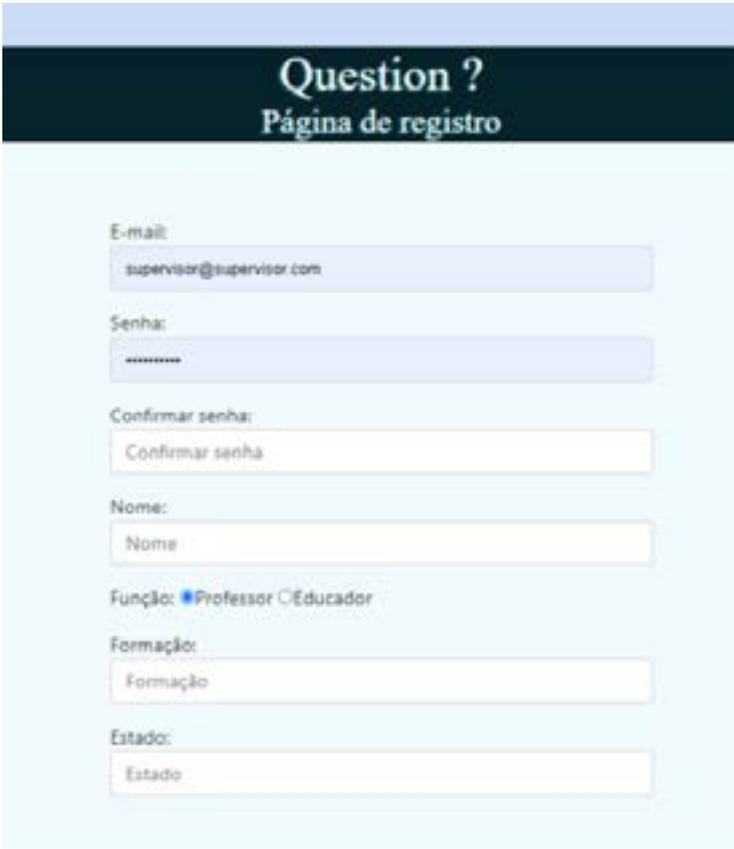
As funcionalidades presentes no website foram pensadas de forma a agilizar a utilização da plataforma pelos professores que desejam uma maior automação na criação de exercícios ou avaliações escritas. Dentre as funcionalidades, existe uma opção de formatação para alunos com problemas de visão, letras maiores podem ser selecionadas a fim de facilitar a compreensão das atividades.

O design das páginas é minimalista. Sua interface gráfica é intuitiva, formulada tanto para professores acostumados com tecnologia, quanto para os que possuem pouca familiaridade.

Assim que inicializado o website, na parte superior, é possível notar uma barra de pesquisa, entretanto, é necessário realizar o login para poder utilizá-la. Na direita da barra de pesquisa, encontra-se um botão que leva diretamente à área de login.

Caso não tenha se cadastrado ainda, o usuário deve clicar no link 'Registre-se', que abrirá uma página para cadastro de informações, como: e-mail, senha, nome, função, formação e estado, observáveis na Figura 2.

Figura 1: Página de Registro



Question ?  
Página de registro

E-mail:  
supervisor@supervisor.com

Senha:  
\*\*\*\*\*

Confirmar senha:  
Confirmar senha

Nome:  
Nome

Função:  Professor  Educador

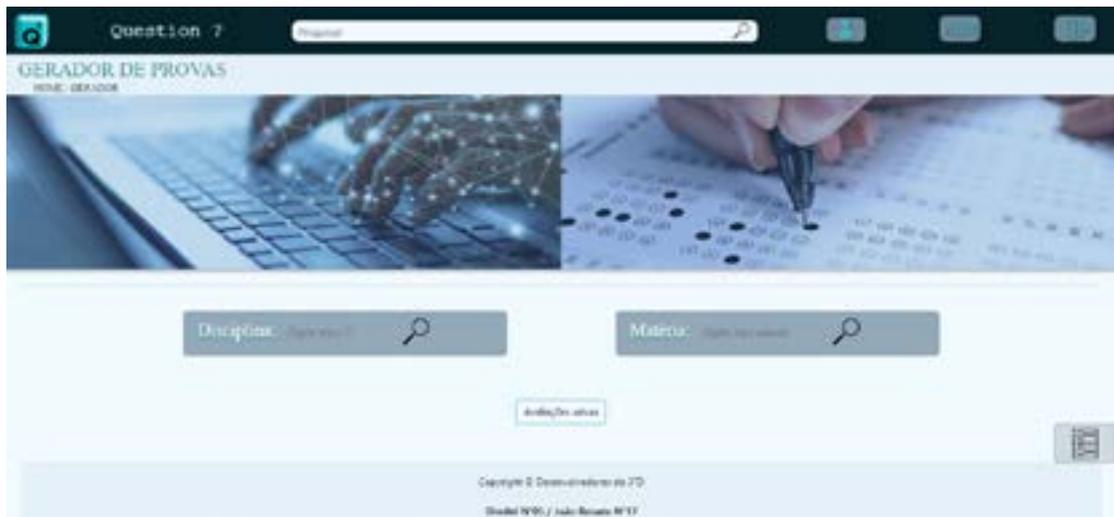
Formação:  
Formação

Estado:  
Estado

Fonte: Próprios Autores

Após criada a conta, é possível executar o login e o usuário pode visualizar as funções com mais clareza (Figura 2). Na parte superior, existe uma barra de pesquisa direta e eficiente. Um pouco mais ao lado é possível enxergar três ícones: o da esquerda é a área do perfil do usuário; o do meio, uma área de administração; por último, o terceiro botão finaliza a sessão do usuário, por meio de um logout. No meio da página, após uma imagem ilustrativa, estão os mecanismos de pesquisa das questões via disciplina e matéria. Abaixo deles está um botão que levará para os espaços de salvamento de avaliações.

Figura 2: Página Principal



Fonte: Próprios Autores

Na página principal, o usuário já pode começar a utilizar a busca por questões. Basta digitar a disciplina e matéria desejada que o website retornará uma série de questões prontas, oriundas de vestibulares e concursos diversos, assim como mostra a Figura 3.

Figura 3: Lista de Questões



Fonte: Próprios Autores

A princípio, o site apresenta uma grande variedade de seleção, são cerca de 520 questões de 9 disciplinas diferentes. Estão presentes conteúdos de: literatura, português, inglês, história, geografia, matemática, física, química e biologia.

Dentro da área da questão, é possível observar dois botões em azul. O botão esquerdo serve para mostrar ou esconder a resposta da pergunta, enquanto o botão

direito realiza uma seleção da questão. Após escolhida, a pergunta passa para a página onde ficarão todas as perguntas selecionadas para a construção da atividade. Tal área pode ser acessada, automaticamente, após a seleção da questão ou simplesmente clicando no ícone localizado no canto inferior direito.

Já no ambiente onde as questões selecionadas se encontram, mostrado na figura 4, é possível eliminar individualmente as perguntas ou, por meio do botão no canto superior direito, eliminar a seleção como um todo.

Figura 4: Área das Questões Selecionadas

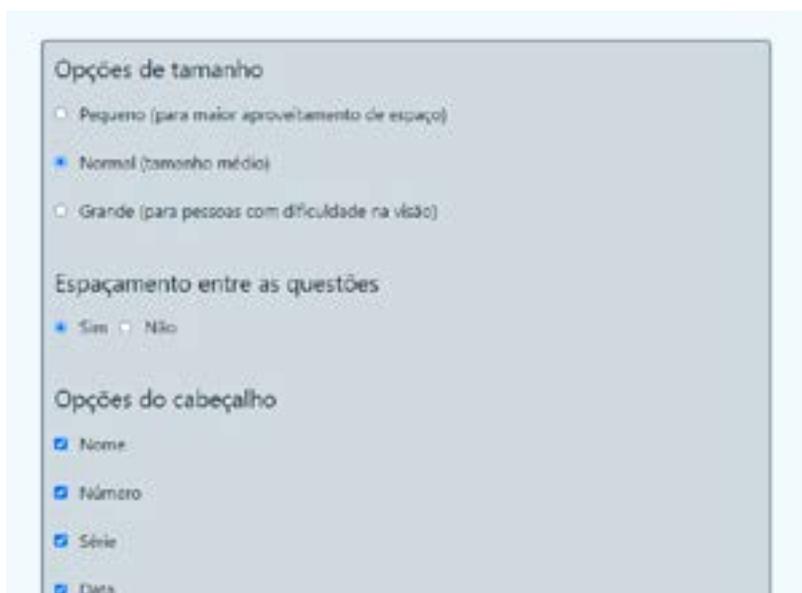


Fonte: Próprios Autores

Clicar no botão de adicionar mais questões leva o usuário de volta à lista de perguntas disponíveis. Ao fim da seleção, deve-se ou clicar no botão superior esquerdo, ou apenas descer um pouco a página, para a área de formatação ou de salvamento.

Na área de Formatação do Arquivo (Figura 5), o usuário especifica como o documento será redigido pelo site. Pensando na economia de recursos e na acessibilidade àqueles que possuem dificuldade de enxergar, foram criadas 3 opções para tamanho de fonte. Também é dada ao professor a liberdade de escolher a presença ou não de espaçamento entre questões, tendo em consideração o valor gasto com a impressão das atividades. Ademais, algumas opções de customização do cabeçalho do documento também são ofertadas, como um espaço para colocar nome, número, série e data.

Figura 5: Opções de Formatação



Fonte: Próprios Autores

Além disso, como demonstra a Figura 6, é possível deixar pronta uma área com nome do professor e da instituição, seguida de título. Um pouco abaixo, tem-se a opção de escolher detalhes como a orientação da folha e o nome do documento a ser gerado. Ao término da formatação propriamente dita, escolhe-se o que será feito com esse arquivo, visualizar ou baixar. Também é possível visualizar ou baixar o gabarito das questões selecionadas, arquivo essencial na hora da correção das atividades.

Caso seja necessário, o botão 'limpar' serve como uma maneira rápida e eficaz de apagar todas as configurações feitas na parte da formatação. Clicando no botão inferior direito, dependendo da opção selecionada acima, o website abrirá uma aba para visualização do arquivo ou iniciará um download do PDF.

Figura 6: Opções de Formatação



Fonte: Próprios Autores

Clicando no botão inferior direito, dependendo da opção selecionada acima, o website abrirá uma aba para visualização do arquivo ou iniciará um download do PDF.

Após a criação do arquivo, é possível observar na Figura 7 que todos os parâmetros selecionados previamente são respeitados na hora da construção do PDF. Os espaços delimitados para nome, número, série, data; bem como nome do professor, escola e título, foram adicionados sem problemas.

Figura 7: Visualização do PDF



Fonte: Próprios Autores

O usuário pode definir em qual espaço de salvamento ele irá guardar a avaliação. Vale destacar que não é necessário salvar nenhum arquivo.

A página de exibição das questões salvas, Figura 8, também possui opções de formatação, sendo possível formatar e baixar o arquivo em PDF ali mesmo, assim como excluir alguma questão indesejada ou limpar o espaço.

Figura 8: Página de um espaço de salvamento



Fonte: Próprios Autores

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira direta, o website consegue cumprir seu papel como ferramenta capaz de facilitar o trabalho do educador. Além disso, pode diminuir o tempo utilizado na elaboração de atividades avaliativas e listas de exercícios ao apresentar uma grande gama de questões, de disciplinas e matérias diversas, para os professores selecionarem, confirmarem, salvarem e imprimirem.

Justamente pela capacidade de facilitar o trabalho dos educadores, por meio da economia de tempo e recursos, uma pesquisa voltada propriamente ao teste da plataforma seria ideal para um incremento da proposta realizada. Em uma possível continuação do projeto, a obtenção e análise de feedbacks torna-se imprescindível para fundamentação de melhorias que possam vir a ocorrer. A discussão de pontos positivos e, principalmente, negativos fornece diversas visões a respeito do site. Portanto, tendo como princípio um ponto de vista completamente novo, fundamentado pela análise de opiniões externas, nasce a possibilidade de continuação da proposta.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, D. S. A Inteligência Emocional: Prevenção de psicopatologias do trabalho. 2020. Revista Arquivos Científicos (IMMES), v. 3, n. 1, p. 189-197. Disponível em <<https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/357/114>> Acesso em: 29 out. 2022.

CAMPOS, T. 6 atividades que mais tomam tempo do professor e como minimizá-las. 2017. Disponível em <<https://www.sinprodf.org.br/6-atividades-que-mais-tomam-tempo-do-professor-e-como-minimiza-las/>> Acesso em: 6 jun. 2022.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 1996. Disponível em <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

RAMPAZZO, S. Instrumentos de avaliação: reflexões e possibilidades de uso no processo de ensino e aprendizagem. 2010. Disponível em <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2010/2010\\_uel\\_ped\\_pdp\\_sandra\\_regina\\_dos\\_reis.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uel_ped_pdp_sandra_regina_dos_reis.pdf)> Acesso em: 7 set. 2022.

SOUZA, C. O que provam as provas: Habilidades de Leitura em Avaliações Sistemáticas x Habilidades de Leitura em Livro Didático. 2005. Disponível em: <<http://www.poslin.lettras.ufmg.br/defesas/587M.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2022.